UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS - *CAMPUS* DE MARÍLIA

LÚCIA MARIA BARBOSA DO NASCIMENTO

ANÁLISE DOCUMENTAL E ANÁLISE DIPLOMÁTICA: PERSPECTIVAS DE INTERLOCUÇÃO DE PROCEDIMENTOS

Marília
2009

LÚCIA MARIA BARBOSA DO NASCIMENTO

ANÁLISE DOCUMENTAL E ANÁLISE DIPLOMÁTICA: PERSPECTIVAS DE INTERLOCUÇÃO DE PROCEDIMENTOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, *campus* de Marília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. José Augusto Chaves Guimarães.

Linha de pesquisa: Organização da Informação.

Marília
2009

LÚCIA MARIA BARBOSA DO NASCIMENTO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho UNESP, ca*mpus* de Marília, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

Marília, 18 de junho de 2009.

BANCA EXAMINADORA

_____
Dr. José Augusto Chaves Guimarães – Orientador (UNESP)

_____
Dr. José Fernando Modesto da Silva (USP)

_____
Dr. Mário Furlaneto Neto (UNIVEM)

_____
Dr. Jayme Wanderley Gasparoto (UNESP)

_____
Dr. João Batista Ernesto de Moraes (UNESP)

***A**o Professor*

José Augusto Chaves Guimarães,

pela acolhida, tornando mais firme meu chão do conhecimento

e

pela confiança e ponderação ao me incentivar na pesquisa e a alçar vôo rumo à docência.

AGRADECIMENTOS

*Ao **Prof**. João Batista,*
pelo apoio oportuno e questionamentos precisos — me fez olhar o documento e descobrir o texto — com serenidade e muito humor.

*À **prof.ª** Mariângela S. L. Fujita,*
pela indicação de caminhos e incentivos teóricos precisos no fazer análise e organizar informações — com consideração e atenção.

*Ao **Prof**. Jayme W. Gasparoto,*
pelo constante incentivo à leitura e pelas descobertas literárias no universo da Sociologia, da Filosofia e do Direito — com entusiasmo e senso crítico.

*Aos **professores** José Fernando Modesto da Silva e Mário Furlanetto Neto*
pelas contribuições ao tratar da informação registrada.

*Ao **Frei** Constantino,*
pela bondade e atenção na tradução dos textos em latim.

*À **prof**.ª Ana Helena,*
pelos momentos furtados de outros alunos para me atender na revisão de textos.

*Aos **funcionários** da Biblioteca, Secretaria da Pós-Graduação e do Xérox da Unesp/Marília – pela atenção e gentileza.*

*Aos **amigos**... Das crises teóricas e existenciais... Da vida profissional e pessoal... De sempre:*
Alessandra (SP),
Aldinar (MA),
Carlos (SP),
Elisangela (MT),
Helena (SP),
Jane (SP),
Josefina (SP),
Luana (SP),
Luzia (SP),
Luzinete (SP),
Norma (SP),
Maria José (SP),
Maria Lúcia (SP),
Miguel (PB),
Renata (MT),
Rodrigo (SP),
Tereza Cristina (SP),
Tatiana (SP),
Valéria (SP).

*Ao meu **orientador** por tornar possível as minhas conquistas no universo da Ciência da Informação.*

"Não se pode ser ingênuo a ponto de pensar que o assunto está sempre no mesmo lugar em todos os documentos".

Ana Claudia STRAIOTO ***(IN MEMORIAM)***
Grupo de Pesquisa "Análise Documentária" — Unesp, campus de Marília.

RESUMO

A Análise Documental, como processo intrínseco à Organização da Informação no domínio da Ciência da Informação, estabelece parâmetros teórico-metodológicos, de natureza descritiva, que explicitam os procedimentos do *fazer* analítico que levam à identificação de conceitos do documento. Partindo do pressuposto que este procedimento encontra respaldo de natureza técnica na intersecção de procedimentos com a Diplomática, buscou-se resgatar a gênese da concepção Diplomática clássica e expor a base disciplinar dos fundamentos teóricos que estabelecem seus procedimentos de análise da forma e do conteúdo do documento, bem como expor a intersecção de procedimentos e em que momento esta pode ocorrer, de modo a contribuir efetivamente com o fazer analítico da área de Biblioteconomia. A abordagem utiliza a análise teórica exploratória e descritivo-comparativa para exposição dos pressupostos que fundamentam a intersecção de procedimentos e como esta se realiza. Para a explicitação da técnica auxiliar proposta, faz-se uso do documento *livro*, utilizando-se de procedimento comparativo-analítico. Observou-se que o procedimento diplomático apresenta elementos que possibilitam sistematizar o agir do analista por meio da descrição da intersecção de procedimentos, o que permitiu evidenciar o momento da objetivação no *fazer análise* diante da sistematização estrutural das características do documento. O resultado auxilia na identificação de conceitos a partir dos elementos de articulação da forma-conteúdo que revelem os distintos enunciados do livro. Logo, da concepção diplomática de análise do documento torna-se possível inserir no contexto da AD a visão de análise do *documento ao texto* por meio de elementos estruturais que explicitam e contextualizam os aspectos externos e internos do documento, ao cotejar a dimensão de seu conteúdo por meio da dimensão da sua forma.

Palavras-chave: Análise Documental. Diplomática clássica. Forma e conteúdo documental.

ABSTRACT

The Documental Analysis, as an intrinsic process to the Information Organization in the Information Science domain, establishes theoretical-methodological parameters, of a descriptive nature, that make explicit the procedures of the analytical *doing* that lead to the identification of the document contents. Based on the assumption that this procedure has a technical support in the intersection of procedures with Diplomatics, the aim was to recover the genesis of the Diplomatic conception and to expose the disciplinary base of theoretical fundaments that establish its procedures for the analyses of the document form and content, as well as expose the intersection of procedures and also in which moment this can occur to contribute effectively to the analytical doing in the Librarianship area. The approach uses the exploratory-theoretical and descriptive-comparative analysis to expose the assumptions that are the basis of the intersection of procedures and how this is carried out. In order to make explicit the proposed auxiliary technique, the document *book* is used, by means of a comparative-analytical procedure. It was observed that the diplomatic procedure presents elements that make it possible to systematize the acting of the analyst through the description of the procedure intersection, what allowed highlighting the aiming in *doing analysis* before the structural systematization of the document characteristics. The result helps in the identification of concepts starting from the articulation elements of form-content that reveal the distinct statements of the book. Therefore, from the diplomatic conception of document analysis it is possible to insert in DA context the view of the analysis of *document to text* by using structural elements that make explicit and that contextualize the external and internal aspects of the document, by comparing the dimension of its content by means of the dimension of its form.

Keywords: Documental analysis; classic Diplomatics; documental form and content.

LISTA DE ABREVIATURAS

AACR2 - Anglo-American Cataloguing Rules 2nd Edition

ABNT - Associação de Normas Técnicas

AD - Análise Documental

BCI - Biblioteconomia e Ciência da Informação

CI - Ciência da Informação

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ISKO - International Society for Knowledge Organization

ISO - International Organization for Standardization

RI - Recuperação da Informação

TTI - Tratamento Temático da Informação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 10

1.1 Hipóteses de trabalho..... 14
1.2 Compreensão teórico-descritiva do objeto 15
1.3 Justificativa..... 17
1.4 Objetivos 20
1.5 Metodologia 21

2 A ANÁLISE DOCUMENTAL NO ENTORNO TRATAMENTO DOCUMENTAL 25

2.1 Do tratamento à recuperação da informação: em busca da análise documental..... 36
2.2 Análise Documental: elementos conceituais..... 51
2.3 O *fazer análise* no processo da Análise Documental.. 63
2.4 A questão procedimental: em busca do *fazer* sistematizado..... 71

3 *DE RE DIPLOMATICA*: O RIGOR DO *SABER* E SUA FORMALIZAÇÃO ACADÊMICA 80

3.1 Diplomática: delineamento histórico-conceitual 81
3.2 Concepção de ciência à época de Mabillon e o método de sistematização do conhecimento 93
3.3 Diplomática: do status científico à inserção acadêmica 100
3.4 Concepção de documento: perspectiva diplomática 110
3.5 Explicitação dos pólos *teoria* e *método* diplomáticos 119

4 PERSPECTIVA DE APLICABILIDADE DO PROCEDIMENTO DIPLOMÁTICO ...*125*

4.1 Análise do documento em Biblioteconomia..... 128
4.2 O que fazer?..... 130
4.2.1 Materialidade da informação: o livro..... 133
4.3 Como fazer?..... 142
4.3.1 Da análise do livro: em busca dos elementos conceituais 149
4.4 É possível fazer?..... 161
4.5 Por que fazer?..... 165

5 CONCLUSÃO 168

REFERÊNCIAS..... 178

1 INTRODUÇÃO

Da prática de técnico em Biblioteconomia, da observação empírica no processamento técnico de livros em bibliotecas universitárias e dos estudos acerca da Diplomática, originou-se a pesquisa em que se considera a tese de que a descrição do documento por meio da sistematização dos procedimentos da técnica diplomática é meio auxiliar no processo do *fazer analítico* em Biblioteconomia.

A Análise Documental[1] (AD) é um dos momentos mais explorados pela literatura da Ciência da Informação diante da necessidade de informação do usuário e do potencial informativo do documento.

A problemática observada no processo da AD instala-se no questionamento *lato sensu*: como favorecer a identificação de conceitos[2] em documentos, de modo sistematizado e de modo a considerar seu conteúdo e a necessidade de informação do usuário?

Em síntese, o questionamento tem levado especialistas e estudiosos da Ciência da Informação — Biblioteconomia, em particular — a propor modelos e a criar teorias acerca de um dos processos base da Organização da Informação, tanto na atuação quanto na formação profissional.

No âmbito da AD, princípios e normas acerca de como identificar conceitos, selecionar termos e determinar o assunto de um documento são estabelecidos por comunidades de pensadores como parâmetro de orientação a se perseguir por profissionais da informação.

Apropriadamente tais comunidades de pensadores elencam limites e lacunas de modelos e normas com o objetivo de propor melhorias e contribuições mais eficazes ao processo. Ademais, para demarcar necessidade de pesquisas

[1]O uso da expressão *análise documental* em vez de *análise documentária* deve-se ao fato de que a derivação dos adjetivos precedentes dos substantivos terminados em *–nto* (comportamento, monumento, departamento etc.), faz-se em nossa língua, mediante o sufixo *–al* (comportamental, monumental, departamental etc.). (GUIMARÃES; NASCIMENTO; MORAES, 2005, p. 135).

[2]Utiliza-se a palavra *conceito* como “qualquer unidade de pensamento” para a seleção de termos e assuntos, como determina a norma 12.676 (1992, p.1), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). No entanto, aqui a palavra *conceito* é utilizada a partir da compreensão de Dahlberg (1978): como “unidade de conhecimento” e daquela de Hjørland (2008), ao afirmar que o significado de conceito como “unidades de conhecimento” é uma abordagem epistemológica sob o aspecto de “consenso de conhecimento de especialistas em uma disciplina”, e considerado a partir de propósitos específicos em um sistema de organização da informação.

diante de situações examinadas, como o alto nível de interpretação subjetiva que acontece no início do processo da análise que se propõe a identificar o conceito de um documento e a explicitar mais eficazmente os procedimentos desse *fazer*.

Para denominar os estágios da AD descritos pela literatura, utiliza-se uma síntese explicativa proposta por Mai (1997), a saber: 1.processo de análise de documento; 2.processo de descrição do assunto; 3.processo de análise de assunto. Respectivamente, em cada estágio, há elementos específicos a se tratar: 1.a descrição formal do documento físico (forma); 2.a identificação, a seleção e a extração de conceitos do documento (conteúdo); 3.a tradução do conceito em verbete de assunto (descritores).

Destarte, o objeto estabelecido para investigação no entorno da AD é, simultaneamente, a forma, o conteúdo do documento e sua descrição analítica, o que favorece a identificação de conceitos, dado que esse proceder é parte de um todo considerado no processo da AD, estabelecido para tratar informações consideradas em domínio determinado.

Defende-se a tese de que a descrição do documento por meio da sistematização dos procedimentos dados pela técnica diplomática constitui meio auxiliar no processo da AD do *fazer* da Biblioteconomia. Considera-se que a identificação de conceitos implica uma análise descritiva que se utiliza de procedimentos condizentes tanto com os objetivos da ação que propõe a análise do documento quanto com os objetivos da função do documento, alicerçado em uma ou mais áreas de conhecimento.

Ao situar o domínio da Diplomática em uma perspectiva histórica e social no domínio de estudos da Ciência da Informação — especificamente no tratamento da informação que compreende a AD —, estabeleceu-se como hipótese que esta aproximação se dá por meio de um estudo de intersecção de procedimentos de natureza metodológica, cuja reflexão levou a tratar os aspectos constitutivos do conhecimento diplomático na gênese da sua exposição como conhecimento científico.

Diante da hipótese, optou-se por um delineamento na exposição tal como proposta por analistas e especialistas da Biblioteconomia e CI, ao estabelecer o domínio dos fundamentos teóricos e da operacionalização de seu conceito e de sua definição.

Visando à compreensão do objeto de pesquisa e a sua contribuição para a organização e representação da informação registrada (BUCKLAND, 1991), faz-se oportuno ultrapassar sobremaneira as fronteiras disciplinares da Ciência da Informação, da Diplomática e da Documentação.

À preocupação por uma resposta científica dos *saberes* e *fazeres* em Ciência da Informação subjaz o pensamento de Saracevic (1999), ao expor que os avanços pretendidos na Ciência da Informação dependem dos progressos do campo em relação aos problemas abordados e aos métodos utilizados. Subjaz igualmente o pensamento de Hjørland (1992) ao questionar de modo mais específico — portanto mais aplicado à AD —, as características[3] do documento para a descrição do assunto, dado que se trata de "uma expressão dos potenciais epistemológicos do documento", conforme a óptica de quem descreve o assunto.

Ademais, as descrições das características potenciais do documento permitem adentrarem sua superfície de registro informacional, ao decompor seus elementos constitutivos no que Guimarães (2003; 2008a) considera como um primeiro estágio, onde a partição diplomática demonstra a estrutura que compõe o documento de natureza descritiva (forma) e temática (conteúdo).

Destarte, a "busca por metodologias" (GUIMARÃES, 2003, p.105) para o tratamento da informação é, notadamente, uma preocupação que permanece na atualidade como uma alavanca propulsora para as pesquisas acerca de procedimentos no momento da análise. Especificamente no primeiro estágio da AD, os procedimentos para a análise do documento que levam a identificar conceitos constituem o que é "menos compreendido", e as orientações para o ensino dessa habilidade ainda restam "coisas vagas", como "procure o tópico principal" (MAI, 2005, p.601).

O processo da análise no tratamento da informação compreende a organização situada entre a produção e o uso (DANUELLO; NASCIMENTO; GUIMARÃES, 2006), diante do propósito maior: o de tratá-lo para melhor disseminar e recuperar as informações, considerando a necessidade individual e organizacional no uso da informação (SARACEVIC, 1996; 1999). Para isso, alia a tradição da Documentação (OTLET, 1934) aos atributos funcionais do documento (BUCKLAND,

[3]O termo realça o sentido de "*característica* definidora" (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2006, p.228) do documento ou os *atributos* que permitem que o documento seja reconhecido por um determinado grupo como tal. Auxilia na compreensão do sentido de *propriedade* o empregado pela Lingüística, de "adequação entre o significado de uma palavra e o contexto em que ela é empregada". (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.299).

1991; 1997), de modo a levar a utilidade social dos registros informacionais a um ponto máximo de eficiência (SHERA, 1977).

Para organizar, faz-se imperativo analisar a informação e o seu entorno gerador. Nesse aspecto, a análise utiliza-se de métodos, tanto na forma de pensar quanto de proceder, ou seja, de raciocínio de abordagem e de procedimento, com o intuito de representar a informação, porque se potencializem a sua disseminação e efetivo uso.

A representação da informação caracteriza-se pela evidência de seus procedimentos de análise e de síntese e a utilização de técnicas de sistemas documentais, construídos historicamente com a função de "[...] organizar para transferir, transferir para viabilizar a apropriação da informação" (LARA, 2001).

No círculo documental, a análise particulariza a decomposição do documento para compreensão da sua forma e conteúdo: suas partes constituintes. Independentemente do campo de conhecimento, exigem-se ações guiadas por princípios e métodos que possibilitem observar a clareza e a precisão dos procedimentos na construção das teorias que dão sustentação à construção dos procedimentos do *fazer* relacionado ao tratamento e ao acesso para o uso da informação.

No processo da Organização da Informação, o momento da análise não se dá de forma aleatória ou sem critérios procedimentais preestabelecidos pelo domínio da linguagem documental no campo da Ciência da Informação, na medida em que há o valor social da informação, tratada e disseminada para a construção de um novo conhecimento.

Realizam-se estudos com o objetivo de criar e/ou aprimorar procedimentos (aqui compreendidos como aspectos operacionais do método), que possibilitem, cada vez mais, proceder de forma sistematizada e verificável — refazendo os passos, se necessário — na realização de atividade de AD para o tratamento do conteúdo.

Na AD, os estudos favorecem aportes com as discussões relacionadas à questão do(s) método(s) de abordagem (forma de pensar) e de procedimentos (forma de agir) no domínio da Ciência da Informação, especificamente no tratamento da informação — o que possibilita propor questionamentos acerca do(s) método(s) utilizado(s) para tratar a informação.

A efetiva utilização de um método leva a questionar qual a natureza de seus procedimentos de investigação. Com tal procedimento observa-se a natureza da informação? Considera-se o contexto de criação da informação pelo método escolhido? Há pressupostos teóricos que sustentem tal método de análise documental?

Eis algumas das indagações que sustentam, ao menos como pressuposto básico-científico, e instigam a reflexão do fazer-análise documental, sobremaneira do(s) método(s) utilizado(s) nesse domínio de conhecimento.

Por conseguinte, a problemática inserta no estudo pode ser equacionada considerando alguns questionamentos *stricto sensu*: como ocorre e em que condições o resgate, a atualização e a aplicabilidade do procedimento técnico-diplomático podem auxiliar relativamente à efetiva análise do documento direcionada à identificação de conceitos no processo da AD.

O presente estudo propõe a exposição da natureza da Diplomática como instrumento para explicitar os procedimentos do tratar a informação, porque se contribua no sentido de inserir fazeres operacionais em metodologia de análise.

1.1 Hipóteses de trabalho

H1 - A técnica diplomática de partição do documento contribui para explicitar procedimentos da primeira fase da Análise Documental no tratamento da informação.

H2 - A aproximação entre a Diplomática e a AD efetiva-se por meio de um estudo de intersecção de procedimentos que envolve uma perspectiva de estudo teórico e descritivo acerca do documento.

H3 - H1 e H2 explicitam procedimentos de análise observados como subsídios auxiliares de articulação de conteúdos disciplinares para a Organização da Informação em Biblioteconomia.

1.2 Compreensão teórico-descritiva do objeto

Na análise em curso, utiliza-se o termo *domínio*[4] para representar as atividades (produtos e serviços) e o discurso acerca dessas atividades desenvolvidas por uma determinada comunidade, cuja pertinência de seus membros funda-se na identificação de uma divisão de trabalho na sociedade, mais do que na estrutura formal criada ou na interação social observada.

Aborda-se uma interpretação de *domínio* do paradigma analítico de Hjørland e Albrechtsen (1995 apud HJØRLAND, 2007), proposto para a Biblioteconomia e a para a Ciência da Informação (BCI). À medida que os autores propõem pesquisas acerca de "ter competências para indexar e recuperar informação nas especialidades" e "estudos de documentos e gêneros em domínios do conhecimento", visando à abordagem da "análise de domínio", nota-se haver, em termos operacionais, a delimitação e a especificação do objeto por meio do *domínio*.

Nessa concepção, também trabalhada por Mai (2005) enquanto "comunidades de pensamento", o foco é entender as atividades de um domínio em particular.

O delineamento também revela a interpretação da proposta de Tennis (2003), ao estabelecer os eixos de atuação na análise de domínio. O primeiro eixo é o da "área de modulação": estabelece parâmetros acerca dos nomes, termos e definições utilizados pelos membros e analistas do domínio em análise e/ou examina as maneiras várias de descrevê-lo. O segundo eixo relaciona-se ao "foco como parâmetro": possibilita estabelecer a intensão (compreensão, articulação) do domínio e diminuir a sua extensão.

Na seção 2 do presente estudo, buscou-se estabelecer a Análise Documental em Biblioteconomia como *área de modulação* concernente ao domínio da Ciência da Informação. Consideraram-se as concepções operacionais de seus analistas ao observar e descrever a prática bibliotecária de catalogação, classificação e indexação, como eficiente instrumental para se chegar à AD e à proposta que dela decorre, ao mesmo tempo que se interage com o delinear de conceitos no campo da Documentação.

[4]Os termos *domínio, campo*, *área* e *disciplina* apresentam enfoques distintos. O termo *domínio* é utilizado na modulação da área de pesquisa ou de área temática; o termo *campo* é empregado no sentido comunidade formal de investigação científica; o termo *disciplina* no sentido de conteúdo curricular acadêmico e o termo *área* como divisão do conhecimento.

Inseriu-se a Diplomática como área de modulação no domínio da História e da Documentação, o que vem abordado na seção 3 deste estudo. As concepções operacionais para determinar seu escopo teórico e metodológico expuseram os fundamentos e meios da tradição analítica de senso crítico.

Da exposição a respeito da tradição analítica resultou a seção 4 do texto, em que se trata da adoção e atualização procedimental de sua técnica de *partição* no entorno da AD, objetivando a devida a descrição que favorece identificar conceitos no documento livro.

Das áreas de modulações estabelecidas nas seções 2 e 3 do texto, estabeleceu-se a metodologia da pesquisa como parâmetro para qualificar a natureza de abordagem do estudo. O intuito não foi qualificar as áreas de modulação, ou o domínio de estudo, senão utilizar-se dos pólos da metodologia pesquisa científica como perspectiva de abordagem do conteúdo proposto em tese no exame das áreas de modulação e a sua intensão/articulação à luz desta perspectiva teórico-metodológica.

A contextualização da problemática particularmente se circunscreve aos preceitos teóricos no domínio da Ciência da Informação, abordada como ciência social (SARACEVIC, 1999; PINHEIRO, 2002), a partir de um conjunto de *saberes* e *fazeres*. Nessa perspectiva, ela ocupa-se direcionando os seus fundamentos para a organização do conhecimento (HJØRLAND, 1992, 2006, 2007, 2008), de modo a abordar e estabelecer discussões em torno da construção de conceitos e referenciais teóricos (GARCIA GUTIERREZ, 1984; KOBASHI, 1994; MAI, 1997, 2005; FUJITA, 2003a, 2005; GUIMARÃES, 1994, 1998, 2003, 2008) para a formação e atuação profissional (SMIT, 2000; VALENTIM, 2000; SMIT; BARRETO, 2002), concernentes à organização de conteúdos documentais, entre outros.

O procedimento diplomático para a Análise Documental busca fundamento nas referências e pressupostos apresentados a partir dos estudos da gênese Diplomática (MABILLLON, 1681), e dos estudos dos diplomatistas tradicionais, como Tessier (1966).

Relativamente aos estudos da Organização da Informação, a perspectiva teórica suscita, no transcorrer da análise, uma abordagem voltada mais para o processo da AD. Por conseguinte, enfatizou-se a vertente teórica européia, conquanto a vertente americana possa subsidiar questões mais pragmáticas como a efetiva aplicação de modelos para Análise de Assunto dos documentos.

1.3 Justificativa

Decorrente das preocupações e interesses levantados durante a pesquisa a respeito do assunto, manifestou-se a necessidade premente de retomar e aprofundar estudos relacionados aos procedimentos de análise do documento naquilo que se convencionou chamar descrição física e temática, porque se explicitassem os procedimentos descritivos de análise científica na Ciência da Informação, como contribuições metodológicas que possibilitem dar sustentação à análise do documento.

Transportando tais preocupações para a Organização da Informação, este estudo vem concorrer para a construção teórica da área, enfatizando a base teórico-metodológica da Diplomática, enquanto método de análise da forma e do conteúdo documental. No contexto da Ciência da Informação, como instrumental para explorar a gênese da construção de seus princípios ou enunciados científicos.

Constata-se que investigações com a metodologia diplomática englobam não apenas documentos com diferentes suportes, mas também funções destinadas a *atualizar* as experimentações e os interesses do analista. Resultam daí construções teóricas que são elementos de fundamentação em outras realidades informacionais, independente da tipologia documental. Exemplo é o uso de enunciados elaborados por Guimarães (1994,1998), a partir da análise de atuação do método diplomático em documentos jurídicos.

Tennis (2003) explica que a qualificação com base na intersecção "freqüentemente é percebida quando um domínio estabelecido intersecciona um outro domínio" e o resultado poderá ser um "novo domínio para alguns, mas não para todos". Ademais, ocasionalmente essa intersecção "procura apoio institucional — como ganhar status de departamento ou escola na academia, ou buscar financiamento e gerenciamento em setores acadêmicos ou outros."

No estudo em tese fundamenta-se tal intersecção na linha de pesquisa "Metodologias de análise e condensação de documentos"[5], do Grupo de Pesquisa "Análise Documentária"[6], registrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Justifica-se pela busca de padronização de procedimentais para tratar a informação registrada.

Diante da relevância da investigação pretendida, compreende-se que só é possível alcançar uma compreensão de uma especialidade quando se tem um referencial teórico conceitual próprio para a disciplina com que se atua.

Ressalta-se, outrossim, que esse referencial de guardar relação com as modificações das condições estruturais em que o enunciado teve validade, ser um modelo dinâmico, transformando-se com o tempo, à medida que se construam novos conhecimentos.

A pesquisa, destarte, visa a contribuir para a construção desse referencial teórico no domínio da Ciência da Informação, mais especificamente, na Organização da informação, porque fornece subsídios teórico-metodológicos relevantes para a atuação do profissional da informação de acordo com os interesses específicos de cada área.

Perseguindo o propósito de observar o objeto específico de estudo, justifica-se também o grau de especialização escolhido, na medida em que ocorre na literatura, a aplicação da Diplomática aos procedimentos de análise documental da História (TESSIER, 1966), da Arquivologia (DURANTI, 1996), e nos procedimentos de ensino no "Curso de Bibliotecário-Arquivista" em Portugal, de 1887 a 1982 (RIBEIRO, 2007).

---

[5]São objetivos da linha: "a) investigar diferentes tipologias documentais em áreas técnicas b) criar metodologias específicas de indexação e de resumo em diferentes documentos técnicos c) analisar a aplicabilidade de elementos da lingüística, da terminologia, da lógica e da diplomática em análise documentária." (CNPq, 2009). Disponível em: http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhelinha.jsp?grupo=0330607CJE8MVR&seqlinha=3. Acesso em: 10 fev. 2009.

[6]Com a exposição e repercussão dos trabalhos do grupo de pesquisa "A discussão das bases metodológicas, dos marcos teóricos e das interdisciplinaridades tem contribuído para a identificação de correntes teóricas na área, buscando-se elementos da organização do conhecimento, a partir da ISKO". (CNPq, 2009). Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0330607CJE8MVR>. Acesso em 10 fev. 2009.

Decorrente da interlocução entre a Diplomática geral e a Ciência da Informação explicita-se os procedimentos no tratamento da informação registrada como contribuição para a linha de pesquisa.

Estabeleceram-se a escolha do objeto a analisar e o momento/estágio para propor a análise considerando os fatos observados e as impressões de interesse que marcaram a pesquisadora, aliados ao incentivo instigador do orientador. Trabalhando como técnico em biblioteca universitária por quase oito anos, em vários momentos, observou-se o bibliotecário analisando por horas um livro para 'decidir' em que local do acervo colocá-lo. E, em vários momentos, constatou-se que consultava outras pessoas especialistas acerca do uso da obra, de sua maior ou menor procura, do perfil do usuário que a buscava, da informação nela contida, etc.

A essas reminiscências empíricas agregam-se os estudos anteriores desenvolvidos acerca da Diplomática (NASCIMENTO, 2002; NASCIMENTO; GUIMARÃES, 2004) no âmbito da CI, ao expor a aplicabilidade do método diplomático na análise do documento jurídico digital. Caracterizadas as partes constitutivas do documento, chegou-se à maior precisão quanto ao estudo deste documento e a estrutura informativa que pode ser trasladada aos estudos aplicados em Biblioteconomia.

Focalizaram-se a óptica da CI e a metodologia diplomática — no mestrado — com o propósito de observar aspectos jurídicos do documento digital para o uso no Direito, isto é, de documento autêntico como prova/testemunho. A continuação dos estudos acerca da Diplomática muda o foco: propõe-se agora tratar, sob o seu olhar, o objeto da CI., ao se identificar, no processo de tratamento da informação, aspectos que dizem respeito ao documento sob a perspectiva da Diplomática.

Determinados estudos participam das preocupações de pesquisa de Guimarães e de orientandos, no Grupo de Pesquisa *Análise Documentária,* com a busca de metodologias que possam sistematizar e explicitar procedimentos de AD, ao acrescentar ao objeto de estudo o interesse por desenvolver possibilidades de traslado da Diplomática para a Biblioteconomia e Arquivologia.

Ao retirar a Diplomática do seu contexto original, Duranti (1996) e Bellotto (2002), por um lado, Guimarães (1994), por outro, trabalham com pressupostos diferentes da Diplomática.

Embora tradicionalmente aplicada à Arquivística, que não se atém ao conteúdo, a Diplomática, ao analisar essas estruturas, apresenta uma superestrutura textual (VAN DIJK, 1992), levando à expectativa de conteúdos típicos. São exatamente esses os pressupostos explorados no cotejo de conceitos de conteúdo e forma na AD da Biblioteconomia e na Diplomática.

Para tanto, faz-se necessário conhecer as regras de funcionamento, os elementos delineadores do pensamento da Diplomática, com o propósito de proporcionar ao profissional da informação uma visão técnico-metodológica e epistemológica para a construção do saber, no domínio da Ciência da Informação.

A proposta de revisitar a Diplomática — para expor sua metodologia —, a partir de circunstâncias histórico-documentais de sua criação, possibilita a verificação de sua organização, de sua fundamentação teórico-metodológica, e de seus princípios e de seus procedimentos de intersecção com a organização da informação. Sua importância evidencia-se na medida em que possibilita compreender a raiz da construção dos espaços teóricos em que o estudante/pesquisador em Ciência da Informação possa movimentar-se.

Utilizar-se do paradigma *análise de domínio* da BCI na delimitação da área de pesquisa, recorrendo a especialistas para analisar as várias áreas, pressupõe igualmente utilizar-se de "um processo pelo qual se pode verificar o que é [...] significativo sobre algum campo do esforço humano" (DANUELLO, 2007, p. 52), e identificar elementos que permitam analisar padrões entre objetos, pessoas e instituições.

1.4 Objetivos

O objetivo geral desta tese é expor a técnica do método diplomático como contribuição para explicitação de procedimentos no tratamento da informação, registrada no suporte tradicional, e os possíveis caracteres operacionais aplicados que levem à identificação do conceito.

Os objetivos específicos são:

1. Analisar concepções teóricas relacionadas à organização da informação, ou tratamento da informação.

2. Ponderar acerca da literatura especializada na busca de parâmetros teóricos de validação dos critérios da Diplomática, resgatados a partir da análise de sua gênese, mediante fundamentação teórico-crítica dos entendimentos acerca de seu estatuto enquanto ciência.

3. Explicitar os quadros analíticos por meio dos fundamentos teóricos conceituais norteadores, nos estudos da análise diplomática e aplicados no domínio da Biblioteconomia, mediante análise do documento livro.

4. Expor a síntese dos estudos realizados com o uso da metodologia diplomática, de tal forma que se evidencie a construção e/ou a inserção de elementos diplomáticos no âmbito da AD. Diante dessa evidência, então avaliar a possibilidade de interlocução entre a Diplomática geral e a Ciência da Informação.

1.5 Metodologia

O método em si é objeto de questionamento anteriormente aos clássicos estudos a respeito do conhecimento científico e a forma de pensar e explicar o universo e seus elementos. Os princípios do conhecimento científico são lançados: *para quê* e o *porquê* formatam racionalmente o pensar, e, por extensão, resultam no modo de explicar os procedimentos que, insertos numa necessidade criada, responde ao questionamento do *como* realizá-lo.

Ante essa perspectiva, para alcançar os objetivos propostos, recorre-se à intersecção entre procedimentos metodológicos no quadro de operações conceituais e inter-relacionadas pelo tipo de análise criada, à medida que ultrapassam as fronteiras disciplinares.

De acordo com Hjørland (2007), a melhor maneira para se compreender a informação em CI é estudar os domínios de conhecimento como “comunidades de discurso”. Assim, da aproximação explicativa de Tennis (2003) e Hjørland (2007), construíram-se as modulações para exposição e aplicação dos procedimentos da AD e da análise diplomática.

Com as modulações, foi possível propor uma problematização, delimitada acerca da identificação de conceitos na AD e estabelecer a técnica diplomática como procedimentos sistematizados de análise. Do universo do documento,

estabeleceu-se o *livro*[7] no suporte tradicional como objeto da análise, ao considerar a sua clássica presença na vida cultural do homem.

De acordo com os objetivos propostos, o percurso metodológico da pesquisa é delineado em dois momentos complementares: o teórico-exploratório e o descritivo-comparativo.

No primeiro momento, desenvolveu-se uma fundamentação teórica de sustentação à argumentação da fase descritivo-comparativa e analítica, elaborada no segundo momento, a partir do referencial teórico dos estudos realizados.

O segundo momento compreende uma análise da aplicabilidade dos fundamentos e da técnica da partição diplomática, meio utilizado para expor procedimentos sistematizados das características do documento analisado — o livro.

O processo descritivo de desenvolvimento da pesquisa expõe a forma e o conteúdo do *corpus* de análise:

- a partir de procedimentos realizados — por meio de atualização espaço-temporal da forma e do conteúdo documental —, de pensar o objeto histórico-descritivo, além da fronteira disciplinar da Diplomática, estabeleceu-se a comparação no desenvolver das análises, fundando-se no contexto e na perspectiva da metodologia da pesquisa, descrevendo características e comparando idéias e formas de aplicação, relacionando-as e expondo sínteses analíticas;
- a análise dos estudos descritivos realiza-se mediante a identificação dos termos ou expressões operacionais ao mapear a forma e o conteúdo do documento na elaboração da idéia de intersecção comparativa com a exposição da técnica diplomática.

As abordagens pretendidas no campo da Ciência da Informação são orientadas por teóricos ocidentais, com ênfase nos estudos correlatos a esta temática no campo da Documentação e Diplomática.

Norteiam-se a AD e a Diplomática pelo pensamento teórico-metodológico elaborado a partir da pesquisa bibliográfica e documental realizada em fontes de informação:

- DIALNET - Portal de Difusión de la Producción Científica Hispana (Espanha);
- SCRINEUM – Aggi e Materiali On line di Scienze del Documento e del Livro Medievali (Itália);

[7] Para os fins da presente tese, utiliza-se a expressão *livro* não em sua dimensão de forma, como códice, mas em sua dimensão de conteúdo, como designativo de todo e qualquer material monográfico.

- PERSEE - Portail de Revues Scientifiques en Sciences Humaines et Sociales (França);
- SciELO - Scientific Electronic Library Online (América Latina e Caribe);
- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Ibict, Unesp, USP, PUCAMP, UFMG e outras.
- Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes (Espanha);
- Sítio da Biblioteca Pública Estadual (Staatsbibliothek) de Berlin (Alemanha).

Faz-se a explanação sob a perspectiva da metodologia deste estudo por meio de um questionamento implícito de como se dá e como se vê o processo de AD em uma Biblioteca. Utiliza-se também nessa reflexão, o conhecimento empírico na área, adquirido quando do trabalho em biblioteca universitárias no 'processamento técnico' de livros.

No foco usado como parâmetro na tese, valeu-se da metodologia da pesquisa e da análise técnico-diplomática para aumentar a intensão no domínio da Diplomática e diminuir sua extensão na AD. Ao conjunto de elementos operacionais do método diplomático, a autora do estudo atribuiu a denominação de *análise técnico-diplomática*.

A qualificação com base no foco é utilizada nas seções 2 e 3 do texto. Já a seção 4 serve-se da qualificação com base na intersecção entre AD (forma e conteúdo) e a técnica diplomática.

Quanto à organização das seções, utilizou-se o raciocínio dedutivo na estruturação da seção 2 para expor a área de modulação da AD no entorno do tratamento da informação em que analisa o referencial teórico para explicitar a gênese da problemática estabelecida nesta pesquisa. A exposição da compreensão concernente à problemática delimita e expõe o processo da AD e suas distintas fases e instrumentos, com vistas a visualizar o momento oportuno da intersecção procedimental proposta.

Na seção 3, utilizou-se da argumentação fundamentada parcialmente na base histórico-conceitual da bibliografia clássica acerca da gênese da Diplomática, para demonstrar a base objeto-teoria-método que descreve a sua natureza científica, à luz da concepção de seu fundador Jean Mabillon (1681), quando estabeleceu critérios sistematizados e fundamentados para tratar o documento e propor um método de crítica documental.

Na seção 4, correlacionam-se os procedimentos da AD — delimitados na fase analítica — à descrição formal do documento que favorece identificar conceitos, com o do método diplomático, pertinente à técnica de partição documental, mediante explicitação dos caracteres construtores da forma de conteúdo do documento. Dessa explicitação expõem-se as premissas que fundamentam a estratégia analítica do documento e o quadro de orientação para sistematizar e explicitar seus estágios de resolução.

Dado que se apresentem, respectivamente, como os primeiros e últimos passos da pesquisa, as seções 1 e 5 perseguem a exposição da problemática enfocada, com levantamento de hipóteses por meio de pressupostos teóricos, a respeito dos quais se discute.

2 A ANÁLISE DOCUMENTAL NO ENTORNO DO TRATAMENTO DOCUMENTAL

As tendências teóricas dos estudos desenvolvidos no contexto da Organização do Conhecimento parecem apontar para um epicentro na Ciência da Informação, como ponto de convergência do processo de organização da informação, por tratar da identificação, do processamento e da disponibilização do conteúdo informacional dos documentos aos usuários das diversas situações informacionais, sejam individuais ou coletivas, públicas ou privadas.

O núcleo de articulação compreende um processo de organização da informação que possibilita ou auxilia na transferência de conhecimentos e, por conseqüência, no acesso a um universo informacional significativo, diante dos *fazeres* e *saberes* que interagem no investigar, no compreender e no disponibilizar o conteúdo documental, isto é, a informação registrada (BUCKLAND, 1991).

Nesse sentido, para compreender o processo torna-se necessário olhar para o objeto de estudo como um produto construído ao longo da história documental do homem e, por isso, desenvolvido a partir de domínios ou ambiências de produção e uso, como, por exemplo, a biblioteconomia.

A abordagem proposta nesta seção parte, portanto, da organização ou tratamento, enquanto conjunto de ações que se constroem tendo em vista a mediação da informação pelo profissional da informação, no entorno da Ciência da Informação, aqui entendido como domínio de estudos e pesquisas em Ciências Sociais aplicadas. Por meio de análises teórico-exploratórias, busca-se delinear um espaço de diálogo entre a produção, a organização e o uso da informação, demarcado pelas tendências da Organização do Conhecimento.

Na Ciência da Informação (CI)[8] um dos fundamentos é “levar a um ponto máximo de eficiência a utilidade social dos registros gráficos humanos [...]” (SHERA, 1990 apud BARITÉ, 2001, p.36; ZANDONADE, 2003), isto é, da informação registrada (BUCKLAND, 1991) de modo a integrar o *saber* (conteúdos conceituais*) e*

[8]A Ciência da Informação é considerada por Robredo (2003) um marco interdisciplinar que agrega os desdobramentos práticos e aplicados das ciências que tratam o documento ou que tenham como foco de estudo a informação.

o saber fazer[9] (ações procedimentais*)* do tratamento documental ao ato de recuperar a informação.

Enquanto o *saber* é o *conhecimento* que se produz — hipóteses, leis e teorias — o *saber fazer* é o modo de natureza processual[10] de como se produz e se aplica o conhecimento produzido, ambos acionados na gênese da sua condição aplicável pelas instituições biblioteca, arquivo, museu e outros centros de informação.

Observa-se que nessa óptica de análise estão implícitas duas das Leis da Biblioteconomia de Ranganathan(1931)[11], a saber: "Cada livro seu leitor", isto é, é preciso *saber* para auxiliar o usuário a recuperar a *informação desejada*[12]*,* de acordo com o seu perfil, e "Poupe o tempo do leitor", base do processo *tratamento* documental em quaisquer suportes, em que o *fazer* deve se caracterizar pela organização e pelo rigor.

Há séculos[13] as 'técnicas intelectuais' (FAYET-SCRIBE, 1999) e a "arte" ou "habilidade artística intuitiva" (GUIMARÃES, 2003) estão presentes no cenário documental e, enquanto instrumentos e processos de representação temática e descritiva com capacidade de "reencontrar a informação", evoluíram a partir do

---

[9]O *saber fazer* é um conceito operacional utilizado para expor a idéia de técnica como "forma de conhecimento destinada à pratica e à utilidade". Concepção originária do termo grego *banausía,* o qual significa "arte mecânica ou trabalho manual". *Bánausos* era uma forma de ofensa, no mundo grego Antigo e Medieval, destinada aos "operários mecânicos", homens que pertenciam à classe dos escravos, porém, diferente desses, não respondiam às necessidades de uma, mas de várias pessoas. (JAPIASSU, 2007, p. 55).

[10]No discurso metodológico da ciência pós-moderna, Boaventura de Souza Santos (2000, p. 72) explica que a teoria pode compreender o conhecimento substantivo e o processual ou método. O primeiro é o "conhecimento que se produz" e o segundo é o conhecimento do "modo como se produz".

[11]As cinco leis da biblioteconomia de Ranganathan (1931) são: Livros são para uso; Cada leitor seu Livro; Cada livro seu leitor; Poupe o tempo do leitor; Biblioteca é um organismo em crescimento.

[12]Segundo Ingwersen (1992) a noção de *informação desejada* implica em verificar as razões pelas quais o usuário revela um desejo intencional por determinada informação e buscar suprir essa necessidade informacional, considerando os seus diversos níveis de conhecimento. Tal abordagem remete à interação do usuário na recuperação da informação e à concepção de que no processo de tratamento de conteúdos documentais "[...] a demanda das necessidades de informação da comunidade usuária constitui-se num aspecto importante a ser considerado [...]", de acordo com Euclides (2007, p.103).

[13]O *fazer* documental dos monges copistas (de guardar e reproduzir) pode ser classificado como as primeiras técnicas documentais. Segundo Moreiro González (2005, p.1627), a primeira obra a expor as bases da Biblioteconomia moderna, com técnicas para colecionar, controlar e organizar os livros foi o Tratado "Advis pour dresser une bibliothéque" de Gabriel Naudé, em 1627.

desenvolvimento tecnológico (imprensa, processadores de texto, internet e outros) influenciadas pela *necessidade* de *organização* ou *tratamento* da informação[14] e, consequentemente, pelo perfil da demanda, elementos históricos potenciais deste entorno.

Até mesmo a análise etimológica da palavra Biblioteconomia, que apresenta três elementos gregos justapostos, a saber: *biblíon* (livro) + *théke* (caixa/depósito) + *nomos* (regra) + sufixo *ia*, leva a entender a Biblioteconomia enquanto "conjunto de regras de acordo com as quais os livros são organizados em espaços apropriados [...]" (FONSECA, 2007, p. 2-3).

A Biblioteconomia[15] carregara a origem funcional do *tratamento* documental, pela regra da organização diante do quadro dos conhecimentos acumulados, desde o segundo milênio a.C. (WITTY apud KOBASHI, 1994) e, ao perpassar o período medievo, o livro deixa de ser só elemento religioso ou legal e converte-se em "necessidade sentida por todos" (ORTEGA Y GASSET, 2006, p.19).

Nos séculos XV e XVI observa-se, na história ocidental, a utilização da palavra *diploma* como portador de direitos e deveres destinado a pessoas importantes (reis, nobres, papas, etc.), identificado, à época, como *documento*. E, no contexto da visão de mundo de Bacon, Galileu e Descartes surge a obra *De re diplomatica*, de Jean Mabillon (1681) apresentando um método específico de tratamento para essa categoria específica de documentos, diante da sua forma, conteúdo e intuito sócio-legal. Em 1895, as técnicas do tratamento documental tornam-se objeto de estudo científico sistematizado, aplicável aos diversos documentos, por Henri La Fontaine (1854-1943) e Paul Otlet (1868-1944).

A partir do século XX o tratamento documental, outrora realizado pelos bibliotecários, no seu sentido restrito de organização de documentos segundo seu

[14]No âmbito dos estudos realizados, os termos *informação* e *documento* diferem-se, conforme verificou Nascimento (2002). Nesse sentido, a semântica atribuída ao termo i*nformação* será, de acordo com Rendón Rojas (2008), a concepção de *logos* para os gregos, a saber: pensamento, idéias, conceitos, sentido, significados, palavras internas. E, ao *documento* atribui-se a concepção de "objetivação da informação, independentemente de sua natureza material (tabuletas, papiro, papel, disco magnético, óptico, etc.) ou simbólica (desenho, pintura, grafia, código binário, etc.)". No entanto, a questão fundamental aqui relacionada é a percepção de que "a informação está contida em documentos e pode ser utilizada pelo usuário [...]." (SMIT, 2000, p.126).

[15]A visão da natureza técnica da Biblioteconomia e dos seus objetivos desenvolveu-se a partir da década de 1920 nos Estados Unidos que, diante da insatisfação dos estudos de aspectos práticos em funcionamento desde 1886, criou um programa de Pós-Graduação na Universidade de Chicago, em 1926. E, em 1931 é lançada a primeira publicação da revista do programa, The Library Quarterly, com o "artigo pragmático" de abertura "O lugar da pesquisa no serviço bibliotecário", de Charles C. Williamson. (ZANDONADE, 2003).

conteúdo (ORTEGA, 2004), torna-se uma atividade com baixa especificidade[16] e resultados insatisfatórios diante do desenvolvimento explosivo da informação e do problema da "necessidade de prover disponibilidade e acessibilidade a informações relevantes" (SARACEVIC,1995).

Desses acontecimentos, observa-se o surgimento da Análise Documental – aspecto da documentação que interessa nessa tese - expresso por Gardin et al (1964), Garcia Gutierrez (1984), Pinto Molina (1989; 1993), Ruiz Pérez (1992), Clausó García (1993,1994), Garrido Arilla (1993,1994), Waller (1999) e Izquierdo Alonso (2000; 2003; 2004), dentre outros. Os fundamentos teórico-metodológicos acerca dessa atividade serão examinados posteriormente.

As técnicas de AD são particularmente um problema de elaboração conceitual. Nos séculos V ao XV caracteriza-se o "desprezo à técnica" e pela submissão da razão à fé (ARANHA, 1992, p. 95), ainda que algumas exceções fossem registradas como, por exemplo, as experimentações de Francis Bacon (1561-1626) que, "numa época na qual era impossível escrever a história daquilo que os homens sabiam, traçou um mapa do que eles deveriam aprender" (DIDEROT apud ANDRANDE, 1997).

Logo, o resgate da gênese das técnicas documentais, no seu sentido amplo, utilizadas no tratamento da informação, perpassa a sua natureza social mais que a científica.

Por isso, busca-se compreender a idéia da *necessidade* do tratamento ou *organização* da 'custódia do saber'[17], isto é, dos livros, manuseados e guardados pelos monges copistas, em uma abordagem social desse conhecimento, porque a ruptura dessa organização vem com o renascimento das idéias e posturas, em que o 'saber contemplativo' é substituído pelo 'saber ativo', alusivo às novas descobertas em que a ciência toma a forma de consciência social e permite ao homem não apenas aprender as leis objetivas da natureza, como também da sociedade, e a pôr seu conhecimento em prática. (MIKHAILOV; GILJAREVSKIJ, 1970; ARANHA, 1992).

---

[16]Para obter resultados satisfatórios em uma pesquisa, "o sistema deverá possibilitar-nos fazer a especificação dos assuntos com precisão". Sendo assim, a especificação deverá estar de acordo com o assunto do documento. (FOSKETT, 1973, p.12).

[17]Expressão utilizada a partir da obra de Umberto Eco (1980) "O nome da rosa", citada por Barreto (2008), em "Uma quase história da ciência da informação". Disponível em: <http://aldoibct.bighost.com.br/Umaquasehistória.pdf>. Acesso em 28 nov. 2008

Tal alusão, no raciocínio historiográfico, remete ao final do século XVII, no qual se observa o pensamento científico mediado pela técnica (GRANGER, 1994). O discurso da ciência, centrado na busca da verdade, se une ao da técnica, centrado na “melhoria das condições do homem”, conforme lembram Smit e Barreto (2002) ao exporem a autoridade tecnológica diante da necessidade social de acesso à informação, para modificar a situação anterior, em que parece que a prática alimenta a teoria.

Nessa linha de análise, Boudon e Bourricaud (1993, p. 387-393) esclarecem que a necessidade está relacionada à natureza do ser (racional ou irracional).

Interessa, especificamente, neste estudo, o ser racional, porque o homem, como parte do reino animal, sobrevive “[...] sem a acuidade de um lince ou as dimensões de um elefante [...]” ampliando a força dos seus braços, a sua velocidade e a sua acuidade visual e auditiva, com o instrumento extraordinário de adaptação e acumulação ao conservar “o antigo, apesar da aquisição do novo”, como sintetiza Laraia (2007, p. 40-41), em uma abordagem cultural.

Assim, a necessidade no âmbito documental faz parte da natureza do homem e para compreendê-la é preciso “compreender que as necessidades do homem não são todas de natureza material” e a socialização das necessidades se dá a partir da divisão do trabalho e da propriedade, de acordo com o pensamento de Rousseau analisado por Boudon e Bourricaud (1993, p. 388).

A relevância do pensamento na atualidade está em compreender que há “um condicionamento social das necessidades [...]” e, perante a “gênese social das necessidades”[18] (BOUDON; BOURRICAUD,1993, p. 388), pode-se falar de diversas

[18]Boudon e Bourricaud (1993, p. 390) esclarecem que tais necessidades são sociais por dois aspectos: o primeiro é “pela maneira como se definem e se constituem”, dado que “sua defesa está a cargo de organizações ou de um movimento social”. E o segundo aspecto é porque “essas necessidades só podem ser satisfeitas se as demandas que as exprimem são acolhidas pelo público ou eventualmente pelas autoridades políticas.”

necessidades como, por exemplo, a necessidade de disciplina, de regras, de liberdade, de afeto, de felicidade, de moral, de economia e outras[19].

Dentre elas, pode-se localizar a necessidade documental que, conservando a visão tradicional da forma documental, encaminhou-se para a necessidade da informação contida nesta, dando causa à mudança de natureza pragmática[20] da "normalização da análise documental" (GARCIA GUTIERREZ, 1984), visão com a qual comungam também Fayet-Scribe (1999), Smit (2000), Silva e Ribeiro (2002), Robredo (2005), Guimarães (2003; 2008).

Logo, a necessidade do documento e da sua informação é uma das formas possíveis de relação de dependência entre o homem e a coisa. Há o entendimento que as técnicas iniciais, voltadas basicamente para a recuperação física do documento (em detrimento do seu conteúdo em alguns momentos), continuam a existir de forma aperfeiçoada, em razão da natureza social que mantêm com a necessidade de organizar. E essa, por sua vez, é compreendida pela sua relação, de natureza classificatória[21] (nas estantes ou sistemas) e catalográfica (ficha descritiva ou registro catalográfico), que mantém com o objeto de estudo na Ciência da Informação, diante do objetivo da recuperação relevante (manual ou automatizada).

Por tais razões, o tratamento aqui observado baseia-se na concepção de *organização* de Boudon e Bourricaud (1993, p. 408): de "colocar uma certa ordem num conjunto de recursos diversos para fazer deles um instrumento ou uma ferramenta a serviço de uma vontade que busca realizar um projeto", porque em tal idéia se imbricam os termos *tratamento* e *organização* no entorno informacional, decorrência do *saber* e do *saber fazer* caracterizado pela necessidade, de gênese

[19]De acordo com Abbagnano (2003, p.708), na história da Filosofia, vários autores tratam a questão da necessidade como elemento da condição humana, entre eles cita-se, como exemplo: Platão, em *O Banquete* a apresenta "como falta e busca do que falta", em *República*, atribui à necessidade a origem do Estado. Segundo o autor, Hegel a vê como o "sistema de necessidade", em que é dominada pelo homem; Schopenhauer a vê como "como falta e dor", essencial para interpretar o que o homem é ou pode ser; Max, em *Economia e filosofia* e *Ideologia alemã*, também acentua a importância da necessidade e do trabalho para satisfazê-la. Logo, a dimensão sócio-filosófica da necessidade evidencia que a mesma pode torna-se um instrumento utilizado para explicar a concepção de AD, não apenas a concepção que se tem a partir do temo Ciência da Informação.

[20]O termo *pragmático*, no estudo, toma como base de compreensão o contato entre o sujeito e o objeto e a possibilidade de conhecimento, de acordo com Hessen (1973, p.51). Nessa concepção de *pragmatismo* "[...] o homem não é essencialmente um ser teórico ou pensante, mas sim um ser prático [...], de ação." Os fins práticos buscam resultados úteis e proveitosos para a vida social.

[21]Atualmente a Classificação é denominada de Representação Temática, e a Catalogação, de Representação Descritiva.

social, presente no círculo informacional (GUIMARÃES, 2003; ROBREDO, 2005), dado que é a atividade meio para haver a recuperação-uso, que é a atividade fim.

Porém, cumpre apontar a existência de divergências de entendimento quanto ao conjunto de operações que compreendem o tratamento, conforme apontam Garcia Gutierrez (1984), Pinto Molina (1989, 1993) e Clausó García (1993), dado que há correntes que incluem a análise documental no tratamento e há outras que identificam de forma distinta *análise* e *tratamento*.

Ilustrando a assertiva, apresenta-se o tratamento nas distintas concepções do "processo documental" (PINTO MOLINA, 1993, p. 37) de Gardin (1964), Chaumier (1971), Garcia Gutierrez (1984), o que permite, a partir daí, situar a atividade da Análise Documental; não só diante do objetivo de mostrar as operações funcionais relacionadas no processo documental, como também as idéias distintas acerca da palavra *processo*, o que pode gerar obstáculos.

A exposição das ilustrações é um modo de apresentação do processo tratamento na medida em que se organiza racionalmente as operações da análise em função da recuperação. Expõe-se as operações horizontais e verticais do desenvolvimento do pensamento descritivos do processo da informação documental.

Posta assim a questão, é de se dizer que, para Gardin (1966), a análise é uma fase a mais no processo informacional/documental e não está contida no tratamento, ao qual se vincula de forma linear. Logo, para o autor, o tratamento é empregado na relação entre as fases da análise e da difusão, isto é, a análise antecede o tratamento.

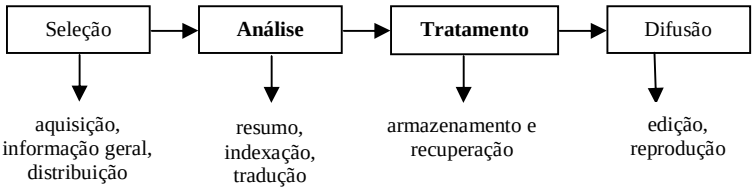


Figura 1: Processo documental de Gardin (1966).

Na vertical, observa-se no tratamento, o armazenamento e a recuperação, e na análise há a tradução, a indexação e o resumo. Logo, entende-se que, na operação de análise de Gardin, a tradução e o resumo são fases distintas da indexação. No entendimento de Pinto Molina (1989), a concepção de Gardin (1966) segue uma linha restritiva ao referir-se somente ao conteúdo dos documentos na

operação de análise e também por considerar como objeto (da análise) somente o documento escrito.

Pinto Molina (1993) entende que o termo *tratamento* significa "transformação" e é uma operação intermediária (entre a produção e o uso) do processo documental, que contém as fases da análise e da recuperação. Desse modo, a análise documental responde pela primeira fase do tratamento.

Para Chaumier (1971, p.15), o tratamento da informação documental é "a base dos sistemas documentais" e retrata um modelo operacional (figura 2) de modo a entender sua engenharia, enquanto "conjunto de operações internas, que se destina a representar o conteúdo de um documento numa forma diferente da sua forma original".

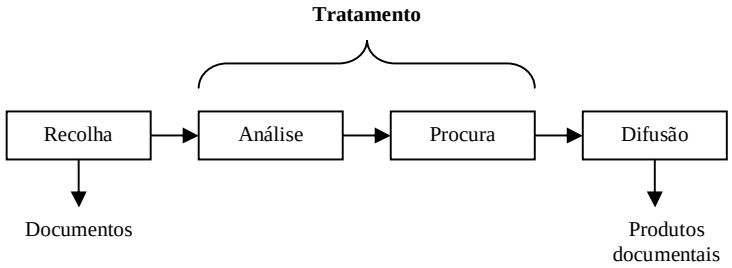


Figura 2: Cadeia documental de Chaumier (1971, p.14)

Na concepção de Chaumier (1971), o tratamento agrupa tanto a análise como a procura (operação caracterizada pelas ações de busca em um sistema). A análise considera somente o conteúdo documental; excluindo, portanto, a forma documental.

Garcia Gutierrez (1984, p.77-78) entende que a fase *tratamento* caracteriza-se pelo marco da normalização[22], pois nele aplica-se técnica específica, com a finalidade de tornar o documento acessível via procedimentos de catalogação, classificação e análise de assunto. Para o autor, há um bidirecionamento no tratamento. Uma primeira direção é a análise, atividade metódica, sistemática e dinâmica como meio de organização e controle, elemento que potencializa a recuperação, enquanto a segunda direção arbitra os modos pertinentes de busca (recuperação).

[22]De acordo com as características do documento (forma e conteúdo), ele poderá ser inserido em um ou vários setores de conhecimento. A sistematização no tratamento e a dinamização do conjunto de características é o que se entende por normalização.

No entanto, observa-se que o caráter linear do *modus operandi* do processamento documental é insuficiente para explicitar os procedimentos transversais da análise.

O procedimento da análise do documento (forma e conteúdo), às vezes, pode ser motivado por elementos de complexidade maior do que os apresentados no processo, por causa do objetivo de transformação que é motivado pela recuperação e uso posterior do documento.

A aludida complexidade expressa a idéia do princípio que rege essa transformação gestada pela análise, palavra que carrega a epistemologia da fragmentação, considerada por Morin e Le Moigne (2000, p.95), como um dos "pilares da certeza", com a finalidade de "dissolver a complexidade pela simplicidade [...]".

Enquanto "princípio de separação", a análise busca resolver um problema decompondo-o em elementos simples, recordando o método Cartesiano. Porém, ainda que pertinente tal recurso, há a fragmentação das partes no procedimento. E, conseqüentemente, todos os fragmentos necessitam ser considerados, para que não se tornem partes incomunicáveis (MORIN; LE MOIGNE, 2000). Como exemplo, observa-se de modo empírico, no ensino curricular, a fragmentação (e falta de articulação) do conteúdo do tratamento documental diante do viés das tecnologias de informação. O mesmo se aplica, no ensino jurídico, ao direito material e processual.

Nesse sentido deve-se dizer que, no âmbito do tratamento, reconhecer a complexidade nos meandros do procedimento de análise "é confessar a dificuldade de descrever, de explicar, é exprimir sua confusão diante de um objeto que comporta traços diversos, excesso de multiplicidade e de indistinção interna", conforme alerta de Morin e Le Moigne (2000, p.90).

Sendo assim, além da percepção linear e transversal contida no processo, também há a circularidade causada pelo desejo de se tratar e recuperar a informação para uso e a da necessidade informacional do usuário em presença da complexidade causada pela aceleração da produção documental, recordando o problema apontado por Saracevic (1995).

Ainda que a idéia de circularidade possa parecer viciosa - em que o começo também pode ser o fim – há idéia de retorno que se dá entre a produção/tratamento

e a recuperação-uso, cujo princípio é o processo transmissor[23] (PINTO MOLINA, 1989) da informação, na concepção da Documentação. E a idéia de continuação se dá mediante o efetivo uso da informação.

Como se observa na figura 3, a percepção do caráter circular, ao expor a informação entre dois pólos (produtor e usuário), torna-a acessível, diante do tratamento realizado dentro do círculo que, segundo Ruiz Pérez (1992), praticamente condiciona as demais operações do processo.

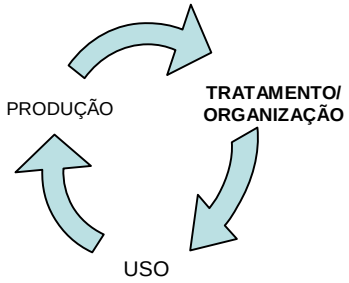


Figura 3: Círculo Informacional *condensado* em C.I.

Cumpre examinar também, na perspectiva de ensino-aprendizagem, a idéia do que é *processo* e do que é *produto*, conforme adverte Guimarães (2003), enquanto conteúdos de disciplinas. Há processos distintos para tratar a forma e o conteúdo do documento e, conseqüentemente, distintos também serão os produtos finais, resultado do tratamento.

De acordo com Guimarães (2003), em abordagem relativa ao tratamento em seus meios convencionais e, Dias e Naves (2007), em aproximação convencional e automatizada, identificam-se a catalogação e a análise como processos, respectivamente, para a forma e para o conteúdo. Como produtos de tais processos, há, catálogos (resultado da catalogação) e índices (resultado da análise).

Observa-se, por outro enfoque, que a abordagem mobiliza a utilização de *saberes* e *fazeres* específicos em momentos distintos do tratamento e são remetidos aos *conteúdos* e *ações*, dado que a prática há que buscar "a teoria correlativa sem a qual o *fazer* – qualquer fazer – não pode, no mínimo ser compreendido e melhorado", conforme alerta Silva e Ribeiro (2002, p. 22).

[23]De acordo com Pinto Molina (1989, p. 323), o "processo transmissor" diz respeito "ao caráter cíclico da informação", ou seja, o fato de basear-se em outra informação prévia, não faz senão evidenciar "a importância e a necessidade da sua transferência, condições indispensáveis para o progresso social [...]".

A título de exemplo, buscou-se a proposta de Martins (2005, p.36), conforme o quadro a seguir, como meio de visualização de tais saberes e fazeres.

PRIMEIRO MOMENTO / SABER	SEGUNDO MOMENTO / SABER FAZER
Conteúdos conceituais	**Ações procedimentais**
Conhecimento e informação	Observação e leitura
Idéias, noções e princípios.	Técnicas específicas
Definições e significados	Cooperação coletiva
Saberes [teóricos] aplicados à prática	Pesquisa, reflexão e análise [e síntese]
Compreensão de fatos	Habilidades e competências

Quadro 1: Conteúdos e ações em situação de aprendizagem
Fonte: Martins (2005, p. 36, com adaptações)

Assim, os conteúdos e ações aplicados ao tratamento documental relacionam: os fundamentos do *saber* — quando se busca conhecer os princípios, as leis, as teorias, enfim, as idéias que compõem o ”conhecimento universal”[24] (ZINS, 2006), por meio de referenciais teóricos interdisciplinares[25] e, quando se busca identificar processos e elaborar produtos — e os fundamentos do *saber fazer* ao aplicar esses saberes para criar produtos documentais, de modo a agregar concisão a um conteúdo significativo e potencializar a sua recuperação e disseminação em diferentes suportes.

Nessa situação, os produtos documentais (índice, resumo) alimentam sistemas de informação em diferentes ambientes e são necessários para a localização e a recuperação de conteúdos, com significado para o usuário.

[24]De acordo com Zins (2006, p.451), o “conhecimento universal” caracteriza o conhecimento subjetivo gravado, documentado ou fisicamente expresso. É um conceito chave nos estudos realizados pelo cientista (2003-2005) ao sistematizar os campos do conhecimento humano e da Ciência da Informação. Zins (2008), em aula ministrada no Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, na Unesp-Marília, apresenta a Ciência da Informação como produto de construção social composto por conhecimento descritivo (proposicional), de natureza mediadora – explora a forma que o conhecimento universal circula e não a criação do mesmo.

[25]Para esclarecer o vocabulário utilizado: a modalidade de interdisciplinaridade empregada guarda relação com a disciplinaridade de Japiassu (1976, p. 73-75), a saber, “domínio homogêneo de estudo, isto é, o conjunto sistemático e organizado de conhecimentos que apresentam características próprias nos planos de ensino, da formação, dos métodos e das matérias”. Assim, a disciplinaridade significa a exploração científica desse domínio e a interdisciplinaridade será a superação dessas fronteiras disciplinares, em que há reciprocidade no intercâmbio de saberes, de modo a integrar e convergir “depois de terem sido comparados e julgados”. A interdisciplinaridade se reconhece pela incorporação de resultados de várias disciplinas e não pelo “empréstimo a outras disciplinas” de instrumentos e técnicas metodológicas. Para efeito de diferenciação utiliza-se o termo disciplina (minúsculo) como sendo saberes escolares ministrados num dado sistema educativo

Posta assim a questão, é de se dizer que o tratamento compreende um conjunto de procedimentos que se inicia pela análise. A próxima questão então será buscar compreender a abrangência da análise na Análise Documental (AD), enquanto disciplina acadêmica, diante do seu entorno no tratamento e as suas dimensões conceituais.

Para manter uma reflexão acerca dos conceitos de AD, em face do objetivo de explicar a sua função e explicitar seus procedimentos, utiliza-se a ligação de eventos passados à análise de seu estado presente, apelando por aproximação, ao conceito de *recorrência* histórica*,* de Bachelard (1884-1962), o qual propõe, de acordo com Japiassu (1976), recorrer ao passado de uma ciência contemporânea, para pensar a história dessa ciência do ponto de vista atual, o que determina uma nova perspectiva.

2.1 Do tratamento à recuperação da informação: em busca da análise documental

Sendo o tratamento documental uma das atividades realizadas para a recuperação da informação (RI), conseqüentemente, tanto o tratamento como a recuperação possuem uma construção histórico-teórica de caminhos complementares, ainda que demandem bibliografias diversas.

Ilustrando a assertiva, cumpre apontar alguns eventos históricos da RI porque, segundo explicação de Saracevic (1996, p.44), "[...] a necessidade de recuperar informações suscitou questões e promoveu pesquisas exploratórias de fenômenos, processos e variáveis", como também das causas, efeitos e comportamentos relacionados a tais questões e pesquisas, que perpassam as proposições teórico-aplicadas da Análise Documental da informação, tanto no tratamento manual como também no tratamento automatizado.

Essas questões são consideradas por Moreiro González (2005, p.12) como a razão das mudanças ocasionadas nos "processos de tratamento" e "métodos de estudo e trabalho", ao expor tais eventos como "momentos cruciais que articulam historicamente a função social e as técnicas com que os homens da informação fizeram frente ao momento em que se sistematizou cientificamente".

Convém esclarecer que, este estudo optou por uma abordagem da análise documental de conteúdo no processo de tratamento, afastando-se, portanto, do processo de recuperação. Logo, expõem-se aspectos do desenvolvimento da RI como conseqüência refletida nos estudos acerca dos procedimentos interdisciplinares do tratamento documental, especificamente da análise de conteúdo.

A Era da Informação, caracterizada fortemente pela presença das Tecnologias de Informação, leva a refletir sobre o papel e o estatuto da informação para as pessoas, as organizações e as culturas, um papel intimamente ligado à história americana da CI (FONDIN, 2006), passada pela mecanização, depois pela automatização do tratamento do documento e da informação e, mais especificamente, pela pesquisa documental.

A informação é objeto de estudo de vários campos do conhecimento, como a Ciência Cognitiva, a Ciência da Computação, a Comunicação, a Filosofia, a Física, a Ciência da Informação, entre outras. A este respeito, Saracevic (1996) diz que a CI, interdisciplinar por natureza, está inexoravelmente associada às Tecnologias de Informação, e é participante da evolução e base de formação da Sociedade da Informação.

Para Oliveira (1998, p.30), a busca de identidade da CI “levou a área a várias tentativas de fundir-se teoricamente com outros campos, de forma a ocupar posição cientifica”. No entanto, o que a diferencia dos demais domínios é a preocupação com a organização/tratamento da informação, visando a uma recuperação competente e eficiente para as pessoas que dela necessitam para fins de estudo, pesquisa, trabalho etc.

A escolha de tal caminho justifica-se, também, ante a aceitação do argumento de Garcia Gutierrez (1984, p.22, tradução livre) ao expor que “não há sentido em analisar documentos se não é para que sejam recuperados”. Sendo assim, o tratamento dos documentos relaciona duas tarefas e, conseqüentemente, apresenta duas frentes de atuação: a normalização da análise documental e a normalização da recuperação documental.

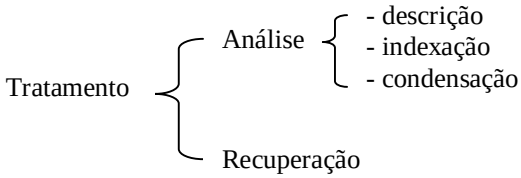


Figura 4: Normalização do tratamento documental de Garcia Gutierrez (1984)

Essas duas frentes de atuação relacionam-se em um sistema de retro alimentação teórico-metodológico, porém em fases denominadas distintamente (tratamento e recuperação) em seu *fazer* nos diversos ambientes informacionais e também enquanto conteúdo de disciplinas acadêmicas.[26]

Depreende-se que o marco teórico de perspectiva tecnológica, notadamente com a popularização do artigo de Vannevar Bush, em 1945, une-se ao desenvolvimento das técnicas documentais e aos estudos da organização sistemática da documentação (CHAUMIER, 1971; MOREIRO GONZÁLEZ, 2005), a saber, as *Regras para um Catálogo Dicionário* de Charles Ami Cutter e a *Classificação Decimal* de Melvil Dewey, em 1876 e, o *Tratado de Documentação* de Paul Otlet, em 1934.

Segundo Fondin (2006), Bush, em 1945, já se inquietava com as conseqüências da explosão documental nas práticas de pesquisa científica que registravam cada vez mais dificuldade de trazer informação de qualidade. Como fazer se o número de documentos aumenta e a pesquisa documental manual continua sendo inadequada? Bush avança, entre outros, “no assunto do objetivo da ‘documentação’ que é justamente fornecer boa informação (através do documento) àqueles que precisam, mas impõe uma condição: que ela inove. De fato, essa atividade ainda é bem empírica.”

No entorno informacional, o tratamento para a RI tornou-se matéria de interesse interdisciplinar e com múltiplos enfoques nos Estados Unidos da América (EUA), principalmente diante dos incentivos pós-guerras para o desenvolvimento das ciências sociais e aplicadas como, por exemplo, na tecnologia com a Ciência da Computação e as pesquisas de Luhn (1950-1961)[27], Salton (1964, 1971, 1983,

[26]Nesse aspecto, tal compreensão diverge do posicionamento de Garcia Gutierrez que entende a análise documental e a recuperação como dois pólos da mesma fase, ou seja, do tratamento.

[27]Hans P. Luhn (1959),IBM-EUA, desenvolveu o método *Keyword in Context*, mais conhecido como índice KWIC (retirada de palavras-chave no contexto) e, posteriormente, o índice KWOC (retirada de palavras-chave fora do contexto) que consistiam, basicamente, em construir de forma automatizada índices a partir de palavras retirada dos títulos dos textos.

1992)[28], Rijsbergen (1979, 1992)[29] e os experimentos com a matemática de Shannon e Weaver (1949)[30], com a Lógica de Korfhage (1966, 1997)[31], com a Lingüística e a semântica de Blair (1990, 1992, 2006)[32] e outros.

Tais abordagens da informação cruzam com o campo da Ciência da informação, na história de sua gênese social institucional (PINHEIRO; LOREIRO, 1995; SARACEVIC, 1995-1996, 1999; PINHEIRO, 2002; ZANDONADE, 2003;

---

[28]Gerard Salton (1927-1995), professor de Ciência da Computação na Cornel University foi, talvez, o principal cientista que trabalhou no campo da recuperação da informação durante sua época, com publicações como "A flexible automatic system for the organization, storage, and retrieval of language data (SMART) (1964), "The SMART retrieval system (1971), "Extended Boolean information retrieval (1983), "The state of retrieval system evaluation" (1992). O seu grupo de pesquisa na Cornell desenvolveu o Sistema Inteligente de Recuperação da Informação. (CHAÍN NAVARRO, 2004; WIKIPÉDIA, 2008, tradução da autora). Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Gerard_Salton>. Acesso em: 02 de out. 2008.

[29]Cornelis Joost van Rijsbergen é professor de Ciência da Computação e líder do Grupo de Recuperação da Informação, na University de Glasgow. Ele é um dos fundadores da moderna Recuperação da Informação e autor do livro "Information Retrieval" (1979) e de vários artigos acerca de recuperação automatizada, dentre os quais está o "Probabilistic retrieval revisited (1992). (CHAÍN NAVARRO, 2004).

[30]Claude Elwood Shannon (1916-2001) teve sua carreira ligada a aplicações da Teoria da Matemática e da Comunicação em várias ciências, como a Física e a Ciência da Informação, em que apresenta a informação de forma mensurável e quantitativa, em um novo ramo da Matemática. (UFPE, 2008, disponível em: <http://www2.ee.ufpe.br/codec/ClaudeElwoodShannon.html>. Acesso em: 02 de out. 2008. E Warren Weaver (1894-1978) também matemático, "[...] propôs que técnicas estatísticas no campo de teoria de informação poderiam ser usadas para permitir computadores traduzir textos automaticamente de um idioma para outro. A proposta dele estava baseada na suposição que um documento em um idioma humano pode ser visto como tendo sido escrito em código e, então, poderia ser quebrado como outros códigos. Por essa razão é considerado a primeira pessoa que propôs o emprego de computadores eletrônicos para a tradução de idiomas naturais." (NETSABER BIOGRAFIAS..., 2008; disponível em:<http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_3330.html>. Acesso em: 10 dez. 2008).

[31]Robert Roy Korfhage (1930-1998) cientista da Ciência da Computação, famoso por sua contribuição do uso da lógica para recuperação da informação, publicou o livro "Information storage and retrieval (1997). (CHAÍN NAVARRO, 2004; WIKIPÉDIA, 2008, tradução da autora, disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Robert_R._Korfhage>. Acesso em: 02 de out. 2008.

[32]David C. Blair da University of Michigan Business School é professor de informática e sistema de recuperação. Suas atividades de pesquisas atuais focalizam a lógica e as questões lingüísticas da representação e de uma busca associativa na recuperação de documentos, implementando a recuperação de documentos em banco de dados relacional, avaliando o status da teoria da recuperação da informação formal como teoria científica, o controle de informação em processos corporativos de larga escala e suporte de decisões baseado em documentos. Dentre as suas publicações destacam-se "Language and representation in information retrieval" (1990 apud STIET,2008, tradução livre, disponível em: <http://stiet.si.umich.edu/node/376>), "Information retrieval and philosophy of language" (1992 apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002), "The data-document distinction revisited" (2006 apud ACM THE GUIDE TO COMPUTING LITERATURE, 2008, disponível em:<http://www.bus.umich.edu/FacultyBios/FacultyBio.asp?id=000120060>. Acesso em: 02 de out. 2008.

MOREIRO, 2005), em perspectivas metodológicas interdisciplinares (RENDÓN ROJAS, 2008).

Entretanto, nesses campos de investigação, ainda que estabelecida a base teórica do que seja a RI (CHAÍN NAVARRO, 2004), o mesmo não se pode afirmar acerca do procedimento *mais adequado* para tratar o conteúdo do documento a ser recuperado, ainda que contido em um acervo específico.

Realizam-se, nesse sentido, no campo da CI, ações com o objetivo de mediar a informação entre fonte/emissor e usuário/receptor, por meio de um conjunto de atividades subordinadas e interdependentes, como se fosse uma *ciranda* das fases (documento, seleção, tratamento, disseminação, uso) do *saber fazer* documental.

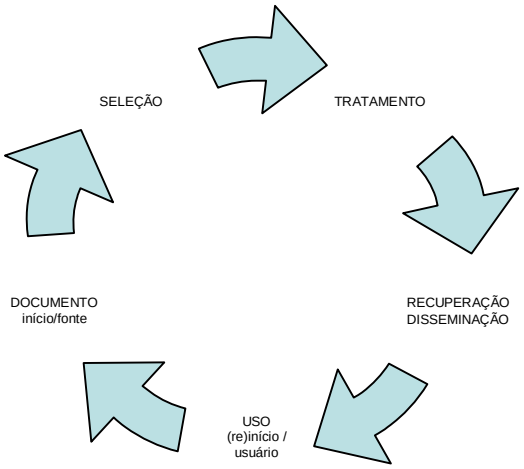


Figura 5: Ciranda da atividade documental em C.I
Fonte: Autora

Pode-se observar, no entorno da ciranda, o tratamento ou organização documental motivado pela necessidade informacional de recuperação e disseminação, que fomenta a criação/identificação de novos instrumentos e procedimentos.

Vale mencionar que se percebe, na ciranda, “o tratamento ou a organização da informação” como uma das “etapas intermediárias” (GUIMARÃES, 2003, p. 100), que viabiliza a recuperação do documento pelo usuário, nos diversos campos do conhecimento humano. E, nesse domínio especificamente, o tratamento tem como função responder às necessidades metodológicas em um sistema de recuperação da informação.

Observa-se um *caminho* a ser percorrido entre a fonte produtora e o usuário de uma determinada informação, caracterizado metaforicamente por uma "ponte informacional" (GUIMARÃES, 2003, p. 100). E, diante da função de ligação/sustentação/acesso que essa desempenha, ela se torna, no campo da CI, um processo de conduta documental a ser construído em conformidade com os entornos informacionais concebidos pelas Bibliotecas e Arquivos.

Para cada "operação documentária"[33],(KOBASHI, 1994; GUIMARÃES, 2003) são elaborados conjuntos de *saberes* (teorias) e *fazeres* (práticas) que intercomunicam-se de modo a explicitar e a sistematizar os procedimentos em cada processo.

Não é demais lembrar o peso e o significado do tratamento documental, uma vez que ele compreende as atividades metodológicas realizadas por profissionais para disseminar a informação documental e expor meios de recuperá-la. Pode-se compará-lo a um Código de Direito Processual em que se descreve, passo a passo, os procedimentos a serem executadas diante das situações concretas, sintetizadas em um sistema de informação.

Torna-se, portanto, um serviço oferecido por especialistas, dentro de um sistema de trabalho organizacional, às comunidades e indivíduos, de acordo com o entorno e a suas necessidades informacionais.

Não se pode, ainda, esquecer que essa prestação de serviço é resultado dos estudos teórico-práticos desenvolvidos no domínio de formação e atuação do profissional da informação.

Para oferecer esse serviço a uma comunidade ou individuo desejoso potencialmente de uma dada informação, "[...] que atenda a suas necessidades específicas de acordo com o seu perfil de interesse, quer seja para estudo, para pesquisa ou para a tomada de decisão" (TARAPANOFF, ARAÚJO JÚNIOR,

[33]Cada termo representa uma operação dentro do processo documental. Tal operação faz analogia ao processo matemático de resolução das equações numéricas, a saber: primeiro dá-se prioridade à resolução das equações dentro dos parênteses; posteriormente, resolvem-se os colchetes e, se houver, as chaves. Observa-se o mesmo procedimento de resolução no círculo documental: cada fase necessita de análise especifica e, para tanto, são realizados estudos aplicados a cada uma das fases, representados pelas disciplinas (acadêmicas) que formam a grade curricular dos cursos de graduação.

CORMIER, 2000, p.96), são necessárias ações pró-ativas[34], de modo a satisfazer a condição informacional, antes mesmo que essa se manifeste. Os profissionais agem antes da efetiva procura do usuário, analisando contextos e criando instrumentos como pontos de acesso.

Nessa análise, as ações pró-ativas, cujo processo possui antecedentes de perspectiva individual e organizacional, são de natureza informativo-procedimental, uma vez que são ações realizadas por profissional da informação anteriormente ao resultado esperado com a recuperação, isto é, as ações realizadas no tratamento.

A análise para a representação (de modo diverso do original) do documento exemplificam *ações procedimentais*, criadas no âmbito da necessidade prática da documentação e desenvolvidas ao longo da história do "*homo sociologicus*"[35] de Dahrendorf (1969), num esforço de síntese entre teoria e prática.

Esse esforço deu razão ao significado social do documento *livro* - do Renascimento ao século XIX – como o dá ao significado da informação - em época contemporânea - e tem como conseqüência um deslocamento do foco que, do documento passa para a informação (conteúdo desse).

Conforme explicam Smit e Guimarães (1999, p.64), "O documento [...] continua existindo, sua materialidade [...] é indispensável, [...] mas o enfoque atual prioriza a informação contida nos documentos.".

De igual forma, nas concepções de conhecimento que norteiam o enfoque teórico-metodológico do tratamento, também houve mudanças diante da "[...] necessidade pragmática de tratamento [...]" (GUIMARÃES, 2008, p.2), da informação contemporânea. E passa-se a analisar tais concepções em uma perspectiva mais delimitada do tratamento, a saber, a do tratamento temático da informação.

---

[34]Pró-atividade é uma palavra contemporânea, que qualifica comportamentos e ações. Em unidades de informação, especificamente, Tarapanoff, Araújo Júnior e Cormier (2000, p.94) explicam que "[...] associa-se à pró-atividade no atendimento às demandas dos usuários, ou seja, está intimamente relacionada à melhor oferta de produtos e serviços, à antecipação às novas tendências em relação a novas estruturas, à facilidade de acesso à informação, à formação, à agregação de valor e qualidade a esses produtos, bem como à sua personalização (customização), função de redes e de posicionamento no mercado de acordo com as demandas específicas.".

[35]Em ensaio introdutório ao pensamento do sociólogo alemão Ralf Dahrendorf (1969), o professor Chacon (1969), da Universidade Federal de Pernambuco, explica a mudança de paradigma proposta por Dahrendorf ao situar o Homem num papel e posição sociais – descendo-o do nível de abstração filosófica ou ideológica. Dá a entender, portanto, as suas necessidades práticas sócio-econômico-político-educacionais de documentar-se.

Observa-se, na caracterização do conhecimento, que as concepções refletem, inicialmente, características do *conhecimento empírico* ao utilizar procedimentos caracterizados como "[...] talento especial, uma verdadeira habilidade artística em que o emprego do bom senso se aplica a um processo altamente intuitivo [...]" (GUIMARÃES, 2003, p.105).

Posteriormente, passa-se ao *conhecimento técnico* do conhecimento científico, ao se utilizarem "técnicas prescritivas para buscar a construção de metodologias defensáveis para o desenvolvimento dos procedimentos da área." (GUIMARÃES, 2008, p. 4).

Em síntese, o tratamento documental é um processo metodológico com um "um conjunto de operações técnicas" e, para expressar seus critérios e a sua "demilitação operativa", conforme a intelecção de Pinto Molina (1989, p. 324), recorre-se aos seus conceitos, por possibilitarem conhecer o objeto a que eles se refere.

Ao buscar nos *saberes* a mediação e compreensão dos elementos que constroem a informação a ser *tratada* e, nos *fazeres* a aplicação de tais elementos no domínio de atuação, promove-se um diálogo com contribuições teórico-metodológicas relacionadas aos objetos de interesse comum, ultrapassando as áreas de atuação da CI, pois auxiliam no fomento à recuperação da informação em uma dada sociedade.

Em tudo isso há o imperativo tecnológico, citando Saracevic (1999) e, embora este estudo não seja a respeito de tecnologia, o problema de fornecer aplicações computadorizadas eficazes expõe a complexidade do desenvolvimento, ainda que não aceito universalmente, de acordo com Bunge (1980), do campo e dos novos rumos do tratamento temático da informação, pelo referente teórico-metodológico.

Nessa aproximação, do tratamento[36] documental e da tecnologia aplicada à RI, recorre-se ao método utilizado por Lesk (1996) que, ao descrever o

[36]A expressão "tratamento documental" não dever ser tomada no seu sentido utilizado na informática e sim, na concepção da Lingüística Documental de Garcia Gutierrez (1984, p. 77), enquanto operação intelectual de aplicação técnicas específicas.

desenvolvimento da RI, faz um paralelo[37] com as *idades do homem* (adaptado para infância, adolescente, adulto, maturidade) expostas por Shakespeare em 1599, dado que à medida que o conhecimento tecnológico é empregado em serviços da documentação, essa também começa a se modificar enquanto "disciplina científica"[38] com técnicas, métodos e literatura próprios e, assim, "torna-se verdadeiramente o tratamento da informação não numérica em todas as suas formas" (CHAUMIER, 1971, p.12), servindo de base para a atribuição de significados à informação, e é tal atribuição que identifica, atualmente, o campo de investigação da Ciência da Informação.

Depreende-se, assim, a idade da **infância** que**,** sob o olhar tecnológico, pode representar o período de 1945-1955 e, sob o olhar da documentação, tem início ainda no século XIX com a fundação do Instituto Internacional de Bibliografia (1895), sob a tutela de Otlet e La Fontaine.

Ambos tinham em comum o problema da "explosão informacional", lembrando Saracevic (1995-1996) e Fondin (2006) e o objetivo de criar uma atividade intermediária que fizesse chegar ao usuário final a informação do seu interesse ou de estabelecer um "conjunto de regras", que pudesse abranger "todo o círculo de operações implicadas na produção de documentos" com o concurso das novas tecnologias, de acordo com Ruiz Pérez (1992, p. 11) e Pinto Molina (1993, p. 25-26).

Bush (1945), nas palavras de Lesk (1996), não previa em seu trabalho original o progresso da tecnologia digital da atualidade, mas escreveu acerca de microfilmes com códigos de barras, fotografias instantâneas e software com reconhecimento da voz. O mais importante foi o projeto de interface do usuário que Bush previu na recuperação de informação, enfatizando as interfaces individuais,

---

[37]Junto com essa idéia de divisão há também uma certa divisão cronológica e, como tal divisão precisa de um ponto de partida, então, o mesmo pode ser diferente a cada perspectiva histórica. A que se adota, neste estudo, diz respeito, especificamente, a uma cronologia considerada importante no entorno da Ciência da Informação e Tecnologias de Informação.

[38]Oportuno observar que não se trata de realizar uma análise do estatuto científico da documentação em ser ou não uma ciência. Contudo, convém esclarecer que na concepção de Le Coadic (1997), citado por Silva e Ribeiro (2002, p. 39), a Biblioteconomia, a Documentação, a Arquivística e a Museologia "não são ciências rigorosas, mas apenas práticas empíricas de organização". Neste aspecto, Guimarães (2008b, p. 39) expressa que a CI "nutre, teórica e metodologicamente, os fazeres arquivístico e bibliotecário enquanto a Arquivologia e a Biblioteconomia atuam como campos de aplicação e de validação das teorias e metodologias oriundas da Ciência da Informação."

com atalhos particulares através do espaço e informações personalizadas pelos usuários e negociadas entre as pessoas.

Influências políticas e econômicas e mesmo o “contexto da guerra fria”, como assinala Fondin (2006), também foram decisivas nessa idade. O sucesso do lançamento do primeiro satélite artificial da antiga União Soviética, o Sputnik I, reflete-se na história tecnológica da RI dos Estados Unidos. Os norte-americanos impulsionam os investimentos em pesquisas de tradução com utilização de máquinas. Elaboraram uma política documental, com o intuito de criar sistemas para recuperar e armazenar informações, ao constatarem que desconheciam muito do que acontecia fora dos Estados Unidos.

A partir de então, há uma significativa realização de trabalhos teóricos e práticos voltados à RI que, consequentemente, refletem-se nos procedimentos de tratamento documental. Salienta-se, nesse sentido, a utilização da expressão “recuperação da informação”, cunhada pelo americano Calvin Mooers, em 1951 (CHAUMIER, 1971; SARACEVIC, 1995; 1996; FONDIN, 2006), para divulgar os “aspectos intelectuais da descrição de informações e suas especificidades para a busca, além de quaisquer sistemas, técnicas ou máquinas empregadas para o desempenho da operação."

Para Fondin (2006), com a noção de *Information Retrieval* redescobre-se a palavra-chave, “unidade conceitual pela qual se efetua a recuperação”, cuja função passa a ser desempenhada na análise do vocabulário, ampliando a visão para a elaboração posterior do *thesaurus*, destacando-se a “combinação ou coordenação das palavras-chave” ou de “operadores booleanos”.

Os resultados desses avanços são conceituais e tecnológicos e contribuem para publicações clássicas no âmbito da Documentação, em cujo ambiente os pesquisadores publicam cada vez mais e são institucional e socialmente incitados a isso. Porém,

> [...] progressivamente conscientiza-se de que é a informação que importa e não sua base, o documento. Certamente, os documentos ainda são os que a conservam e difundem. Mas a informação, nesse caso, tornou-se a principal preocupação. O conteúdo se sobrepõe ao continente. Esse interesse pelo tratamento da [Informação Científica e Técnica] é determinante para a imagem da documentação americana. (FONDIN, 2006)

A idéia que emerge da afirmação acima (dentre os aspectos relevantes da história da CI) é a da ênfase dada à orientação informatizada, em função do

interesse manifestado em relação às ferramentas e às técnicas de estocagem, à entrada e saída de dados. Contudo, parece

> [...] desvantajoso pensar no *documento* enquanto todos que trabalham nesse domínio querem enfatizar a *informação* contida nos documentos, que não são mais que bases, e poderiam, aliás, com a utilização cada vez mais corrente da informática e das telecomunicações, deixar de existirem formalmente. Para os especialistas, de hoje em diante, é a informação que importa. É seu tratamento e sua comunicação que caracterizam o futuro da atividade documental, **segundo eles**. (FONDIN, 2006, grifo nosso).

Com essa conotação, a expressão *recuperação de informação* torna-se quase sinônimo da *documentação* européia e é rapidamente adotada pelos Estados Unidos, de acordo com o pensamento de Fondin (2006).

Pinto Molina (1992, p. 28; 29) entende que o desenvolvimento das novas atividades intelectivas de *descrição da informação* cria, no continente europeu, uma nova disciplina acadêmica, a Documentação[39], e provoca alguns "conflitos de competência" diante da instituição dos bibliotecários "que em sua maioria haviam permanecido à margem das novas proposições metodológicas e tecnológicas".

De forma oportuna, Pinheiro (2002, p. 64) esclarece que foi "o termo Bibliografia[40], e não a Biblioteconomia" a ser "substituído pela Documentação, por sugestão de Paul Otlet e Henri La Fontaine", em 1931. Tal substituição encontra uma das razões de ser na criação diversificada de suportes para a informação, além do livro convencional e milenar.

A Bibliografia tornou-se personagem central no enredo da Documentação, a partir do momento em que foi considerada separada das atividades (específicas) da Biblioteconomia.

De acordo com Fernández Fuentes (2007, p.74), até o século XVIII as bibliografias receberam nome de biblioteca ou catálogo e se desenvolveram ligadas

---

[39]Utiliza-se o termo Documentação em maiúsculo ao fazer referência a uma disciplina científica institucionalizada e em minúsculo ao referir-se às atividades relacionadas ao *saber* e ao *fazer documental* no campo da Ciência da Informação, na atualidade.

[40]De acordo com Accart e Réthy (2003, tradução livre) a Bibliografia é uma "Disciplina que se propõe a pesquisar, assinalar e classificar os documentos impressos para constituir repertórios. Por extensão, a palavra bibliografia serve para designar estes repertórios (documentos secundários) ou uma lista de títulos dados no final de um livro, de um capítulo ou de um artigo. Uma bibliografia pode ser exaustiva, isto é completa, ou apresentar uma escolha: ela é então seletiva.". Disponível em: Glossaire documentaire de base <http://www.icmcb-bordeaux.cnrs.fr/ulysse/glossaire.html>. Acesso em 10 dez. 2008.

à biografia. Tal distinção aparece a partir da Conferência Internacional de Bibliografia e da criação do Instituto Internacional de Bibliografia[41], em 1985, junto com o impacto da obra de Otlet (1934), posterior à criação do Instituto.

Um breve olhar para uma parte histórica da Bibliografia, a partir da perspectiva do desenvolvimento dos estudos acerca da sistematização da Análise Documental, permite registrar as "recomendações do Instituto Internacional de Bibliografia", expressas por Fernández Fuentes (2007, p.81), a saber:

- a descrição do livro não há de ser somente externa, como também interna e,
- a descrição bibliográfica deve vir acompanhada de uma breve crítica do conteúdo do livro.

Dentro dessa perspectiva, a Bibliografia[42], na apreciação de Fernádez Fuentes (2007), enquanto 'arte' de enumerar, descrever e criticar as manifestações intelectuais reduzidas a escrito, de todos os povos e de todas as épocas, aproxima-se/ou é adicionada à AD, diante do tratamento realizado.

Esse período, da infância, é marcado pela dissensão de concepções no domínio dos estudos da documentação. Ilustrando a assertiva, tem-se a publicação da obra *Documentation,* de Bradford (1948), a considerar a Documentação um aspecto da Biblioteconomia. Sobressai também a concepção de Briet, em 1951, com a obra *Qu'est-ce que la documentation?,* que entende a Documentação "com personalidade própria, diferente da Biblioteconomia", no entender de Pinto Molina (1993, p. 29-30).

O período **adolescente** na história da RI — com reflexos no processo de tratamento — chega, aproximadamente, em 1960, para facilitar o acesso à informação e é marcado: pelo surgimento dos processadores de textos e pela construção de sistema de acesso público em grande escala como Online Computer

[41]Em uma análise da concepção de Bibliografia expressa na *Enciclopedia Universal Ilustrada Hispanoamericana*, Fernádez Fuentes (2007, p.75) relata a institucionalização da Bibliografia e seu objetivo essencial enquanto disciplina e a criação do Instituto Internacional de Bibliografía universal "[..] con unidad de método y acción los estudios relativos a la Bibliografía de cada ciencia, todos en mutua harmonía".

[42]Ressalta-se que na Documentação postulada por Otlet (1934), a Bibliografia constitui uma dimensão denominada tecnológica. Contudo, conforme explica Blanca Espinosa et al (1994, p.16-17) Otlet "manipula/utiliza indistintamente os termos *técnica*, *tecnologia* e inclusive *teoria técnica*, sempre designando com isso a reflexão metodológica sobre a aplicação dos conhecimentos teóricos e práticos, dos meios e instrumentos; justamente o que hoje entendemos por Tecnologia".

Library Center (OCLC, 1967)[43]; pelos experimentos com sistemas de bibliotecas comerciais, como Dialog e Medline; pela criação de sistemas de bibliotecas comerciais; pela criação do formato Machine Readable Cataloging (MARC, 1967: projeto piloto da Biblioteca do Congresso norte-americano); pela RI automatizada que, com base em estimativas probabilísticas, inicia com os cartões perfurados, sendo que as primeiras produções priorizavam a busca e não a indexação. Nessa idade, em síntese, surgem os primeiros trabalhos de automatização das áreas documentais.

Chama-se a atenção para o fato de que a abordagem dos elementos — que identificam o documento e o seu conteúdo para recuperação — apresenta estudos com enfoques distintos.

Assim, diante da efervescência de eventos tecnológicos acerca da Informação e de discussões teóricas sobre a função da Biblioteconomia e da Documentação, houve uma nova percepção — mais geral — do termo *informação* (MIKHAILOV, GILYAREVSKYI, 1970; SHERA, 1977; PINHEIRO, 2002). Consequentemente, surgiram novas percepções também sobre aspectos técnicos e científicos da informação, identificados como sendo “as propriedades da informação e dos processos por meio das quais ela é gerada” (DIAS, 2002, p. 88), aspectos esses que fomentaram e levaram à institucionalização da Ciência da Informação.

Buscando ultrapassar o interesse técnico do tratamento, armazenamento e difusão de documentos em banco de dados, dá-se o passo seguinte, a busca pela “informação e sua base numa abordagem mais global” (FONDIN, 2006), perante uma abordagem informacional do documento.

De acordo com Ferneda (2003), especificamente a indexação e a elaboração automática de resumo, desenvolvidas por Hans P. Luhan em 1950-1961, são alguns dos resultados significativos no tratamento computacional da informação, tanto na história da Computação como no da Ciência da Informação.

Chaumier (2004), em reflexão acerca das técnicas documentais e das tecnologias da informação, declara que o termo *indexação* é um exemplo significativo do encaminhamento do tratamento na direção da tecnologia da informação. Contudo,

---

[43] Sobre a OCL, conferir o site oficial em português disponível em: <http://www.oclc.org/americalatina/pt/default.htm>. Acesso em 10 out. 2008.

> Empregada pelo documentarista, a palavra indexação designaria o processo de caracterização de um documento pela correspondência com as palavras-chave (ou descritores) escolhidos num dicionário ou tesauro. Agora, utilizado pela [tecnologia da] informação, designa o processo automático de criação de pesquisa numa base de dados contendo as palavras significativas de um texto.

Posta assim a questão, compreende-se que uma das causas que motivaram os estudos no âmbito da Análise Documental é a passagem da linguagem natural para algum tipo de representação documental, sendo que a passagem consiste em "uma operação semântica", referência a Gardin citado por Cunha (1989). Tal atribuição de sentido era, e ainda pode ser considerada, uma limitação da máquina, dado que essa "não pode abstrair, perceber, compreender e interpretar o que está num texto", como explicam Dias e Naves (2007, p.11).

O advento dos bancos de dados computadorizados evidencia que as operações que envolvem a análise de conteúdo (sintetizada na palavra indexação) poderia se tornar muito cara para ser realizada adequadamente, surgindo assim, a busca de textos livres.

Porém, esta idéia, na concepção de Lesk (1996), atraiu objeções daqueles que afirmavam que a indexação não era simplesmente uma maneira de selecionar palavras, mas uma maneira de escolher as palavras certas, ou as palavras que eram mais importantes, ou aquelas que tinham sido selecionadas como o rótulo correto para um determinado assunto. Os questionamentos acerca da busca de textos livres e de qualidade aceitável estimularam o desenvolvimento de técnicas de avaliação dos sistemas de recuperação.

A década de 1970, aproximadamente, registra a idade considerada **adulta** da RI, em que há desenvolvimento maior da informática e das telecomunicações e essa "[...] começa a converter-se em um processo interativo e dinâmico" (CHAÍM NAVARRO, 2004, p.28) e percebe-se que o usuário é parte integrante do processo.

Dá-se início, em grande escala, à organização da informação intelectual cooperativa computadorizada como, por exemplo, o OCLC, que introduziu a idéia de trabalho cooperativo em que as bibliotecas participantes catalogam os livros e outras bibliotecas podem acessar o registro em um "sistema de busca relativamente simples e limitado". Utiliza, por exemplo, "as primeiras quatro letras do nome do autor e as primeiras quatro letras do título". (LESK, 1996).

Para Fondin (2006), no período de 1945-1970, a pesquisa e as publicações sobre tratamento de informação são essencialmente de origem americana e “por todo o mundo, os especialistas na facilitação de acesso ao saber registrado” acabam por seguir o movimento americano.

Em 1980, os anos que poderiam ser considerados da **maturidade** para a RI, período no qual ela atingiria sua plenitude, foram, na realidade, a época em que ela se perdeu, entrou em declínio, na análise de Lesk (1996), ante o tipo de pesquisa realizado nos períodos anteriores e o crescimento significativo dos bancos de dados e as automações em diversos setores.

Ademais, mesmo diante do progresso de alguns estudos, como apresentam os resultados da pesquisa probabilística, liderada por Keith van Rijsbergen, a expectativa de programas especializados em recuperar dados, da mesma forma que um bibliotecário, não se concretizou.

Sob outro enfoque, o desenvolvimento do cd-rom fornece uma rota nova para a entrega das informações, com o trabalho cooperativo. Textos completos dos jornais científicos foram disponibilizados *online.* Aumenta o interesse por novos métodos de recuperação além do modelo matemático desenvolvido por Selton em 1960, como, por exemplo, “pesquisas sobre não ambigüidade usando dicionários que podiam ser lidos na máquina, como forma de distinguir diferentes significados para as mesmas palavras” (LESK, 1996).

Em uma concepção interdisciplinar da informação, observa-se que, enquanto a Ciência da Computação se volta para os aspectos quantitativo ou probabilístico da informação, diante de uma concepção matemática, outros campos, como o da Inteligência Artificial, a Lingüística e a Terminologia preocupam-se com a semântica sócio-cognitiva do processamento da informação.

Os meios tecnológicos de condensação e organização da informação evoluíram, porém a explosão informacional analógica (e digital também) — e, consequentemente, os problemas relacionados ao tratamento e recuperação — não lograram (e não logram ainda hoje) êxito na mesma proporção. Por isso, segundo Fayet-Scribe (1999) “tem-se transmitido no decorrer das gerações os instrumentos e os métodos para reencontrar a informação escrita”.

Nessa fase, além da informação *online* tornar-se comum — ainda que não acessível a muitos — há os incitamentos para a análise detalhada de conteúdos, dando início à crise da meia-idade para a RI e a fase da idade adulta para o

tratamento. Para o processo de análise do documento, por serem considerados método e instrumentos de identificação com a capacidade de reencontrar a informação, pode-se considerar, por essa perspectiva, a idade em séculos.

Considerando a crise da meia-idade (para a RI) por volta de 1990, o processamento da palavra estava em todos os lugares e, no entanto, a maior parte do material era impresso e os textos em máquina não eram tão utilizados. O que é notável na época, não é o fato de que todo mundo está [ou não] acessando informações, mas sim que todo mundo está fornecendo informações. Os consumidores estão gerando suas próprias informações e classificando-as (LESK, 1996).

Admite-se que grande parte das informações tem baixa qualidade, mas isso não parece deixá-las menos atraentes. É preciso entender, de acordo com Lesk (1996) e Fondin (2006), como as pessoas elaboram as perguntas, de modo que o profissional da informação possa fornecer boas respostas.

Em um exame de parte da história que influencia os estudos no âmbito do tratamento e recuperação da informação no final do século XX e no andamento do XXI, recorre-se a Smit e Guimarães (1999), Guimarães (2003; 2008a) para sintetizar a causa das ocorrências e a efervescência de idéias e instrumentos de tratamento, dado que os autores entendem que a Escola Norte-Americana direciona seus estudos para “a consistência dos produtos” e a Escola Européia para o “processo tratamento”.

Diante da abordagem dedutiva empregada na estrutura desta exame, em que o ponto de partida geral (processo tratamento), remete ao específico (análise documental), delimita-se, nesse sentido, o estudo em questão ao elemento essencial identificado neste processo. Portanto, o caminho escolhido, formalmente, não abarca os estudos acerca da ‘consistência dos produtos’.

2.2 Análise documental: elementos conceituais

Partindo-se da concepção mais comum de análise como fragmentação do todo, então analisar implica também o conhecimento interno de um todo, ou seja, tanto de seus componentes como de suas interações. Assim, expõe-se Análise Documental (AD) a partir do seu conceito e elementos constituintes, enquanto

conteúdo de estudo acolhido no processo[44] de organização para uso da informação, no campo da CI.

A abordagem tem como proposição que a AD representa uma leitura da concepção espanhola e da concepção francesa de 'análise documentária' e encontra paridade com a catalogação descritiva e de assunto (*subject cataloguing*), de linha norte-americana e a indexação, de linha inglesa. (GUIMARÃES; MORAES; GUARIDO, 2007).

A proposta parte da informação registrada sob uma perspectiva da organização do conhecimento (saberes) para o uso prático (fazeres), com a qual se lança uma discussão acerca da Análise Documental (AD) e dos procedimentos da sua *análise* a partir do resgate de conceitos no domínio da Ciência da Informação, conforme considerações teóricas realizadas acerca do tratamento.

A informação como objeto da ciência, segundo Fondin (2006), insere-se no mundo da biblioteca e no da documentação, visto que tais instituições se interessam igualmente pela informação, contida, inicialmente, em documentos, registros, etc., sintetizados, aqui, na palavra objeto. Tais objetos são, por sua vez, material de estudo e de tratamento para a Documentação e para a Biblioteconomia. Não só observados como entidades externas, realidades objetivas, como também apoio de acesso ao saber e, naturalmente, interessam aos especialistas do tratamento documental pela sua forma (estrutura física) e pelo seu conteúdo (assunto ou teor textual).

Logo, inadequado seria esquecer o alerta de Dias e Naves (2007) a respeito do "problema de variação terminológica nessa área". De acordo com os autores há em língua portuguesa variações tais como: análise conceitual / análise temática / análise documentária / análise de informação, todas elas localizadas no processo da AD no campo em estudo.

Nesse sentido, utiliza-se (ao menos neste estudo) da expressão 'análise documental' por acatar o entendimento que há correspondência lingüística com a expressão 'análise documentária', diante do que se pode inferir como distinção derivativa As demais variações de análises são consideradas especialidades internas, conforme a abordagem.

---

[44]O termo *processo* é utilizado para designar um conjunto de ordenado de atos pelos quais se realiza alguma coisa. E o termo *procedimento* para designar a maneira ou o modo de realizar o ato.

Outro esclarecimento oportuno é o uso da terminologia *Análise Documental* e *Indexação*. De acordo com Accart e Réthy (2003), há dois entendimentos: 1) a indexação é "uma fase da AD que permite destinar ao documento um ou diversos descritores, palavras-chave ou índice"; 2) a indexação é "processo destinado a representar, de acordo com os elementos de uma linguagem documentária, dados resultantes da análise do conteúdo de um documento [...]".

Ambas as expressões (análise documental e indexação) são consideradas *pólos processuais* de análise do documento. De forma simplificada, ante as aproximações e distinções dos dois processos em questão, interessam as concepções das correntes teóricas, no campo da C.I./Documentação, à medida que são consideradas na abrangência de sua análise do documento, porque uma pode não excluir a outra, mas pode interferir na razão da tese em estudo.

Sendo assim, o processo de análise da AD na concepção da corrente teórica espanhola, de origem otleniana, configura-se diante de uma dupla vertente: análise documental da *forma* e análise documental do *conteúdo* (GARCIA GUTIERREZ, 1984; PINTO MOLINA, 1989, 1993; RUIZ PÉREZ, 1992). Enquanto isso, o processo de análise da indexação na concepção inglesa e norte-americana diz respeito à análise do *conteúdo* dos documentos. O conceito do termo nessas concepções pode ser identificado na exposição dos princípios da indexação da World Information System for Science and Technology (1981 apud FUJITA, 2003) ou na Norma 5693 da International Standardization for Organization (ISO, 1985).

No Brasil, um dos referenciais teóricos acerca da análise do conteúdo dos documentos é o Grupo TEMMA, com linha de pesquisa *Análise Documentária*[45], representado por bibliotecários e lingüistas da Escola de Comunicações de Artes da USP.

No princípio, com uma abordagem interdisciplinar com a Lingüística geral, a Lógica e a Filosofia da linguagem, as discussões do grupo foram direcionadas, principalmente, para a explicitação de procedimentos e o rigor metodológico entorno da análise e da representação temática.

[45]Sítio da *Análise Documentária Online*, do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo: <http://www.eca.usp.br/departam/cbd/discipli/analisedoc/index.htm>, criado pelos membros do Grupo TEMMA.

Dentre as vertentes teórico-metodológicas de estudo para a sistematização de procedimentos, o grupo adotou os métodos de base lógico-semântico e, a partir de tal posicionamento, delineou um percurso bibliográfico com concepções teóricas distintas (francesa, inglesa, alemã, norte-americana e espanhola) que influenciarão, a partir dos anos de 1980, a produção acadêmica na área de Tratamento Temático da Informação (TTI)[46] no Brasil.

Dentre as concepções teóricas, há as idéias de Jean-Claude Gardin acerca da Lingüística e dos estudos acerca da "explicitação do processo de análise documentária" (SMIT, 1989, p.9) que preconizam as discussões sobre os problemas relacionados à fundamentação teórico-metodológica da análise do conteúdo documental realizada pelo profissional da informação em sua *práxis*.

A denominação *Análise Documentária*, adotada pelo grupo, está fundamentada nos pressupostos teóricos de Gardin e prima por explicitar os procedimentos da passagem "do texto original à sua representação", envolvendo "uma concepção teórica interdisciplinar" e "metodologia própria." Alia-se a tal *procedimento de passagem* a idéia de que as ações realizadas nessa passagem representam uma "operação semântica". (CUNHA, 1989, p.18; 1990, p.59).

Assim, uma das contribuições do grupo TEMMA é o direcionamento teórico lingüístico e lógico (formal) dado às pesquisas, principalmente, em Biblioteconomia, ao compreender a análise documentária como "[...] modalidade de leitura de texto que leva em conta, além do próprio texto, as condições de produção e consumo." (SMIT, 1989, p. 11).

Nesse sentido, desenvolveram-se estudos e realizaram-se pesquisas — com aplicabilidade prática — voltadas para leitura de textos para fins de análise documentária, tanto por lingüistas como por bibliotecários.

---

[46]Em pesquisa realizada por Guimarães, Miranda e Santos (2001, p.50) constatou-se que a área de TTI apresenta as seguintes tendências teóricas:

"a) Inglesa (teoria da classificação e da indexação): autores como Foskett, Langridge e Mills, Cavalcanti, Fujita, Gusmão e Piedade.

b) Norte-americana (sistemas de classificação, indexação alfabética e indexação automática): autores como Cutter, Iglesias, Lancaster e Rowley, Barbosa, Iglesias e Robredo.

c) Franco-espanhola (análise documentária com interface com a Arquivologia, a Lógica, a Lingüística e a Terminologia): autores como Cabré, Chaumier, Garcia Gutierrez, Moreiro Gonzalez, Picht, Pinto Molina, Ruiz Perez e Wüster, Alves, Belloto, Cintra, Cunha, Guimarães, Kobashi, Smit e Tálamo.

d) Alemã ou da ISKO (organização do conhecimento): autores como Barité, Dahlberg e Garcia Marco, Campos e Gomes."

Diante de tais seguimentos teóricos, Guimarães (2003) acresce ainda que a concepção da literatura espanhola aproxima-se da francesa no momento em que utiliza as denominações *análise documentária* / *análise documental,* dado que as expressões “congregam dois conceitos fundamentais: análise e documento.”

Nesse aspecto, pode-se acrescentar também a compreensão do dinamarquês Hjørland (2007) quanto à “teoria de indexação”, pois ele afirma ser o documento (e não somente seu conteúdo) o objeto do *processo* indexação. E que “padrões sistemáticos de discordância entre indexadores competentes estão, principalmente, relacionados com diferentes compreensões teóricas”.

Entende-se que, em tal discordância, pode-se inserir — também — a questão da natureza constitutiva do documento enquanto objeto de análise para indexadores e/ou analistas, porque ambos precisam explorar os pólos constitutivos do documento para realizar a sua análise.

O tratamento ou organização da informação aparece também como momento de um *processo de conhecimento*[47]*informacional* — leva a conhecer os produtos, seus conteúdos e instrumentos — por reunir “[...] todas as disciplinas, técnicas, métodos e processos relativos à descrição física e temática dos documentos, desenvolvimento de instrumentos (códigos, linguagens, normas) e [...] implantação de estruturas físicas ou banco de dados [...]”, de acordo com Dias e Naves (2007, p. 17).

Por outro lado, entende-se que o tratamento engloba os procedimentos metodológicos (prática do ato) da AD, cuja atividade compreende os aspectos forma e conteúdo do documento, envolvendo, portanto, os meios técnicos tradicionais denominados de classificação, catalogação e *indexação* (conteúdo) e as suas especialidades e inovações como, por exemplo, metadados e ontologias.

Sendo assim, ilustra-se[48] (figura 6) a rede das relações internas consideradas a partir da percepção de tratamento/análise documental trabalhada na tese e, daí, situa-se o objeto que se propõe atingir por meio de uma ‘moção’ de natureza metodológica.

---

[47]A metáfora utilizada decorre de um paralelo com o termo *processo de conhecimento*, utilizado no Direito Processual Civil, que constitui uma fase de cognição, de identificação das pretensões das partes, enquanto conteúdo essencial da lide.

[48]Ante os domínios (arquivologia, documentação, museologia etc.) de aplicação da Ciência da Informação (ROBREDO, 2005), exibe-se uma visão sistêmica das etapas que constituem o processo do tratamento documental, com foco na biblioteconomia.

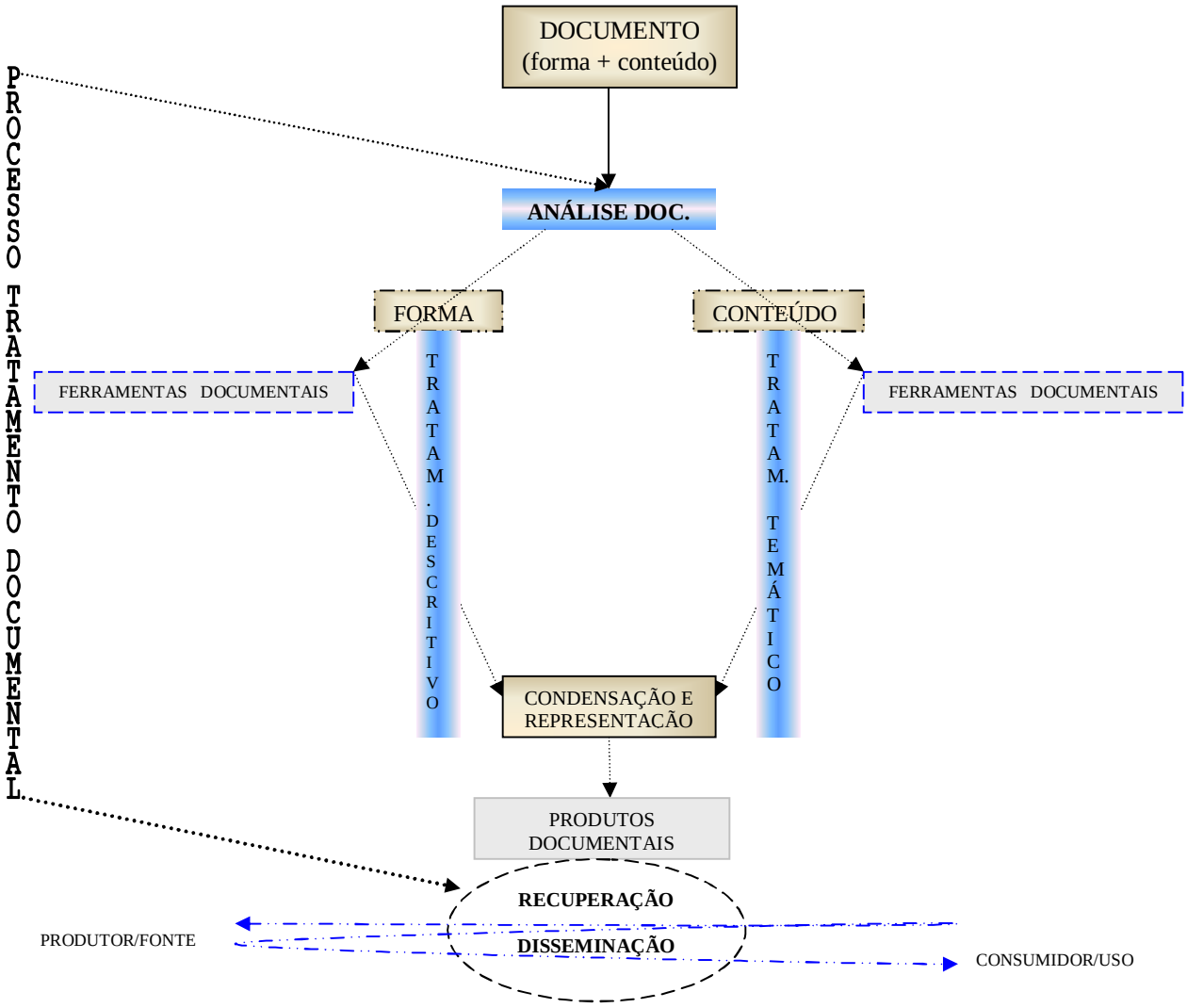


Figura 6: Processo Tratamento Documental
Fonte: Autora

Por ora, será esse o fundamento para assumir em primeiro plano o processo da AD (e não o da indexação), no âmbito da linha de pesquisa Organização da Informação. O objeto, em estudo, se constrói no uso da literatura da Análise Documental, ao situá-la na sua função de apreciação estrutural e temática dos documentos na organização da informação.

Cada tipo de documento tem uma forma (estrutura) própria e, a partir da análise da estrutura é que se propõe identificar conceitos para expor o assunto do documento.

Logo, cumpre observar que a AD tem duas operações distintas: análise do conteúdo[49] e a padronização do formato. A primeira é utilizada, para identificar os elementos que representam conceitos ou idéias em um documento em diferentes formas: análise semântica, estatística, sintática ou de outra forma.

A segunda, a padronização, permite a apresentação usando as regras para determinar a posição de cada parte (estrutura) das informações divulgadas pela análise de conteúdo e ambas se reúnem em uma *informação documentária*[50]*,* por meio de uma linguagem estruturada (classificação, catalogação, tesauros e outros).

Assim, um sentido técnico para a expressão *análise documental* pode ser o proposto por Garcia Gutierrez (1984, p. 79-80), isto é, "todo reconhecimento e estudo que se faz de um documento", ao considerar o documento com todas as características (forma e conteúdo) que este comporta e o estudo técnico com finalidade descritiva.

Nesse ponto, é importante lembrar que os métodos de "processamento analítico-síntetico", segundo Mijailov[51] et al citado por Garcia Gutierrez (1984, p.81), são métodos historicamente construídos ao longo dos séculos e se desenvolveram à medida em que se desenvolveu "[...] a edição e o comércio de livros, a biblioteconomia, a bibliologia, a lingüística aplicada e a organização do trabalho científico".

De igual forma, a organização documental e suas concepções terminológicas de análise decorrem desses desenvolvimentos e, conseqüentemente, o analista utiliza os instrumentos de acordo com o 'campo de visão' que tem do problema.

Gardin (1966, p.12), de uma perspectiva lingüística, entende que a análise documental é uma "operação" ou "seqüência de operações" que tem:

- a tarefa de apresentar o "documento dado sobre uma forma diferente da original" e,

[49]A expressão *análise **de** conteúdo* "trabalha com mensagens e consiste em demarcar a informação implícita, o que se lê 'entre linhas'. É domínio dos psicólogos, e não dos documentalistas." E a expressão *análise **do** conteúdo* "consiste em demarcar a informação explícita, o que o autor escreveu e o que o analista lê." (WALLER, 1999, p.19).

[50]Kobashi (1994) compreende como "informação documentária" o resultado da representação realizada a partir do documento original.

[51]Em algumas publicações o nome do mesmo autor é grafado de forma diferente: *Mijailov* ou *Mikhailov*. Na obra do autor consta Mikhailov, conforme a referencia realizada.

- a função essencial de traduzir, resumir (condensação) e indexar (representação) para facilitar a consulta pelos interessados.

Para Gardin (1973, p. 137), a “análise documental é a extração do significado dos documentos escritos”, concepção centrada no processo da indexação. Ainda referindo-se ao documento como o objeto das operações, a concepção de análise do autor francês diz respeito ao conteúdo dos documentos escritos. Quanto à forma, entende-se que há um silêncio teórico na sua concepção de análise, ante a literatura examinada e a rede de documentalistas (GARCIA GUTIERREZ, 1984; PINTO MOLINA, 1989, 1993; RUIZ PÉREZ, 1992; CLAUSÓ GARCIA, 1993; GARRIDO ARILLA, 1994), ao explorarem as diversas concepções de AD, dentre as quais a de Gardin.

Garcia Gutierrez (1984), ao considerar a AD, entende que não se deve confundir o objetivo perseguido com o resultado em si, isto é, no caso da análise, o objetivo não é produzir um novo documento, e sim possibilitar um controle e conhecimento dos documentos por meio de um instrumento informativo que será a publicação secundária ou “informação documentária” (KOBASHI, 1994). Logo, tanto a análise como a publicação secundária são meios e não fins; o primeiro é técnico, e o segundo, efeito desse.

Dessa forma, Garcia Gutierrez (1984, p. 83) propõe uma definição de AD de modo a abarcar tanto as características físicas (forma) como as intelectuais (conteúdo) do documento, dentro de um entorno documental globalizado, visando estabelecer um campo teórico. Para o autor, a AD compreende

> Uma técnica documental que permite, mediante uma operação intelectual objetiva, a identificação e a transformação dos documentos em produtos que facilitem a consulta dos originais em áreas de controle documental e com o objetivo último de serviço à comunidade científica.

Dessa definição importa observar a caracterização de *técnica*, operação *intelectual objetiva* e de i*dentificação* com potencial para transformação, dado que tais pontos pressupõem modo de *agir* e *pensar* e fases distintas, a ser examinados.

A técnica orienta o resultado para o uso prático; a operação intelectual privilegia o conhecimento fundamentado no ‘pensamento conceitual’ ou na razão, enquanto capacidade humana de raciocínio e seleção de dados. A objetividade do

pensamento impõe procedimentos sistematizados e precisão, de modo a torná-los 'válidos para todos'[52].

Do procedimento que dá a conhecer, proposto na Lingüística Documental de Garcia Gutierrez (1984), a análise faz uso de formas de pensar e agir que podem ser sintetizados em procedimentos metodológicos enquanto meios escolhidos para tratar o problema.

Sendo assim, um método pode dialogar com outro método ou ainda com uma técnica, dado que considerando o racionalismo aberto de Bachelard, na intelecção de Japiassu (1976, p.71), o conhecimento é processo contínuo de retificação com possibilidade "de se criar, diferentemente das clássicas formulações dos empiristas e dos racionalistas, uma nova interpretação [...]". Compreende-se, assim, para a AD, que os procedimentos metodológicos (métodos e técnicas) podem ser múltiplos[53], pois sempre existirá a possibilidade de se criarem novos e se aperfeiçoarem os já existentes, ante a necessidade social da informação.

Fayet-Scribe (1999) ao referir-se à "história do acesso à informação e à técnica" explica que as "técnicas intelectuais" nasceram no silêncio das bibliotecas, nos gabinetes de trabalhos intelectuais, nas trocas de cartas entre os cientistas, nos ateliês dos editores-impressores, nos laboratórios dos cientistas e no ensino mútuo dos artesãos.

As operações documentais, portanto, respondem às necessidades do lugar onde são elaboradas, através de uma série de atos materiais e intelectuais, e podem apresentar duas proposições semânticas, segundo Waller (1999):

a) uma, geral, que propõe a reflexão e cominação de meios com vistas a obter um resultado determinado como, por exemplo, endereçar alguma coisa a alguém tendo em vista um exame, uma verificação, um julgamento;

---

[52]A concepção de "válido para todos" remete ao sentido de 'objetivo' e significa também "intersubjetividade válida", ou "em conformidade com um método qualificado". O que é objetivo no sentido de ser válido para todos é, de fato, independente deste ou daquele sujeito, de suas preferências e avaliações particulares; por outro lado, "o único meio de que o sujeito dispõe para disciplinar ou frear suas preferências e avaliações é recorrer a procedimentos metodológicos qualificados", em conformidade com o objeto analisado. (ABBAGNANO, 2003, p.723).

[53]Como exemplos, citam-se o modelo semiótico de indexação proposto por Mai (1997), o modelo de orientação cognitiva de leitura para o indexador de Fujita (2003a), o modelo pragmático de representação de estruturas de conteúdo proposto por Izquierdo Alonso (2003) e outros. São estudos realizados no âmbito da AD, com o objetivo de sistematizar procedimentos.

b) outra, própria da atividade documental, que propõe observação, identificação, compreensão de um texto, segundo normas, métodos e práticas, tendo em vista tornar utilizáveis os temas, assuntos identificados em um texto advindos de livros, artigos, certificados, relatórios, etc.

Salienta-se ainda que, no âmbito da evolução da documentação, tais operações documentais foram adaptadas de acordo com os objetivos (ou política documental) da instituição.

Waller (1999, p.18) aponta cinco possíveis ambientes de aplicação das ações da *análise*, enquanto "operação profissional técnica", a saber:

- no ensino documental clássico: aplica-se "unicamente ao tratamento do conteúdo de um texto ou de uma imagem e tem como resultado um resumo, uma indexação ou uma síntese";

- no ensino da Biblioteconomia: o termo não existe, é uma fase da catalogação que engloba o tratamento de um conteúdo, "identificando-se um tema ou assunto";

- na arquivística: é uma "etapa presencial da descrição arquivística, que consiste em apresentar, sob uma forma organizada, concisa e precisa, os dados de ordem histórica e diplomática contidos em [...] um conjunto de documentos [..]";

- Na prática corrente dos bancos de dados[54]: cobre o tratamento global do documento, ou seja:

> - o aspecto formal, exterior [...]: o que é próprio da descrição bibliográfica, da catalogação [...];
> - o aspecto fundamental ou o conteúdo: o que é próprio das operações de indexação, de condensação das informações (no sentido documental, ou seja, conceitual) contidas no documento, isto é, o fato de *encontrar, reparar, extrair, iluminar o que o autor redigiu, e selecionar no texto o que é julgado como importante para uma utilização ulterior* (destaque da autora).

Do exposto, interessa saber, inicialmente, que: a AD é parte das atividades da Biblioteconomia, ainda que com diversificada utilização de termos para significados semelhantes. Um exemplo dessa questão é o fato de que os termos

[54]Waller (1999, p.19) entende que, quando de trata de banco de dados de textos na íntegra, a análise documental parece ausente por ser delegada aos sistemas internos com base, por exemplo, em análises estatísticas, morfológicas, sintática e semântica dos textos. De acordo com a autora, "a experiência é curta demais para garantir que esses sistemas sejam capazes de substituir integralmente a análise dita manual, em oposição à análise automática" uma vez que a análise automática exige programas prévios mais sofisticados, enquanto a análise manual faz apelo à massa cinzenta do analista.

clássicos *catalogação* e *classificação* são, na atualidade, conhecidos como representação descritiva e temática, respectivamente.

Os aspectos forma e conteúdo remetem à concepção de materialidade da informação, isto é, ao documento. As atividades propostas para sua análise remetem à concepção de "pesquisa das informações contidas em um documento" (WALLER, 1999, p.19). Os procedimentos metodológicos consistem em uma operação de análise, inicialmente, para compreender as diferentes formas de informação do documento (estruturá-lo) e, posteriormente, interpretar seu potencial informativo em relação aos interesses de um sistema de informação (indexá-lo).

A representação descritiva (ou catalogação descritiva) diz respeito aos aspectos capazes de identificar externamente o documento como, por exemplo: o autor, o título, a editora, descrição física (impresso, eletrônico) etc. E, a representação temática (que engloba as atividades de classificação, catalogação e de indexação), diz respeito ao conteúdo documental. Assim, a distinção entre cada atividade está no objetivo de suas ações.

Por outro lado, a classificação analisa o conteúdo para situar um documento dentro de uma coleção/acervo (conforme os mapas do conhecimento[55]),e a catalogação de assunto identifica a posição do documento dentro do mapa de conhecimento já classificado, dentro do sistema adotado.

A indexação — procedimento aqui considerado no âmbito da AD — é a "condensação das características de um documento" (CHAUMIER, 1971; COUTURE DE TROISMONTS, 1975) nos termos de uma linguagem documental previamente elaborada, cuja escolha está em conformidade com o sistema institucional ou a política de indexação adotada.

O termo *condensação* utilizado pelos autores, nesta situação, equivale à "representação" (FUJITA, 2003a) do documento original por meio da 'transformação' dos conceitos extraídos dele, cujo potencial informativo (atribuído pelo analista de acordo com o entorno) possa representar o assunto do documento de forma condensada, a saber: descritores de assunto e resumo.

[55]Pesquisa acerca dos "10 pilares do conhecimento humano" desenvolvida por Zins (2007), que também apresenta o "Mapa do Conhecimento da Ciência da Informação". Existem também outros mapas como o da classificação do conhecimento utilizada pelos ambientes informacionais como, por exemplo, em bibliotecas (especializadas ou não). Ressalte-se, nesse sentido, o projeto "Mapeamento do Conhecimento Compreendido nos Sistemas de Classificação de Bibliotecas" desenvolvido por Zins, Santos, Vidotti, Jorente e Araya (2008). Disponível em: <http://www.success.co.il/knowledge/languages/portuguese/libclass-portuguese.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2009.

Quanto à análise do aspecto fundamental (ou o conteúdo), Fayet-Scribe (1999) defende que a indexação (análise para representação), a classificação e o resumo, podem ser compreendidos como métodos.

Quanto ao aspecto de métodos (processo) e procedimentos, entende-se que junto com a catalogação, diante do exposto, todas as atividades podem ser compreendidas como procedimentais, isto é, como práticas de natureza operacional do "saber-fazer uma análise", expressão de Blanquet (2004), ao refletir acerca da "Metodologia da análise documentária".

Interessa, por ora, explicitar as atividades da indexação, enquanto fases ou estágios constitutivos de um procedimento voltado para o conteúdo de um todo (o documento).

De modo mais explícito, quanto à análise interna de tal procedimento, Fujita (2003a, p.63) identifica dois *estágios* da indexação: o primeiro, denominado analítico, em que busca *conceitos* por meio das ações de leitura/identificação e seleção; o segundo, a tradução, em que há representação de conceitos em assunto com uso de linguagens controladas definidas pelo profissional da informação em função, principalmente, das necessidades do usuário em uma dada política de sistema de informação adotada.

Guimarães (1994; 2003; 2007) compreende que as etapas da AD apresentam ações de análise e síntese em que, inicialmente, o analista busca "contato com as partes que revelam maior conteúdo temático". Em um segundo momento (o da síntese), o analista seleciona os conceitos para a condensação e representação documental.

Assim, em relação à indexação, observa-se, por um lado, uma concepção ampla do termo, que engloba os procedimentos da operação análise documental e, por outro lado, uma concepção restrita, em que a mesma faz parte da AD e, esta cumpre de maneira global a operação de análise perante o objetivo da ação e, segundo Waller (1999, p.30), este objetivo é: "observar, compreender, estruturar, formular, indexar e resumir" o documento.

O estudo que ora se propõe localiza o objeto no âmbito da AD e situa-o, especificamente, na etapa analítica, no momento em que se busca compreender as diferentes formas da informação em um documento.

Convém esclarecer que se opta por uma abordagem da AD restrita à primeira etapa do processo, afastando-se, portanto, do todo, que compreende a representação e uso de linguagens controladas.

Os recursos teóricos utilizados são da abordagem de conceito e assunto (HJØRLAND, 1992; 2008). Compreende-se a busca por conceitos e a estrutura temática (partes) de maneira complementar, porque a estrutura temática é composta por “conceitos ou categorias” (FUJITA, 2003, p. 77), e o “onde” identificar conceitos leva a conhecer a estrutura temática necessária para a determinação do assunto do documento.

Nesse sentido, o posicionamento teórico adotado compreende que a “chave para a definição de assunto se encontra na investigação epistemológica de como [...] e o que saber sobre documentos para descrevê-los” (HJØRLAND, 1992, p.172, grifo nosso), de tal modo que a recuperação de informações seja facilitada.

Ainda que se utilize bibliografias comuns como conseqüência refletida nos estudos acerca dos procedimentos de análise e síntese, especificamente o rigor na proposição em exame impõe delimitação na abordagem ou um “corte na realidade”, utilizando a idéia de Japiassu (1976).

Este posicionamento privilegia também a precisão do ‘olhar’ na atuação procedimental (objeto em estudo) e tenta inverter o pensamento de abordagem estrutural da tese, que primeiro buscara, por meio do todo, compreender o específico e agora, com o específico, busca refletir suas construções internas analíticas para confirmar (ou refutar) as hipóteses levantadas.

2.3 O *fazer análise* no processo da Análise Documental

Diante da concepção de uma AD de natureza técnica e intelectual, que cobre os aspectos forma e conteúdo do documento, visualiza-se (ou se reconhece) a objetividade e a objetivação — na intelecção do analista — como não sendo expressões vazias.

A objetividade revela-se na ação, isto é, no modo como o analista realiza a análise (divisão, separação ou decomposição) de um todo em partes e consiste em aplicar — no processo da AD — a concepção orientada para a identificação “das partes que revelam maior conteúdo temático” (GUIMARÃES, 2003). Resta, portanto,

explicitar qual(is) e como a concepção(ões) descritiva(s) orienta(m) essa identificação.

A objetivação é a compreensão que se reconhece frente a uma exposição metódica que, por sua vez, é resultado de uma estruturação, de uma forma (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991). Ela 'atua' como resolução lógica, isto é, "operação intelectual que consiste em decompor um todo em partes" (WALLER, 1999, p.16). Na AD há a objetivação quando o analista está diante da materialidade da informação. A forma organiza e delimita um conjunto de elementos que tem um sentido real e a objetividade atua na ação em expor as formas da informação documental.

Na etapa analítica inferem-se não só os caracteres da forma, como também do conteúdo documental. Na análise, a resolução lógica (guiada pela objetivação da forma documental e pela objetividade da ação) necessita considerar o processo como um todo, incluindo as partes estruturais do conteúdo (tratado como forma exterior do documento).

Tem-se essa compreensão diante da padronização que a forma transporta ao conteúdo/informação, e da caracterização (ou valorização) atribuída a essa informação, que precisa ser expressa ou descrita ou representada de "alguma maneira física" (BUCKLAND, 1991), no domínio de atividades da CI e na construção da sociedade atual da informação, visto que o documento se define, nesse domínio, "como um suporte material e uma informação organizada que pode ser [...] recuperada" (FAYET-SCRIBE, 1999).

Há também o "conhecimento de abordagens sistematizadas" aplicado ao conteúdo do texto, expresso por Fujita (2003, p. 85), no qual a leitura para identificação de conceitos exige garantia de "bons resultados na recuperação".

E o que caracteriza essa sistematização? E como se reconhece esse conhecimento sistematizado nas ações de identificação de conceitos do analista? A resposta a essa questão parece identificar duas vias: requisitos da ação sistematizada e denominação dessa ação de conhecimento, dado que, conforme expressa Fujita (2003, p. 85), tal ação exige "uso de metodologias adequadas" e, portanto, elas se configuram pela dinâmica da pesquisa.

A ação do homem, ao desempenhar um papel, é alavanca de motivações, objetivos e valores. E essa alavanca funciona como um instrumental, no seu fazer. Mas não é "um esquema exterior; é um processo que *é aplicação de um sentido* e

que é constituído de um extremo ao outro por tal aplicação" (LADRIÈRE, 1991, p. 10, grifo nosso).

Ladrière (1991) explica ainda que, para se chegar ao conhecimento da realidade social, "é necessário captá-la em sua própria produção, isto é, na ação [...]." Pode-se reconstituir o sentido que habita as ações "a partir de sua própria experiência" e "das quais vem a ser testemunho, direta ou indiretamente."

Assim, no procedimento da AD para identificar partes significativas do conteúdo, há uma preocupação com a compreensão das ações do analista, o que se explica pela preocupação na atribuição de sentido que ele emprega e, isso, entende-se como o conhecimento de abordagem.

A outra preocupação será com o rigor no procedimento de identificação das partes temáticas, isto é, com a sistematização das ações. Pode-se mencionar tais preocupações como sendo o "pólo prático metodológico", expressão utilizada por Bruyne, Herman e Schoutheete (1991), da AD.

O pólo não somente enuncia as regras — que impõem certa ordem entre os elementos analisados — como também suscita quadros (das partes significativas) de análise e técnicas de ordenação dos elementos constitutivos do objeto, conforme suas especificidades.

Exemplos de especificidade, que poderá suscitar um quadro de interesse para análise, são: o tipo textual (argumentativo, narrativo, descritivo, injuntivo) do conteúdo; e o gênero textual (carta, bilhete, folheto, notícia de jornal, e.mail, bula de medicamentos, artigo, atestado, certidão, edital, portaria, parecer, outros), entendido como toda forma que o texto pode assumir. Ambos são observados a partir da "circulação" e do "uso social" (MORAES, 2008, p.).

Cintra (1989) em seus estudos do uso da Lingüística na análise documental, foca as estratégias cognitivas de leituras e os seus aspectos procedimentais aplicáveis naquilo que denomina "leitura documentária".

Reconhecem-se tais preocupações no entorno da análise da leitura expresso por Fujita (2003), nas concepções que orientam*, prima facie*, as ações do analista para explicitação sistematizada dos procedimentos para a identificação de conceitos, diante das concepções orientadas para o conteúdo e para a demanda.

Como recurso teórico, utiliza-se o raciocínio da lógica dedutiva, tal como exposto por Hjørland (2007). De acordo com o autor "indexar é um ato" e atos servem aos objetivos dos seres humanos. Bibliotecas e serviços de informação

também servem aos objetivos dos seres humanos. Portanto, “suas indexações devem ser realizadas de uma maneira que apóie o máximo possível esses objetivos”.

Qualquer modo específico de análise estará apoiado a algum tipo de uso à custa de outro. Esta, portanto, pode ser a lógica que fundamenta a orientação para a demanda sem, contudo, prescindir do conteúdo (ou vice-versa).

Os documentos tencionam servir a algum propósito em uma comunidade específica. A AD é um meio pautado pela concepção que agrega a orientação para o conteúdo e a orientação para a demanda, isto é, a da “contribuição para o conhecimento de um trabalho” declarado por Rowley e Farrow e citado por Hjørland (2007).

No conhecimento científico, a compreensão acerca da natureza do objeto leva à observação do contexto do problema em que o mesmo está inserido. Contudo, se tal observação se dá a partir da ótica do sujeito ou do objeto[56] em estudo, depende da abordagem escolhida pelo pesquisador/analista. Essa escolha pode levá-lo a compreensões distintas e/ou complementares da natureza do objeto e, conseqüentemente, terá implicações na escolha e uso de ferramentas para sua análise.

No âmbito do conhecimento científico, tais escolhas podem ser através do levantamento de objetivos da análise para a solução (se possível) teórica ou prática. Assim, os objetivos levam à escolha do(s) método(s). E, ainda, que um dado método ou procedimento não exclua outros possíveis, torna-se necessário posicionar a natureza do objeto ante o caminho(s) escolhido(s), condição *sine qua non* para se ‘buscar’ rigor no saber-fazer; no caso em questão, da AD.

Essa condição, além de necessária, também é complexa, haja vista Soergel et al (2004) citado por Hjørland (2008), confirmarem que “O maior desafio na recuperação de informações é a identificação de conceitos em um específico domínio de interesses”.

No estudo em curso, a AD tem como objetivo examinar o documento para propiciar meios para identificar conceitos documentais. Especificamente, identificar conceitos é considerado um desafio de natureza complexa.

---

[56]De acordo com Japiassu (1976, p.69) sujeito e objeto encontram-se ligados num feixe de relações recíprocas. “Entre eles processa-se uma relação dialética.”

Justifica tal compreensão de complexidade, a relação intrínseca apontada por Hjørland (2008) entre *conceitos* e estudos de *significado* e *semântica*, os quais tendem a ser discutidos separadamente em diferentes literaturas.

Em função disso, surgem exclusões e alertas a serem considerados na análise de *conceito* no tratamento da informação. Hjørland (2008) cita o alerta de Fugmann (2004) “para não considerar ‘conceito’ como ‘significado de palavra’ ” .

Ilustra-se a assertiva pelo modelo que segue:

> PALAVRA: “escola”;
>
> CONCEITO: “lugar para aprender” OU “escola de pensamento“ expresso pelas palavras: “paradigma” ou “perspectiva”.

Conclusão: o sinal lingüístico (palavra escrita) pode ser utilizado para conceitos diferentes; conceitos iguais podem ser utilizados diante de palavras diferentes.

Releva notar ainda que, em função de um alerta de um cientista da computação, Sowa (1984) — ao expor que conceitos são seleções de características de acordo com um propósito — Hjørland (2008) infere tal posição como sendo “compreensão pragmática, contrária, portanto, à natureza racionalista do processo da análise, posto que, na concepção pragmática, os conceitos são “relativos a perspectiva, opiniões e teorias” (e o pensamento racionalista, em tese, não admite relativismo). Sendo assim, o estudo acerca de como um termo foi usado não auxilia a decidir como se deve defini-lo.

Tal pensamento pragmático, segundo a intelecção de Hjørland (2008), é da linha peirceana e compreende que “o significado de um termo é determinado não apenas pelo passado, mas também pelo futuro”.

Segue ainda o autor explicando que :

> Conceitos são maneiras de classificar o mundo. Qualquer conceito/classificação pode ser mais ou menos adequado ou inadequado para ajudar o sistema a alcançar o objetivo particular. [...] sistema deve ser capaz de formar classes de objetos que são equivalentes em relação a certa tarefa. [...] um objetivo comum ou um uso comum é o princípio que une as classes e que forma os conceitos.

Hjørland (2008), na vertente teórica da Organização do Conhecimento, destaca que os conceitos são definidos para propósitos específicos. Logo, são ancorados em teorias específicas do universo do conhecimento e não em estudos psicológicos dos usuários.

Nessa linha de abordagem insere-se a "Teoria do Conceito"[57] de Dahlberg (1978, p.102) em que conceitos são formados por enunciados verdadeiros a respeito de determinado objeto, isto é, "cada enunciado faz referencia a algum dos elementos [características] do conceito". Como exemplo, cita-se os enunciados formulados acerca do conceito de instituição (objeto geral) e o conceito de Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia (IBICT), a saber:

Conceito de *instituição* (objeto geral)	**Enunciados acerca do *IBICT* (objeto individual)**
- É constituído por um grupo de pessoas, - trabalham com determinada finalidade, - possuem administração comum, - localizada em determinado lugar.	- É uma instituição, - situada em Brasília, - relacionada com a coordenação dos sistemas de informação no Brasil, - possui mais de 100 funcionários.

Quadro 2: Enunciados conceituais.
Fonte: Teoria do conceito de Dahlberg (1978, p.102, tradução de Astério Tavares Campo). Adaptação da autora.

Assim, os conceitos são unidades de conhecimento que se articulam em uma unidade estruturada, a partir da teoria de abordagem de Dahlberg (1978), e consiste em uma reunião de características que "descreve ou identifica uma determinada qualidade de um objeto individual" (GOMES, 1990, p.20).

Em outra abordagem aplicada ao ensino do *fazer* AD, Izquerdo Alonso (2000) compreende que os processos de organização e representação do conhecimento necessitam de uma aproximação integradora no âmbito da análise da teoria lingüístico-documental. A Lingüística (funcional e textual), entre outros segmentos, interessa-se por incorporar elementos de tipo funcional e por abordar os elementos da língua, no marco textual, "como unidade global de sentido de caráter semântico e pragmático".

De acordo com Izquerdo Alonso (2000, p. 152), dos modelos de análise da Lingüística se obtêm ferramentas de descrição e representação textual. E, sendo o documento "essencialmente um texto", muitas reflexões acerca do texto podem ser

[57]A teoria de Dahlberg (1978), que reflete uma abordagem do positivismo lógico, está relacionada à Teoria da Classificação e a construção de tesauros (MOTTA, 1987; GOMES, 1990; CAMPOS; GOMES, 2006). Compreende-se que esta concepção pode ser estendida também à compreensão de conceitos na primeira fase da AD, porque auxilia a estabelecer as bases para a seleção dos conceitos/termos, nas fontes de onde eles serão retirados.

trasladadas ao documento em sua dimensão de “suporte lingüístico de estruturas de conteúdos.”

Ainda diante da preocupação dos modelos teóricos de análise, Lara (2008) introduz na discussão a complicada tarefa da “seleção do que é informativo ou não na constituição dos sistemas de informação”, lembrando que “os domínios e áreas de atividade diferem quanto ao aspecto que os unem [...]”.

Dessa forma, na Organização da Informação, quando se trabalha conteúdos que se identificam e se aproximam por meio dos seus métodos e/ou objeto de estudo, observa-se a construção de um diálogo entre o domínio e a área de modulação para a análise das partes temáticas do documento.

Frente à preocupação em desenvolver melhores recursos teóricos para a organização informacional, a interdisciplinaridade, fundamentada em Japiassu (1976, p.56) aparece como instrumento, não só de “crítica interna do saber”, como também de adequação e inovação das atividades de ensino e pesquisa às necessidades sócio-profissionais.

Por outro enfoque, há a motivação interdisciplinar de potencializar o acesso e uso da informação documental em um sistema de recuperação e disseminação, criado a partir das necessidades informacionais do(s) usuário(s), isto é, em conformidade com o *entorno social*.

Como anteriormente exposto, a época considerada a infância da RI colocou em evidência os métodos e técnicas do tratamento documental, principalmente a execução do processo realizado por bibliotecários, de forma habitual e convencional (serviço funcional), destituído de maiores discussões teórico-metodológicas acerca da fase analítica da informação.

A percepção da falta ou da “busca por metodologias” (GUIMARÃES, 2003; 2008) diante das “operações empíricas de ‘bom senso’“ (CUNHA, 1990, p.59), leva em conta o grau de maturidade científica do campo diante dos métodos que emprega (e como emprega) frente aos problemas que estuda, conforme pondera Saracevic (1992) acerca da CI. Tal percepção deve considerar,também, a dupla face do objeto em estudo, isto é, a de conversão (do conteúdo sistematizado em uma forma objetiva) e a de “significação para a realidade humana”, lembrando Gusdorf (1976).

Ilustrando o procedimento em que se observa o problema identificado no processo da AD, expõe-se como exemplo (figura 7) o resultado do processo técnico

manual (catalogação/classificação/indexação), processo que, na maioria das vezes, é executado pelo mesmo profissional da informação.

Segue o passo-a-passo:

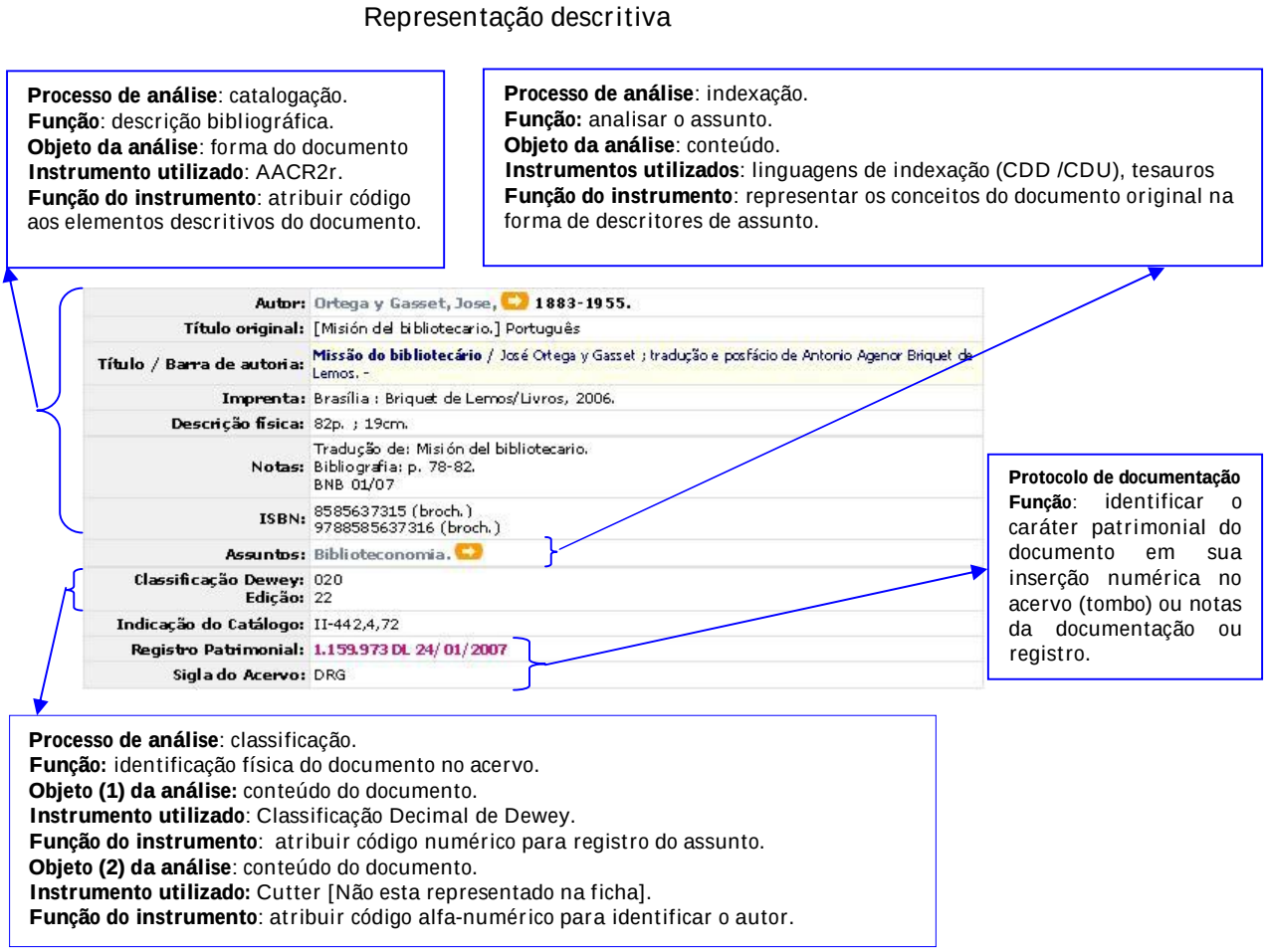


Figura 7: Modelo de ficha em catálogo.
Fonte: Sítio de Catálogos da Fundação Biblioteca Nacional (Catálogo de livros).
Representação descritiva da ficha: Autora

Esse *fazer* técnico (de modo simplificado) de um dado ambiente informacional é questionado quanto a sua ação de *análise de assunto* (por meio da identificação, seleção e extração de conceitos), ao representar a informação registrada nos vários suportes. Onde se percebe o problema?

Compreende-se, diante do modelo ilustrado, que ao realizar a representação descritiva e a classificação há, primeiramente, uma análise, pelo bibliotecário, do conteúdo e da forma documental em dado contexto informacional.

A recuperação da informação e a identificação, no acervo geral, se dão mediante decisões de feição contextual e de ações descritivas do conteúdo, razão pela qual há necessidade de rigor (isto é, de normas) nas ações, no sentido de

expor os aspectos teórico-metodológicos (e contextuais) descritivos desse *fazer,* de forma a sistematizar os estudos no campo de conhecimento científico[58].

2.4 A questão procedimental: em busca do fazer sistematizado

De acordo com registros na literatura, há, no processo da AD, especificamente, no tratamento do conteúdo documental ou indexação em Biblioteconomia, vários estágios. Mai (1997) simplifica-os com um modelo de três estágios ou operações de análise os quais, especificamente, o autor denomina de: 1.“processo de análise de documento”, 2.“processo de descrição do assunto” e 3.“processo de análise de assunto”.

Todos representam momentos específicos e distintos na abordagem do documento para localizar conceitos, a saber: identificação – seleção – extração - representação. Sendo assim, a *análise de assunto* se dá por meio de *conceitos* informativos, razão pela qual requer atenção procedimental para cada estágio ou etapa da análise, visto que os conceitos refletem as tendências teórico-metodológicas do processo com um todo.

No entorno da AD em Biblioteconomia, a indexação é considerada na sua concepção tradicional, isto é, orientada para a identificação de conceitos, no conteúdo documental, para a *análise de assunto* que “representem a essência do documento” (FUJITA, 2003, p.67) ou “análise do documento para determinar seu assunto” (MAI, 1997).

Na operação da AD, o primeiro ato prático do profissional da informação é o da leitura do documento para transformar o conteúdo de um documento em descritores potencialmente informativos.

A leitura, para essa função de análise, apresenta-se como dimensão de pesquisa qualitativa, a ser considerada no seu ‘como fazer’, porque o analista, às vezes, pode não prescindir de conhecimentos específicos, ante a conjuntura política,

[58]Diante das várias concepções de ciência, a que reflete as características do conhecimento científico mencionado é o de que “As ciências são parcelares, são também abertas, constantemente questionando, sempre em busca de novos métodos, de novos conceitos, de novos meios de investigação e de verificação. Conseqüentemente não existe também [somente] um método científico [...]” (BRUYNE, HERMAN E SCHOUTHEETE, 1991, p.26).

econômica, social, cultural, que propiciem uma leitura e posterior análise satisfatória para as necessidades informacionais das comunidades, especializadas ou não.

Daí a necessidade, no caso da leitura do documento, de estudos interdisciplinares, vez que a “visão monodisciplinar” (JAPIASSU,1976, p. 67-68) fornece um sentido “parcial e limitado da realidade de que foi ‘destacada”, “pela análise que escolhe” e “pelas conclusões a que chega”. Ao agir assim, a visão monodisciplinar cria a sua realidade, fragmenta o objeto e o reduz à sua própria análise. A análise prima por uma objetividade que reside nos fatos observáveis no conteúdo documental.

É preciso refletir, ainda, acerca das relações que se estabelecem na visão interdisciplinar. A interdisciplinaridade prima por acolher as contribuições de outras disciplinas e também pelas relações intelectivas do profissional que se estabelecem com a realidade observada — porque “o real objetivo está longe de coincidir com aquilo que é observável” (JAPIASSU, 1976, p.68) — em função do enfoque específico adotado pelo profissional.

Na situação em estudo, o objeto de interesse interdisciplinar não se reduz à concepção de conceito a ser transformado com o uso de instrumentais documentais (linguagens controladas) com a pretensão de fornecer uma representação do assunto documental. Também é preciso considerar o documento e a leitura descritiva do documento.

Nesse sentido, Izquierdo Alonso (2000, 2003, 2004) expõe as contribuições da Lingüística Documental, tendências teóricas advindas da interdisciplinaridade das disciplinas AD e Lingüística. De acordo com a autora, na Lingüística interessam, entre outros, os elementos funcionais do texto, tomado como unidade global de sentido de caráter semântico e pragmático.

A questão da leitura é, especificamente, objeto dos estudos do Grupo de Pesquisa “Análise Documentária”, na linha de pesquisa “Leitura para análise documentária de conteúdo”, coordenada por Fujita (2008), que propôs o uso de elementos procedimentais cognitivos na sistematização da leitura do fazer profissional, especificamente para a Análise de assunto (indexação) para recuperação da informação, além de potencializar novas abordagens de ensino-aprendizagem no tratamento temático da informação, por entender que a *concepção de análise*

> [...] está diretamente vinculada com sua formação educacional (concepção orientada pelo conteúdo) e com a postura do sistema de informação (concepção orientada pela demanda) e não pelo fato de ele ser um leitor menos ou mais habilitado. Por isso, recomenda-se que a formação do indexado seja direcionada para a importância da identificação e da seleção de conceitos feitas durante a análise de assunto conforme uso de metodologia adequada. (FUJITA, 2003, p.86).

Posta assim a questão, menciona-se ainda que, mesmo diante do avanço nos fundamentos teóricos e práticos do processo de tratamento da informação, há que se alicerçar a base do processo de conhecimento, tanto do pesquisador como também do ensino para formação profissional, nas temáticas em questão.

A necessidade de identificar a abordagem na AD, expressa no pensamento de Hjørland (2006), é oportuna para refletir acerca da leitura documental.

> A compreensão e interpretação de documentos são baseadas na interpretação de diferentes tradições e compreensões no meio [...]. A análise de assuntos envolve atos hermenêuticos e também análises pragmáticas dos objetivos, valores e conseqüências [...]. Os princípios da análise de assuntos são basicamente apoiados em opiniões epistemológicas.

Desse entendimento, compreende-se que o conhecimento proporcionado à área pelos estudos desenvolvidos por Fujita e orientandos reflete uma concepção metodológica de orientação cognitiva em que o procedimento de explicação acerca do objeto em estudo é construído a partir do ‘olhar’ do sujeito (pessoa/profissional) para o objeto (produto/documento), em uma perspectiva sócio-cultural, de modo a promover um acesso efetivo à informação registrada (BUCKLAND,1991), uma vez que as informações assumem a característica da representação por meio físico, para serem analisadas.

Esse exemplo revela um dos ‘olhares’ epistemológicos no campo da CI, ao eleger como objeto de estudo o sujeito cognoscente e não o objeto cognoscível, isto é, passa-se a olhar o objeto cognoscível a partir do olhar do sujeito cognoscente. E o social faz parte do entorno de ambos.

Em outra perspectiva, também como exemplo de análise de segmentos de abordagens distintas no entorno da AD, há os estudos desenvolvidos por Guimarães (1998-2008), nos domínios da organização da informação e de seu tratamento temático, ao explorar as possibilidades técnico-procedimentais de análise do documento.

A abordagem proposta, no entanto, inverte o foco de observação, ou seja, o procedimento é construído a partir do *objeto* (produto/documento), sua função e seu uso sócio-cultural, de modo também a promover um melhor acesso à informação registrada. Considera, também, a *necessidade construída* pelo sistema sociocultural da informação, tanto para o entretecimento e/ou para gerar conhecimento e/ou como meio de prova (histórica ou jurídica).

Logo, ambas as abordagens refletem modelos de estudos propostos diante do mesmo objeto (o documento); porém com segmentos teóricos distintos (às vezes comuns) e com métodos orientados por perspectivas diferenciadas. É essa possibilidade de escolha que torna coerente o instrumental de tratamento, pois ela dá valor não só às suas conseqüências como também às suas razões subjacentes.

Essas abordagens se justificam (e se complementam) perante dos objetivos da área em estudo. E, se o que se tem em vista é a "descoberta de melhores métodos" para guiar a ação ou para "fornecer informações novas, indicar diversos modos de atingir o objetivo" ou ainda "ampliar as perspectivas daqueles que pretendem agir ou resolver problemas sociais concretos ou tomar decisões racionais", então também fundamentam o agir, na interdisciplinaridade expressa por Japiassu (1976, p.55).

Assim, novos olhares epistemológicos no contexto da AD vêm delineando sua esfera de atuação na Ciência da Informação e essa, por sua vez, como integrante das denominadas Ciências Sociais Aplicadas, conseqüentemente, fundamenta e sistematiza os procedimentos da sua atividade prática nas chamadas Ciências Humanas[59].

Utilizando como meio de análise as interpretações dos especialistas no domínio em estudo, elaborou-se um quadro demonstrativo de alguns modelos ou normas propostos para a *Análise de assunto*, lembrando que na prática, segundo Hjørland (2006) "Não há limite teórico sobre quanto de um documento deve ser considerado ou sobre quanto tempo deve ser gasto na análise de assuntos."

Sendo assim, dois artigos foram selecionados por apresentarem análise de modelos teóricos de outros autores e normas de padronização para a Análise de

[59]Entende-se que as chamadas ciências humanas, em uma definição descritiva, representam um conjunto de disciplinas que têm "[...] por objeto de estudo as diversas atividades humanas enquanto implicam relações dos homens entre si e com as coisas." (JAPIASSU, 1981, p.97).

assunto, criados com o objetivo de ampliar as perspectivas para a resolução de problemas documentais concretos:

- “The Concept of Subject: On Problems in Indexing. In Knowledge Organization for Information Retrieval”, de Mai (1997), professor da Faculdade de Informação da Universidade de Toronto;
- “A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação”, de Fujita (2003), professora da Unesp – *Campus* de Marília.

O objetivo, com tal demonstração, é expor modelos propostos para a área, de modo complementar e contributivo, ante a complexidade dos aspectos observados na ação de ‘analisar e transformar’. Objetiva ainda, expor a norma internacional criada para orientar ações no âmbito da AD, sob o exame qualitativo dos especialistas citados.

Neste quadro demonstrativo, tanto a norma exposta como o modelo são considerados de natureza constitutiva metodológica (*saber-fazer* análise). Sendo assim, também são criadas categorias de natureza metodológica para dar conta do objetivo proposto, isto é, da demonstração intelectiva do modelo e da norma.

Para a criação de tais categorias, utilizou-se o método socrático ou a maiêutica, e consiste, na filosofia, em “dar a luz ao conhecimento que se forma na mente” (ABBAGNANO, 2003, p. 637) ou em fazer pergunta à pergunta, porque à medida que se faz pergunta a uma pergunta, a pergunta se expõe.

De forma mais pedagógica, o método consiste em indagar os interlocutores acerca do objeto em questão que, em síntese, são recursos orientadores milenares colocados em prática diante da teoria.

Questionamento	**Categorias**
O que fazer?	O meio prático proposto
Como fazer?	Procedimento e instrumentos
É possível fazer?	Possibilidade de aplicabilidade
Por que fazer?	Contribuição/melhorias/ necessidade

Quadro 3: Questões para categorias metodológicas.
Fonte: Autora.

Justifica-se a utilização da estratégia de perguntas, porque a pergunta tem uma natureza que nos obriga a procurar respostas. E justifica-se o uso de categorias por serem uma expressão ou palavra estratégica à elaboração de uma idéia ou entendimento de uma norma na operação intelectual que se deseja efetuar.

As questões, que representam categorias metodológicas, foram organizadas em estruturas lógicas divididas em 04 partes para abordar aspectos diferentes, isto é, são quatro questões acerca da norma e o modelo propostos:

FONTE BIBLIOGRÁFICA: FUJITA, M. S. L. *A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação*. 2003. MAI, J.E *The concept of subject: on problems in indexing*. In Knowledge Organization for Information Retrieval. 1997.	
CATEGORAIS	**NORMA ISO 5693/1985** EXPRESSÕES OU PALAVRAS EXTRAIDAS DO CONTEÚDO
MEIO PRÁTICO PROPOSTO	ANÁLISE DO CONTEÚDO: - identificação de conceitos por questionamento; - leitura documentária.
PROCEDIMENTO	A) ANALÍTICO: - exame do texto - leitura das partes - identificação e seleção de conceitos essenciais. B)TRADUÇÃO: - representação; - análise e transcrição com auxílio de instrumentos. C) EXAMAMINAR O DOCUMENTO: - exame de tabelas de conteúdo; - exploração de títulos de capítulos; - exame de prefácios e introduções; - busca de assunto no título, tabela de conteúdos, cabeçalhos e subtítulos de capítulos, referencias bibliográficas, introdução, índice; - exame do título, resumo, lista de conteúdo, introdução, capítulos e parágrafos de abertura e conclusão, ilustrações, diagramas, tabelas e suas legendas, palavras ou grupos de palavras sublinhadas ou impressas de modo incomum; D)CONSULTAR LISTA DE PERGUNTAS.
INSTRUMENTOS	A) DEWEY E ISO (GRUPO DE ORIENTAÇÕES): - classificação decimal Dewey; - lista de perguntas (ISO 581/1985). B) LISTA - LUGARES PARA DETERMINAR O ASSUNTO; C) LINGUAGEM DE INDEXAÇÃO; D) TESAURUS; E) LISTA DE CABEÇALHO;
POSSIBILIDADE DE APLICABILIDADE [formação / prática profissional]	[não mencionado]
CONTRIBUIÇÃO/ MELHORIAS/ NECESSIDADES	ABORDAGEM SISTEMÁTICA; DESCRIÇÃO DO ASSUNTO; ORIENTAÇÃO NA NÃO REPRESENTAÇÃO DE TODOS OS CONCEITOS; PROCEDIMENTOS DE VERIFICAÇÃO DE DESCRITORES CONTROLADOS. INDICAÇÃO DE FATORES POSITIVOS / QUALIDADES: - conhecimento do indexador; - contato direto com usuário; - resultados satisfatórios na recuperação. - indicativo da concepção orientada para o conteúdo. INDICAÇÃO DE FATORES NEGATIVOS / LACUNAS: - padrão ISO vago para determinar o assunto; - meramente declara que atenção especial deve ser dada; - falta estabelecer natureza do processo de indexação; - declara meramente fontes potenciais para encontrar assunto; - não declara explicitamente como examinar – o que procurar; - orientações vagas – maior chance de erros; - não fornece explicação de como determinar conteúdo com base em potenciais necessidades dos usuários do documento; - processo de baixo para cima – determina o assunto e não os usos potenciais.

Quadro 4: Exame das orientações da Norma ISO (1985).
Fonte: Fujita (2003) e Mai (1997), com adaptações da autora.

Ante o questionamento, o quadro seguinte informa acerca do modelo proposto.

CATEGORAIS	MAI, J.E *The concept of subject: on problems in indexing.* In Knowledge Organization for Information Retrieval. 1997.
	MODELO PROPOSTO POR MAI (1997)
MEIO PRÁTICO PROPOSTO	MODELO SEMIÓTICO DE INDEXAÇÃO: - análise do processo de indexação de assuntos
PROCEDIMENTO	[aplicar] SEMIÓTICA DE PIERCE. [aplicar] NOÇÃO DE SEMIOSE ILIMITADA: • considerar cada estágio e elemento no processo de indexação como sinal (estágio 1 = processo de análise do documento = documento é a representação (entidade física), o resultado (seleção de conceitos) é o interpretante, a variação de idéias e significados que o documento poderia ter é o objeto); • considerar cada estágio uma ligação no processo ilimitado de semiose; • colocar o conceito de semiose dentro da estrutura do processo de indexação de assuntos.
INSTRUMENTOS	[recurso teórico] TEORIA SEMIÓTICA DE PIERCE
POSSIBILIDADE DE APLICABILIDADE [formação / prática profissional]	[Não mencionado]
CONTRIBUIÇÃO/ MELHORIAS/ NECESSIDADES	ENFATIZA NÍVEL DE INTERPRETAÇÃO SUBJETIVA: • compreensão de distinção entre o documento, as idéias contidas no documento e o assunto do documento; • compreensão de que o resultado da análise em cada estágio do processo e dependente da análise de elementos anteriores e da variação e da variação de significados e idéias associadas com cada objeto; • compreensão de que cada estágio é uma ligação no processo ilimitado de semiose. RESULTADOS EM CADA ESTÁGIO DO PROCESSO SÃO DEPENDENTES.

Quadro 5: Exame do modelo semiótico de Mai (1997).
Fonte: Mai (1997), com adaptações da autora.

A norma ISO e o modelo são voltados para a prática cujos produtos são visíveis (resumos, catálogos, índices), mas não especificam o seu momento prático de aprendizagem (na formação e/ou atuação profissional). Tal aspecto é importante porque as orientações e/ou modelo proposto são dependentes dos meios intelectuais. A competência (saber) e a habilidade (fazer) são importantes e necessários, visto que “a compreensão precisa do conteúdo é indispensável para selecionar, validar e transmitir a informação” (WALLER, 1999, p.27).

A determinação do assunto de um documento depende de procedimentos usados em distintos momentos. O modelo semiótico de Mai (1997) propõe minimizar ações subjetivas do analista por meio de um método teórico que propõe compreensão profunda do processo de indexação. De acordo com a concepção de

abordagem, para cada estágio do processo há ações distintas como, por exemplo, na análise física do documento ou na tradução dos conceitos já identificados e selecionados.

Compreende-se que para a determinação do assunto no processo AD o objetivo e a conseqüência da ação em cada estágio igualam-se ao compreender, formular (objetivo de operação intelectual) e localizar, identificar (conseqüência) informações, de acordo com as necessidades potenciais de informação dos usuários. Objetivos e resultados são dependentes.

O entorno do tratamento da informação documental reflete uma abordagem de ciência aplicada (BUNGE, 1980), cujo setor se situa na CI., ao estudar problemas de interesse social, conforme exposto. Assim, diante da necessidade social, realizam-se pesquisas aplicadas com o objetivo, por exemplo, de tratar os problemas descritos de RI, exigindo, para tal, a colaboração de várias especialidades.

Guimarães (2008b, p.39) reconhece essa relação em um contexto mais amplo, ao expor que “o saber da Ciência da Informação [é] caracterizador de uma base conceitual específica, e os fazeres [são materializações] nas distintas atividades profissionais da área de informação”.

Por tratar de necessidade social, o resultado deve ser de possível utilidade prática, o que pode levar a descobertas do interesse da pesquisa básica, em que a ciência aplicada, conforme Bunge (1980, p. 28), é “como um conjunto das aplicações da ciência básica”. Observa-se um processo de retroalimentação em que ambas se inter-relacionam à medida das suas descobertas científicas.

Diante da pesquisa fundamental, isto é, de pesquisas que se ocupam com problemas básicos e gerais (teóricos), utilizando o conhecimento para individualizar, classificar, descrever e analisar (o que poderá ser de utilidade, também, para a pesquisa aplicada), observa-se o *desejo (*enquanto motivos cognoscitivos) do pesquisador que interessa, num primeiro plano, somente a ele.

Nesse sentido, interessa a concepção de Bunge (1980, p.31-32) ao entender que “o pesquisador da ciência básica deve propor, ele mesmo, os seus planos de pesquisa e deve ter a liberdade para mudá-los quando achar necessário. [...] deve escolher ele próprio o que pesquisar e que métodos empregar”.

Enquanto a ciência básica e a aplicada se propõem a descobrir teorias que possam explicar a realidade, a técnica utiliza os tipos de conhecimento,

principalmente o científico, para “projetar artefatos” e “[...] planejar linhas de ação que tenham algum valor prático para algum grupo social”.

Assim, observa-se, de forma ampla, que há em tal domínio uma dimensão do *saber* enquanto conjunto de conhecimentos aplicados à aprendizagem e uma dimensão do *saber fazer*, isto é, de ordem prática da aplicabilidade do *saber*.

O tratamento da informação são métodos de serviços resultantes de pesquisas básicas e aplicadas, em domínios distintos. E, como o *saber* e o *saber técnico* precedem de métodos, diante do problema tratado, o tratamento/organização pode ser considerado o núcleo metodológico do domínio, diante da racionalidade do pensamento de Bachelard, em que o objeto de pesquisa “dever ser abordado por vários métodos”, confirma Japiassu (1976, p.20).

Sendo assim, dentre os métodos de aplicabilidade prática nos diversos ambientes informacionais (bibliotecas, arquivos e outros), de forma restrita, observa-se a Análise Documental, enquanto um conjunto de procedimentos ou operações técnicas precedentes do núcleo teórico da CI ou, como preferem os europeus, da Documentação.

O estatuto da AD carrega a caracterização da fase processual na qual se vincula, isto é, a de método *stricto sensu,* por ser um segmento racional de procedimentos que se deve adotar ou de ações práticas elaboradas/criadas, de acordo com os problemas práticos observados.

Por tais razões, pode-se entender que não há (e não dever haver) unanimidade de métodos e, conseqüentemente, de procedimentos enquanto ações técnicas.

Sendo assim, propõe-se também a aplicabilidade de uma antiga técnica no entorno processual da AD contemporânea, de modo a observar possíveis meios documentais de como sistematizar procedimentos, requisitos da ação da AD, para favorecer a identificação das partes documentais que revelam unidades estruturadas que levam a identificar conceitos ou conteúdo temático.

3 *DE RE DIPLOMATICA*: O RIGOR DO *SABER* E SUA FORMALIZAÇÃO ACADÊMICA

A concepção de Diplomática, enquanto *saber*, se dá à época da ciência moderna, momento em que se registra a discussão acerca dos elementos constitutivos do documento e de sua natureza; período da elaboração dos fundamentos da análise dos documentos antigos e dos princípios[60] atemporais de abordagem estrutural do documento.

A *ars* diplomática, fruto de uma preocupação medieval, insere-se em uma época classificada como pré-científica. O estudo diplomático registrado no século XVI surge após um período cético em relação ao conhecimento religioso e no auge do surgimento das idéias em prol da criação de condições metodológicas para dar sustentação ao conhecimento considerado científico. Cita-se, como exemplo contextual, o método de Bacon (1620) e o de Descartes[61] (1637).

Nessa perspectiva, busca-se explorar o pensamento histórico-conceitual referente ao estudo da Diplomática, a partir do período pós-medievo, acerca dos referenciais teóricos que influenciaram o desenvolvimento desse *saber-fazer,* levando-o à condição de ciência e o estabelecimento de disciplina (GUYOTJEANNIN, 1996). Busca-se explorar, ainda, a ressonância do *saber-fazer* nos estudos da Documentação.

A abordagem pressupõe uma compreensão das necessidades e uso da informação, em cujo domínio de análise (HJØRLAND; ALBRECHTSEN, 1995; HJØRLAND, 2007) é definido de acordo com as atividades e objetivos compartilhados por grupos de pessoas, escolas de pensadores ou comunidade.

[60]O termo *princípio* será utilizado no sentido de possibilidade de se estabelecer obrigações que podem ser cumpridas ou acatadas em diversos graus, dependendo das possibilidades concretas de aplicação. Esta concepção é reflexo da "Teoria dos princípios jurídicos", de Robert Alexy, na análise de Larrañaga (1994, p.221), e aplica-se à Diplomática em razão dos seus fundamentos documentais cunhados com base no sistema jurídico.

[61] René Descartes (1596-1716) é apresentado como um dos clássicos racionalistas por rejeitar a importância "de observações na pesquisa e afirmar que todas as observações pressupunham conceitos claros que não podiam ser empiricamente derivados", de acordo com Hjørland (2005, p. 131). No século XX, o racionalismo é representado pelo positivismo lógico, uma tentativa de combinar o empirismo e o racionalismo.

3.1 Diplomática: delineamento histórico-conceitual enquanto *tratado científico*

Século XVII: 1681, ano da primeira edição da obra *De re diplomatica libri sex* e, de acordo com as informações localizadas na própria obra, ela se apresenta:

> Por obra e dedicação do senhor Johannis Mabillon, sacerdote e monge da Ordem de S. Benedicti, da Congregação de S. Mauri. Parisiorum. As expensas de Carolum Robustel, via Jacabeâ, junto da insígnia da Palmeira [é seu emblema]. 1709. Com permissão especial do Rei e com licença dos Superiores. (MABILLON, 1709, tradução do latim Frei Constantino, 2008)[62].

Registra-se, portanto, a primeira tentativa de analisar "cientificamente" (MAZZOLENI, 1970) os estudos acerca do *diploma.* Em uma época em que se transitara das idéias medievas — caracterizadas por uma forte impressão da fragilidade do homem e o que ele estabelece — houve a consciência "da força do escrito, que mobiliza as palavras e as torna perene" (GUYOTJEANNIN; PYCKE; TOCK, 1993), e essa consciência é trasladada, com o renascimento das idéias, aos séculos posteriores. Considera-se a obra *De re diplomatica libri sex* um marco na história da "força do escrito" pós-medieval.

De acordo com a perspectiva histórica, a palavra *documento*[63], na Idade Média restringe-se à advertência, instrução, aviso ou conselho (ênfase ao terreno ético e moral). E a Diplomática, enquanto estudo de *atos* de falsificações, nasce na Idade Média (TESSIER, 1966; GUYOTJEANNIN; PYCKE; TOCK, 1993), muito modestamente e sem maior rigor quanto à explicação dos procedimentos ou teorização do ato em si, ou do assunto em questão, dado que os historiadores e eruditos chamavam *atos solenes*, emanados de personagens importantes, de *diplomas*, sem dar uma significação técnica à palavra.

---

[62]O "Prefácio do autor" e notas editoriais na obra original *De re diplomatica libri sex* estão em latim da Idade Média e foram gentilmente traduzidos para o português atual pelo Frei Constantino (Ordem dos Frades Menores Capuchinhos), do Santuário Nossa Senhora de Lourdes, em Botucatu-S.P., indicado pelo Frei Mauro, professor de Línguas Clássicas (Latim, Hebraico Bíblico e Grego Bíblico) na Faculdade João Paulo II (FAJOPA), em Marília. Logo, todas as citações realizadas da obra original de Mabillon (1681, 2. edição em 1709) são traduções realizadas pelo Frei Constantino.

Tessier (1966, p.11), a etimologia da palavra *diploma*, de origem grega, significa “um objeto duplo”. Os escrivães latinos a empregavam para designar atos imperiais, sem especificar-lhes o aspecto material.

Na história da aplicação do termo *diploma,* explica-se que os “diplomas militares” eram formados por duas placas de bronze justapostas, sobre as quais era transcrito o texto das constituições imperiais conferindo o direito de cidadania aos militares que desempenhasse seu serviço. (TESSIER,1966; ROMERO TALLAFIGO, 1994).

Logo, no medievo, há registro de estudo diplomático. Porém, a idéia da sua sistematização, organização procedimental e experimental, para fins aplicáveis, nasce no Iluminismo, como esclarecem Guyotjeannin, Pycke e Tock (1993), ao afirmarem que, no tratado de Mabillon, a Diplomática “encontra um pai, um nome e um registro de nascimento” e que de tal obra expõe “os princípios essenciais, que não mudaram desde então, da crítica diplomática”. Eis que se delineava um método[64] de pesquisa para dar conta de tal crítica.

Antes, contudo, é preciso identificar o/s objetivo/s motivacional/is de Mabillon (1709), expresso/s em sua obra, dado que o rigor de um método também se observa pelos objetivos com os propõe alcançar determinado resultado. Segue o autor (1709, grifo nosso):

> Quais questões me levaram a pesquisar esta obra, a saber, **a utilidade do assunto ligada a elementos novos** e **a necessidade de defesa**. A oportunidade da obra prova esta necessidade, que expus no começo do primeiro livro: e o próprio olhar de conjunto do assunto, [prova] a utilidade.

Do mencionado, dois objetivos são detectados: 1.utilidade ligada a elementos novos; 2. necessidade de defesa. Inicialmente examina-se o objetivo de “defesa”, dado que remete à razão da criação da obra e a sua conseqüência na história da ‘força do escrito’.

E, posteriormente, o objetivo ligado a “elementos novos”, porque há, implicitamente, na necessidade de defesa, também o desejo de Mabillon (1709, grifo nosso) por uma resposta científica, ante a defesa justa desejada, ao buscar a *verdade*:

---

[64]Para os efeitos das idéias aqui apresentadas, o termo *método* é adotado de acordo com a sua derivação grega de *methodos: meta* significando *para* e, *hodos* significando *caminho* (LAVILLE; DIONNE, 1999, p.11).

> [...] julguei importante unir a dedicação à moderação, convencido de que em questões morais e civis, como nas *artes*, toda a definição é perigosa, principalmente naquelas disciplinas que ainda não foram totalmente esclarecidas: é por isso que, por causa de afirmações imprudentes, facilmente são induzidas ao erro, aqueles, aos quais, *o conhecimento dessas questões não é totalmente claro e pesquisado*. Por isso, esforcei-me em ser lento e cauteloso ao afirmar o que tinha observado, e mais reservado e escrupuloso ainda em negá-lo.
> ---
> Ao refutar, porém, as objeções [censuras] e as injúrias, que, às vezes, foram dirigidas pelos irados adversários, procurei ficar no meio termo, para *não exagerar em refutar as mentiras, nem falso em esconder a verdade*, porque também defender um erro é [cometer] um outro erro [...].

Portanto, ante as explicações do próprio autor, compreende-se que a criação dos fundamentos de uma resposta de defesa não é como motivo *conditio sine qua non*, e sim como pressuposto básico científico-técnico de análise para informações documentadas, ou seja, "[...] necessidade de uma resposta científica [...]" aos enunciados errôneos de Papenbroeck (1675), conforme esclarece Ruiz Asencio (2005, p. 10; 28).

Cumpre examinar, nesse sentido, os eventos antecedentes, de natureza histórica, que deram margem à elaboração da resposta científica de Mabillon, em 1681.

Fontes bibliográficas apontam que a identificação de documentos autênticos não era uma preocupação estimulada durante o período clássico greco-romano. O sistema de autenticação documental se baseava em custódias de documentos, depositados em arquivos públicos e templos, entidades que formalizavam juridicamente o documento, dando-lhes autenticidade. (TESSIER, 1966; GUYOTJEANNIN, PYCKE E TOCK, 1993; DURANTI, 1996; RABIKAUSKAS, 1998)

Devido aos abusos em dar autenticidade a documentos falsificados (AMARAL, 1989), são introduzidas no Código de Justiniano [*Iustinianus Codex*], regras relacionadas à forma externa dos documentos, não sendo, contudo, aplicadas de forma retroativa aos documentos medievais, ou seja, aos documentos gerados anteriormente ao Código. Nesse aspecto, emprega-se um clássico princípio

da disciplina do Direito, a saber: “doutrina da irretroatividade[65] das leis” (FERRAZ JR, 1994).

Segundo Duranti (1996, p. 4), até o século VI não se observa uma maior preocupação normativa acerca das formalidades que os documentos deveriam reunir para evitar falsificações no seu uso como prova. Entretanto, algumas críticas ao uso dos documentos relacionados a requerimentos políticos ou religiosos, baseadas em uma “metodologia histórica”, estimulam maiores investigações nos séculos posteriores.

Ademais, uma maior preocupação acerca das falsificações aflora no século XVII, “debates virulentos elevam-se” em torno de certos documentos. O período do auge da discussão é conhecido como *Bella diplomatica* (guerras diplomáticas). Decide-se por se estabelecer normas na atribuição das possessões dos católicos e protestantes, uma vez que fora levantada a questão de autenticidade dos títulos de posse das ordens religiosas, de acordo com Guyotjeannin, Pycke e Tock, (1993) e Rabikauskas (1998).

O período mais fecundo, dando origem a uma disciplina autônoma e completa na análise dos diplomas, tem como fato gerador “uma dissertação inserida em 1675 no compêndio dos Acta sanctorum”, em que o padre Papenbroeck contesta “em bloco e sem discriminação” a autenticidade dos antigos *atos* reais preservados na Abadia de *Saint Denis* (TESSIER, 1966, p.10). A atribuição de descrédito aos diplomas é fato confirmado por Mabillon (1709, grifo nosso) ao expor sua metodologia de trabalho, como segue:

> Comprometi-me realmente, quanto antes, a levar a cabo o projeto [de defesa]; em primeiro lugar, julguei que é preciso dedicação; e, por isso, resolvi pesquisar os vários arquivos das igrejas e dos mosteiros, e decidi consultar nossos confrades [...]. E porque *o principal ataque dos adversários fora descoberto no arquivo de Dionísio*; esquadrinhei minuciosamente cada estante sua com meu colega Michaële Germano, [...]. Auxiliou-nos também na participação do trabalho e da pesquisa nosso Claudius Stephanotius que percorreu com incansável interesse quase todos os arquivos da Gália além do Loire.

[65]Cumpre esclarecer que o sistema de aplicação da irretroatividade das leis não opera de forma única no campo das normas jurídicas. É preciso buscar na doutrina os devidos esclarecimentos quanto à sua *incidência da norma de conduta ou de competência*, *vigência* e *eficácia*, dado que: incidência da norma de conduta “significa a consumação de um ato por ela previsto”; incidência da norma de competência “significa a aquisição do poder que ela confere”; vigência e eficácia diz respeito à incidência futura, a princípio, (FERRAZ JÚNIOR, 1994, p. 249-250). Porém, há exceções: a eficácia da norma poderá ser retroativa à sua incidência, não sendo, portanto, o caso do Código Civil de Justiniano no que diz respeito aos atos de falsificações realizados anteriormente à sua incidência de norma de conduta.

Eis a questão que motiva a *defesa* de Mabillon (1681; 1709: segunda edição) e faz surgir, em Paris, o clássico tratado *De re diplomatica libri sex*, como resposta à afirmação de Papenbroeck, acerca da falsidade de muitos dos diplomas merovíngios conservados em arquivos beneditinos. E, para alcançar o objetivo de resposta à questão, Mabillon criou o que viria a ser um dos marcos na história da sistematização das idéias para análise específica do documento escrito.

Nas duas respostas à questão, Mabillon, além de identificar a natureza documental da Diplomática, delimitou seu foco de atuação a partir da caracterização do seu objeto de estudo: documentos jurídico-administrativos. Também atribuiu a esse conjunto de saberes o estatuto de ciência, cujo objeto é a crítica que realiza ante os procedimentos adotados ao indagar, cientificamente, a autoridade e capacidade probatória de tais documentos.

Nesta linha de análise, as bases de investigação, por meio da disposição de notas e critérios externos e internos dos documentos expressos na obra de Mabillon, estabelecem princípios que possibilitaram "dar um juízo científico sobre a autenticidade dos documentos" (RABIKAUSKAS, 1998).

Porém, quanto à origem da idéia de "fórmulas diplomáticas", a historiadora Bellotto (1991, p.31) esclarece que "fórmulas diplomáticas [critérios externos e internos de redação] já existiam na área jurídica e administrativa desde os primórdios do direito romano", guardando, até a atualidade, sua terminologia originária do latim.

Compreende-se a questão dos *critérios externos e internos de redação*, quando se pensa que o "ato escrito" ou "registro escrito" (GUYOTJEANNIN, PYCKE E TOCK, 1993), tem importância extrema, não só pela estrutura físico-química que permite imobilizar as palavras, como também pelo fato de que, com critérios, o documento apresenta exatidão nas decisões expressas por seus conteúdos, ou seja, seu texto. De acordo com os historiadores belgas Guyotjeannin, Pycke e Tock (1993), ao tratar da Diplomática Medieval:

> Esses textos são escritos em função de certos códigos, com uma linguagem implícita, como qualquer texto, mas mais ainda que os outros textos, porque são revestidos de um caráter oficial que os obriga a se encaixar em um determinado molde, mais ou menos limitado, a subentender o que não se pode dizer abertamente ou a torcer um pouco a verdade.

Assim, os *elementos novos* prefaciados por Mabillon depreendem-se da crítica documental sistematizada e fundamentada, conforme análise por meio de um

processo de pesquisa experimental aplicado ao documento ante a sua natureza estrutural e funcional, o que, até então, inexistia. É o rigor procedimental, exigência de um saber considerado científico já à época.

Tessier (1966, p.11) confirma tal percepção de *rigor metodológico* na obra de Mabillon ao expor:

> Tendo conseguido reunir um material documentário relativamente considerável que pela primeira vez permitia instaurar comparações válidas, levando a cabo os recursos de um espírito vigoroso e de um julgamento reto, ele instaurava uma pesquisa sobre as peças de arquivo, descrevia o caráter dos atos que se presumia como sinceros ao longo dos séculos na Idade Média, fundamentava um método de investigação e de análise e propunha regras de crítica para o discernimento dos atos falsos .

Antes de buscar delinear o pensamento científico à época de Mabillon e de expor uma compreensão da sua obra diante de tal pensamento, é preciso, para melhor entender o estatuto científico atribuído ao estudo realizado, ter uma visão da estrutura criada por Mabillon (1709, segunda edição) para expor a *De re diplomatica libri sex* considerada "ciência", de acordo com a nota editorial localizada nas páginas da obra (Figuras 8 e 9):

A obra original foi adquirida mediante cópia microfilmada e cedida pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em 2006. Porém, diante da dificuldade de leitura e impressão dos textos para realizar a versão do latim para o português, realizou-se uma pesquisa na Internet para localização da obra original. A pesquisa obteve êxito no início de 2008, quando a obra foi localizada no sítio da Biblioteca Estadual de Berlim - Herança Cultural Prussiana.

Diante da necessidade de solicitação de autorização à Biblioteca Estadual de Berlim, para impressão e reprodução da obra, decidiu-se por não anexar cópia impressa dos textos originais traduzidos; apenas fez-se uso de duas páginas com conteúdo informativo acerca da publicação da obra (partes pré-texto).

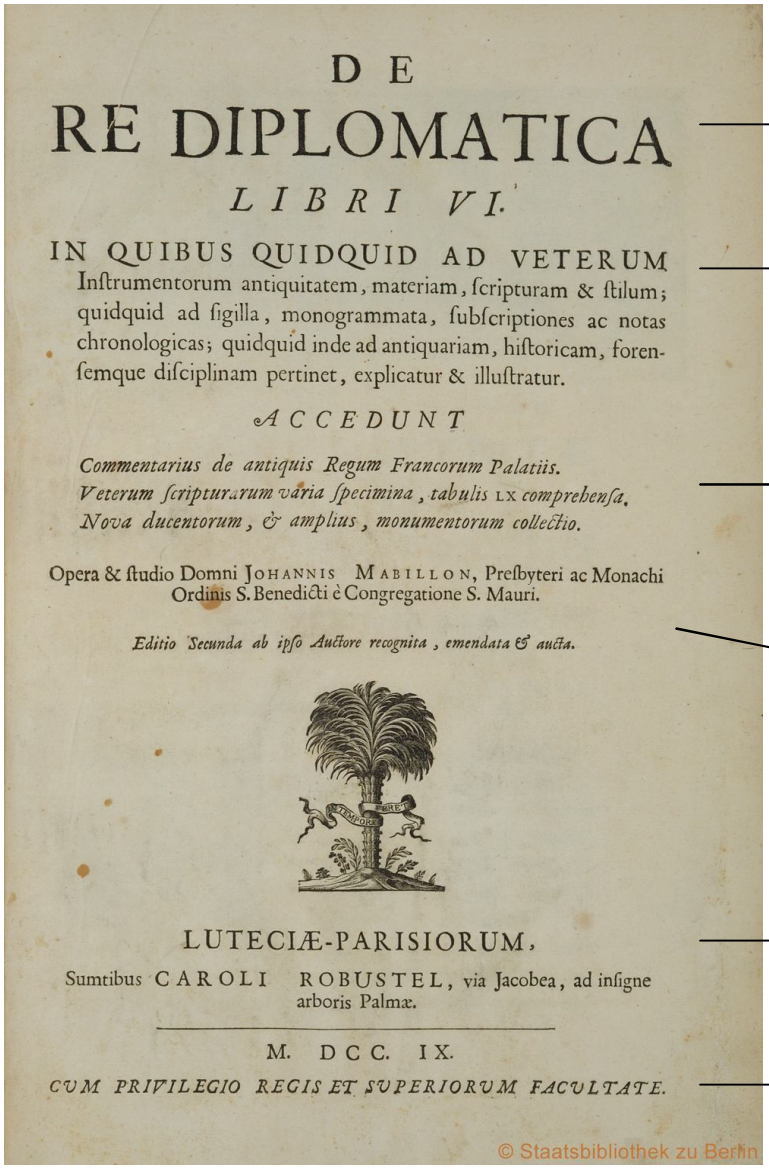
A solicitação de autorização preserva os direitos autorais de sistematização, organização e disponibilização digital da estrutura e conteúdo da obra de Mabillon, como parte do projeto realizado por Marc Robin Wendt, pela Universidade Humboldt de Berlim, em cooperação com a Biblioteca Estadual de Berlim e apresenta no formato digital a obra *De re diplomatica libri sex*.

O objetivo foi tornar disponível na Internet a reprodução digital deste trabalho, e o projeto é acompanhado cientificamente pelo Dr. Harald Müller, do Departamento de História, Universidade Humboldt de Berlim, com apoio da

Biblioteca Estadual daquela cidade. As fotografias foram desenvolvidas em colaboração com Jörg Pache. O responsável pelo site é Marc Robin Wendt. A apresentação do projeto na Internet ocorreu em 09/09/2007, quando foi concluído. (STAATSBIBLIOTHEK ZU BERLIN, 2008).

Figura 8: Quinta folha da obra *De re diplomatica libri sex* . 2.ed. 1709.
Fonte: Biblioteca Estatal [Pública] de Berlin. Preservados direitos autorais das imagens digitais.

Informações da sétima página:



DE
RE DIPLOMATICA
LIBRI VI.

IN QUIBUS QUIDQUID AD VETERUM Inſtrumentorum antiquitatem, materiam, ſcripturam & ſtilum; quidquid ad ſigilla, monogrammata, ſubſcriptiones ac notas chronologicas; quidquid inde ad antiquariam, hiſtoricam, forenſemque diſciplinam pertinet, explicatur & illuſtratur.

ACCEDUNT

Commentarius de antiquis Regum Francorum Palatiis.
Veterum ſcripturarum varia ſpecimina, tabulis LX *comprehenſa.*
Nova ducentorum, & amplius, monumentorum collectio.

Opera & ſtudio Domni JOHANNIS MABILLON, Preſbyteri ac Monachi Ordinis S. Benedicti è Congregatione S. Mauri.

Editio Secunda ab ipſo Auctore recognita, emendata & aucta.

LUTECIÆ-PARISIORUM,

Sumtibus CAROLI ROBUSTEL, via Jacobea, ad inſigne arboris Palmæ.

M. DCC. IX.

CUM PRIVILEGIO REGIS ET SUPERIORUM FACULTATE.

© Staatsbibliothek zu Berlin

A DIPLOMATICA - SEIS LIVROS

EXPLICA-SE E SE ESCLARECE. Se explica e se esclarece a respeito da antiguidade, matéria, escrita e estilo dos antigos documentos; algo a respeito dos selos [sinetes], monogramas, subscrições e notas cronológicas: além disso, algo a respeito da antiga, histórica disciplina forense.

ACRESCENTAM-SE
O comentário dos Palácios dos Reis Franceses.
Várias cópias das antigas escrituras, mapas, em número de 60.
Nova coleção de 200 obras literárias e até mais.

Por obra e dedicação do senhor Jean Mabillon, sacerdote e monge da Ordem de São Bento, da Congregação de S. Mauro.

Segunda edição revista, corrigida e aumentada pelo próprio autor.

PARIS
A expensas de Charles Robustel, Rua de São Tiago, junto da insígnia da Palmeira

Com permissão especial do Rei e com licença dos Superiores.

Figura 9: Sétima folha da obra *De re diplomatica libri sex* . 2.ed. 1709.
Fonte: Biblioteca Estadual de Berlin. Preservados direitos autorais das imagens digitais.

A exposição do conteúdo de cada livro que compõe a estrutura da obra é realizada conforme registro (traduzido) pelo próprio autor (MABILLON, 1709), conforme segue:

DE *RE DIPLOMATICA LIBRI SEX*

TÍTULOS

> **Primeiro Livro** - em que se explicam a antiguidade dos vários documentos, a matéria e os escritos.

O primeiro livro trata do conceito e classes de documentos.

> **Segundo Livro** - cujo assunto é o estilo dos diplomas, as subscrições [colofões: inscrições (assinaturas) no fim dos manuscritos], os selos e notas cronológicas.

O segundo livro trata do estilo e das fórmulas diplomáticas.

> **Terceiro Livro** - em que são refutadas certas objeções dos adversários; depois examina-se atentamente a autenticidade das listas e dos arquivos.

O terceiro livro rebate os critérios de Papenbroeck.

> **Quarto livro -** onde se trata dos palácios dos Reis dos Francos, das aldeias régias em que os diplomas foram fundados. Estes palácios, em número de cento e sessenta e seis [166], e outras tantas divisões, em ordem alfabética, são lembrados e explicados.

O quarto livro estuda as distintas procedências dos documentos.

> **Quinto Livro** - em que se apresentam e se explicam os modelos dos antigos escritos [antigas escritas].
> Primeiramente, os modelos dos antigos códigos [ou *códice*] e de inscrições com vários alfabetos.
> Em segundo lugar, exemplares de diplomas reais desde Dagoberto I até São Luís.
> Em terceiro lugar, os modelos dos documentos eclesiásticos.

O quinto livro estuda a escrita dos documentos.

> **Sexto Livro** - que abrange vários diplomas e materiais [arquivos] para a aprovação dos livros anteriores. Estes materiais, observada a ordem dos tempos, são mencionados com breves anotações, onde convêm, muitas tiradas dos próprios originais, e são mais de duzentas.

O sexto livro transcreve e comenta grande quantidade de documentos (experimentos).

Diante do conteúdo examinado, esses “elementos novos” tornam-se o objeto de estudo de Mabillon. Isto porque, pela exposição científica clássica da estruturação do tratado, o autor estabelece o objeto de estudo, o seu processo de observação, análise e comparação; estabelece, ainda, os princípios por trás do objeto, explicando-os e mostrando as conseqüências de sua aplicação na observação do objeto.

Criada para explicar a autenticidade dos documentos *prima facie* medievais, a obra em questão expõe o duplo aspecto de que se revestem os estudos diplomáticos: o doutrinário e o crítico, de acordo com Tessier (1966, p.11) “a doutrina propondo regras gerais, a crítica operando sobre o singular e o individual, doutrina e crítica prestando apoio mútuo e progredindo uma pela outra”.

Logo, Mabillon reproduz as pegadas da ciência estabelecida à época, em grande parte por Galileu Galilei (1564-1642), ao propor uma nova forma de encarar a realidade, isto é, um diálogo da razão com o fenômeno investigado por meio da experimentação.

> Dividimos todo (a obra) em seis livros; em cujos três primeiros expomos a principal síntese da questão; na quarta, tratamos dos Palácios dos reis dos francos, cuja informação depende sobretudo das diplomacias, e contribui muito para esclarecê-los; nos dois últimos livros expomos as cópias gravadas em bronze e os vários documentos escritos como prova dos livros anteriores. *Assim, pois, dá-se o valor merecido à obra, quando as ordens e as experiências concordam entre si*. (MABILLON, 1709, grifo do autor).

Assim, pelo exposto, ao procurar dar uma resposta às acusações de falsidade documental, Mabillon (1709) utilizou um processo explicativo racional, que era o critério de concepção de ciência à época.

Construiu, passo a passo, conforme se observa no conteúdo da obra, uma *ciência do documento* para propor uma explicação não pela negação do fenômeno ou fato e, sim, pela exposição e descrição do fenômeno, através da criação de um laboratório para realizar experimentações (vide quantidade de análises realizadas) com documentos e seu contexto de criação e guarda:

> Além disso, dirigimo-nos também a outros lugares, isto é, à Campaniam [hoje Champagne], Lotharingiam e províncias próximas, cujos arquivos públicos analisamos cuidadosamente, com o auxilio, além disso, dos varões muito religiosos da Ordem Beneditina de S.Vitoni, que nos abriram tudo, nos deixaram tudo acessível. Nesses lugares, investigamos minuciosamente os livros publicados que tratavam da nossa matéria, tanto os que continham censura de cada arquivo [documento], como os que incluíam coleções de materiais escritos. Abstenho-me de enumerá-las, para não parecer exagerado [prolixo] em apresentar nosso trabalho: visto que, aliás, os nomes e especificações de cada um estão inseridos em seus lugares.
>
> ---
>
> E esforçamo-nos precisamente para explicar pormenorizadamente, na medida certa, tudo o que nos foi permitido observar dos documentos [recordações] escritos da primeira e segunda gerações francas; mas no terceiro apareceu o discurso só para S. Ludovicum, e [no qual] novo aspecto das coisas convenceu que nos detivéssemos nele; tal aspecto aparece nos diplomas [documentos] escritos depois dele que parece ser assunto de outra obra. Pois, para omitir outras coisas, o uso dos monogramas e as subscrições [colofões] de quatro principais pessoas do

> reino nas cartas régias deixaram de existir a partir dele [S. Ludovicum], e, finalmente, apareceram novas fórmulas de escrever totalmente diferentes das anteriores.
> (MABILLON, 1709).

Quando se reproduz um fenômeno, é preciso saber como ele acontece. Todo fenômeno tem condições para ser realizado. E o homem da ciência precisa estudar que condições são essas. Contudo, ninguém faz experiências sem uma teoria que lhes dê as bases.

Há duas posturas: uma é construir a teoria junto com o processo de experiência; a outra, é estudar uma dada teoria e observar as explicações das condições para realizar as experiências.

Cabe ao cientista, no segundo caso, estudada a teoria, apreendidas suas condições, estabelecer as experiências e, se for o caso, demonstrar que ela não responde à demonstração dos fatos e, assim, propor uma outra teoria que explique aqueles fenômenos.

Em síntese, para Mabillon (1709), a proposta de negativa simplesmente é possível, mas aquele que nega uma ciência não pode falar mal dela: ou ele propõe uma outra ou ele demonstra que ela está equivocada. Não pode pela resposta da negação afirmar que algo não pode ser. Caso contrário, será opinião de lugar-comum, não tem base sob as quais pode se apoiar.

Logo, compreende-se que Mabillon (1709) opta por apresentar uma teoria explicativa do fenômeno em questão, teoria essa que surge durante o processo de experimentação, quando este autor estudou a teoria de Papebroch, que estabelecia, à época, condições para a validade do ato escrito. Tal teoria, porém, ponderam Guyotjeannin, Pycke e Tock (1993) não dá base para “apoiar suficientemente seus argumentos”.

À luz da teoria explicativa de análise documental criada por Mabillon (1681; 2.ed.1709) conclusões são tiradas, e estas não dizem respeito somente aos documentos da época, porque da sua teoria foi possível ‘olhar’ para o documento por meio de um método crítico de análise. Os procedimentos criados por este método apontaram novos caminhos para análise do documento diante da sua função e uso nos diversos sistemas institucionais criados na sociedade.

Marín Martínez (2008, p.151, v.2) corrobora tal entendimento à medida que expressa ser a obra de Mabillon “o primeiro tratado científico da nossa disciplina”[66].

Da experimentação realizada pelo autor, tiram-se algumas conclusões gerais na perspectiva da pesquisa metodológica: há identificação de um objeto delimitado; há um objetivo do estudo e um método de análise — de acordo com o objetivo — e um fundamento teórico que dá sustentação às condições de aplicabilidade.

Em virtude destas considerações, é possível identificar as condições mínimas da ‘análise documental’ a serem consideradas em um *domínio de conhecimento*, ou seja, em comunidades que compartilham atividades na organização do conhecimento, em razão da base do estudo crítico-sistematizado do documento realizado, a saber:

a) objeto diplomático: atos escritos;

b) objetivo do estudo diplomático: a crítica documental;

b) método diplomático: análise dos caracteres externos e internos dos atos escritos; com base nos meios de validação criados para a sua efetiva aplicação (uso).

Especificamente, o quadro de perspectiva de pesquisa metodológica da obra *De re diplomática libri sex* de Mabillon (1709), informa:

a) objeto geral: crítica diplomática;
b) objeto delimitado: documentos eclesiásticos;
c) objetivo: estabelecer a autenticidade dos documentos eclesiásticos;
d) método: analítico, racional-experimental;
e) procedimentos: exame dos caracteres internos e externos dos atos escritos e os seus meios de validação;
f) relevância/Importância (necessidade funcional): valor probatório jurídico.

Em síntese, o objetivo precípuo da Diplomática é estabelecer *o método da crítica* diplomática que fundamente a validade do documento em de um sistema institucional pré-estabelecido. De acordo com o caso específico (de Mabillon), foram os documentos eclesiásticos (objeto especifico) para fins jurídicos (sistema institucional).

Este, portanto, é um dos entendimentos que se propõem para compreender a possibilidade de aplicabilidade de tais fundamentos e metodologia de análise, além

[66]Interessa observar que ao referir-se à “nossa disciplina”, subtende-se a Diplomática (assunto em questão tratado pelo autor) ou à Documentação, campo de investigação do autor.

do domínio de conhecimento erudito do documento para justificar o patrimônio econômico e religioso.

3.2 Concepção de ciência à época de Mabillon – a sistematização do conhecimento

Por ser capaz de expressar articuladamente a semântica do mundo, o homem se distingue dos outros seres. A linguagem torna-se o motor da evolução técnica e cultural. Quando as mensagens passaram a ser registradas, mediante a escritura, o pensamento se fixou de modo explícito, e a abstração começou a superar as barreiras fixadas pelo espaço e pelo tempo. Foram criados vários sistemas simbólicos que permitiram representar os fonemas das diferentes línguas.

Esse *saber* vem superar os estreitos limites nos quais o homem se movia durante os séculos precedentes. A evolução na comunicação, dentre outros fatores, possibilita o advento do Humanismo e lança a razão como explicação das coisas, fornecendo as bases legais da administração do Estado Moderno, em um prazo maior, sustentando a (r)evolução científica — um capítulo na história do homem sobre as idéias e o processo de conhecimento, que modificou a sua vida e sua visão de mundo. (MOREIRO GONZÁLEZ, 2005)[67].

No contexto do desenvolvimento do conhecimento científico moderno e de *seus métodos* no Ocidente[68], o saber apreendido constitui-se, predominantemente, por meio de um conjunto de atividades ordenadas e racionalizadas, desenvolvidas de modo sistemático passível de ser compartilhado por toda a sociedade, isto é, a metodologia (procedimentos e técnicas) e os resultados de tais atividades podiam [e podem] ser comuns a todos.

A ação humana é um ato de escolhas; neste sentido, o conhecimento via ciência torna-se uma escolha do homem, uma forma de linguagem desenvolvida

[67]Destaca-se, aqui, o importante papel da Imprensa como instrumento para a multiplicação de informações (na medida em que permitiu a produção de documentos em escala multiplicada), bem como o papel da Reforma Protestante na instrução dos cidadãos.

[68]De acordo com Sedgwick, Tyler e Bigelow (1950, p. 13) o pensamente científico nasce no Oriente, em época primitiva [na história das civilizações] "[...] sem se preocupar [...] com a distinção entre ciência pura ou aplicada, e nem com os limites que separam as diversas ciências."

para explicar o mundo, seus objetos e as relações e/ou a convivência científica entre seus pares.

A idéia de conhecimento científico, no Ocidente, reflete as idéias do *método* racional e do observacional-empírico, que podem ser utilizados *como instrumentos* por interesses dos sistemas condicionantes da vida em sociedade como, por exemplo, o econômico, o político, o jurídico, e outros.

Ao buscar fundamentar a autoridade científica de *saberes* e *fazeres* desenvolvidos, algumas posturas diante do entendimento do objeto de investigação acabam sobressaindo como posturas determinantes, ao invés de meras possibilidades de condicionamento do modo de investigar, uma vez que a escolha de determinado caminho não significa a inexistência de outros.

A ciência, enquanto produto da atividade humana e forma de pensamento, é o meio de reconstruir teórica e instrumentalmente um objeto de investigação, em que o processo de conhecimento, sendo produto humano, "[...] participa das vicissitudes da ação social. Não há ciência absolutamente isenta de valorações e ideologia" (JAPIASSU, 1975, p. 27-28).

A compreensão dos problemas, como também, das relações destes com a sociedade, passa pela questão da objetividade, oriunda da racionalidade, com base na sistematização e verificabilidade dos resultados, exigências científicas que "[...] consistem em saber *como* se formam, se desenvolvem, se articulam e funcionam os conhecimentos [...] na medida em que se encontram inseridos em determinado contexto sócio-histórico". (JAPIASSU, 1981, p. 97)

Tais questões são mediadas pela concepção do pensamento racional ao propor um estudo dos meios de demonstração pautados nos estudos das ciências naturais e exatas (como a Matemática e a Física), tendo em Bacon, Galileu, Hobbes, Descartes, Locke, Hume, Kant, Hegel e Comte alguns dos marcos teóricos significativos. (HUNNEX, 2003).

Uma proposta de construção do conhecimento deverá deixar claro o *processo do seu agir*, metodologicamente viável na construção de *novo saber*, justificando sua construção e atuação dentro do sistema do conhecimento.

O conhecimento científico busca superar os obstáculos das incertezas ao ser classificado de acordo com o seu objeto de estudo; como processo crítico-reflexivo da forma de conhecer/compreender, divide-se em várias áreas de conhecimento.

A compreensão é condicionada, muitas vezes, pelo *método de construção* utilizado por determinados ramos do conhecimento como, por exemplo, as denominadas ciências naturais (Matemática, Física, Astronomia e Química) e ciências humanas e sociais (Filosofia, Sociologia, Direito, História, Biblioteconomia, Psicologia, dentre outras).

Santos (2001, p. 6; 9) em seu “discurso sobre as ciências”, ao considerar os difíceis períodos de transição como, por exemplo, o tempo presente, postula que “[...] é necessário voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples, perguntas que, como Einstein costuma dizer, só uma criança pode fazer, mas que, depois de feitas, são capazes de trazer luz a nossa perplexidade”. Sendo assim, continua o autor, em sua hipótese de trabalho, afirmando que “[...] começa a deixar de fazer sentido a distinção entre ciências naturais e ciências sociais”, posto ser esta somente uma das facetas do processo de conhecer.

O que transparece de mais importante, ao menos nestes apontamentos, é o preparo do agente, visto que a sua formação possibilitará “realizar o processo de transformar o conhecimento científico em comportamentos significativos (um deles é o de tipo profissional)”. (BOTOMÉ, 1994, p.10-11).

Observa-se que há diferentes perspectivas, a partir das quais se busca o conhecimento das coisas e situações. Um exemplo, a ser mencionado, é a perspectiva antropocêntrica, em que o homem é o centro do universo, tendo a razão como base para explicação de todas as coisas. Basicamente, nesta perspectiva, fortalecem-se o *método sistematizado* e a objetividade como elementos da ciência. Consubstancia-se a ciência, mediante práticas reiteradas e reconhecidas como modelo das diversas áreas.

No terreno das discussões teóricas acerca da procura de um *caminho*, isto é, quando se busca compreender — na visão da história da ciência — a origem das discussões sobre o método para ciência no Ocidente, observa-se que já nos séculos XVI-XVII houve uma preocupação generalizada com tal questão, conforme aponta Pessanha (1999).

Nessas discussões, alguns apontam o surgimento do método científico moderno a partir dos trabalhos de Galileo Galilei (1564-1642); outros reconhecem os trabalhos de Francis Bacon (1561-1626) e René Descartes (1596-1650) como fundamentos das idéias sobre o *método* científico. (SEDGWICK; TYLER; BIGELOW, 1950).

O espírito da pesquisa floresce no século XVI atraído pelos avanços apresentados pelas ciências da Matemática e da Física. Entre as idéias prevalece o “ardor científico de Galileu” baseando-se mais em “resultados de experimentos do que na simples especulação”. (SEDGWICK; TYLER; BIGELOW, 1950, p.228-250).

No século XVII, cita-se os trabalhos de Francis Bacon (1561-1626) que, em função da capacidade intelectual e filosófica demonstrada, desperta “[...] o interesse universal pelos métodos científicos e em especial pelo *indutivo*.” (SEDGWICK; TYLER; BIGELOW, 1950, p.252, grifo nosso).

O método *indutivo* de Bacon, como premissa básica, defendia a idéia de que o conhecimento deriva da observação e da experimentação, contrapondo-se ao método dedutivo de Descartes, defensor da prevalência do racionalismo na abordagem do objeto, ao propor *tratar o conhecimento com base na razão* (PESSANHA, 1999).

Destaca-se, ainda, no século, René Descartes (1596-1650), cujos estudos têm a questão do método no âmbito do conhecer pela ciência, método esse também conhecido por *Cartesius*. Segundo registros de Sedgwick, Tyler e Bigelow (1950), Descartes, “escrupulosamente”, procurou não ofender a Igreja e, embora acreditando que os fenômenos da vida material ocorrem “de acordo com uma necessidade matemática”, afirmava a imortalidade da alma.

A construção do conhecimento, pelo prisma do método cartesiano, remete à (re) construção histórica da própria ciência que, ao se desenvolver, influencia o processo moderno do conhecimento sistematizado e verificável.

Mesmo diante da finalidade de “[...] desvelar a teia numérica que constitui a alma do mundo, abrindo a via para o conhecimento claro e seguro de todas as coisas”, de acordo com Pessanha (1999, p. 15), ainda assim, Descartes (1637; 1999, p.37), alerta que o seu propósito “[...] não é ensinar aqui o método que cada qual deve seguir para bem conduzir sua razão, mas somente mostrar de que modo me esforcei por conduzir a minha.”.

As idéias sobre tais métodos de raciocínio cruzam, cronologicamente [século XVI-XVII], com as idéias e os trabalhos apresentados por Jean Mabillon (1632*-1707†; RABIKAUSKAS, 1998). Porém, no cruzamento de tais idéias, as que parecem influenciá-lo, como corrente teórica, são as do método cartesiano.

Segundo Beck (2003), em 1682, um ano após o lançamento da obra *De re diplomatica libri sex,* em Paris, realiza-se a Congregação Geral dos ensinos da

doutrina cartesiana. Entre os adeptos da filosofia cartesiana, encontrava-se um dos mais ilustres estudiosos beneditinos, Jean Mabillon que, inclusive, recomendava o estudo de Descartes nos seus estudos monásticos.

Tal fato aponta para aspectos da natureza cartesiana da ciência diplomática, resultado de uma análise assentada na razão e na evidência, como um instrumento válido para um conhecimento preciso. A construção precípua da metodologia diplomática, pelo pesquisador beneditino, dá-se mediante a sustentação do *exame* e da *crítica* documental (GUYOTJEANNIN, 1996).

No âmbito da pesquisa em ciências sociais, segundo Bruyne, Herman e Schoutheete (1991), a natureza do objeto pesquisado compreende os pólos epistemológico, teórico, técnico e o morfológico.

O pólo epistemológico está relacionado a uma visão funcional, por meio da análise dos procedimentos e critérios de produção do conhecimento científico. Caracteriza-se como a vertente de construção de referenciais teóricos sobre o conhecimento científico ou o fazer ciência, concebido com o sentido de apreciar e fornecer "[...] os instrumentos de questionamento dos princípios nas ciências [...]" e "[...] para apreciar os fatos, o método histórico-crítico [...]", interessando, portanto, "[...] o modo de produção dos conhecimentos [...] tanto quanto seus procedimentos de validação." (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991, p. 42; 43).

Segundo Bunge (1980), não há ciência sem teoria; logo, compreende-se que a teoria é o pólo da pesquisa científica, responsável pelo modo de construção do objeto do conhecimento.

Tal construção possibilita uma "mudança qualitativa na estrutura dos sistemas teóricos" de cada campo, possibilitando uma "ruptura epistemológica, face às pré-noções do senso comum, devido ao estabelecimento de um corpo de enunciados sistemático e autônomo [...]". (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991, p. 101; 102).

De acordo como o objeto investigado, há a necessidade de se utilizar procedimentos de coleta de dados pertinentes à problemática pesquisada. Na dinâmica da pesquisa social, cabe ao pólo técnico tal função, visto que as técnicas de coleta de dados são os instrumentos operacionais que o pesquisador utiliza para alcançar seu objetivo, diante do objeto analisado e do problema observado.

O pólo morfológico compreende o vínculo necessário entre o epistemológico, o teórico e o técnico (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991, p. 201; 209),

posto que, por meio da semântica para compreensão da dinâmica da pesquisa, trata das formas como os demais concebem o conhecimento. As funções morfológicas da pesquisa auxiliam na definição e articulação do referencial teórico e na estruturação do problema pesquisado, dando forma ao pensamento na construção de novo conhecimento.

Dentre as atitudes registradas acerca da formação do espírito científico, prevalece sua espinha dorsal, ou seja, o rigor metodológico, podendo ser compreendido como o momento, no processo de pesquisa científica, "que estipula o que deve ser e como deve ser feita a ciência". A forma de conhecer, portanto, compreende *métodos*[69] que orientaram e/ou condicionaram os procedimentos que "podem ou devem ser utilizados no processo de investigação". (KOCHE, 2005, p. 19; 31).

Estes métodos, por sua vez, são escolhidos em função do objeto percebido pelo sujeito observador/investigador. Logo, o método condiciona o procedimento e é condicionado pelo objeto. Mas o objeto também é condicionado pelo observador.

Bachelard (1968), em O *novo espírito científico*, alerta para a questão de posturas reducionistas normativas, com relação ao método. Para o autor "[...] um discurso sobre o método científico será sempre um discurso de circunstâncias, não descreverá uma constituição definitiva do espírito científico."

Assim, para Bachelard (1968) o método cartesiano não estava "errado", "apenas foi ultrapassado" (LAGO, 2007, p.5-6), visto que o método científico para explicar precisa reduzir, mas não de forma estática (concepção de Descartes), e sim de modo a perceber o movimento, isto é, as relações complexas do fenômeno.

Dessa forma, em uma perspectiva epistemológica, de modo a não tornar o *método* uma norma imutável e invariável a ser seguida, Botomé (1994, p. 18) entende que o mesmo pode ser aplicado como controle das variáveis, em todas as etapas que interferirem no processo de conhecer como: "[...] a formulação inicial do problema de pesquisa, a sistematização do conhecimento existente, o delineamento da metodologia de trabalho de observação, de análise e de interpretação de dados [...]".

[69]Neste contexto, surgem duas vertentes metodológicas que orientarão o pensamento científico moderno, a saber, a proposta "empirista de Francis Bacon (1561-1626), a preconizar uma ciência sustentada pela observação e pela experimentação, e que formularia indutivamente as suas leis, partindo da consideração dos casos ou eventos particulares para chegar a generalizações" e, por outro lado, a inauguração do racionalismo moderno, tendo em Descartes (1596-1650) o marco idealizador, por buscar "na razão – que as matemáticas encarnavam de maneira exemplar – os recursos para a recuperação da certeza científica." (PESSANHA, 1999, p. 9-10).

Da análise realizada, acerca da aplicabilidade dos recursos diplomáticos (NASCIMENTO, 2002), constatou que, especificamente, nos estudos sobre a Diplomática, a concepção de *método* parece induzir à compreensão de procedimentos *técnicos descritivos*.

Tal confusão conceitual e procedimental parece revelar um dos grandes dilemas no desenvolvimento da pesquisa científica no campo interdisciplinar, a saber, o que se compreende por *procedimento* na disciplina de origem do pesquisador e o que se compreende por *método* e *técnica* na disciplina inter-relacionada. Tais imprecisões, algumas vezes, parecem ser implantadas pelos próprios materiais literários disponíveis traduzidos e reproduzidos pela citação da citação.

Verifica-se, também, que não há um consenso na literatura sobre os métodos (*procedimentos*) e os de *raciocínio* [abordagem] que constituem a instrumentalidade da metodologia. Longe de ser algo negativo, tais posicionamentos levam a refletir (e a pesquisar) qual o caminho mais indicado a ser percorrido, diante de uma situação-problema a ser analisada.

Assim, o rigor metodológico é, antes de tudo, a análise dos procedimentos diante da teoria[70] escolhida. A criatividade nessa fase do processo também é privilegiada, desde que sejam fundamentadas as razões de sua origem.

Esse *rigor* na Diplomática atrela-se às definições *positivistas* de diploma (testemunho escrito; forma determinada; fatos de natureza jurídica etc.) e, segundo Romero Tallafigo (1994), se expande a todos os seus elementos constitutivos e de análise, principalmente, no âmbito da História, ao buscar encontrar no documento "fenômenos evidentes do passado".

Esta referência ao positivismo é associada a métodos científicos de abordagem interpretativa do objeto investigado. E, analisando mais especificamente a concepção "positivista" utilizada no contexto da Ciência da Informação, Hjørland (2005) expressa que mais importante do que o "como os pesquisadores abordam seus objetos de pesquisa" é a importância de "como esses próprios objetos são constituídos".

Assim, os elementos constitutivos diplomáticos refletem uma abordagem do positivismo lógico aplicado na Áustria e na Alemanha e "Inspirado por revoluções na

[70]De acordo com Köche (2003, p. 92) somente quando as proposições "se relacionam entre si, em forma de sistema com conteúdo de validade universal, é que se obtém uma teoria.".

lógica, matemática e física que ocorreram no final do século XIX e início do século XX" (HJØRLAND, 2005, p. 132), e seus maiores representantes foram os membros do Círculo de Viena[71], escola de pensamento à qual pertenciam também os diplomatistas austríacos Theodor von Sickel (1861) e Julius Ficker (1877), cujos estudos são clássicos no desenvolvimento da doutrina diplomática.

Posta assim a questão, torna-se necessário esquadrinhar os pólos da Diplomática enquanto disciplina científica à medida que esta tese se propõe a estudar as vertentes teoria, objeto, método e técnica no âmbito da CI, especificamente, com a AD em Biblioteconomia.

3.3 Diplomática: do *status* científico à inserção acadêmica

Retomam-se as premissas lançadas após o surgimento do método de Mabillon e que trouxeram um caráter mais aplicado e, conseqüentemente, descritivo para a análise do documento escrito.

Dentre os vários estudiosos que delinearam concepções teóricas acerca do programa diplomático, Tognoli e Guimarães (2007) elaboram um quadro demonstrativo construído ao redor do movimento teórico da Diplomática, de 1750 a 1989, o qual evidencia, pela literatura examinada, que há uma certa prevalência de citações dos estudos realizados pela Escola francesa, seguidos pela da Escola austríaco-alemã e italiana.

Cumpre observar, preliminarmente, que a Diplomática, de acordo com Duranti (2003), compreende uma teoria que descreve a natureza dos documentos e seus componentes; um método que estabelece o procedimento a ser seguido na crítica (análise e síntese) de um documento e uma prática que aplica a teoria e o método em situações concretas.

Logo, as Escolas são mencionadas, principalmente, pela suas contribuições teóricas propostas à Diplomática geral, ou seja, enquanto teoria que descreve seu objeto e as condições do seu método.

[71]Uma grande contribuição do Círculo de Viena com o neopositivismo ou positivismo lógico foi a análise da linguagem.

De modo delimitado ao interesse deste estudo, interessam as contribuições que dizem respeito à concepção de documento enquanto objeto dos estudos diplomáticos, dado que a metodologia de uma dada ciência depende da concepção teórica do seu objeto.

A literatura examinada aponta para o progresso ou desenvolvimento não só da ciência, até então estabelecida no século XVIII, como também para o seu programa de estudo escolar[72], principalmente no campo da História[73], cujo uso dos fundamentos e método da 'crítica documental' Diplomático se dá para responder ás exigências de conhecimento técnico acerca das distintas classes e tipos de documentos históricos[74]. No entorno da História, a Diplomática faz parte das "ciências auxiliares" que contribuem para o conhecimento do historiador, juntamente com a Paleografia e a Cronologia.

Nesse sentido, observam-se as contribuições da Escola Austríaco-Alemã, tendo como alguns dos seus representantes nomes como Julius Ficker (1826-1902), Theodor von Sickel (1826-1908), Heinrich Brunner (1840-1915) entre outros, segundo informações de Galende Díaz e García Ruipérez (2003). Um dos aspectos diferenciadores dessa escola é que a mesma é composta por diplomatistas historiadores e juristas.

Theodor von Sickel (1826-1908), historiador alemão e educador na École des Chartes de Paris (1850-1852) e em Berlim, é considerado o fundador da moderna Diplomática como método crítico para determinar a autenticidade de documentos históricos. Sua contribuição foi, sobretudo, com os estudos acerca da forma de produção dos documentos, pouco conhecida até o século XIX.

Sickel verificou que certos atos classificados como falsos (por serem muito diferentes dos elaborados pelas chancelarias), foram na verdade "elaborados pelos

---

[72]A *École des Chartes*, fundada na França em 1821, aparece como marco na orientação do ensino institucional dos estudos diplomáticos, favorecendo o seu "reflorescimento" (MAZZOLENI, 1970), expresso como ciência em tratados e manuais de divulgação da sua matéria em diferentes escolas. Considera por Guyotjeannin, Pycke e Tock (2003) "os mais notáveis do último século", no sentido de ensino, entre outras, estão as obra de Bresslau, Giry, Paoli.

[73]"Não é menos verdade que os documentos diplomáticos foram antes levados em consideração por historiadores que neles procuravam testemunhos, que foram criticados como tais e que a doutrina diplomática, filha da crítica, foi construída sobre o plano da história. Se nem todos os historiadores são diplomatistas, todos os diplomatistas gabam-se de ser historiadores." (TESSIER, 1966, p. 14).

[74]Para esclarecimento, o historiador Román Blanco (1978, p. 5), ao tratar das técnicas de pesquisa do historiador, denomina de "documentos históricos, em sentido lato, todos aqueles materiais históricos legados pelas gerações passadas. Ex. um pergaminho, uma estátua, uma moeda".

próprios destinatários". Assim, sua contribuição se deu em "melhorar e corrigir os resultados da crítica" ao atrair a atenção para "a necessidade de compreender os mecanismos da produção dos atos". (GUYOTJEANNIN, PYCKE E TOCK, 2003).

Das reflexões de Sickel, cria-se um modelo de análise acerca da elaboração dos atos. Esse modelo é de autoria de Julio Ficker (1826-1902) e esclarece, nos exame dos documentos imperiais, o fundamento diplomático de que há duas fases distintas a serem consideradas na análise diplomática, a saber: o *acto* [ação] e o *conscriptio* [documentação]. Segundo Guyotjeannin, Pycke e Tock (2003) "Ficker demonstrou que certas datas que figuravam nos atos eram relativas à ação jurídica; outras, à promulgação do ato".

Nesse período defende-se a idéia da Diplomática como auxiliar da História do Direito, pensamento atribuído, principalmente, ao historiador austríaco Ficker (1826-1902), também formado em Direito e professor de história jurídica na Universidade de Innsbruck.

A partir de 1879, Julio Ficker dedicou-se exclusivamente à investigação científica no campo da história medieval e sua constituição diplomática. Com a obra *Beiträge zur Urkundenlehre* [Contribuições para diplomáticos], de 1877, amplia a forma de análise na metodologia diplomática ao explicitar as *formas* e o *conteúdo* do documento em função dos dados jurídicos e institucionais que pode fornecer, ou seja, diante da sua aplicabilidade funcional.

Outro r*echtshistoriker* [historiador jurídico] que vem contribuir com os estudos diplomáticos é o alemão Heinrich Brunner (1840-1915), conhecido pelos seus estudos acerca da história jurídica dos romanos e germânicos.

Nos estudos acerca da Diplomática, registrados na obra *Zur Rechtsgeschichte der römischen und germanischen Urkunde* (Berlin 1880), Brunner aperfeiçoa os métodos de Sickel e Ficker no que diz respeito à análise de documentos privados medievais: "Nicht bloss der Form, sondern auch dem Inhalte" [Não é só a forma mas também o conteúdo], introduz a distinção entre *charta*[75] e *notitia* conforme expresso por Guyotjeannin, Pycke e Tock (2003).

[75]No entendimento do diplomático de Tessier (1966, tradução e grifo nosso) a *charta*, quando se trata "de atos estabelecidos na Idade Média, a linguagem comum os designa sob o nome de *cartas*, sem dar a essa expressão um sentido técnico". Segundo Arns (1993, p.23) nos escritos de São Jerônimo a palavra "charta" é empregada no sentido lato de *folha, papel* e também como "parte material da carta" ou seja, o aspecto material da carta e no plural, pode ter o sentido de arquivos ou registros públicos. *Notitia* pode ter o sentido de idéias, conhecimento de alguma coisa.

Ainda da Escola Alemã, também merece ser citado Harry Bresslau (1848-1926) historiador também formado em Direito.

Segundo Mazzoleni (1970), os estudos de Harry Bresslau podem ser observados na obra *Handbuch der urkundenlehre fuï Deutschland und Italien* [Comissão de Diplomáticos para a Alemanha e Itália, primeira edição em 1889 e última edição em 1958], em co-autoria com Hans Walter Klewitz e Hans Schulze. Bresslau trata da definição de documento e da história da Diplomática, da repartição do documento, dos originais, das falsificações e do registro dos atos na chancelaria papal e imperial.

Há também, nesta obra, estudos acerca da origem e desenvolvimento dos vários tipos de documentos, formulários, línguas, datas, matérias de escrita, fundamentais para o estudo da Diplomática.

Da **Escola Francesa**, grande importância é atribuída às publicações da *L'École des Chartes*, e cita-se dois dos seus representantes, Jean Marie Joseph Arthur Giry (1848-1899) e Georges Tessier [1930?-1960?].

Arthur Giry (1848-1899) resgatara, à época, a importância dos estudos diplomáticos na *L'Ecole des Charles* com a publicação da obra *Manuel de diplomatique* (1894). A análise que segue acerca da obra de Giry é fruto de uma resenha crítica realizada por Langlois (1894), localizada na Biblioteca *online* da École des Chartes. O autor resenhista é historiador reconhecido na Academia e professor, aspectos valorizados nas relações internas crítico-acadêmicas dos pensadores, enquanto comunidades de discurso, quando do intercâmbio de idéias acerca do tema *diplomática*.

Segundo Langlois (1894), o *Manual* de Giry é pedagógico, considerando que saiu de um curso oral [faz referência ao curso de Diplomática ministrado por Giry na *Ecole des Charles*], não só ao expor os conteúdos, como também por ensinar Diplomática geral e especial (noções de Diplomática inglesa, artes dictaminis e formulários, Diplomática nos séculos XIII e XIV). Langlois menciona conselhos elementares observados no livro como, por exemplo, a maneira de identificar os nomes das pessoas (p.374) e os nomes de lugares (p.412). Também esclarece que a palavra 'manual' foi desonrada em francês pela aplicação que se fez dela em publicações elementares, porém no alemão [lehrbuch] conservou mais força e dignidade.

Na análise de Mazzoleni (1970), o manual de Giry aproxima-se das exigências do programa escolástico.

Quanto ao plano de estudo apresentado no manual, Langlois (1894) abrevia: “contém diversas coisas que não se esperaria encontrar-se nele [menção ao capítulo de paleografia], dando-se fé ao título, e ele não contém todas aquelas que se desejaria nele ver”. Também critica a cronologia apresentada no livro, por entender que Giry dispõe de um tratado abreviado de “Cronologia Técnica que não é coerente com o resto do livro”.

Especificamente, interessa na resenha crítica de Langlois (1894), sua intelecção acerca das citações extraídas da obra de Giry (1894), a saber: “as datas dos documentos podem ser encaradas de duas maneiras: a interpretação dos elementos cronológicos que as compõem e o estudo das fórmulas que foram empregadas para redigi-las”. Acresce Langlois: “O **estudo das fórmulas**, do qual é natural trabalhar a propósito da **redação** e do **estilo dos atos**, é unicamente do **domínio** da **diplomática**” (grifo nosso).

O destaque interessa à medida que permite uma visão da evolução da forma e redação dos documentos diplomáticos, porque será essa visão atualizada, que aproximará a concepção de documento diplomático da concepção de documento na Documentação originária de Otlet (1934).

Completando sua análise da obra de Giry, Langlois (1894) considera excelentes os capítulos “Dos títulos e qualidade das pessoas; Da língua dos documentos diplomáticos (ou seja, da retórica especial de certos documentos diplomáticos em latim e da história do emprego da língua vulgar nos documentos)”.

Destes capítulos citados, merecem destaque alguns esclarecimentos de Giry (1894), extraídos na íntegra e comentados por Langlois (1894). Tais citações da obra se fazem necessárias em razão dos fundamentos teóricos que estabelecem as condições do método diplomático, a saber:

> Giry: “A forma dos nomes de lugar variou segundo os países e as épocas; é necessário que os nomes que se encontram em um documento tenham a fisionomia que convém à data e à proveniência desse documento; senão [...] o documento é suspeito (p.379)”.
>
> Comentário de Langlois: “Daí a necessidade de indicar as regras que presidiram às transformações dos nomes de lugar segundo os países e as épocas. Fica claro que um raciocínio semelhante justificaria a adição ao Manual de um tratado resumido de fonética e de sintaxe das línguas [...], pois as formas das palavras e das frases, e não apenas a dos nomes de lugares, variou [...].”.

> Giry: “Os apelidos abundam nas cartas do século XII; é interessante revelá-los porque são um curioso testemunho do espírito popular e porque conservaram para nós um grande número de frases, de expressões e de termos da língua vulgar (p.365)”;
>
> Comentário de Langlois: “Os caps. II (Dos nomes de pessoas) e III (Dos nomes de lugares) do livro III foram redigidos sem dúvida para trazer e clarificar os conselhos práticos que os determinam respectivamente: da tradução e da identificação dos nomes de pessoas [...]; da identificação dos nomes de lugares [...]”.

O diálogo de Giry e Langlois permite expor segmentos ou explicitar aspectos significativos do aspecto doutrinário ou o pólo Diplomática geral, dado que não se pode perder de vista a inserção dos fundamentos ou explicitação de algumas unidades conceituais que dão consistência ou conferem condição aos procedimentos técnicos da análise da crítica diplomática.

Por exemplo, em “da tradução e da identificação dos nomes” remete à análise da “ars dictandi” que remete à palavra “dictare” e esta, por sua vez, indica “uma fase intermediária entre a composição e o ditado” (ARNS, 1993, p.46). Logo, há nos escritos examinados dois momentos distintos: o do conteúdo ditado (autor do conteúdo) e o da redação do ditado (autor do escrito) e, portanto, distintos nomes a considerar na elaboração do ato: o autor do conteúdo e redator do texto. E isso deve ser ponderado quando da análise do estilo do texto.

Ghellinck (1947) citado por Arns (1993, p.58; 68), ao tratar da análise dos textos de São Jerônimo, esclarece que: “Entre o ditado feito pelo autor e o texto que nos é transmitido, há uma dupla etapa a ser percorrida [...]: a passagem do ouvido à mão dos taquígrafos [...]; depois do olho à mão dos escribas, que reconstituem a taquigrafia em escrita comum”. Releva acrescentar, ainda, que a palavra taquígrafo é designada pela palavra *notarius* e que “os agentes da transcrição” são os *scriptores* à época medieva, também designados por *librarii*, palavra empregada ao se referir aos copistas.

Por outro lado observa-se que são abordadas questões doutrinárias no ‘domínio da Diplomática’ — cujo sentido operacional remete a “sistema de pessoas e práticas trabalhando com uma linguagem comum” (TENNIS, 2005, p.191) — sob um novo prisma, a saber: o do pensamento *cultural* dos *atos escritos* ou documentos.

Tessier (1966, p.14), um dos defensores de tal concepção compreende que "a produção diplomática de uma sociedade é em certa medida o reflexo de sua civilização" em razão do "grau de cultura do meio no qual os atos foram elaborados".

Giry e Langlois (1894) iniciam — ou antecipam — o diálogo entre Tessier e Bautier acerca da identificação de elementos/caracteres diplomáticos. A análise destes elementos reflete uma cadeia de informações — sobre as suas funções — alimentada pelas modificações sócio-culturais que possam intervir na caracterização dos atos pelas circunstâncias de sua elaboração e/ou pela competência[76] da pessoal encarregado de redigi-los, conforme o modelo de redação construído à época do ato consignado (determinado).

Considerando esta compreensão, na redação do conteúdo, há o estilo do discurso e a semântica do texto que, por sua vez, também reflete contextos além do se vê.

Guimarães, Nascimento e Morais (2005, p.140) compreendem que a Ciência do Texto, com base na interdisciplinaridade linear[77], auxilia na identificação de conceitos centrada na abordagem dos procedimentos diplomáticos de análise, à medida que torna possível identificar "estruturas globais que caracterizam um tipo de texto e independem do conteúdo; é a forma do texto", denominado de superestrutura.

Entendem que nesse aspecto, há esclarecimentos complementares que aproximam, de um lado, *formas* diplomáticas e superestrutura do texto e, de outro, *conteúdo* diplomático e macroestruturas do texto e serão retomados na seção 4.

Os avanços nos estudos refletem uma nova orientação em relação aos fundamentos da Diplomática, bem como uma maior abertura na compreensão de seu objeto, frutos (as duas coisas) das mudanças e evolução do conhecimento até então.

Nesse entorno, insere-se outra contribuição da Escola Francesa com os estudos diplomáticos de Georges Tessier (1966), professor honorário da École des Chartes. Sua aula de abertura do curso de Diplomática, na Escola, se dá em 08 de

[76]O sentido de *competência* utilizado pela Diplomática é cunhado pelo Direito e significa "Poder legal que a pessoa, em razão de sua função, ou cargo, tem para a prática dos atos inerentes a este ou àquela." (OLIVEIRA NETTO, 2008, p.154). Em outras palavras, tem-se a "atribuição, capacidade ou faculdade atribuída por lei a alguém ou a algum órgão para fazer alguma coisa, conhecer ou decidir algum assunto. (SIDOU, 1994, p.158).

[77]Descrição de interdisciplinaridade linear: "As disciplinas permutam informações. Contudo, nessas trocas não há reciprocidade". Não há cooperação metodológica. (JAPIASSÚ, 1976, p. 81).

dezembro de 1930 (em que cita a Diplomática como “ciência das regras”), o que demonstra a sua primazia em relação à publicação do Tratado de Documentação, de Paul Otlet, pois a mesma só acontece em 1934, em Bruxelas.

À época de Tessier (1930), ocorreu o movimento de discussão acerca dos rumos (tomados e pretendidos) dos estudos diplomáticos, principalmente enquanto disciplina acadêmica.

Tessier (1966, 3.ed., p.8, grifo nosso), na obra *Diplomática,* parece ampliar a concepção *informativa do documento*, ainda que argumentando a favor da História, ante a sua forma [estrutura] e seu conteúdo [teor temático], ao expor que

> Textos de inspiração religiosa ou jurídica ou simplesmente textos literários, objetos de arte, moedas, monumentos arqueológicos, desde a modesta jarra de argila até o mais suntuoso edifício, todos esses testemunhos nos dão informações com ainda mais segurança na medida em que [...] a intenção de informar estava geralmente ausente para o padre, o legislador, o poeta, o cunhador de moedas, o ceramista, o arquiteto ou o escultor que vêm a cada vez prestar depoimentos [...]. É necessário, porém, que eles sejam **corretamente interpretados** – e é aqui que intervêm as **disciplinas** especiais, **de um caráter técnico**, cujos fins próprios se ordenam em direção a um fim superior, um conhecimento mais exato do homem [...].

De acordo com Marín Martinez (2008, p.153, v.2), o foco principal que circunda a revisão, já iniciada antes de 1960, por especialista da matéria (Bartoloni, Fichtenau, Sebanek, Pratesi, Batelli, Rabikauskas), diz respeito à natureza, finalidade e método da disciplina.

Dessa profícua discussão, além da ampliação dos pilares de análise da Diplomática, também surge “A Comissão Internacional de Diplomática”[78], idéia proposta pelo professor Sebanek, da cadeira de Arquivística e de Diplomática, na Universidade de Brno – [antiga] Tchecoslováquia.

Segundo Bautier (1971, sucessor de Tessier na cadeira de Diplomática na École des Chartes), havia uma visão de desgosto dos diplomatistas acerca das orientações “cada vez mais em direção aos largos horizontes dos grandes temas” observados nos congressos internacionais de ciências históricas. Também

[78]De acordo com Bautier (1971, em um relatório das reuniões de trabalho dos grupos) “A Comissão Internacional de Diplomática, cujas origens remontam ao Congresso Internacional das Ciências Históricas de Viena (1965), foi reconhecida oficialmente pela assembléia geral do Comitê Internacional das Ciências Históricas por ocasião do Congresso de Moscou de 1970. A Comissão adotou seus estatutos e constituiu seu escritório ao longo de uma sessão realizada em Roma no dia 23 de abril de 1971. Uma assembléia geral extraordinária reunida igualmente em Roma no dia 29 de setembro de 1971 elevou a 43 o número de seus membros e definiu seu programa de trabalho. Este prevê a organização regular de congressos internacionais e de colóquios, a publicação de uma bibliografia internacional da diplomática e a edição de uma compilação que permita o estudo comparado das chancelarias soberanas da Idade Média.”

lamentavam que a Diplomática, “base necessária de qualquer crítica histórica, fosse tida por uma “ciência auxiliar” muito freqüentemente desprezada”.

Na intelecção de Galende Díaz (2003, área de conhecimento Ciências e Técnicas Historiográficas - Universidade Complutense de Madrid) e de García Ruipérez (2003, área de conhecimento Arquivologia), os intelectuais franceses da École des Chartes “adotam uma postura específica, atribuindo a causa da crise a um empobrecimento, não a um esgotamento do campo documental”, conforme aludira Fichtenau.

Já o italiano Petrucci (1963), graduado em artes, professor da Escola especial para arquivistas e bibliotecários, da Universidade de Roma e professor de Paleografia e Diplomática em Roma (1974-1991), analisa a crise anunciada por Fichtenau e Bautier em uma perspectiva de “Diplomática velha e nova”. Para Petrucci, enquanto o primeiro entende a crise como um “enfraquecimento, cujo remédio é apenas o aprofundamento dos temas tradicionais, revividos com novo espírito”; o segundo, ao contrário, entende tratar-se de uma “crise de crescimento”, que pode ser resolvida com “expansão cronológica e geográfica dos limites e das perspectivas da disciplina”.

Dessa forma, Bautier (1971), um dos defensores do novo segmento pretendido, argumenta a favor da “nova” Diplomática ao expor que já fora o tempo em que se podia analisar um tipo de documento sem ponderar as influências exercidas sobre sua origem ou seu desenvolvimento. E que os atos públicos e privados devem ser objetos de estudos comparados, uma exigência científica necessária ao progresso do estudo diplomático. Defende ainda que os especialistas precisam tomar consciência dessa necessidade, rompendo “o quadro demasiadamente limitado de suas pesquisas [...] ao abrir à Diplomática novas dimensões, tanto no espaço quanto no tempo”.

Foram Tessier e Bautier, diplomatistas da Escola Francesa, depois de Sickel e Ficker, da Escola Alemã (mérito pela sistematização dos estudos) que lançaram esclarecimentos sobre o conceito de documento diplomático e de seus critérios de análise, diante do entorno sócio-informacional, de modo a levar os fundamentos da Diplomática geral a outras classes de documentos. Possibilitaram, assim, novas abordagens do método de Mabillon, em termos práticos, e de modo complementar.

A proposta desses estudiosos tem o objetivo, portanto, de romper com o limite cronológico da produção dos documentos (anunciado e não executado por

Giry em Langlois, 1834), de modo a ampliar seu campo de estudos aos documentos da Idade Moderna. É, pois, uma ampliação fundamentada na “não existência de compartimentos estanques [fechados] e na evolução dos fatos” (SANZ FUENTES, 2005, p.36).

Na Escola Italiana, destacam-se no estudo Diplomático, entre outros nomes, os de Luigi Schiaparelli (1871-1934) e Cesare Paoli (1840-1901). Schiaparelli (1909), considerado um dos que revitalizaram os estudos diplomáticos na Itália, também defende a idéia de que a Diplomática deve estender seus estudos aos documentos da História Moderna.

Paoli (1840-1901), arquivista de Estado e professor de Paleografia e Diplomática, é citado na literatura especializada, principalmente, pela sua concepção de documento diplomático, cuja ampliação reflete sempre seu caráter histórico e a sua natureza jurídica, revestida da formalidade institucional à época. Para Mazzoleni (1970), ele é também notado pelo seu método didático, em consonância com o sistema de ensino.

Também merecem relevo os estudos do italiano Armando Petrucci (1963), cuja resenha crítica acerca da citada ‘crise diplomática’ interessa, principalmente, pela ‘tom’ de defesa empregado pelo autor à disciplinaridade Diplomática e da análise da crise a partir de Sickel e Ficker (1860/1870) a Fichtenau e Bautier (1960-1961).

À constatação do estado de crise interna nos estudo da disciplina, conforme os argumentos de Fichtenau, Petrucci apresenta como razão, os “diferentes esquemas metodológicas” seguidos no passado (Escola de Sickel considera os critérios clássicos da Diplomática da forma e conteúdo; a Escola de Ficker considera a da forma e conteúdo em seu meio = instituições).

Para Petrucci (1963), ainda com relação à proposta de Fichtenau, há um “grave perigo para o desenvolvimento dos estudos diplomáticos”, porque seria a “dissolução da Diplomática nas disciplinas díspares às quais se gostaria de ligar estritamente o estudo dos documentos”. Interpreta-se como: perda de identidade em prol dos estudos na Documentação. E, quanto ao ‘enxugamento’ da Diplomática, inserido na proposta, o autor compreende que é torná-la cada vez mais tecnicizada.

Na argumentação quanto ao “processo de empobrecimento” da disciplina e da solução proposta por Bautier (para que o objeto da Diplomática se estenda ao conjunto de documentos de arquivo), Petrucci compreende que Bautier não

considerara “[..] as conseqüências práticas de afirmações gerais” e, por isso “desenha as ‘novas fronteiras’ [...] justamente nesses inexplorados territórios”, ao convidar ao estudo “dos documentos administrativos modernos”, mesmo tais documentos não sendo considerados “atos em sentido estrito” e sim “partes e trâmites de documentações”.

Ainda que Petrucci (1963), não se mostre favorável às propostas, é preciso considerar seus argumentos por suscitarem maior reflexão ao desenvolvimento de uma disciplina porque, conforme lembra Bunge (1980), existem várias concepções de desenvolvimento “quase todas erradas, não tanto pelo que sustentam, mas pelo que deixam de dizer”.

Assim, diante de uma linha do tempo, é possível delinear uma estrutura analítica das contribuições doutrinárias acerca da Diplomática, principalmente dos fundamentos que delimitam seu objeto de estudo, conforme o domínio no qual o documento é analisado pelas respectivas Escolas de pensamento.

Posta assim a questão, a idéia acerca do conhecimento diplomático insere-se pelo discurso (conceito operacional), ainda que parcialmente exposto, das Escolas do pensamento clássico-teórico.

A intelecção desse discurso serve também para tornar claras e reconhecidas as características do seu objeto por meio das definições dos documentos.

Essas definições são retiradas da própria disciplina e de outras, como a Documentação, no entorno dos estudos afins, visto que, em uma acepção mais moderna, diante da adaptação do latim *res diplomatica*, o termo *diplomática* expressa a compreensão de análise crítica das formas dos *diplomas* [documentos escritos de forma solene] e, portanto, de interesse de outras disciplinas enquanto conteúdos escolares ou organização de um conhecimento.

3.4 Concepção de documento: perspectiva diplomática

A definição será o meio utilizado para expor o conceito que se tem acerca do objeto da Diplomática, expressa, principalmente, por documentalistas da arquivística e/ou historiadores diplomatistas tradicionais ou contemporâneos.

Os estudos acerca do documento revelam princípios informativos — reconhecidos em distintas especialidades — que ultrapassam a função originária do documento no domínio em estudo. Um ato escrito antigo, por exemplo, poderia ser de interesse econômico à época, mas torna-se histórico, na atualidade. Princípios são razões primeiras e, para compreendê-las, é preciso começar pela identificação destas e, na seção em estudo, tais razões são as determinantes do documento diplomático.

A Diplomática, retratada pelo Dicionário de Terminologia Arquivística (1996, p.24, grifo nosso) é considerada uma disciplina e tem como "objeto a **estrutura formal** e a autenticidade dos documentos". Entende-se, ante o exposto, que neste campo de conhecimento, prevalece como objeto da Diplomática a **estrutura** do documento e, de modo extensivo, pressupõe-se que a estrutura representa uma forma ("limites exteriores da matéria"; "tipo determinado"; "tipo determinado sob cujo modelo se faz alguma coisa", Dicionário Aurélio Eletrônico, 2003), que se reconhece como documento.

A concepção de formal (e não forma) remete, no Dicionário Aurélio, à "evidente", "claro", "que se atém às fórmulas estabelecidas", entre outros sentidos. Diante do todo exposto acerca da Diplomática, seu objeto há de ter como razão "fórmulas estabelecidas", em função do princípio motivacional "autenticidade" cunhado na gênese da sua criação, com o objetivo à época (e atual) de dar garantias reconhecidas juridicamente, entre outros. Tal aspecto também é razão de delimitação perante os demais documentos.

O catedrático em Paleografia e Diplomática da Faculdade de Filosofia e Letras, Universidade de Sevilla, Núñez Contreras (1981, p.38), procura construir o conceito atual de Diplomática como ciência que estuda os documentos, relacionando diploma (termo medieval) como sinônimo de documento (termo contemporâneo).

O autor esclarece que o sentido jurídico restritivo [diploma na Antigüidade] somente era usado para determinados tipos de documentos com fins específicos, tais como os outorgados por autoridades, como reis, imperadores, eclesiásticos, com o objetivo, por exemplo, de sancionar direitos patrimoniais, atribuir títulos de nobreza, estabelecer dogmas.

A relação entre os termos *diploma* e *documento* e, conseqüente mudança de concepção, se dá com os Humanistas (no Renascimento). Na Idade Média, o termo *diploma* fora empregado de modo disperso (de lugar-comum). Os Humanistas

retomam o termo para se referir ao *documento mais solene* (TESSIER,1966; MAZZOLENI,1970; RABIKAUSKAS, 1998).

O tipo de documento a ser considerado, portanto, objeto de estudo da Diplomática clássica, dependerá de seus objetivos, diante da estrutura construída por meio de fórmulas solenes de validação no sistema social-jurídico-acadêmico à época. Portanto, para que um documento possa ser considerado objeto de estudo da Diplomática clássica, é preciso analisar seu objetivo de prova ou testemunho no contexto funcional governamental e/ou da administração pública ou privada.

Esse será, fundamentalmente, o entendimento histórico necessário para compreender as delimitações empregadas por alguns autores, visto que, para eles, nem todos os documentos serão considerados objetos da analise diplomática.

Voltando-se para a natureza constitutiva do documento na análise diplomática, Núñez Contreras (1981 apud NASCIMENTO, 2002) resgata as concepções de Theodor von Sickel (antes do movimento da crise de expansão) e Cesare Paoli (à época do movimento), ao caracterizar a natureza do documento diplomático "moderno", "no quadro da cristandade ocidental", conforme lembra Tessier (1966, p.15).

Para Sickel (1861), o documento, objeto da análise diplomática, caracteriza-se por ser:

i. testemunho escrito;
ii. redigido segundo uma forma determinada;
iii. variável em relação ao lugar, à época, à pessoa e ao negócio;
iv. com teor documental sobre um fato de natureza jurídica.

Paoli (1942) segue o mesmo tipo de raciocínio sobre a natureza do documento diplomático ao expor que esse deve representar:

i. testemunho escrito;
ii. fato de natureza jurídica;
iii. redação através de fórmulas estabelecidas como força probatória.

Duranti (1996, p.28), arquivista e pesquisador da metodologia diplomática na atualidade, concorda com a natureza do documento diplomático de Paoli e pondera que, da crítica dos documentos medievais, surgem três requisitos fundamentais para o documento diplomático moderno, a saber:

i. circunstância da escritura;
ii. natureza jurídica do fato comunicado;
iii. forma de compilação.

Estas são as características tradicionalmente atribuídas ao documento considerado objeto da ciência diplomática. Portanto, são princípios de ponderação dos requisitos presentes na natureza do documento diplomático: requisitos de evidência escrita, de fatos de natureza jurídica, dispostos de forma determinada.

A evidência escrita traduz-se, de acordo com Tessier (1966), pelo estado, por assim dizer, estático da forma diplomática, na qual os redatores modelam, conforme as tradições, hábitos ou normas redacionais à época. São os estados disposicionais físico-quimícos do suporte em contato com a forma escrita da informação.

Sob a perspectiva temporal, Carucci (1994, p.68) pondera que esses requisitos — evidência escrita e de natureza jurídica, fórmula estabelecida para redação — são válidos para documentos modernos e contemporâneos, daí a autora considerá-los como “princípios constitutivos” do documento. Acrescenta ela, ainda, que as distinções a serem observadas se dão, entre outros motivos, em razão da “criação de princípios jurídicos que têm modificado a relevância de certos problemas” como, por exemplo, “a emanação de seus atos, ou a autenticidade de cada documento”.

Tais requisitos podem, ainda, ser considerados princípios constitutivos quando se considera a ‘função informativa do documento’, em razão da importância que lhes é tradicionalmente atribuída pela sociedade. Diante da necessidade social da informação (seção textual 2), estes requisitos podem ser estendidos a documentos impressos em massa, diante da responsabilidade — na função de informar — atribuída às instituições públicas ou privadas pelo Estado, cujo direito de informação é resguardado para assegurar o desenvolvimento tecnológico, cultural e científico da sociedade. No Brasil, cita-se como exemplo de segurança jurídica dada à informação, a Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003, que institui a Política Nacional do Livro.

Incentivos estatais para o pesquisador produzir e publicar livros e revistas, por exemplo, são atos de natureza jurídica. A disponibilidade dessa informação (digital ou impressa) assim como a restrição de cópia (na íntegra) da obra do autor, sem a sua permissão também (como nas bibliotecas acadêmicas) são atos de natureza jurídica, à medida que o governo resguarda os direitos autorais do autor ou da editora.

Em síntese, compreende-se que tais atos, indiretamente, dizem respeito ao princípio de segurança estatal à “informação registrada” (BUCKLAND, 1991), cujo resultado é produto do conhecimento humano.

Compreende-se, pelo princípio informativo do documento, que o ato de natureza jurídica (e não só ato normativo jurídico) abrange outras realidades além da tratada pela perspectiva histórico-jurídica do documento diplomático. E essa abrangência, contudo, não propõe uma descaracterização da natureza do documento diplomático, conforme se observa na teoria clássica, no domínio da História. Propõe, sim, uma reflexão conceitual atualizada no domínio em análise.

Quanto aos documentos que são objetos da análise diplomática, Núñez-Contreras (1981) compreende que somente uma parcela limitada de documentos será do interesse da análise diplomática. E um dos aspectos de interesse recai sobre fontes escritas de ‘natureza jurídica’.

Para se entender a existência ou não de tais limitações, é necessário observar o entorno sócio-cultural das fontes; no caso, as escritas. E, nesse sentido, utiliza-se a argüição de Tessier (1966, p.8, 3.ed.), com relação a considerar, no método diplomático, o entorno social:

> Entre as fontes de informação, há uma cuja abundância e qualidade atraem imediatamente os olhares: são todos os escritos onde se expressam as relações jurídicas do homem vivendo em sociedade, onde se manifestam a necessidade e o cuidado de um soberano de notificar suas decisões e assegurar sua execução, de providenciar a prova de seus direitos políticos ou de domínio, de definir sua situação diante dos Estados vizinhos, ou o desejo legítimo de um particular de dar às relações de negócios que ele firma com semelhantes o máximo de segurança e eficácia.

O autor, em *A Diplomática* (1966), delimita a abrangência do foco desta, sem, contudo prescindir da sua fonte geradora, isto é, sem prescindir do entorno social. De modo geral, o autor menciona a maioria das fontes, dado que as relações jurídicas estão presentes nos diversos setores da sociedade e geram informação escrita. Especificamente, o autor não cita (de forma explícita), a fonte científica como geradora da informação.

Tal aspecto é explicitado por Paul Otlet (1934), na obra *Traité de Documentation*, ao tratar “da redação, multiplicação, descrição, classificação, conservação, utilização dos documentos”. E, conforme se verificou na obra de Otlet (1934, p.9), o termo *documento* não se limita ao livro propriamente, ou só a textos

escritos (manuscritos ou impressos) como também abrange as imagens e outros objetos por ele especificados.

No caso da Documentação, a motivação não foi a autenticidade jurídico-administrativa institucional da Diplomática e, sim, o objetivo de recuperar (seção textual 2) a informação científica que precisou tratamento, organização e distribuição de modo a possibilitar meios potenciais para ser recuperada e, conseqüentemente, utilizada pelos usuários ou comunidades de usuários.

Os objetos comuns, portanto, são tratados sob motivações distintas, conforme a necessidade de 'compartimentagem'[79] do conhecimento em conteúdos acadêmicos ou ciência. Talvez seja essa a situação a que se refere Gusdorf (1975, p. 14-15; 20) ao expressar "Quanto mais se desenvolvem as disciplinas do conhecimento, diversificando-se, mais elas perdem o contato com a realidade humana." Ou, quando expõe que "uma reflexão sobre cada ciência em particular, separada do resto, e comprazendo-se com uma deleitação morosa sobre seu próprio discurso" pode ser considerada uma "patologia do saber", cuja análise científica pode destruir a unidade do *saber;* no caso em questão, o documento no seu domínio das necessidades sociais.

Retornando aos limites da análise diplomática (diante da concepção do seu objeto), no Congresso Universitário de Ciências da Documentação, realizado em Madrid, 2000, o foco da discussão foram propostas de aproximação interdisciplinar com a disciplina Diplomática, apresentadas pelos teóricos da Documentação. Tal aproximação se daria por meio de uma abordagem, considerada pluridisciplinar[80], na visão desta pesquisadora. Explica-se: há uma justaposição de disciplinas acadêmico-profissionais sob a égide da Documentação (disciplinas empíricas). Cada uma delas há de considerar seus próprios limites ao acolher as contribuições de outras disciplinas, e o resultado interdisciplinar se dá, nestes casos, em situações concretas, e não só na teoria.

Acerca do assunto "teoria, história e metodologia das Ciências da Documentação", obra editada pelo documentalista López Yepes (2000), foram

[79]Esse vocábulo está expresso no Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa e expõe o significado de "Conjunto de compartimentos".

[80]Concepção de pluridisciplinaridade utilizada: "justaposição de diversas disciplinas situadas geralmente no mesmo nível hierárquico e agrupadas de modo a fazer aparecer as relações existentes entre elas. [...]. Sistema de um só nível e de objetivos múltiplos; cooperação, mas sem coordenação". (JAPIASSÚ, 1976, p. 73).

desenvolvidos vários estudos, merecendo destaque neste estudo, as contribuições teóricas de Riesco Terrero (2000, Universidade Complutense) e Sánchez Prieto (2000, Departamento Ciências e Técnicas Historiográficas, Universidade Complutense).

Um dos temas tratados por eles diz respeito aos *limites cronológicos* da ciência diplomática impostos ao seu objeto como forma de delimitação e aplicação do método para crítica. Riesco Terrero (2000, p. 144) entende que é preciso ter uma concepção de ampliação do rol dos documentos a que se aplica a Diplomática. Argumenta que

> [...] de modo algum se limita [os estudos da Diplomática] aos documentos antigos, medievais e modernos, escritos sobre suporte tradicionais: pedra, metal, [...] papiro, pergaminho e papel, senão aos documentos de todas as épocas, fixados e transmitidos por diferentes sistemas [...] eletrônico, etc., sem importar demasiado com sua categoria, tipologia e solenidade e, muito menos, sua natureza, conteúdo e valor, que pode ser totalmente diverso e não necessariamente jurídico-diplomático ou administrativo.

A proposta de uso da Diplomática advém da necessidade de se conhecer, segundo o autor, os princípios doutrinários e tecnológicos que realmente dão objetividade, *sentido científico e seguridade docente* e informativa aos documentalistas e à Ciência da Informação, procedentes, entre outras, da Diplomática enquanto ciência informativa dos processos de produção, transmissão e uso das fontes documentais.

Sánchez Prieto (2000, p. 813) ao se referir à Diplomática explica que não emprega o termo *ciências auxiliares* (expressão utilizada na História ao se referir às ciências técnico-historiográficas) ou “ciências subsidiárias”, porque tais termos implicaria, na prática, “uma qualificação moral não desejável”.

Outro aspecto a ressaltar é o conceito de Diplomática extraído do *Vocabulaire International de la Diplomatique* que, por sua vez, é fonte de publicação do conceito de Diplomática elaborado pela *Comisión Internacionale de Diplomatique*, já citado em Bautier (1971) e, agora, exposto como fonte consultada e interpretada por Sánchez Prieto (2000).

A definição extraída pela autora torna claro, à época de Mabillon (1681) o objeto da Diplomática, ao expô-la como ciência que estuda “a tradição, a forma e a elaboração dos documentos” e “Seu objeto é fazer a crítica”, “julgar sua sinceridade”, “apreciar a qualidade dos textos” e extrair das fórmulas todos os elementos “a ser utilizados pelo historiador”.

No modo da metodologia da pesquisa:
objeto: “a crítica diplomática” (o objetivo de Mabillon era dar uma resposta acerca da certificação da autenticidade dos documentos eclesiásticos da sua ordem. Portanto, entende-se como objeto de estudo do autor a crítica documental);
objetivos.1: “julgar sua sinceridade”;
objetivos.2: “apreciar a qualidade dos textos;
objetivos.3: “extrair das fórmulas todos os elementos”

As características do objeto, isto é, do documento (moderno ou contemporâneo) da Diplomática tornam-se reconhecíveis, isto é, do documento, conforme expresso por Tessier (1966, p.9), a saber:

> Daí esses pergaminhos, esses papéis, esses títulos representativos de direitos que as pessoas físicas ou morais, titulares desses mesmos direitos, conservam com cuidado em seus arquivos. É à diplomática que se pedirá a chave que fornecerá o acesso a esse tesouro e o fio condutor que mostrará como se orientar nesse labirinto.

Compreende-se, assim, na perspectiva da metodologia da pesquisa, que o objetivo teórico de Mabillon foi mudado para o objetivo teórico-metodológico da História, e é com tal objetivo que se expressa uma caracterização do objeto da Diplomática. À época da fundação científica da Diplomática, Mabilllon não a expõe como técnica auxiliar, dado que não era essa a função da metodologia da sua análise.

Compreende-se, portanto, que os objetivos da aplicabilidade (uso) do corpus teórico-metodológico da Diplomática influenciaram, em alguns casos, na concepção do seu objeto.

Retomando a reflexão de Sánchez Prieto (2000), o uso do conceito fê-la expor as duas dimensões da Diplomática, a saber: a geral e a especial. Da explicação teórica realizada pela autora, é possível expor a seguinte operação, com fins didáticos:

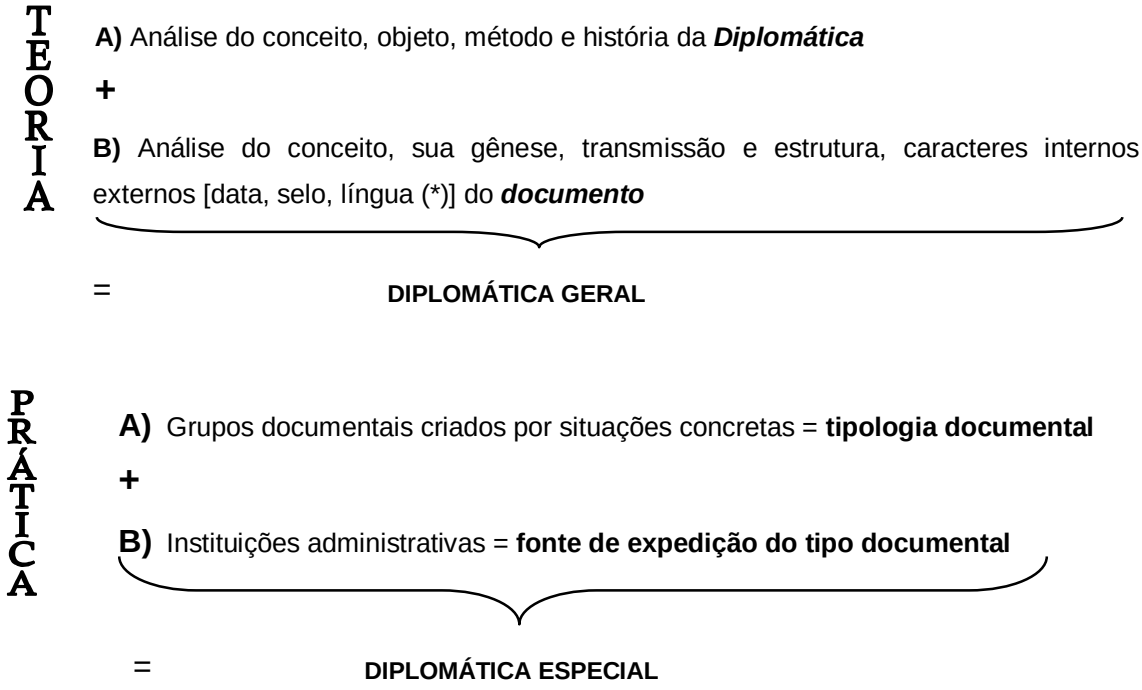


Figura 10: Conteúdos da Diplomática geral e especial
Fonte: autora

Da ilustração tem-se uma visão do universo teórico — Diplomática + documento — atribuído à disciplina Diplomática e dos elementos condicionantes — tipologia documental + fonte de expedição do tipo — a serem considerados na aplicabilidade da sua teoria.

Diante das concepções de documento e da ilustração apresentada, observa-se que especialistas do *saber* documental encontraram espaço para aplicar os fundamentos da metodologia diplomática na Arquivologia, tanto em seu aspecto de ensino como no de pesquisa documental. A mudança se fez na denominação de *ciência auxiliar*, no domínio da História, para "Diplomática Contemporânea"[81], no domínio da Arquivologia. Exemplo de tal metodologia na Arquivologia, cita-se a "identificação de tipologia documental em arquivos" (RODRIGUES, 2008).

Observa-se, também, que há uma aproximação da Diplomática e da Documentação, espaços comuns de tramitação de documentos de interesse das Arquivologia e Biblioteconomia.

[81]A denominação "Diplomática contemporânea" surge no âmbito dos estudos acerca do documento de arquivo, objeto da Arquivologia e é considerada área nova por ser "[...] produto de uma revisão do desenvolvimento e a da atualização dos princípios formulados pela diplomática clássica" e "por ter sido reinventada, adaptada como uma ferramenta para compreender o complexo processo de produção dos documentos da burocracia contemporânea.", conforme expressa Rodrigues (2008, p. 152).

3.5 Explicitação dos procedimentos do método diplomático

O sistema teórico, segundo Bruyne, Herman e Schoutheete (1991) é, em síntese, um “pólo de confluências” na metodologia da pesquisa: apresenta um conjunto significativo pertinente a uma problemática, proposições que fornecem um quadro explicativo (teórico) e algumas condições de sua aplicabilidade (método).

Nesse sentido, expõem-se os esquemas a seguir, construídos a partir da proposição teórico-metodológica, com o objetivo de contribuir com a explicitação dos procedimentos diplomáticos.

PÓLOS DA METODOLOGIA DA PESQUISA NA DIPLOMÁTICA

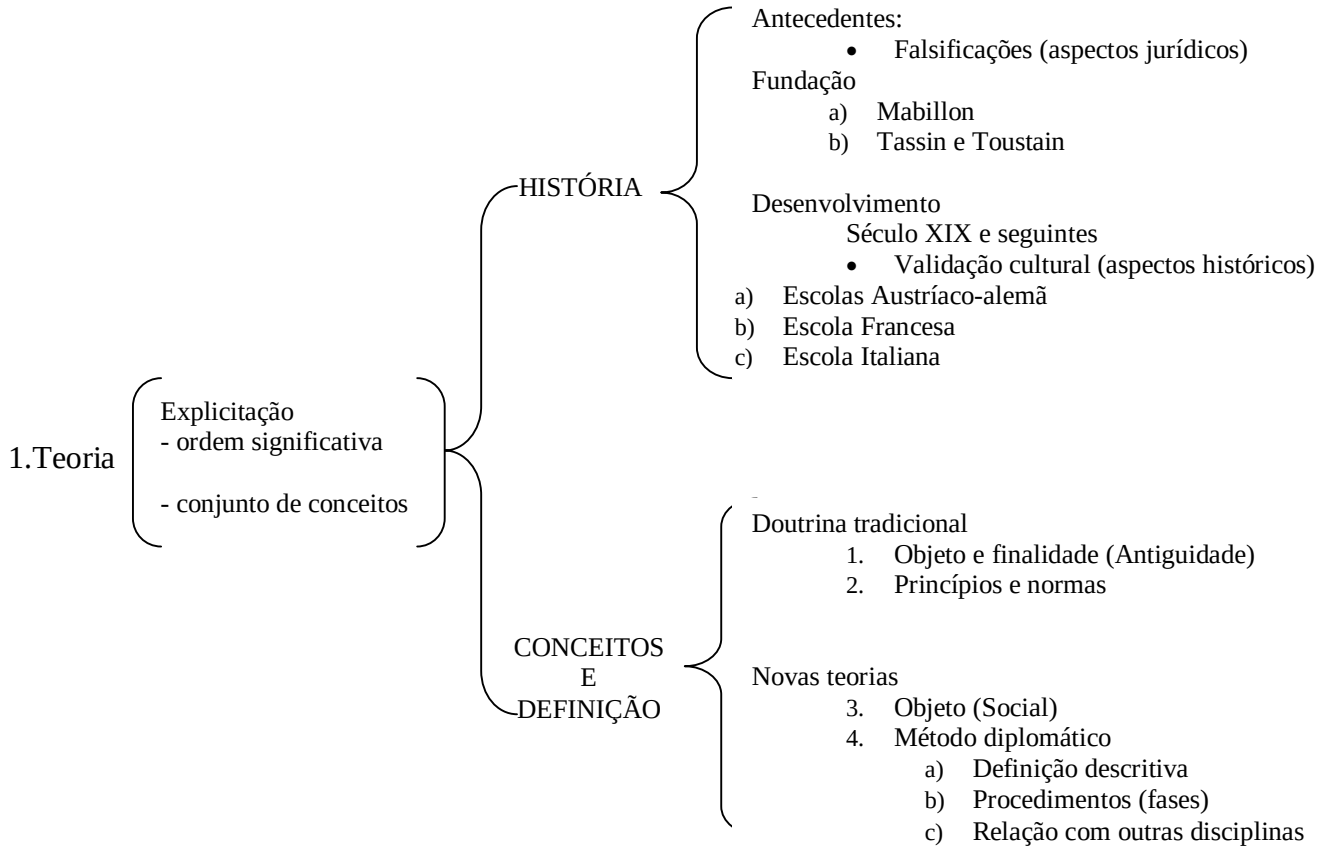


Figura 11: Pólo teórico de pesquisa diplomática
Fonte: Autora

A Diplomática descreve a natureza do objeto, a sua gênese, os conceitos e as definições com os quais trabalha; propõe um método que estabelece o procedimento a ser seguido na crítica do documento em situações concretas.

Os *conjuntos procedimentais* do método diplomático são considerados a partir da função e uso:

- na História como técnica auxiliar historiográfica;
- na História do Direito como matéria acadêmica para resolver questões de falsidade documental;
- na Arquivologia como processo descritivo da função documental; fundo documental; tipologia documental.

Seguindo, da exposição do conteúdo teórico, estabelece-se o metodológico.

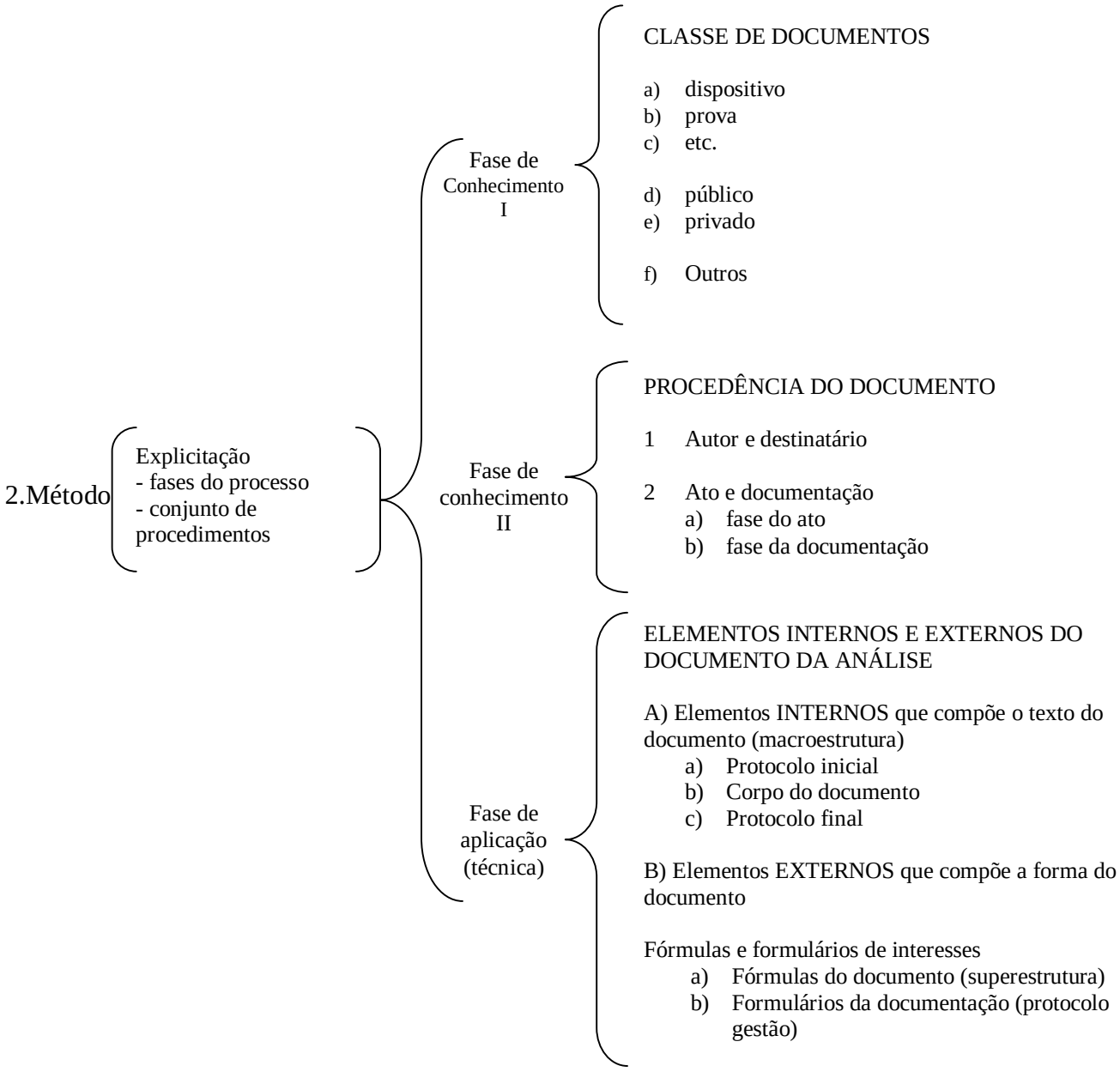


Figura 12: Pólo metodológico de pesquisa diplomática
Fonte: Autora

Quanto aos elementos externos, autores como Núñez Contreras (1981), Bellotto (2005) e Duranti (1996) concordam em que os objetos de análise da crítica diplomática são o suporte (realidade física do discurso), a escritura (instrumento gráfico), a linguagem (estilo, idioma), o selo (validade ao documento) e as anotações (adições administrativas ou de secretaria).

Quanto aos elementos internos, os autores confirmam: protocolo e subseções, texto e subseções, escatocolo e subseções. Especificamente, no que se refere aos elementos internos, Tessier (1952), na intelecção de Guimarães (1999, p. 102), apresenta as partições do documento como "áreas de conteúdo temático específico":

> a) Protocolo Inicial, onde se identificam a autoria [...] e o destinatário [...];
> b) Texto, onde se tem o conteúdo temático do texto propriamente dito, e
> c) Protocolo Final, onde se estabelece o local e a data de geração do ato expresso no documento, [e] sua validação (assinatura e precação).

Nesta seqüência, observa-se que cada parte é preparatória da parte seguinte, como meio de exposição de um método clássico de estruturação, em que se mostra a forma por trás do conteúdo do texto.

Nascimento (2002, p. 122), após o equacionamento da literatura especializada de Núñez-Contreras (1981) e Bellotto (1991), afirma que a expressão que "teor documental", considerado na análise da crítica diplomática, abrange o texto, porém é menos que o documento como um todo, dado que este é que contém aquele.

Sob outro enfoque, para compreender melhor a idéia do *documento* ao *texto* diplomático, é preciso analisar outros aspectos co-relacionados, a saber:

- conteúdo: manifestação de um fato (premissa 1);
- fato: razão da existência do documento (premissa 2);
- documento: é a forma utilizada para manifestação do fato. E forma é a estrutura do documento. De acordo com Duranti (1996), a estrutura abarca caracteres físicos e intelectuais do documento.

Assim, é possível adotar a interpretação da abordagem de "intersecção" em um domínio (TENNIS, 2003), no caso entre o procedimento diplomático de análise e o procedimento da análise para identificação de conceitos, por aproximação do conteúdo tratado na Análise Documental e da estrutura identificada na análise do *saber-fazer* da crítica diplomática. No conjunto, todos têm em comum o documento

de natureza estável, criado para responder às necessidades informacionais concretas.

Guimarães (1994; 1999; 2003; 2008a; 2008b), observara essa *intersecção* ao compreender que há dois níveis de estrutura documental: a estrutura descritiva e a estrutura temática. Os elementos descritivos são aqueles que possibilitam a evidência física, enquanto suporte da informação, e os elementos temáticos evidenciam o conteúdo ou texto no entorno documento.

Logo, diante do conhecimento aplicado da Diplomática no tratamento dos documentos, tanto pela História como pela Arquivologia, agora se propõe utilizar seus procedimentos na Análise Documental do documento *livro* em Biblioteconomia, ao se examinar (seção 2) as concepções que dão consistência ao fundamento explicativo nos domínios em estudo e no delineamento teórico que seguiu.

O esquema aplicado explicita um entorno de estudos progressivamente reiterados no desenvolvimento da Diplomática por estudiosos do domínio, conforme já mencionado. Alguns destes momentos, considerados avanços teóricos na respectiva disciplina, evidenciam seu objetivo histórico, prevalecendo a validade da aplicabilidade dos seus princípios e métodos, porque a idéia de avanço ou evolução é produto de uma dada realidade, que é datada pela Historiografia, ou é uma maneira de escrever o passado ou de mencionar o futuro.

Tanto a Diplomática geral como a especial, diante da evolução e do aprimoramento do método diplomático de análise, apresentam, como objeto de estudo, o documento evidenciado na forma escrita, essência em seus estudos.

Com o desenvolvimento do método diplomático, pelo alemão Julius Ficker (1867-1868) e o austríaco Theodor von Sickel (1861; 1867-1868), buscou-se nos documentos não a sua genuinidade e autenticidade jurídica, como no tempo de Mabillon e, sim, sua autenticidade histórica de origem e formação (de forma e conteúdo).

Os procedimentos evidenciam a idéia de documento, como um sistema de elementos formais, passíveis de serem analisados, compreendidos e avaliados. Esses procedimentos expõem também a idéia de que todo o contexto da criação de um documento está presente na sua forma, que poderá ser examinada, independentemente do seu conteúdo. (DURANTI, 2001).

Diante da perspectiva de se aplicar a análise diplomática no contexto atual, algumas considerações precisam ser estabelecidas, no que se refere à utilização do

documento, e também, por exigência da análise dos novos elementos (externos e internos) caracterizadores do documento contemporâneo.

Assim, é possível realizar uma ponte teórica, de modo a possibilitar novas aplicabilidades deste sistema de conhecimento teórico (TURNER, 1990), lançando maior confiabilidade à análise *estrutural* no universo dos procedimentos de tratamento documental.

Entende-se, na aplicabilidade dos fundamentos diplomáticos, idéias e métodos para outras áreas, com propósitos distintos dos historiográficos, ser fundamental resgatar elementos e idéias da Diplomática, na sua origem, de modo a serem utilizados no desenvolvimento de seus trabalhos e aplicados às suas necessidades (DURANTI,1996). A História utiliza tais fundamentos, idéias e métodos, mas incorpora-os aos seus próprios métodos, conforme seus propósitos.

Voltando-se para os interesses de pesquisa, não se trata aqui, *prima facie,* de discutir qual(is) a definição(ões) é(são) mais precisa(s) e sim, explicar porque *métodos* e *técnicas* são distintos para expressar a proposição da tese, a saber: a técnica diplomática na interseção de procedimentos na Análise Documental para edificação de conceitos.

Em uma perspectiva da metodologia da pesquisa, os métodos e técnicas são analisados, por estar em discussão o conjunto de etapas, ordenadamente dispostas, a serem vencidas na investigação.

De forma didática: o método como conjunto de procedimentos diz respeito à prática realizada. Por analogia, o primeiro é a “estratégia da ação”, e o segundo é a “tática da ação”, de acordo com o manual de método científico para pesquisas acadêmicas, de Galliano (1979).

Partindo do conhecimento de senso comum de que ‘uma casa se constrói com tijolos, mas um amontoado de tijolos não é uma casa’, torna-se necessária uma organização dos procedimentos de investigação na construção de um novo conhecimento.

Para tanto, diante das peculiaridades e singularidades de cada *objeto* investigado, caberá ao sujeito epistêmico, nesse processo, escolher a teoria que deverá servir de base e o caminho mais adequado a ser seguido.

Do exposto, também há a estratégia de apresentação: escolhe-se um objeto de estudo e realiza-se uma análise do mesmo; estabelece-se a formulação

metodológica para análise de objeto estabelecido e, resta, portanto, a dedução das conseqüências da aplicação deste procedimento ao objeto estabelecido.

4 PERSPECTIVA DE APLICABILIDADE DO PROCEDIMENTO DIPLOMÁTICO

Tendo por base as idéias de Tennis (2003) quanto à extensão do domínio e, considerando a Biblioteconomia como uma disciplina acadêmica ensinada em universidades, estabeleceu-se, na perspectiva da metodologia desta pesquisa, a área de modulação voltada para diminuir a extensão da análise e explicar o documento *livro*, no cotejo dos elementos diplomáticos (da forma ao conteúdo), com o qual a AD poderá operar em tal disciplina.

Utiliza-se a abordagem em que o específico (análise de *livros*) se mostra pela explicitação situacional delimitada em uma realidade concreta (bibliotecas universitárias[82]).

Os quadros analíticos são apresentados por meio dos fundamentos teóricos norteadores nos estudos da análise diplomática. A análise não se estende ou envolve a escolha de linguagens ou ferramentas documentais utilizadas nos estágios posteriores da análise para a identificação e seleção de conceitos.

A formulação da abordagem tem respaldo nos pressupostos analíticos dos estudos diplomáticos e dos estudos acerca da AD, porque ambos auxiliam a sistematizar procedimentos que dependem de visões teóricas acerca da natureza e da estrutura do documento *livro*, objeto da ação analítica do *fazer* bibliotecário, utilizado para a observação nesta tese.

Fundamenta-se a pertinência da abordagem nos paradigmas da Ciência da Informação ao legitimar novos modelos curriculares para auxiliar na formação do olhar (técnico-científico) do profissional da informação. (RIBEIRO, 2007).

Os pressupostos analíticos diplomáticos foram sistematizados, de acordo com a fonte do pensamento original, como guia de base teórica estabelecido para os procedimentos da base aplicada, conforme segue:

Premissas a considerar na análise do documento:

a) o sistema social que o instituiu [sistema jurídico - MABILLON, 1681].
b) o ato ou evento social que causa sua criação [TESSIER, 1966].

[82]A biblioteca universitária atende a necessidade de informação do corpo docente, alunos e comunidade geral, em uma Instituição de Ensino Superior. Especificamente, apóia as atividades de ensino, pesquisa e extensão. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008).

c) as pessoas que guiam o ato e a sua documentação [SICKEL, 1861; 1867-1868].
d) a forma do documento ou estrutura concreta de todos os elementos relevantes nas suas relações com o contexto e o texto [MABILLON, 1681; TASSIN E TOUSTAIN, 1750-1765].
e) a manifestação dos elementos documentais sob diferentes formas [DURANTI, 1996].
f) os elementos estruturais do documento que cumprem a função de localização e identificação do seu conteúdo ou mensagem [GUIMARÃES, 1994, 1998, 2003).
g) o(s) método(s) filosófico(s) de raciocínio de abordagem ou as idéias epistemológicas que guiam ou influenciam o analista [HJØRLAND, 1992; 2005]. No domínio da Diplomática há o positivismo que se encaminhou para o pós-positivismo e neo-positivismo: crença na realidade empírica e na existência de leis ou teorias que governam o mundo e que precisam ser verificadas e refinadas para permitir compreender o seu sentido. [FICKER e SICKEL, 1867-1868; ROMERO TALLAFIGO, 1994; GUYOTJEANNIN, 1996; MACNEIL, 2004].

Dessa óptica integradora, deve-se observar a aplicação da *técnica* diplomática na explicitação de procedimentos de AD como um estudo do *ser* e do *dever-ser* (herança do raciocínio kelsiano de positivismo jurídico[83]) ou de fato[84], e de norma que propõe um padrão à compreensão do livro no processo da recuperação da informação.

Compreende-se que essa recuperação passa pela gênese estrutural até a transmissão do teor textual e a relação com os seus autores e, que a estrutura, o teor textual e os autores são características diplomáticas do documento *livro.*

[83]As categorias kantianas de "ser" e "dever-ser"encontram reflexo na "Teoria Pura do Direito" de Hans Kelsen, que estuda "as estruturas com as quais se constrói o Direito Positivo, estruturas que seriam comuns a todos os sistemas [jurídicos], independentemente de sua localização geográfica ou de sua situação histórico-temporal". (BITTAR, 2008, p.375). Essa teoria é alvo de crítica teórico-sócio-jusfilosófica, em distintas concepções de conhecimento. Esclarece-se, contudo, que as categorias são utilizadas como instrumental que expressa a idéia de realidade social (*ser*) e a norma (*dever-ser*), que normatiza essa realidade. Para esta reflexão compreende-se como realidade a estrutura do livro, de que se faz uso costumeiro.

[84] De acordo com a intelecção de Gasparoto (2004), em discussão do texto "a revelação (construção) do social através do quotidiano" (PAIS, 2001, p.29), interessa observar que no social há *fenômenos* que se tornam *fatos* para o pesquisador.

Logo, as “propriedades do documento”[85] (HJØRLAND, 1992) que são centrais para um contexto não precisam ser centrais em outro. Portanto, um grupo fixo de características[86] consideradas por um determinado analista não pode ser estabelecido para todos os demais, há que ponderar de acordo com as necessidades de informação das determinadas ambiências.

As interlocuções conceituais com a *Ciência do Texto* de Van Dijk (1992)[87] possibilitam compreender que o *contexto* é tratado como o espaço situacional, ou seja, de situação comunicativa social externa ao texto. E o texto reflete uma unidade escrita como expansão tematicamente centrada em “estruturas textuais”.

Há entre “estruturas textuais” e contexto uma interseção de concepções destinadas a “sensibilizar” o profissional da informação acerca das “propriedades formais e funcionais dos textos que analisa” (IZQUIERDO ALONSO, 2003), em que é preciso conhecer *como* se apresentam determinadas convenções lingüísticas com o intuito de sistematizar procedimentos no processo da AD.

Nesse sentido, Mai (2005, tradução livre) esclarece que

> O significado de palavras e o uso correto de linguagem estão intimamente ligados com a comunidade na qual as palavras e a linguagem são usadas. Mesmo que as palavras venham de uma pessoa individualmente e sejam percebidas por ela como indivíduo, a linguagem não é o produto dessas pessoas como indivíduos [são convenções lingüísticas coletivas]. [...] É a comunidade e suas atividades que definem e determinam o significado das palavras usadas.

---

[85]Hjørland (1992, tradução livre) compreende que, em sentido amplo, as propriedades de um documento são “cada declaração verdadeira que pode ser dita sobre aquele documento. As propriedades lidam com a reflexão, representação ou tratamento de uma parte da realidade de um documento. [...]. Qual aspecto de realidade ele reflete (‘sobre o quê’) é uma das propriedades centrais de um documento.” Exemplo: “se suas afirmações são verdadeiras ou falsas, representativas, superficiais ou fundamentais, etc. uma categoria de propriedades pode ser denominada relacional: como esse documento está relacionado com outros documentos? Ele elabora, sobrepõe, corrige ou torna outros documentos supérfluos? Documentos podem ser caracterizados por sua linguagem, tipo, etc., que frequentemente representam propriedades menores [...]. E finalmente, documentos podem ser caracterizados pelo tipo de papel, encadernação, tipografia, etc., o que na maioria dos casos seria insignificante, mas para propósitos especiais (a história do livro) poderiam ser propriedades centrais. As propriedades de um documento emergem especialmente no uso de um documento, por exemplo, ao ler o documento em conexão com uma atividade particular (pesquisa, educação, ou outra). [...]. A linguagem expressa no documento também está entre as propriedades do documento [...]. Eu concordo com Spang-Hanssen que o conteúdo de um documento não pode ser descrito em profundidade meramente através da formalização de sua linguagem. Agora nós devemos considerar até que ponto as propriedades de um documento podem ser descritas objetivamente.”.

[86]A expressão “propriedades do documento” (HJØRLAND, 1992) é utilizada de acordo com a tradução livre realizada. No estudo utiliza-se, a expressão “características do documento”.

[87]Segundo Van Dijk (1992, p. 10) a *Ciência do Texto* tem como tarefa “descrever e explicar as relações internas e externas dos distintos aspectos das formas de comunicação e uso da língua, tal e como se analisa nas distintas disciplinas.” Tem como interesse específico “descobrir as propriedades e características comuns de suas estruturas e funções [...]”.

Para Mai (2005), o analista, ao realizar a identificação de conceitos para estabelecer o assunto do documento, basear-se-á, também, na interpretação acerca do uso potencial do documento.

Essa interpretação utiliza o *domínio* como uma situação social externa ao texto, que se refere “a um grupo de pessoas que compartilham objetivos comuns” ou a “uma área de especialidade, uma literatura, ou um grupo de pessoas que trabalham juntas em uma organização”. É uma parte determinada e identificada no contexto do sistema de informação que circunda o documento.

4.1 Análise do documento em Biblioteconomia

A determinação do assunto do documento está para o processo de AD na Biblioteconomia, assim como o livro está para o leitor.

A especificação do domínio em análise (CI) caracteriza a informação registrada (BUCKLAND, 1991) em um dado suporte físico. Dessa forma, para o seu domínio são imprescindíveis os elementos forma e conteúdo documentais. Assim, compreende-se que a sua concepção de documento já abrigara tais elementos.

No entanto, no processo de AD em tal ambiente há uma complexa relação a ser estabelecida entre o usuário, o profissional da informação e o documento, relação essa considerada a partir da análise da literatura especializada e o rigor da metodologia de abordagem que envolve os seus procedimentos de análise, cujos enunciados, na maioria das vezes, é de “concepção orientada para o conteúdo” e/ou “concepção orientada para a demanda” (FUJITA, 2003, p. 70-71) ou, em outros termos, é “orientado para o documento” e/ou “orientado para o usuário”, segundo Mai (2005, p.599-600).

Em síntese, a abordagem *orientada* para o documento guia o analista a estabelecer o assunto com base somente no próprio documento, às vezes, não considerando os diferentes usos que alguém possa fazer do mesmo.

Essa abordagem *orientada* para o documento apresenta uma variável, a saber, a análise “*centrada* no documento”, em que o analista toma o documento como ponto focal, mas ao traduzir os conceitos extraídos em “termos índice” o faz

tendo em mente as questões a serem colocadas para o sistema de informações (MAI, 2005, p.600).

A diretriz *centrada no documento* considera também o sistema de informação e é, por exemplo, observada nas orientações prescritas pela norma ISO 5963 de 1985 (“Documentation – Methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms”), especificamente, na seção 6 ao tratar da “identificação de conceitos”.

Na abordagem *centrada* no documento, as necessidades dos usuários (inseridas a partir do sistema de informação) são consideradas *somente* no momento da tradução do conceito extraído e selecionado para o descritor de assunto (produto documental).

Logo, segundo Mai (2005, p. 607, grifo nosso) “é possível estabelecer o *assunto do documento* e selecionar os *assuntos que são apropriados* para um determinado domínio”. Um dos argumentos mais favorável a essa abordagem é que “a representação do documento será baseada em *características estáveis do documento* que não estão propensas a mudar com o tempo e, portanto, a indexação terá um valor duradouro”.

Esta abordagem não enfoca ou não explicita a natureza interpretativa subjetiva inerente à indexação, bem como falha em mostrar como o indexador poderia estabelecer o assunto independentemente de qualquer contexto de uso.

Para tais lacunas, o autor propõe ao analista dar um passo atrás na abordagem *centrada no documento*, ou seja, realizar primeiro a abordagem *centrada no domínio* para entender as funções e interesses dos usuários do domínio em análise e, a partir desse entendimento, analisar o documento em relação ao seu assunto.

A proposta de Mai (2005) de “indexação centrada no domínio” é um recurso teórico utilizado para fomentar o questionamento no âmbito da AD acerca das características do documento identificadas, descritas, organizadas e comunicadas por meio da análise do documento, de modo a refletir o seu domínio de produção e função de uso e, consequentemente, estabelecer procedimentos sistematizados auxiliares no âmbito de tal análise.

Posta assim a situação, indaga-se: quais são as possíveis características do documento que podem ser influenciadas ou estar propensas às mudanças

situacionais? E possível identificá-las? Isso possibilita atribuir maior clareza – sistematizada — ao processo da AD?

São estes os questionamentos estabelecidos especificamente no âmbito da AD para expor a intersecção procedimental na proposição de meio diplomático auxiliar de explicitação de procedimento sistematizado na análise da informação registrada.

4.2 O que fazer?

A distinção comparativa entre a *orientação para* o documento e a *orientação para o usuário* é que, no primeiro, o profissional da informação se preocupa com as necessidades de informação do usuário *somente* após a análise do documento e a sua identificação do conceito, ou seja, no momento da tradução do conceito selecionado para a linguagem documental, considerado o estágio final da análise de assunto.

No segundo, por sua vez, o profissional se preocupa com as necessidades de informação do usuário (de determinado sistema) desde o primeiro estágio, ou seja, desde o primeiro contato com o documento que o leva a identificar o conceito. (MAI, 2005).

Isso possibilita deduzir que o conhecimento do profissional acerca de tais concepções teóricas se dá também em uma fase anterior à da efetiva atuação profissional. Será nessa fase, portanto, o momento do desenvolvimento da sua competência, no sentido de saber e da sua habilidade, no sentido de fazer-análise de um dos documentos clássicos da história documental do homem, o livro.

Logo, compreender as características definidoras do padrão livro, será o primeiro passo para também compreender sua função em dado ambiente de atividades como, por exemplo, o da biblioteca universitária.

A competência como *saber* e as habilidades como *fazer* passam pela busca, análise e criação da informação em um ambiente acadêmico. Esta situação se fortalece ainda mais quando se trata da formação do bibliotecário que nele poderá atuar no espaço experimental da biblioteca universitária.

Por outro enfoque, os procedimentos que se propõem são de práticas já realizadas no entorno dos conteúdos *Suportes da informação*, *História do livro* e *Análise documentária*, ministrados nos cursos da Biblioteconomia. Insere-se, a partir daí, uma proposta de articulação de tais conteúdos como auxilio metodológico de explicitação de procedimentos.

Para o primeiro passo propõe-se a técnica *do perguntar ao próprio documento*: por quê? À medida que se faz a pergunta a um documento, a pergunta expõe as necessidades de outras perguntas[88]. Tal procedimento de questionamento já foi proposto pelas normas ISO 5693/1985 e ABNT 12676/1992, para a identificação de conceitos (seção 2). Propõe como o primeiro questionamento: "*qual o assunto de que trata o documento*?".

Contudo, o foco e a perspectiva de análise são distintos, e observa-se que este questionamento não possibilita recuperar as características do documento, e também não explicita os procedimentos que permitiram detectar os mecanismos de marcação (ou dispositivos)[89] formais que o texto propõe ao leitor; dispositivos esses que poderão, segundo Chartier (1994), modificar as suas condições de recepção e compreensão.

Nesse sentido, a primeira pergunta a ser formulada ao documento, de acordo com Hjørland (2006, tradução livre), será:

[88]O fundamento do uso da pergunta foi apresentado na seção 2.4.

[89]No Direito, o termo *dispositivo* é tratado como aquilo que determina, "regra social obrigatória, do artigo de lei; da prescrição legal" (OLIVEIRA NETTO, 2008). O termo, de concepção jurídica, é utilizado na Diplomática. Daí as devidas atualizações contextuais de análise sugeridas na intersecção de procedimentos metodológicos, dado que essa orientação não invalida o uso e sim faz conhecer novos usos, conforme o objetivo da análise em determinado domínio.

P.1*"Quais características dos documentos* [livro] *devem informar a análise de assuntos?"*[90]

Essa pergunta expõe a necessidade de outras perguntas, dado que a abordagem "orientada para o usuário" (ALBRECHTSEM, 1993 apud MAI, 2005, p.600), estabelece que o analista também pode perguntar:

P.2 "Como eu devo tornar esse documento visível para potenciais usuários?"
P.3 "Que termos eu devo usar para expressar seus conhecimentos para aqueles que estão interessados?".

As abordagens apresentam todo um processo orientado pela metodologia da pesquisa, em que há um referencial teórico a clarear e sistematizar os procedimentos da AD em cada um dos momentos ou fases de sua execução, diante da problematização articulada.

Por isso, interessa, especificamente, a abordagem orientada para o usuário porque considera as necessidades informacionais de modo interlocutório. Em tal abordagem analisa-se o documento de acordo com o entorno em que está inserido e diante do seu efetivo uso, em razão da sua necessidade informacional.

Essa análise do documento que favorece e leva à identificação de conceitos ocorre no primeiro momento da análise — aquele em que, no primeiro momento do processo da AD, se utiliza para se examinar do documento ao texto.

Assinalado o momento de atuação, estabelecida a problemática e definido o estágio de atuação, resta situar os dispositivos acerca do tipo de suporte da informação e os procedimentos para a sua análise.

---

[90]Em Hjørland (1992, tradução livre, grifo nosso) o questionamento era: "*Quais propriedades do documento entram na descrição do assunto?*". Para este questionamento, o autor esclarece: "Eu não tentarei demonstrar aqui que todas as propriedades de documentos entram na função de assunto ou eliminá-las. Meu ponto de partida é que não há uma parte bem definida ou definível das propriedades de documentos que entra na análise do assunto [...]. Da mesma maneira eu afirmarei que a função de assunto não pode ser um procedimento previamente fixado na análise de propriedades, [...]. Em minha opinião, é exatamente a escolha de propriedades específicas de documentos ou funções específicas dessas propriedades que inevitavelmente conduz ao caminho idealista. Uma vez que bibliotecários e especialistas em informação gostariam de diretrizes e procedimentos claros e firmes, uma tendência idealista continuamente esconde-se na concepção do próprio assunto. [...]. Meu ponto de partida para uma *teoria materialista* do assunto apóia-se na concepção pragmática de assunto [...]. Indivíduos constroem uma avaliação das propriedades de documentos com relação a aperfeiçoar a *percepção potencial do documento*. Quais propriedades do documento são relevantes, e quais funções analíticas devem ser instituídas com relação a essas propriedades não são determinadas a priori, mas sim dependentes do contexto."

4.2.1 Materialidade da informação: o livro

A compreensão e interpretação de documentos pressupõem uma concepção teórica que dê sustentação à sua natureza constitutiva. Classificação de documentos pressupõe o reconhecimento dessa natureza, diante de suas funções específicas e/ou da sua forma e/ou do uso do seu conteúdo, em distintas funções e áreas de conhecimento.

Nesse sentido, a ilustração que segue situa o *livro,* objeto da AD*,* na tipologia de documentos científicos de Pinto Molina (1993, p.67).

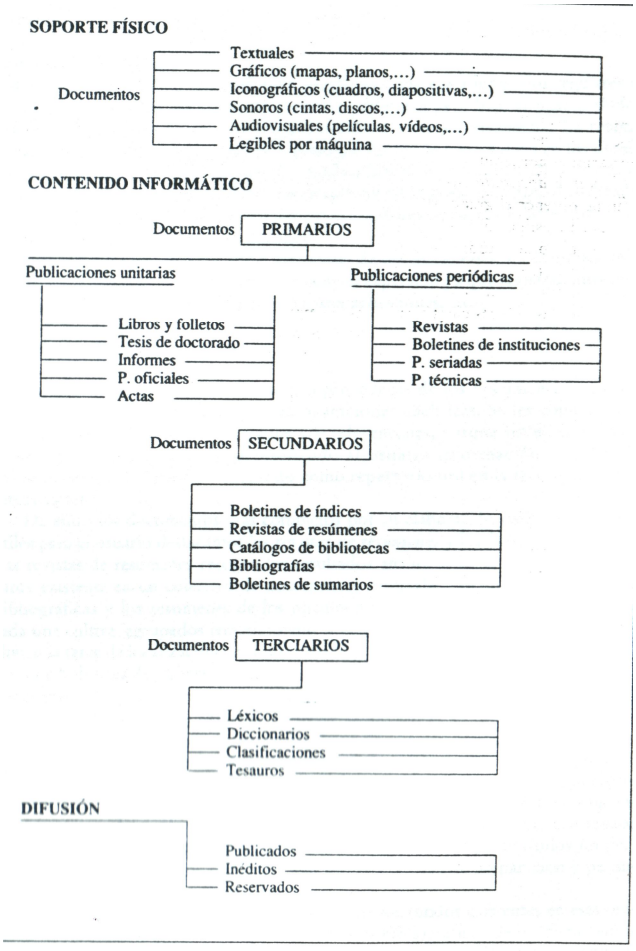


Figura 13: Tipologia do documento *livro* na perspectiva de conteúdo informativo
Fonte: Pinto Molina (1993, p.67),

A ilustração identifica o livro como publicação unitária impressa e primária, que reflete “o resultado direto de qualquer processo de criação e investigação”,

comunica “novos dados, conhecimentos ou descobrimentos” aos usuários. (PINTO MOLINA, 1993, p.66).

Empiricamente, o *ato*[91] *escrito impresso* mais manuseado em todas as esferas do saber é o livro, seja pela sua clássica e secular composição, ou pelo seu potencial de distribuição, efeito dos procedimentos técnicos tipográficos.

Esse tipo de documento impresso possui uma forma que abriga um conteúdo e, portanto, possibilita compreender a concepção da análise diplomática de documento ao vincular elementos como: suporte, autoria, texto, marcas de validação e outros.

Esclarece-se que não se trata aqui de um estudo acerca da história do social do livro ou a respeito da editoração. O intuito é expor por quais caminhos se deve observar (ou se pode observar) o livro em uma leitura proposta na utilização dos procedimentos diplomáticos.

Entretanto, faz-se oportuno mencionar, como contribuição à compreensão do contexto de descrição analítica, algumas idéias acerca do livro.

Em conferencia realizada no I Seminário Brasileiro sobre o Livro e História da Editoração, Reimão (2004, p.2) aborda os estudos e sua importância acerca da “história social do impresso”, em uma vertente marcada pela perspectiva da comunicação “de idéias, informação, cultura e lazer da humanidade”.

Dos estudos considerados inovadores, no campo da história social do livro, cita-se Fevbre e Martin (1992), com a publicação “O aparecimento do livro” e Chartier (1994), com a “Ordem dos livros” — ambos da *École Pratique des Hautes Études*, em Paris.

O enfoque da obra de Febvre e Martins (1992) decorre do aparecimento do papel na Europa, a superação técnica tipográfica, a apresentação do formato impresso livro, o seu valor de mercado e o perfil dos comerciantes dessa mercadoria e a sua difusão no mundo, e as transformações causadas pelo “fermento” livro impresso.

A exposição dos autores possibilita ter uma *imagem* integrada da dinâmica que circunda o aparecimento do livro na sociedade ocidental e do início “da sua carreira na metade do século XV” (FEBVRE; MARTINS, 1992, p. 14).

[91]Utiliza-se o vocábulo *ato* com o sentido de “Documento redigido segundo determinada fórmula e susceptível de produzir conseqüências jurídicas”. (NOVO DICIONÁRIO ELETRÔNICO AURÉLIO VERSÃO 5.0, 2004).

Especificamente, leva a compreender as necessidades que o livro satisfaz e as tarefas que desempenha desde seu aparecimento.

Chartier (1994, p. 8, grifo nosso) apresenta o fundamento do livro, de modo a observar a interlocução dos seus elementos diplomáticos:

> Os livros são objetos cujas *formas comandam*, se não a imposição de um sentido ao *texto que carregam*, ao menos os *usos de que podem ser investidos* e as apropriações às quais são suscetíveis. As obras, os discursos, só existem quando se tornam *realidades físicas, inscritas* sobre as páginas de um livro.

O autor evidencia uma imposição de sentido ao conteúdo de um livro, cujo comando externo se dá pela sua forma reconhecida por um padrão criado e estabelecido, como uma norma.

Ademais, o livro possui um arranjo estrutural diplomático preestabelecido por um sistema ou instituição social, cujo conhecimento se torna necessário ao se buscar conhecer as características definidoras do seu padrão, que o determinam como tal e, conseqüentemente, contribuem para identificar conceitos de modo sistematizado em determinado sistema de informação.

Especificamente, pelo termo *norma* compreende-se, frequentemente, um caráter uniforme e regular dos fatos sociais. Porém, propõe-se uma concepção analítica de tal termo, de acordo com Boudon e Bourricaud (1993, p.394, grifo nosso), diante das suas possíveis diversidades interpretativas. Sendo assim, a palavra será usada com o sentido de

> [...] maneiras de fazer, de ser ou de pensar, socialmente definidas e sancionadas, valores que orientam de modo difuso a atividade dos indivíduos fornecendo-lhes um conjunto de referências ideais, e ao mesmo tempo uma variedade de símbolos de identificação, que ajudam a situar a si e aos outros em relação a esse ideal.

A idéia que emerge desta afirmação é a do sistema sócio-cultural atual que regulamenta o arranjo estrutural e do teor informacional do livro (ou da sua própria existência), e estabelece a política educacional e cultural de acesso a ele.

A estruturação do livro impresso tem como fundamento a tradição social e a normalização institucional. Compreende-se a tradição a partir da história social do livro que reflete a cultura da escrita e do suporte material da informação (do manuscrito ao impresso), e a normalização a partir do sistema que o institucionaliza.

Nessa perspectiva, a fonte (instituição), o instrumento (norma)[92] e o fundamento (políticas públicas) contextualizam a orientação para a produção, a função e o uso do livro em uma visão geral, dada por diretrizes de um sistema sócio-jurídico. Explicita-se o enunciado no quadro a seguir.

FONTE	INSTRUMENTO	FUNDAMENTO
United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO	Recomendação, de 1964.	Aplicação de disposições acerca de definições, classificações e tabulações relativas à edição de livros e publicações de periódicos.
International Organization for Standardization - ISO	NBR[93] 2108, de 1972.	Identificação numérica dos livros segundo o título, o autor, o país, a editora (individualizado).
Estado	Lei nº 9.610, de 1998. (Lei dos direitos autorais)	Segurança ao autor quanto ao direito sobre sua obra.
Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT	NBR 10521, de 1988.	Fixação das condições para a atribuição da Numeração Internacional para Livro - ISBN
Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT	NBR 10526, de 1988.	Fixação das condições para identificação e apresentação de traduções em publicações impressas.
Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT	NBR 6023, de 2002.	Orientação para a preparação e compilação de referências de material utilizado para a produção de documentos
Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT	NBR 6027, de 2003.	Descrição da divisão do conteúdo do livro (sumário).
Estado	Lei nº 10.753, de 2003. (Lei do Livro)	Instituição da Política Nacional do Livro.
Estado	Lei n° 10.994, de 2004.	Regulamentação do depósito legal de publicações. Preservação da memória nacional.
Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT	NBR 6029, de 2006.	Apresentação do livro.

Quadro 6: Fundamento normativo do livro no Brasil
Fonte: Autora

A maneira sociamente definida e difusa de pensar o livro é diversificada, conforme demonstra o quadro que expõe o contexto normativo que dá fundamento à produção.

Especificamente, a *Lei do Livro* brasileira, além de apresentar as diretrizes governamentais nas três esferas, também define o que é um livro e expõe sua natureza material de consumo (não permanente), para a gestão das bibliotecas públicas. Para alcançar os efeitos jurídicos da Lei, o livro é considerado:

a) a publicação de *textos escritos* em fichas ou folhas — não periódica — grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado;

[92]O termo norma é utilizado de modo polissêmico. Especificamente, utiliza-se o termo *norma* como enunciado prescritivo para a execução de procedimentos (no âmbito da documentação). A lei (de caráter jurídico legal) transforma a prescrição em direito devido a sua promulgação (ato de aprovar realizado por autoridade competente) e a publicidade (ato que torna a lei conhecida). (FERRAZ JÚNIOR, 1994).

[93]A sigla NBR é utilizada para a norma técnica elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em conformidade com os procedimentos fixados para o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial, pela Lei n.5.966, de 1973.

b) encadernado ou em brochura;

c) em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento.

Observa-se que a definição jurídica de livro serve para tornar reconhecíveis suas características externas, separando-o de outros tipos de documentos. Observa-se que todas as características elencadas pela norma são possíveis de serem identificadas no texto escrito no suporte papel. Quando em outros tipos de suportes, algumas parecem merecer maiores esclarecimentos normativos, porém este aspecto não será trabalhado aqui, pois este estudo limita-se à natureza tradicional e clássica do livro.

A Lei também apresenta, em seu Art. 5°, *as pessoas* presentes no ato da criação do livro:

> I - autor: a pessoa física criadora de livros;
> II - editor: a pessoa física ou jurídica que adquire o direito de reprodução de livros, dando a eles tratamento adequado à leitura;
> III - distribuidor: a pessoa jurídica que opera no ramo de compra e venda de livros por atacado;
> IV - livreiro: a pessoa jurídica ou representante comercial autônomo que se dedica à venda de livros.

Da identificação jurídica das pessoas, é possível observar outros elementos que dizem respeito a características funcionais intrínsecas de cada uma delas em razão da sua interlocução com o leitor; principalmente, quando se trata da análise do livro para uso da informação, realizada, especificamente, pelo leitor profissional da informação.

Com relação às pessoas presentes no ato escrito, Chartier (1994, p.54) acresce outras informações que auxiliam na compreensão da tipologia dos autores, ao expor que poderá haver:

- Autor do conteúdo: escritor
    a) “o retrato do autor” (representação física do autor em seu livro);
    b) “escrita autógrafa” na composição dos textos (sem intermediário de um secretário ou redator);
    c) estabelece o tipo de texto.

Da exposição merecem maiores esclarecimentos: autor(es), tipo de texto e, como decorrência, o suporte textual.

a) Autor(res)

Acerca da escrita autógrafa, Petrucci citado por Chartier (1994, p. 55) afirma que “a textualidade perfeita” emana do autor e essa “era (e sempre seria)” uma garantia de legibilidade para o leitor. No caso em estudo, o leitor em questão é o profissional da informação.

Ainda com relação às pessoas a serem identificadas em um livro, as normas brasileiras editoriais da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) esclarecem:

- Autor da forma: editor
    a) edita o texto - agrega dispositivos (modelo de marcação) formais que dão a ordenação da obra previstos em contrato;
    b) define os dispositivos do tipo comercial do texto do autor: normativos, entretenimento, literários, científicos, técnico-administrativos e outros.

Este dispositivo expõe o perfil do mercado editorial ou das linhas editoriais para determinadas áreas de conhecimento: jurídico, filosófico, pedagógico, médico e outros.

c) redator – reescreve o texto do autor realizando correções de modo a apresentar um texto fiel ao autor-escritor e correto gramaticalmente;
d) diagramador - programador visual; indica os detalhes técnicos da composição dos cadernos, os formatos internos e a altura da mancha gráfica.

O contrato estabelecido entre as partes não é elemento constitutivo direto do livro, mas reflete o contexto do negócio jurídico da sua produção, porque é um ato jurídico (extra livro) preestabelecido para disposição da formas do livro. Estabelece os direitos e deveres entre o autor-escritor e o autor editor, prevendo inclusive o chamamento, ao processo de produção, de outras pessoas, a saber: do livreiro responsável pela distribuição e circulação do livro, do redator e diagramador, e até do profissional da informação e de advogados, em função do uso do livro e da preservação dos direitos autorais em espaços públicos ou privados.

O ato formal do tipo *contrato* é um documento para validar juridicamente uma situação entre partes envolvidas. Trata-se, portanto, de genuíno documento diplomático, estabelecido como garantia de direitos e deveres na produção do livro desde o século XVI, de acordo com Chartier (1994, p.54), ao expor os contratos firmados entre impressores e autores.

Segundo o autor, tal preocupação não nasce com a imprensa. É resultado do mesmo fenômeno motivador da criação da Diplomática, ou seja, do desejo de impedir a corrupção ou falsificações introduzidas pela divisão do trabalho entre o autor e o copista.

b) Tipo(s) de texto

O tipo de texto é uma modalidade da escrita e pode ser considerada um elemento fundamental em determinadas áreas de conhecimento como, por exemplo, a científica.

Nesse aspecto, Kobashi (1994, p.114-116) esclarece a constituição dos tipos de texto conforme sua estrutura esquemática, a saber: 1.científico (tema, problema, hipótese, metodologia, resultado e conclusão), 2.argumentativo ou dissertativo (tese, argumentos, conclusão) e
3.expositivos (problema, causa, solução).

Também são identificados outros tipos de textos como narrativos (exposição dinâmica dos acontecimentos) e os descritivos (exposição estática dos elementos).

O cotejo do tipo de textos leva ao conceito de *conteúdo* para a AD e para a Diplomática. Para esta compreensão insere-se a abordagem de superestrutura e macroestrutura textuais de Van Dijk (1992), à medida que os elementos diplomáticos e os da AD vão ao encontro da concepção do autor e trabalham de forma complementar quando se resgata o contexto de produção do documento.

Compreende-se, de forma complementar e restrita a este estudo, que o conteúdo para a Diplomática está para a superestrutura textual e o conteúdo para a AD documental está para a macroestrutura textual. Ambas as estruturas relacionam-se pela atribuição de sentido dada pelo leitor e pela função a ser desempenhada pelo documento.

Dessa forma, o conteúdo para a AD e para a análise diplomática é o texto criado a partir da articulação da macroestrutura e estruturado a partir da superestrutura textual.

De acordo Van Dijk (1992), é possível aplicar critérios de análise para explicitar a superestrutura e a macroestrutura que caracterizam o tipo de texto em um documento. Convém ponderar que os tipos textuais são como “modos básicos de organização de nossa experiência cotidiana” e que “raramente” serão localizados em “estado puro” em circulação social, de acordo com Moraes (2008, p. 133).

c) Suporte textual

Acrescenta-se — ao exposto — a ilustração da estrutura que se impõe ao *livro*, de acordo com os padrões normativos propostos para a sua produção, conforme se apresenta na página da Internet da Fundação Biblioteca Nacional, instituição brasileira com a função, dentre outras, de registrar e guardar legalmente o patrimônio bibliográfico-documental brasileiro. Está vinculada ao Ministério da Cultura, de acordo com o Decreto n. 5.038 de 7 de abril de 2004.

Figura 14: Estrutura do livro
Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (2009). Disponível em: <http://www.bn.br/portal/index.jsp?nu_pagina=8

Além da estrutura apresentada também há o processo editorial-gráfico (apresentação do original, avaliação do original – proposta editorial, projeto do livro – arte gráfica, diagramação e montagem – revisão de prova, paginação e gabarito, fotolito e chapas, impressão e encadernação e acabamento).

A forma e o conteúdo do livro são características milenares na história do documento, mas interessam também, sobremaneira, aos estudiosos da Biblioteconomia, pois biblioteca é a palavra que atravessou os séculos para definir o lugar onde são guardados os livros (CHARTIER, 1994, p.70; 92). Releva acrescentar que, no universo do conhecimento "sob a sua forma, adquirida no Ocidente, desde o começo da era cristã, o livro foi uma das mais poderosas metáforas utilizadas para pensar o Universo e o homem".

Ainda que as tecnologias de informação modifiquem o registro no suporte e quebrem o elo de reprodução do seu teor informacional e o seu suporte físico, serão as referências e os procedimentos identificados na forma de um livro que apontarão o caminho ou meio prático mais eficaz para o leitor adentrar o universo do saber, do qual poderá apropriar-se.

Na cultura do impresso, antes e depois de Gutenberg, o livro é um objeto composto por folhas dobradas, reunidas em cadernos colados uns aos outros. A revolução ocorre no presente, ao se modificar "a técnica de reprodução do texto e também as estruturas e as próprias formas do suporte que o comunicam aos seus leitores." (CHARTIER, 1994, p. 97).

Do exposto acerca de *o que fazer,* resta frisar que o questionamento realizado ao documento pressupõe conhecimento do contexto da sua produção, e tal conhecimento, adquirido na base da formação do profissional da informação, é o fundamento de sua competência.

Ainda que distintas as ambiências informacionais, o contexto do documento é uma estrutura que circunda o evento a ser examinado e prevê recursos para uma correta interpretação. A perspectiva de investigação, que ora se propõe, estabelece que é preciso, nesse contexto, identificar o relevante, de modo a estabelecer os limites necessários ao processo da AD.

Neste agir, a atuação da Diplomática no século XX e XXI — "como uma ferramenta" — incorpora o novo fluxo de estudo criado pela História, a denominada "diplomática social", cuja abordagem preocupa-se em "desmistificar e expor as

estratégias discursivas empregadas na produção dos documentos" (MACNEIL, 2004, p.203).

Logo, o problema de abrangência do contexto — para observar as características necessárias de dado documento — afeta o resultado almejado se não houver uma abordagem questionadora eficiente (sistematizada com explicitação de procedimentos) e significativa acerca do mesmo.

Por isso, nesta abordagem, os procedimentos diplomáticos são propostos por meio do uso da sua partição documental e explicitação de elementos potenciais, recursos utilizados para analisar os aspectos de um contexto documental. Como fazê-lo?

4.3 Como fazer?

Inicialmente, cumpre esclarecer que, desde 1681, com Jean Mabillon, os fundamentos teóricos da Diplomática são utilizados também por outras áreas de conhecimento. Disso resultou uma compreensão ampliada de tais fundamentos de análise, diante da dinâmica das relações sociais, registradas nos mais diversos suportes, sem que tenha sido descaracterizado o objeto original de estudos da Diplomática.

No entanto, o aporte de procedimentos diplomáticos de *como fazer* no domínio da Biblioteconomia não compreende uma interdisciplinaridade metodológica, dado que não há reciprocidade de conteúdo ou método na relação estabelecida.

Na intersecção analítica (análise diplomática e análise documental), o que se observa é o uso do método diplomático retirado do seu domínio de origem e aplicado como técnica dentro de outro método estabelecido pelo domínio receptor, a saber, o processo da AD no ensino da Biblioteconomia.

Por conseguinte, a tese de que, na perspectiva da metodologia da pesquisa, o que se utiliza da ciência Diplomática na AD são pressupostos fundamentais acerca do documento e a técnica de partição do documento. Ambos adaptados à realidade concreta de análise em outro domínio.

Ademais, na análise do contexto do documento, aplica-se a análise diplomática, retirada do conjunto de procedimentos estabelecidos por esta área do conhecimento.

A técnica é representada pela partição, proposta pela Diplomática, do documento e, de acordo com o documento analisado, os elementos da partição (externos e internos) são adaptados pelo padrão dado (técnica diplomática) e pelo padrão criado ante a realidade concreta observada à época da análise.

Os elementos externos e internos da Diplomática apresentam dupla dimensão de limites no entorno analisado.

A primeira dimensão de limite é delineada pelo *quadro diplomático* que expõe:

- os elementos externos: o que o documento exibe (*o que se vê por*);
- os elementos internos: o discurso escrito do documento*,* as palavras *(o que se vê em*).

A segunda dimensão de limite é criada pelo analista ao montar os quadros do documento analisado e comparar “o que se vê por” e “o que se vê em” (DURANTI, 1996, p.47).

Considerando-se que

(a) os mesmo elementos podem se manifestar sob diferentes formas (DURANTI, 1996) e partes do texto diplomático podem não apresentar sincronia lógica (BELLOTTO, 2005);

(b) estudos propostos por Guimarães e orientandos, sobre a aplicabilidade da grade diplomática na disciplina de Biblioteconomia, usando distintos documentos, confirmam a premissa (a), com as devidas adaptações contextuais propostas por Guimarães (1994, p.78; 1998, p.97) por meio da aplicação dos enunciados do trinômio “função / estrutura / uso” do documento, propõe-se a utilização dessas premissas como orientação na criação de quadros de partição diplomática aplicáveis a unidades, e não a conjunto de documentos (como ocorre na Arquivologia), porque a criação de uma grade evidencia a intelecção, pelo analista, dos elementos diplomáticos diretamente relacionados às características do documento analisado.

O livro pressupõe, como qualquer outro documento, características estruturais (forma= o que se vê por) que dão segurança sócio-cultural e jurídica ao autor e ao leitor, no uso da informação nele contida (conteúdo = o que se vê em).

Esta segurança, sob o ponto de vista sócio-cultural, ocorre quando nos apropriamos desse objeto cultural de valores plásticos, identificamos os elementos materiais que o constituem e, ao mesmo tempo, o diferenciam de outros documentos, o individualizam como livro. Sob o ponto de vista jurídico, em primeira análise, diz respeito a direitos autorais.

Contudo, o quadro dado pela técnica diplomática em determinada análise poderá, diante da intersecção de proposta estrutural, ser trasladado a outra realidade que relaciona interesses e/ou funções observados pela analista, mediante estudo comparativo dos padrões que ligam determinadas espécies documentais.

Nesse sentido, um exemplo a se mostrar e que justifica a consideração comparativa é o padrão das características estruturais evidenciadas pelos quadros diplomáticos de alguns documentos técnicos contemporâneos, como resultados dos estudos do grupo de pesquisa com a utilização da metodologia de análise diplomática.

Quadro 7 – Comparação entre as pesquisas auferidas por: Reis (2002) – Manuais técnicos de equipamentos pulverizadores automotrizes; Sarde (2003) – Bulas de medicamento e; Os manuais de instrução/usuário de impressoras jato de tinta.

Elementos Diplomáticos	**Manuais de instrução de pulverizadores automotrizes (REIS 2002)**	**Bula de medicamento Gestinol-28 SARDE (2003)**	**Bula de medicamento Sedalêne SARDE (2003)**	**Manual de impressora jato de *tinta* *HP Deskjet 840C séries Printer***	**Manual da impressora *Epson Stylus* C67**	**Manual da impressora Lexmark *Z600 Series Color Jetprinter*™**
Suporte	Papel	Papel	Papel	Papel	Papel	Papel
Escritura	Sumário, fotos, gráficos, capítulos, figuras	Tópicos, cor da impressão	Tabelas, cor da impressão	Sumário, capítulos, fotos, marcadores numéricos e borda, figuras e tabelas.	Tópicos, fotos, figuras, tabelas, listagem com os eventuais problemas corriqueiros e apêndice.	Sumário, capítulos, marcadores numéricos, figuras, tabelas, listagem com os eventuais problemas corriqueiros, índice alfabético e glossário.
Linguagem	Terminologia própria da área	Terminologia própria da área	Terminologia própria da área	Terminologia própria da área	Terminologia própria da área.	Terminologia própria da área.
Selos	Logomarcas	----------	Logomarcas	Logomarcas	Logomarcas (nome fantasia da empresa).	Logomarcas
Titulação	Fabricante, endereço	Fabricante, endereço	Fabricante, endereço	Fabricante e endereço eletrônico	Fabricante, endereço eletrônico e telefone	Fabricante, endereço físico e eletrônico e telefone
Data	Página de rosto	----------	----------	Página de rosto	Final do documento	Página de rosto
Invocação	----------	----------	----------	----------	.....	.....
Superins.	Fabricante, nº série, idioma, logomarca.	Fabricante, CGC, Reg. Ms.	Fabricante, CGC, Reg. MS, logomarca	Fabricante, logomarca, modelo, série e idiomas.	Fabricante, Logomarca, modelo, série.	Fabricante, série, modelo e logomarca.
Inscrição	----------	Adulto	Adulto infantil	----------	.....	.....
Assunto	Nome do produto, tipo de documento.	Contracepção contínua	Medicação analgésica espasmódica	Nome do produto e a sua função precípua (tipo) documento.	Nome do produto e a função precípua (tipo) documento.	Nome do produto e a função precípua (tipo) documento.
Preâmbulo	Prefácio	Apresentação e composição	Apresentação e composição	Aviso sobre direitos autorais e maiores informações.	Prefácio	Prefácio
Notificação	----------	----------	----------	----------	.....	.....
Exposição	----------	----------	Bibliografia	----------	.....	.....
Disposição	----------	Estrutura textual	Estrutura tabelada	Estrutura textual e tabelada	Estrutura textual e tabelada	Estrutura textual e tabelada
Cláusulas finais	Cláusula de advertência	Cláusula de advertência, cláusula mandamento	Cláusula advertência, cláusula mandamento	Cláusula de advertência, garantia e especificação técnica.	Cláusulas de especificação técnica e direitos autorais.	Cláusulas de direitos autorais.
Cláusula corroboração	Parte integrante	Legislação	Legislação	Parte integrante.	Parte integrante.	Parte integrante.
Data tópica cronológica	----------	----------	----------	----------	.....	.....
Atestação	*copyright*	Laboratório	Laboratório	*copyright*	*copyright*	*copyright*

Quadro 7: Estrutura diplomática de documentos técnicos.
Fonte: Silva (2006, p.55).

A primeira análise comparativa de documentos técnicos foi realizada por Reis (2002), Sarde (2003) e posteriormente por Silva (2006), ambos sob orientação de Guimarães, conforme se observa nas colunas do quadro.

A primeira coluna apresenta os caracteres dados pela técnica diplomática, cujos elementos da disposição estrutural são identificados e selecionados no âmbito da literatura da Diplomática. As demais colunas são as caracterizações estruturais observadas em cada espécie de documento analisado, expondo, portanto, um padrão comparativo.

O conjunto de colunas expõe um padrão de elementos estruturais do documento técnico, que poderá ser explorado pelo analista documental diante dos seus objetivos de estudos definidos para a espécie documental e a realidade concreta de função e uso do documento, na perspectiva de um sistema de informação.

Com base nesses pressupostos, delineia-se o quadro das premissas básicas da estrutura, quadro esse que diz respeito ao objeto *livro*, cujo objetivo é estabelecer as características que possam favorecer e levar a identificar conceitos na primeira fase do AD.

Para alcançar tal objetivo, foram criados 02 quadros comparativos, porque a maneira socialmente definida de pensar um livro e as características valorativas que orientam sua forma (propriedades da sua evidência física) e conteúdo (informação), levou à compreensão diplomática da forma do livro (quadro 01), do seu conteúdo (quadro 02), vinculando a forma e ao conteúdo os elementos do procedimento da AD e da análise da técnica diplomática.

As colunas 01 e 02 apresentam, respectivamente, os elementos da *forma* e *conteúdo*, sendo que a exposição dos seus caracteres é resultado de estudo teórico sistematizado e comparativo (NASCIMENTO, 2002) dos elementos apresentados pela literatura diplomática tradicional e contemporânea, como Tessier (1966), Nuñez-Contreras (1981), Duranti (1996), Bellotto (2005), Rabikauskas (1998) e Marín Martínez (2008), Berwanger e Leal (2008), atualizados na compreensão da análise do seu desempenho.

Cumpre esclarecer que o termo *elemento* é aqui utilizado para designar a forma, o conteúdo e o vínculo (a amarração) entre ambos, enquanto o termo *caracteres* é utilizado para designar cada constituinte da forma, do conteúdo e do

vínculo. Compreende-se, assim, que em cada elemento diplomático (forma e conteúdo) há um conjunto de caracteres.

A esse primeiro quadro ligam-se todas as características do livro que servem à materialidade ou do suporte aos atos da escrita. Nuñez Contreras (1981), Duranti (1996) e Bellotto (2005) explicam as características externas como sendo aquelas que constituem o caráter material do documento, e são determinadas pela sua procedência, dada a materialidade[94] da informação.

NATUREZA DIPLOMÁTICA PARTES DA FORMA (ESTRUTURA)		**FORMA LIVRO (ATUALIZAÇÕES)**
CARACTERES **Suporte**	**DESEMPENHO / ATUAÇÃO** Matéria do documento / aparência externa.	**CARACTERIZAÇÃO** [Impresso na forma livro / elementos materiais (relativos à estrutura física)].
Escritura	Símbolo gráfico / pode ser examinado sem ler o documento (objeto de estudo da Paleografia, auxilia na crítica diplomática originária).	[Tipo ou fonte da letra / grafia do impresso / ilustrações / tabelas / gráficos / disposição do texto / listas / estrutura do sumário / índices].
Linguagem	Regra para o discurso / determina a disposição e articulação do discurso (elemento cultural da língua escrita ou falada) de determinada comunidade ou área do conhecimento.	Tipos de texto / formas de redação / estilos formais ou informais / composição terminológica (médica, advocatícia, engenharia, literária, etc.).
Selos	Atribuição de valor legal / grau de autoridade e solenidade (dependente de sistema social que o estabeleça e o reconheça)	Código de barra - International Standard Book Number - ISBN.
Anotações	Adições substanciais associadas a um sistema de informação / processo da formação do documento	Ficha catalográfica da editora / Falsa folha de rosto (onde está a ficha catalográfica).

Quadro 8: Elementos da forma documental.
Fonte: Autora

Diante do quadro, pela análise dos caracteres constituintes do livro, foi possível realizar a inferência de atualização, conforme se observa na coluna amarela.

[94]A informação e o seu uso em práticas sociais levam à reflexão da materialidade do documento, dado que "[...] se o documento nomeia a materialidade da informação, e se a materialidade é importante para o entendimento dos aspectos públicos e sociais da informação, então, os estudos da documentação tornam-se importantes para os estudos da informação. A documentação se torna o meio da materialização da informação. Estudar a documentação é estudar as conseqüências e os efeitos da materialidade da informação." (FROHMANN, 2008, p.21-22).

NATUREZA DIPLOMÁTICA PARTES DO CONTEÚDO		CONTEÚDO DO LIVRO (ATUALIZAÇÕES)
CARACTERES	**DESEMPENHO / ATUAÇÃO**	**CARACTERIZAÇÃO**
Protocolo e subseções (fórmulas iniciais)	**a)** *Invocatio* [**Invocação**] / simbólica (cruz, etc.) ou verbal (de natureza divina: comum em documentos medievais; ou ato ou feito realizado em nome do povo, ou do direito, etc.: para documentos contemporâneos)]. Se for uma invocação simbólica será tratada junto com os caracteres externos. (RABIKAUSKAS, 1998). **b)** *Intitulatio* [**Titulação**] / nome e títulos do autor do documento [*auctor documenti*]. **c)** *Directio* ou *Inscriptio* [direção, **Destinatário**] / a quem se destina o documento, pode não estar mencionado explicitamente. **d)** *Salutatio* [**Saudação**] / nem sempre é apresentada.	**a)** [Não foi identificado em livros contemporâneos]; **b)**[elementos relativos ao emissor: autor(es) do livro / editora, coordenador, organizador, colaborador, outros + área de especialização / título do documento]; **c)**[a quem se dirige o livro / leitor de determinadas disciplinas / público geral / infantil, outros]; **d)** [dedicatória / agradecimentos / epígrafe].
Texto e subseções (franceses) ou **Contexto** (alemães) (razão da existência do documento)	**a)** *Preambulum*, Arenga, Prólogo [**Preâmbulo, prefácio**] / Considerações acerca do documento. Não é necessária para fins de Direito. Para fins históricos ajuda a compreender concepções políticas, teológicas e outras ideologias. ((RABIKAUSKAS, 1998). **b)** *Notification* [**Notificação**, publicação] / anuncia, dá a conhecer a uma ou várias pessoas o documento **c)** *Exposition, Narratio* [**Exposição**, narração] / Expõe as causas, razões, motivos do ato escrito, circunstâncias da sua criação, documentação, e seus antecedentes. **d)** *Dispositio* [**Dispositivo, assunto**] / parte fundamental do documento, manifesta a vontade do autor, expressa seu objeto, determina sua natureza, condição, modalidades. Essência do documento. Une-se a fórmulas peculiares que podem determinar o efeito e o valor do teor e da documentação do documento, como, por exemplo, fórmulas: receptivas, proibitivas, reservativas, obrigatórias, invocativas, derrogativas, penais, renunciativas, corroborativas, [instrucionais], [argumentativas], [descritivas], [dissertativas], outros. **e)** *Sanctio* [sanção] / expressa punição espiritual ou penal **f)** *Corroboratio* [Corroboração, cominatórias, renunciativas, **cláusulas finais**] / Cláusulas finais que anunciam modos de convalidação do documento, renúncia de direitos que podem proceder à invalidação do documento.	**a)** [Natureza e finalidade do livro: prefácio / apresentação]; **b)** [anuncia o fato / evento / tema : capa / folha de rosto / sinopse da editora]; **c)** [exposição do autor do livro de motivos da criação da obra : introdução]; **d)** [teor textual / descrito por meio de tipos textuais : desenvolvimento e concluão]; **e)** [garantia de direitos autorais e proibição de reprodução indevida]; **f**) [apresenta-se de acordo com as variações dos tipos textuais. Ex: a conclusão / notas finais do autor.
Escatocolo	**a)** *Subscripciones* [**Subscrição**, Firmas] / Assinatura do autor ou autores ou de quem o fez por ordem hierárquica. **b)** *Datatio* [**Datação, data tópica, data cronológica**] / indicação do lugar e tempo da localização do documento. Data tópica= local da subscrição do documento. Data cronológica= dia, mês, ano. **c)** *Apprecatio* [Precação] / assinatura de testemunhas ou sinais de validação do conteúdo].	**a / b)** [Colofon / folha de rosto / ficha catalográfica]; **c)** [indicativo de validação do conteúdo / fontes consultadas ou citadas: referências bibliográficas / anexos].

Quadro 9: Elementos do conteúdo documental.
Fonte: Autora

Rabiskauscas (1998) esclarece que as partes do protocolo nem sempre são apresentadas na ordem examinada. O protocolo inicial e o escatocolo (ou protocolo final) são de índole individual, de acordo com o esmero normativo da época. Esta informação possibilita atualizações na ordem de sistematização dos dados, conforme o objetivo da análise.

Com relação ao escatocolo, observa-se nos documentos contemporâneos, por exemplo, o livro, que o mesmo continua a apresentar uma fórmula de autoridade, de esmero de veracidade, ao expor as fontes consultadas. Tal requisito permanece, principalmente, pelo rigor imposto pela comunidade científica de se mostrar as fontes consultadas ou citadas para a construção do pensamento registrado na forma de livro. A questão jurídica diz respeito aos direitos autorais[95], do autor citado ou referenciado, assegurados em lei.

As fórmulas de *texto ou contexto* expõem o fato como idéia ou pensamento que será expresso por um dispositivo que o caracteriza como tipo de texto dissertativo / argumentativo / narrativo ou descritivo; estes dispositivos representam as 'fórmulas peculiares' e podem ser compreendidas como uma modalidade da escrita ou tipos de texto, pois representam uma estrutura que será utilizada de acordo com a função que se quer dar ao texto.

Por exemplo, os textos científicos são argumentativos, enquanto os legislativos são prescritivos e os doutrinários ou acadêmicos são dissertativo-argumentativos.

Esclarece-se que, na gênese da análise diplomática, o conteúdo (superestrutura) é que possibilita a manifestação do fato. Logo, conteúdo não é o fato, e sim a idéia de apresentá-lo ou comunicá-lo (BELLOTTO, 2005).

Para a Biblioteconomia, o conteúdo apresenta diversos conceitos que identificados e selecionados serão traduzidos em assunto do documento. Eis a modificação essencial na forma de apresentação do documento a ser considerada diante da sistematização do procedimento proposto pela técnica diplomática. A saber, o fato ou idéia representada pelo conteúdo envolve mais camadas *do que se vê como texto em si* (ou teor documental) e essas camadas se tornam perceptíveis pelo procedimento descritivo da partição do todo documental e possibilitam, assim,

[95]No Brasil, a lei de proteção dos direitos do autor é Lei nº 9.610, de 1998. De acordo com Sola (2002, p.44) o direito autoral foi contemplado pelo artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, emanada da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948.

expor caracteres ou características do documento a serem considerados — ou não — como auxilio no estabelecimento do conceito potencial do documento analisado.

4.3.1 Da análise do livro: em busca dos elementos conceituais

O *corpus* selecionado para a análise, por amostragem, para a demonstração descritivo-analítica é constituído por livros acadêmicos das áreas de Ciências Sociais e Humanas[96] considerando a área de conhecimento em que se insere o estudo realizado.

O critério de seleção foi qualitativo à medida que atende aos requisitos de forma e conteúdo diversificados e possibilita uma análise a partir dos caracteres externos e internos, de modo a retratar o contexto normativo das características de um livro no suporte papel. Considera também, o objetivo da AD em explicitar e formalizar “os procedimentos na organização de um texto” (CUNHA, 1990, p.63).

Especificamente, observa-se a descrição comparativo-analítica dos livros:
A) “Senso crítico”, do autor David W. Carraher. A forma possibilita observar as características externas do livro (suporte, linguagem, escritura, selo, anotações). O conteúdo apresenta escrita textual com uso de ilustrações.

[96]O processo, realizado por automação, de “isolamento de conceitos por ocorrência e freqüência”, torna-se ineficiente quando se trata da AD de documentos nas áreas de Ciências Humanas (CH), porque “nas ciências humanas existe uma enorme margem de confusão entre linguagem natural e linguagem documentária, na medida em que o vocabulário especializado se encontra ligado a escolas de pensamentos e ideologias, veiculadas através da linguagem natural”. Assim, as ciências exatas, ao contrário das ciências humanas, apresentam um vocabulário especializado que auxilia na “descrição do sentido/conteúdo dos textos com vista à recuperação” CUNHA (1990, p.60-61). Tal compreensão também influenciou na delimitação da área de conhecimento.

A.1 Enunciados conceituais dos elementos externos:

A.1.a Suporte: papel / impresso colorido e preto e branco.

Figura 15: Suporte.
Fonte: Carraher (1993).

A.1.b Escritura: apresenta estrutura lógica do texto como divisão em seções e subseções (sumário/índice, índice analítico, parágrafos). Utiliza ilustrações e texto escrito para exposição do conteúdo documental, e lista de exercícios para fixar os temas abordados.

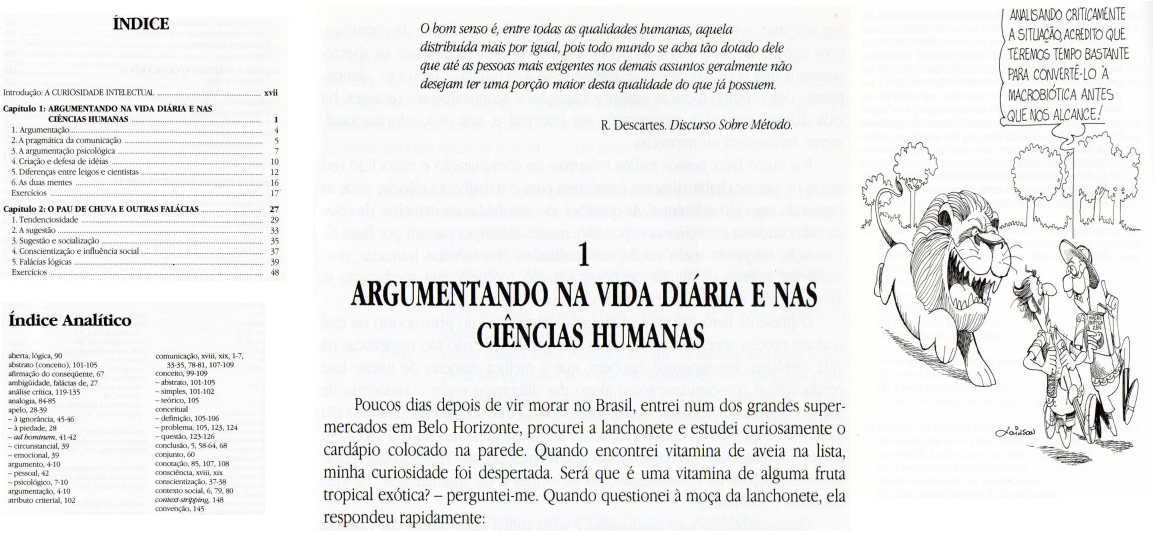


Figura 16: Escritura e linguagem.
Fonte: Carraher (1993, p.xi; 161; 1; 118).

A.1.c Linguagem: A análise do discurso escrito expõe o tipo textual dissertativo-argumentativo para fins de ensino acadêmico, ou "manuais de estudo", de acordo com a apresentação do livro, ou ainda "texto prático", conforme definição do autor. Faz uso de terminologias da área da Filosofia e Ciências Sociais com citações de teóricos na íntegra e/ou explicações a partir de enunciados com humor ou exemplos de situações vivenciadas no cotidiano.

A.1.d Selos e anotações: o registro normativo (ISBN e o código de barras) e as logomarcas do documento (se houver), atestam controle bibliográfico internacional, procedência e qualidade editorial. As anotações identificam protocolo de gestão como controle quantitativo do acervo e pertencimento institucional.

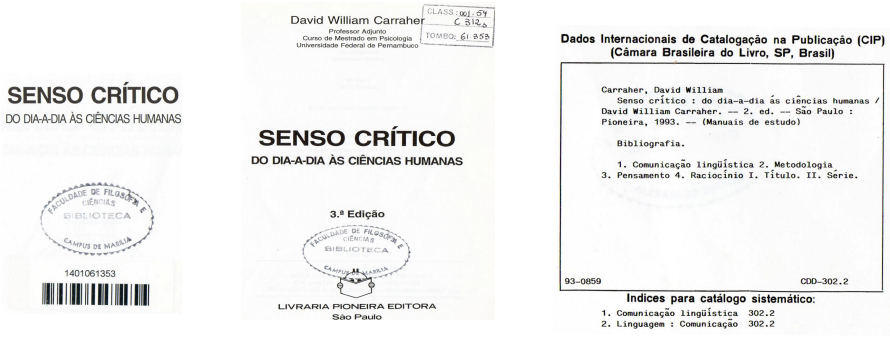


Figura 17: Selos e anotações.
Fonte: Carraher (1993).

O conjunto de caracteres externos auxilia na construção de uma unidade de conhecimento acerca do livro analisado e possibilita identificar as características básicas que conduzem ao conteúdo. A partir da explicitação de tais características têm-se conceitos descritivos que auxiliam na descrição do conteúdo específico.

A.2 Enunciados conceituais dos elementos internos:

A.2.a Protocolo inicial:

- A **titulação** leva a identificar o autor e o domínio de atuação (psicologia e metodologia da pesquisa).

- O **destinatário** possibilita identificar o público alvo (professores e alunos de Ciências Sociais e Humanas).

- A **saudação** identifica a forma de agradecimento e a dedicatória, como cumprimento pela contribuição recebida e mostra, parcialmente, aspectos do memorial do autor.

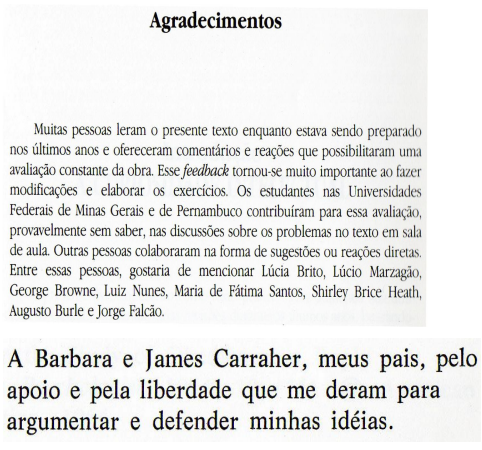
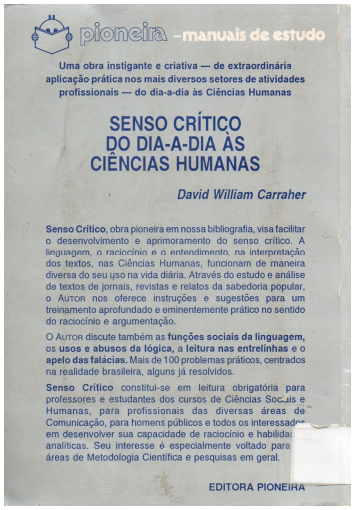


Figura 18: Titulação, destinatário e saudação.
Fonte: Carraher (1993).

A.2.b Texto e subseções:

- A função do **preâmbulo** ou do prefácio é expor o objetivo do autor ou as idéias que o motivara — aqui desempenhada pela apresentação.

- A **notificação**/publicação ou anúncio da obra observa-se pelo título junto com a sinopse, na capa final.



- A **exposição** de motivos ou as considerações do autor para criar o livro - desenvolvimento intelectual, habilidade de pensar criticamente — identifica-se na Introdução.

APRESENTAÇÃO

Na formação humanística dos educandos, seus professores e orientadores destes, algumas das prioridades cognitivas dizem respeito à aquisição, uso sistemático, cultivo e aprimoramento das capacidades de senso *crítico,* senso de *relativismo* ou da variação, senso de *empatia* ou de convergência comunicativa, senso do *porvir,* senso de *identidade lingüístico-cultural* e senso ecológico. Destes atributos formativos, que deveriam caracterizar a personalidade do aprendiz e dos responsáveis por seu crescimento intelectual, merece destaque especial o *senso crítico,* por constituir-se lacuna seríssima na atividade expressivo-comunicativa, desde o "dia-a-dia" aos usos do pensamento e da linguagem nas "ciências humanas", para usar o sugestivo subtítulo deste volume.

Como enfrentar o desafio de ajudar o estudante a pensar com criticidade, a explicitar uma argumentação de maneira lógica, precisa e convincente? O autor de *Senso Crítico* optou pelo procedimento pedagógico mais eficaz: experienciar essa problemática com alunos. Desse convívio reflexivo frutificaram os textos para a exposição-elucidação teórica e as situações-problema a serem solucionadas pelos participantes. Saliente-se também a relevância cultural da exemplificação: a maior parte dos exemplos provém de fontes brasileiras.

A quem interessará o livro? A testagem da obra em cursos para estudantes de nível universitário recomenda-a para utilização em outras condições de aprendizagem: em cursos de 2.º grau, em programas intensivos de formação ou de reciclagem de professores de 1.º e 2.º graus (cursos de extensão ou de especialização) ou de bacharelado, nas diversas habilitações da área de ciências humanas. O contexto educacional, os capítulos e a resolução dos problemas cognitivamente desafiadores muito beneficiarão a todos que, conscientes da necessidade de ir além da "intuição", buscam um instrumento que os ajude a pensar de modo mais coerente e produtivo, a fim de tomar decisões não apenas em termos de alternativas possíveis, mas exatas ou adequadas.

Fiel às diretrizes norteadoras da série *Manuais de Estudo,* da Pioneira, o livro que tenho o privilégio de apresentar constitui uma contribuição muito significativa à literatura sobre o assunto em língua portuguesa.

Dr. Francisco Gomes de Matos
Diretor, Biblioteca Pioneira de Lingüística
Professor, Universidade Federal de Pernambuco.
Presidente, Associação Brasileira de Lingüística (1981-1983)

Em questões de ciência, a autoridade de mil pessoas não tem o mesmo valor que o raciocínio humilde de um só indivíduo.

Galileo

Introdução
A CURIOSIDADE INTELECTUAL

O presente livro foi escrito como texto prático[1]. Para aumentar sua utilidade, os capítulos sofreram várias revisões durante os últimos anos, buscando-se adequá-los a estudantes em sala de aula, e a partir de comentários generosamente oferecidos por aqueles que leram o texto em versões anteriores. Para facilitar a compreensão, evitei considerações históricas, notas de pé de página e nomes de autores no corpo do texto. Há um mínimo de terminologia técnica e referências a teorias.

Mas seria um erro reduzir o senso crítico a uma conscientização sociológica. O pensador crítico não é um polivalente que entra em qualquer campo para elucidar suas questões fundamentais. Cada campo tem suas próprias premissas, o seu próprio "bom senso", suas próprias perspectivas. Assim, embora haja certas características gerais no desenvolvimento do senso crítico, o exercício do senso crítico num determinado campo exige conhecimento íntimo das questões conceituais, das tradições, dos conflitos atuais, dos paradoxos e dos estilos comunicativos – enfim, um conhecimento das práticas e da rede de significados naquele campo. Por isso, o senso crítico exige, além de certos processos cognitivos e atitudes, uma experiência ampla no campo específico de conhecimento em que se atua.

David William Carraher

Figura 19: Preâmbulo, notificação e exposição.
Fonte: Carraher (1993, p.xiii; xvii).

- O **dispositivo** — ou assunto tratado — identifica-se em cada título de seção e subseção (p. 1; 27; 55; 77; 99; 119; 141), exposto no desenvolvimento, com o auxilio das ilustrações. Utilizou-se para exposição somente os cap. 2 e 7.

A persuasão abrange, sobretudo, desde a tentativa mais aberta de tirar proveito, como na promoção e na propaganda, até o namoro, a etiqueta social, a educação, o sermão e, finalmente, uma forma "pura" que se deleita no processo de apelo como fim em si, sem motivos ulteriores.

K. Burke. *A Rhetoric of Motives.*

2

O PAU DE CHUVA E OUTRAS FALÁCIAS

Uma **falácia** é um erro de raciocínio que contamina a argumentação, tornando-a sem fundamento apropriado. Geralmente, os filósofos da lógica distinguem dois tipos de falácia: as formais e informais. As *falácias formais* são raciocínios considerados incorretos em virtude do modo pelo qual o autor passa das evidências ou premissas à conclusão. Observe o seguinte exemplo: "Todos os recipientes do Prêmio Viega de Literatura são escritores. João Carlos é escritor. Logo, ele é recipiente do Prêmio". Estas falácias serão discutidas mais detalhadamente no capítulo 3.

Uma filosofia é caracterizada mais pela formulação de seus problemas do que pela solução deles.

S. Langer. *Philosophy in a New Key.*

7

PESQUISANDO CRITICAMENTE

1. O POSITIVISMO LÓGICO

Atualmente, uma grande parte dos cientistas sociais no Brasil e em outros países adota uma perspectiva metodológica de natureza positivista. Basta dizer, por enquanto, que esse modo de fazer ciência coloca em primeiro plano as questões de mensuração. Se partirmos do pressuposto positivista de que a observação é científica na medida em que envolva mensuração, certas conseqüências decorrerão naturalmente.

- A **sanção** identifica-se pela declaração dos direitos autorais da obra.

- Não se observa, especificamente, cláusulas ou enunciados de **cláusulas finais** como, por exemplo, capítulo de conclusão ou notas finais do autor, ainda que tratando de texto dissertativo-argumentativo. Contudo, observa-se que em cada capítulo o autor finaliza com lista de exercícios como forma de fortalecer o conteúdo exposto.

© David William Carraher, 1983

Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida sejam quais forem os meios empregados sem a permissão, por escrito, da Editora.
Aos infratores se aplicam as sanções previstas nos artigos 122 e 130 da Lei nº 5.988 de 14 de dezembro de 1973.

Figura 20: Dispositivo, sanção e cláusulas finais.
Fonte: Carraher (1993, p.27;141).

A.2.c Escatocolo: A ordem de tais informações não corresponde à ordem tratada no quadro 7.

- Foram identificados como caracteres de **subscrição e data** (nome do autor com editora, local e data de publicação) os dados do colofon e do verso da folha de rosto.

© David William Carraher, 1983

© 1995

Todos os direitos reservados por
ENIO MATHEUS GUAZZELLI & CIA. LTDA.
02515-050 — Praça Dirceu de Lima, 313
Telefone: 858-3199 — Fax: 858-0443 — São Paulo — SP

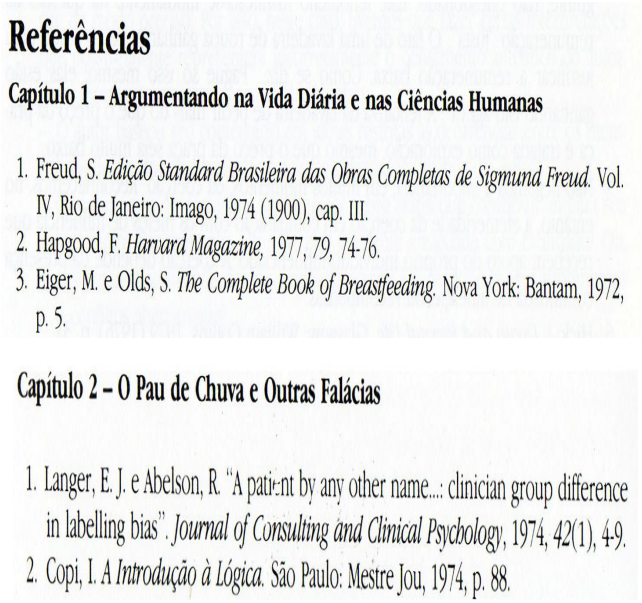
Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Impressão e acabamento
CROMOSET
GRÁFICA E EDITORA LTDA.
Rua Marina Crespi, 274
Mooca

Figura 21: Subscrição e data.
Fonte: Carraher (1993).

- os dados da **precação** ou sinais de validação do teor documental foram observados como indicação de ISBN e código de barras (elementos externos). Especificamente, compreende-se que as fontes bibliográficas citadas e consultadas também dão validade ao conteúdo, de acordo com a normalização da produção científica.

Segundo Pais (2003, p. 39): "As citações, tão freqüentes em trabalhos acadêmicos, correspondem a estratégias de acreditação de saber e de poder. [...] o modo [...] de fazer crer."



Referências

Capítulo 1 – Argumentando na Vida Diária e nas Ciências Humanas

1. Freud, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud.* Vol. IV, Rio de Janeiro: Imago, 1974 (1900), cap. III.
2. Hapgood, F. *Harvard Magazine,* 1977, *79,* 74-76.
3. Eiger, M. e Olds, S. *The Complete Book of Breastfeeding.* Nova York: Bantam, 1972, p. 5.

Capítulo 2 – O Pau de Chuva e Outras Falácias

1. Langer, E. J. e Abelson, R. "A patient by any other name...: clinician group difference in labelling bias". *Journal of Consulting and Clinical Psychology,* 1974, *42*(1), 4-9.
2. Copi, I. *A Introdução à Lógica.* São Paulo: Mestre Jou, 1974, p. 88.

Figura 22: Precação e corroboração
Fonte: Carraher (1993, p.155).

Os enunciados dos elementos internos são os que mais interessam à AD, por causa do conjunto temático que levam a representar os descritores do documento.

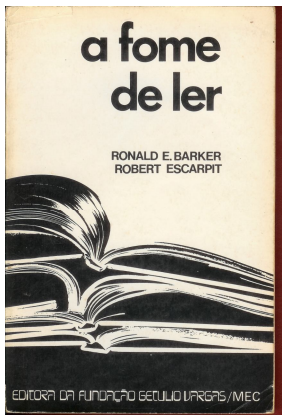
Do exposto, as características do documento como texto e subseções como, por exemplo, o *assunto*, identificam as partes documentais com maior potencial informativo que favorece a identificação de conceitos.

Observa-se, a partir da sistematização dos enunciados descritivos da forma e do conteúdo, uma maior clareza acerca do livro como um todo. Conseqüentemente, ampliam-se as possibilidades temáticas do analista ao considerar as informações acerca do autor, do domínio de atuação deste, das informações editoriais, do direcionamento autoral ou editorial, da qualificação acadêmica e área de conhecimento dos demais autores (apresentação, prefácio, notas, outros), envolvidos com a obra, entre outras possíveis informações que poderão direcionar o efetivo uso do livro, sobremaneira, com o sistema de informação ou acervo especializado, em uma determinada biblioteca.

Outras características documentais também foram observadas em livros distintos, conforme se observou nos itens **B** e **C**.

B) O livro dos autores Ronaldo E. Barker e Robert Escarpit com o título "**A fome de ler**" é uma tradução do original francês (La faim de lire), e com o qual inseriu no Brasil a discussão acerca da leitura na década de setenta.

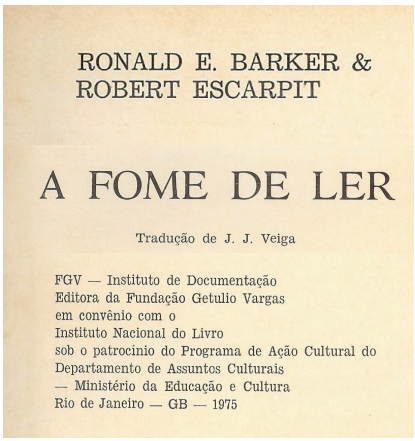
Os elementos externos (suporte, escritura, linguagem, selo e anotações) correspondem aos já descritos. Especificamente, neste livro, interessa observar os elementos internos que apontam uma diversidade de autores envolvidos com a criação da obra.



B.1 Elementos internos

B.1.a Protocolo inicial:

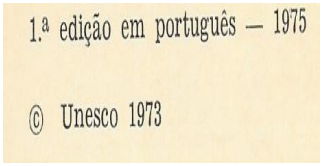
- a **titulação** leva a identificar os autores (pessoa física e jurídica), o tradutor da obra, o título, a data original de criação e a data de tradução, bem como a área de conhecimento dos autores.


RONALD E. BARKER &
ROBERT ESCARPIT

A FOME DE LER

Tradução de J. J. Veiga

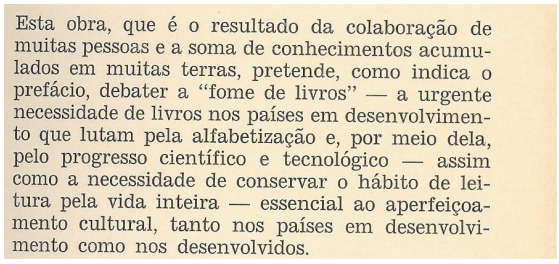
FGV — Instituto de Documentação
Editora da Fundação Getulio Vargas
em convênio com o
Instituto Nacional do Livro
sob o patrocínio do Programa de Ação Cultural do
Departamento de Assuntos Culturais
— Ministério da Educação e Cultura
Rio de Janeiro — GB — 1975


1.ª edição em português — 1975

© Unesco 1973

Figura 23: Titulação.
Fonte: Barker e Escarpit (1975).

- Como **destinatário** identifica-se o público indeterminado. Contudo, de acordo com o objetivo expresso nos agradecimentos, o maior interesse recai sobre as Instituições de ensino/pesquisa e fomento à cultura, e os profissionais do livro.


Esta obra, que é o resultado da colaboração de muitas pessoas e a soma de conhecimentos acumulados em muitas terras, pretende, como indica o prefácio, debater a "fome de livros" — a urgente necessidade de livros nos países em desenvolvimento que lutam pela alfabetização e, por meio dela, pelo progresso científico e tecnológico — assim como a necessidade de conservar o hábito de leitura pela vida inteira — essencial ao aperfeiçoamento cultural, tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos.

- A **saudação** identifica-se nos agradecimentos do autor do conteúdo.

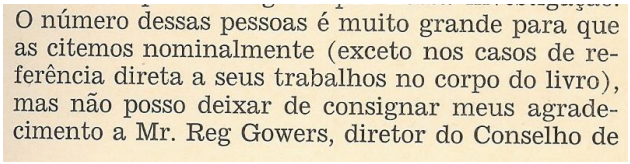

O número dessas pessoas é muito grande para que as citemos nominalmente (exceto nos casos de referência direta a seus trabalhos no corpo do livro), mas não posso deixar de consignar meus agradecimento a Mr. Reg Gowers, diretor do Conselho de

Figura 24: Destinatário e saudação.
Fonte: Barker e Escarpit (1975).

B.1.b Texto e subseções:

- O **preâmbulo** identifica-se como prefácio e apresenta as idéias que inspiraram os autores e o objetivo da obra — o papel do livro nos países em desenvolvimento.

Dois terços dos homens, mulheres e crianças do mundo estão hoje prejudicados em seus esforços por uma vida melhor e mais rica por falta de um dos instrumentos essenciais do progresso: livros e material de leitura. Os esforços para aprender, para compreender melhor as conquistas da ciência e da técnica e para avaliar as contribuições da cultura dependem, em grande parte, da existência de material impresso.

- A **notificação**/publicação ou anúncio da obra, observa-se pelo título, nome dos autores e a sinopse da capa final.

A Fome de ler

Ronald E. Barker e Robert Escarpit

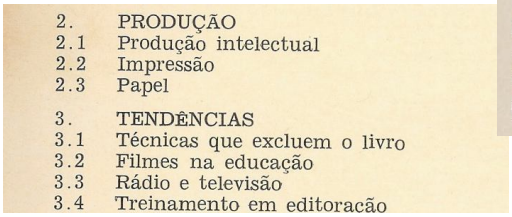
Analisando as causas da "fome de livros" e as estratégias para atendê-la, esta obra aproveita estudos anteriores e conclusões de reuniões de especialistas. Preparado por Mr. Ronald Barker, secretário da Associação de Editores do Reino Unido, e pelo Prof. Robert Escarpit, da Universidade de Bordéus, *A Fome de ler*, foi escrito sob supervisão de ambos e exprime opiniões que não são necessariamente as da Unesco. À luz da experiência dos autores, certos assuntos mereceram a preferência ora de um, ora de outro. Mr. Barker, autor de *Books for all*, publicado pela Unesco em 1956, assumiu responsabilidade especial pelas seções sobre *copyright*, produção e distribuição, enquanto o Prof. Escarpit, autor de *The book revolution*, publicado pela Unesco em 1966, ocupou-se mais com as necessidades das nações em desenvolvimento, o papel do autor e o hábito de ler.

- A **exposição** de motivos ou as considerações dos autores, para criar o livro, também foram identificadas no prefácio.

Desde a sua criação, a Unesco vem-se preocupando muito com o mundo do livro no que ele afeta a educação, a ciência e a cultura. Na sua 13.ª sessão, a Conferência Geral da Unesco acentuou a importância do livro como meio de promover os objetivos da Organização. Na 14.ª foi aprovado um programa de longo prazo para fomento do livro, que resultou em uma série de reuniões regionais entre 1966 e 1972 no mundo em desenvolvimento, destinadas a promover a produção e a distribuição de livros. Essas reuniões demonstraram que há o desejo de um novo esforço pela aplicação mais eficaz do livro na educação e no desenvolvimento econômico e social.

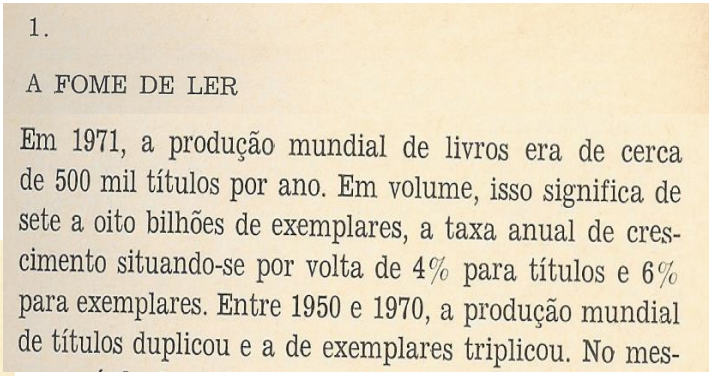
Figura 25: Preâmbulo, notificação e exposição.
Fonte: Barker e Escarpit (1975).

- O **dispositivo** — ou assunto tratado — identifica-se em cada título de seção e subseção do desenvolvimento. Utilizou-se como exemplo, para exposição parcial do conteúdo, somente a seção 1. A seção 2 exemplifica a estruturação textual, de acordo com os títulos descritos.



2. PRODUÇÃO
2.1 Produção intelectual
2.2 Impressão
2.3 Papel

3. TENDÊNCIAS
3.1 Técnicas que excluem o livro
3.2 Filmes na educação
3.3 Rádio e televisão
3.4 Treinamento em editoração



1.

A FOME DE LER

Em 1971, a produção mundial de livros era de cerca de 500 mil títulos por ano. Em volume, isso significa de sete a oito bilhões de exemplares, a taxa anual de crescimento situando-se por volta de 4% para títulos e 6% para exemplares. Entre 1950 e 1970, a produção mundial de títulos duplicou e a de exemplares triplicou. No mes-

Figura 26: Dispositivo.
Fonte: Barker e Escarpit (1975).

Observa-se que, com exceção do título do livro (A fome de ler), os demais títulos das seções e subseções representam o enunciado sem utilização de figuras de linguagem, contribuindo, assim, para uma compreensão mais precisa da temática tratada em cada capítulo, dado que o texto (macroestruturas) dos parágrafos iniciais da seção não possibilita tal compreensão.

Compreende-se que a autoria editorial/institucional também é característica potencial da representação descritiva do documento que influencia na sua representação temática. No livro “A fome de ler” observa-se o contexto de atuação e implantação de projetos de incentivo à leitura e o desenvolvimento cultural a partir das instituições (Unesco/MEC), no domínio de atuação dos profissionais do livro.

C) O livro de Virginia M. Axline, cujo título é “**Dibs em busca de si mesmo**”, interessa pelo tipo textual e pela disposição dos títulos das seções que se diferenciam da literatura especializada para a formação de psicólogos e psicopedagogos, conforme é possível observar na descrição da escritura e linguagem (elementos externos), e no texto e subseções (elementos internos).

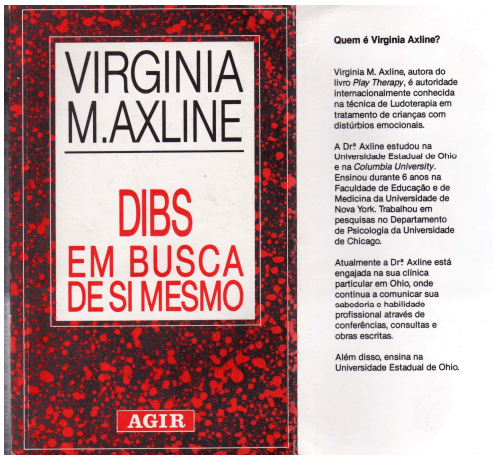
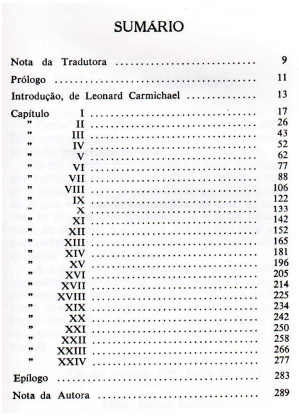


Figura 27: Capa
Fonte: Axline (1997)

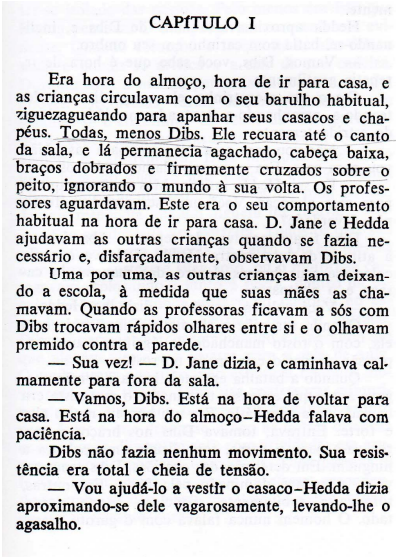
C.1 Elementos externos



SUMÁRIO

Nota da Tradutora 9
Prólogo 11
Introdução, de Leonard Carmichael 13
Capítulo I 17
" II 26
" III 43
" IV 52
" V 62
" VI 77
" VII 88
" VIII 106
" IX 122
" X 133
" XI 142
" XII 152
" XIII 165
" XIV 181
" XV 196
" XVI 205
" XVII 214
" XVIII 225
" XIX 234
" XX 242
" XXI 250
" XXII 258
" XXIII 266
" XXIV 277
Epílogo 283
Nota da Autora 289

C.1.a A **escritura** possibilita observar, na disposição do conteúdo (sumário), a inexistência dos títulos dos capítulos.



CAPÍTULO I

Era hora do almoço, hora de ir para casa, e as crianças circulavam com o seu barulho habitual, ziguezagueando para apanhar seus casacos e chapéus. Todas, menos Dibs. Ele recuara até o canto da sala, e lá permanecia agachado, cabeça baixa, braços dobrados e firmemente cruzados sobre o peito, ignorando o mundo à sua volta. Os professores aguardavam. Este era o seu comportamento habitual na hora de ir para casa. D. Jane e Hedda ajudavam as outras crianças quando se fazia necessário e, disfarçadamente, observavam Dibs.

Uma por uma, as outras crianças iam deixando a escola, à medida que suas mães as chamavam. Quando as professoras ficavam a sós com Dibs trocavam rápidos olhares entre si e o olhavam premido contra a parede.

— Sua vez! — D. Jane dizia, e caminhava calmamente para fora da sala.

— Vamos, Dibs. Está na hora de voltar para casa. Está na hora do almoço–Hedda falava com paciência.

Dibs não fazia nenhum movimento. Sua resistência era total e cheia de tensão.

— Vou ajudá-lo a vestir o casaco–Hedda dizia aproximando-se dele vagarosamente, levando-lhe o agasalho.

C.1.b Linguagem: o conteúdo é exposto pelo tipo textual da narrativa, traduzida do original em inglês, elaborada a partir de um estudo de caso acompanhado pela autora.

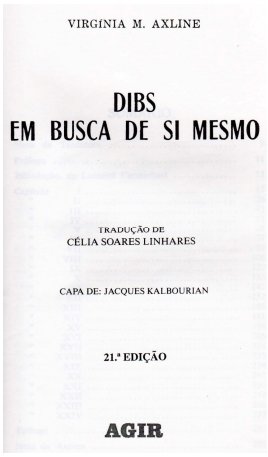
Figura 28: Escritura e linguagem
Fonte: Fonte: Axline (1997)

C.2 Elementos internos

C.2.a Protocolo inicial:

- a **titulação** leva a identificar os autores (da narrativa, da tradução e da introdução), o título (incluindo o original), e o domínio de atuação dos autores da narrativa (Ludoterapia infantil) e da tradução (Pedagogia).

Virginia M. Axline, autora do livro *Play Therapy*, é autoridade internacionalmente conhecida na técnica de Ludoterapia em tratamento de crianças com distúrbios emocionais.



VIRGÍNIA M. AXLINE

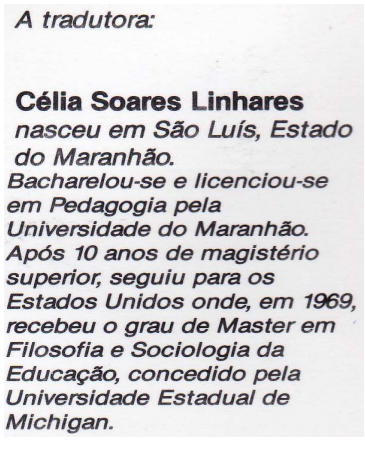
DIBS
EM BUSCA DE SI MESMO

TRADUÇÃO DE
CÉLIA SOARES LINHARES

CAPA DE: JACQUES KALBOURIAN

21.ª EDIÇÃO

AGIR



A tradutora:

Célia Soares Linhares
nasceu em São Luís, Estado do Maranhão. Bacharelou-se e licenciou-se em Pedagogia pela Universidade do Maranhão. Após 10 anos de magistério superior, seguiu para os Estados Unidos onde, em 1969, recebeu o grau de Master em Filosofia e Sociologia da Educação, concedido pela Universidade Estadual de Michigan.

Figura 29: Titulação.
Fonte: Fonte: Axline (1997)

- Como **destinatário** identifica-se o público determinado (pais, professores e alunos de psicologia e psicopedagogia).

C.2.b Texto e subseções:

- O **preâmbulo** identifica-se como prólogo e apresenta considerações da autora acerca do processo de descoberta (em busca de si mesmo), da personagem da narrativa.

Esta é a estória de uma criança em busca de si mesma, através do processo psicoterápico. Foi toda ela vivida na sua autenticidade por uma pessoa idêntica a nós — um menino cujo nome era Dibs. Enquanto esta criança desabrochava no esforço de encontrar as forças da vida, crescia dentro dele um novo conceito próprio — a inusitada e incessante descoberta de que, dentro dele, existiam uma estatura e sabedoria que se expandiam e se contraíam "semelhantes às sombras que são influenciadas pelo sol e pelas nuvens".

Dibs experimentou profundamente o processo complexo de crescimento na busca do precioso pre-

- A **exposição** de motivos ou as considerações acerca da criação do livro são identificadas em "nota da tradutora".

NOTA DA TRADUTORA

É um convite para entender e amar a criança que continua escondida em cada um de nós e sentir a grandiosidade da participação no mistério cósmico que nos une às montanhas, ao mar, às chuvas, às árvores, aos passarinhos e a todos os animais, às crianças, aos jovens, aos adultos num agigantamento do nosso ser e num aprofundamento de nossa originalidade pessoal.

A experiência descrita neste livro é indizível, impossível de submeter-se a uma descrição, mas, as pessoas que se permitiram atingir a estatura do humano sentem e completam os retalhos que aqui foram recolhidos. A elas, portanto, a alegria de conhecer e amar este Dibs e todos os Dibs do mundo.

Figura 30: Preâmbulo e exposição.
Fonte: Fonte: Axline (1997)

- O **dispositivo** — ou assunto tratado — não são identificados pelos títulos de seção e subseção, dado que não existem. A análise da exposição parcial do conteúdo de cada capítulo também não possibilitou identificar o assunto no desenvolvimento do livro.

- Especificamente, observa-se enunciados de **cláusulas finais** como, por exemplo, notas finais do autor acerca do assunto tratado, ainda que se tratando de texto narrativo. O enunciado da nota da autora subjaz à idéia de laudo sobre a evolução do paciente.

NOTA DA AUTORA

Na semana anterior, ao final da terapia, um psicólogo clínico aplicou em Dibs o teste de inteligência de Stanford-Binet. Dibs manteve-se interessado e cooperativo. Relacionou-se bem com o examinador a quem não havia conhecido antes. O resultado do teste atestou-lhe um quociente intelectual de 168.

Um teste de leitura também lhe fora administrado, confirmando o seu alto nível de leitura e compreensão do texto. Logo que concluiu as respostas finais explicou para a examinadora que ele não gostava daquele tipo de leitura que "pulava de um assunto para outro sem nenhuma razão". Explicitou-lhe que quando lia "preferia livros que seguiam assuntos de real interesse".

Os resultados dos testes indicaram que Dibs era uma criança excepcionalmente dotada e que demonstrava estar usando sua capacidade intelectual com eficácia.

Os pais de Dibs haviam permitido, por escrito, que usássemos as gravações das sessões de ludoterapia de seu filho para pesquisas, aulas e publicações, desde que fossem feitos os cortes dos dados identificadores e se a terapeuta sentisse que tais relatórios poderiam contribuir para uma melhor compreensão do comportamento infantil.

Figura 31: Cláusulas finais.
Fonte: Fonte: Axline (1997)

A apreciação técnico-diplomática da estruturação do livro baseia-se em convenções sociais tanto lingüísticas (conteúdo) quanto estruturais (forma). A compreensão dessa composição leva à exposição da superestrutura e a macroestrutura textual de Van Dijk (1992) e à idéia de "conteúdo informativo" (PINTO MOLINA, 1993, p.66) típico da AD, porque "permite visualizar áreas de conteúdos temáticos específicos em textos" (GUIMARÃES, 1998), além da área jurídica[97].

Buckland (1991) com a concepção "informação registrada" faz referência à informação descrita por meio de alguma forma física, com a qual a CI trabalha. Logo, o conteúdo típico é a informação passível de ser transmitida ao usuário e de ser reconhecida como tal por este.

Para isso a CI busca meios práticos capazes de tornar possível entregar o conteúdo do documento ao usuário (WHITE; MCCAIN, 1997, 1998 apud SARACEVIC, 1999).

A "superestrutura textual" ou "esquemas convencionais", na teoria de Van Djik (1992), informam os tipos de "forma de textos", de acordo com o "gênero textual"[98] (KOBASHI, 1994, p.112), conforme convencionado pela comunidade, para a qual o autor apresenta o texto. Este estilo será em razão, portanto, da necessidade de fixar normas ao escrito como meio de reconhecimento coletivo de um padrão institucionalizado.

É possível observar com o reconhecimento dos "esquemas convencionais" (VAN DIJK, 1992) não só a função textual, como também a função pragmática e sociocultural do uso do texto ao ser classificado como narrativo, argumentativo, dissertativo e descritivo.

---

[97]Em palestra proferida no V Encontro Nacional de Informação e Documentação Jurídica - ENIDJ , Porto Alegre - RS, 11 a 13 de setembro de 1996, Guimarães (1996) ao lançar uma nova perspectiva analítica ao documento jurídico esclarece que "Função e a Estrutura do documento têm sua completeza por meio do Uso que, como já bem preconizava Cutter (apud CESARINO, 1978), no final do século XIX, constitui-se em um princípio para garantir a eficácia de todo um processo de Indexação ou, como modernamente preferiríamos denominar, um *feedback* da atividade indexadora e, por conseguinte, um elemento de planejamento para a continuidade do sistema de informação."

[98]Os gêneros são "tipos relativamente estáveis de enunciados, marcados sócio-historicamente, visto que estão diretamente relacionados às diferentes situações sociais. É cada uma dessas situações que determina, pois, um gênero, com características temáticas, composicionais e estilísticas próprias. Sendo as esferas de utilização da língua extremamente heterogêneas, também os gêneros apresentam grande heterogeneidade, incluindo desde o diálogo cotidiano à tese científica." (KOCH, 2005, p.4).

Pinto Molina (1993, p.66) apresenta uma classificação com base no “tipo de conteúdo documental”. Os tipos de documentos poderão ser: de divulgação (com temática geral e acessível por um público amplo), científicos (especializados de acordo com o domínio da ciência) e técnicos.

A presença da superestrutura (enquanto organização textual) governa a macroestrutura textual global na teoria de Van Dijk (1992). Compreende-se como macroestruturas a representação conceitual que, do assunto ou tema principal do texto, tem o seu produtor.

Nesse sentido, a macroestrutura é a reconstrução teórica de noções de tema, tópico ou assunto, e faz referência ao conteúdo total de um discurso escrito — ou de um fragmento considerado de um todo. (SAIZ NOEDA, 1997).

A superestrutura (tipo de texto) e a macroestrutura (assunto) do texto escrito são compreendidas, portanto, como ferramentas descritivas capazes de auxiliar na identificação de conceitos que favorecem ou evidenciam o conteúdo temático textual.

São subsídios de compreensão, das quais se pode fazer uso, para analisar a função do documento com base na explicitação de alguns dos elementos diplomáticos como, por exemplo, o elemento interno *texto* e *subseções* e os elementos externos *linguagem* e *escritura.*

4.4 É possível fazer?

Em toda análise, há um apoio que fundamenta ou dá sustentação aos seus pressupostos. Especificamente, a Diplomática tem como alicerce a fundamentação do sistema jurídico, que atribui ao documento elementos da segurança jurídica da prova documental e, consequentemente, a manifestação de vontade atribuída pelo ato jurídico no entorno da administração pública ou privada, com competência para tal ato.

No entorno da AD em Biblioteconomia também há que se estabelecer a natureza da teoria que fundamenta a análise do documento em perspectiva. Nesse sentido, relacionado ao termo *documento*, Galvão (1998, p.48) expressa a necessidade de operar conceitos iguais de linguagem, dado que

> "[...] ora [equivale] ao termo suporte de dados (objeto material) [...], ora [equivale] ao termo meio de comunicação (canal que liga a fonte ao receptor) e ora [é] associado ao termo mensagem ('sinônimo de conteúdo'), ou seja, aquilo que é dito em um texto, em um discurso [...] sem explicitação à qual das conceituações apresentadas o termo documento está se referindo.

Dessa forma, a abordagem teórica escolhida com o intuito de realizar a AD também vem explicitar o fundamento teórico ou conceito filosófico no qual os elementos da análise se apóiam, como, por exemplo, *o texto* e a *sua linguagem*.

Especificamente na Ciência do Texto, a teoria de macroestrutura textual de Van Dijk (1992) possibilita interagir com tal sistematização na medida em que afirma haver níveis de texto, além da sua constituição gramatical, influenciando na função documental.

As macroestruturas (estruturas semânticas globais) nas quais o *texto* se baseia como um todo, podem ser representadas pelo conteúdo da partição diplomática, por tratar-se de um conjunto de unidades estruturais significativas da elaboração do texto. Portanto, estas macroestruturas mostram caminhos na análise, para a identificação de conceitos que possam representar o assunto.

De acordo com intelecção de Fujita (2003, p. 84), a macroestrutura é indispensável para a coerência entre as orações, para a compreensão do tema e para uma divisão global do texto.

Diante da especificidade das atividades de cada área, no entorno da CI, há também a delimitação funcional a ser considerada, quanto à natureza do documento tratado para o público.

Em função das atividades desempenhadas pelas áreas empíricas da CI (Arquivística e Biblioteconomia), há uma caracterização dos procedimentos técnicos de tratamento do documento, para fins de recuperação em cada segmento profissional. E, especificamente, a Biblioteconomia ocupa-se de documentos impressos ou audiovisuais cuja origem e finalidade são resultados da atividade cultural, técnica, científica ou didática, dado que "o documento de biblioteca instrui, ensina", segundo Belllotto (2005, p.36).

Essa natureza informativa do documento, na Biblioteconomia, também é confirmada por Guimarães (2008a, 2008b), que defende a abordagem por meio de aportes teórico-metodológicos de outros domínios como instrumentais na

identificação de conteúdo, o que viria auxiliar, possivelmente, numa fundamentação mais consistente quanto à confiabilidade dos dados documentais.

Logo, a concepção teórica que fundamenta a AD para identificação de conceitos também deve ser explicitada, de modo a dar mais consistência à aos caracteres documentais.

Nesse aspecto, há necessidade de um segmento teórico-epistemológico (pragmatismo, racionalismo, realismo, idealismo, materialismo, etc.) do raciocínio de abordagem para que se possa fazer frente à análise para identificar conceitos no documento. Hjørland (2008) esclarece, conforme se observa nos enunciados expressos abaixo, que conceitos “são maneiras de classificar o mundo” e, portanto, podem ser mais ou menos adequados ou inadequados para auxiliar a alcançar um objetivo como, por exemplo, o de recuperação em um dado sistema de informação. Assim, têm-se, como exemplo:

> 1.Conceitos desenvolvidos para servir a certos tipos de objetivos e interesses poderiam não ser adequados para servir outros objetivos.
>
> 2. Estudos sobre como um determinado termo foi usado podem não nos ajudar a decidir como nós deveríamos defini-lo.

No enunciado um (1) há uma compreensão pragmática (raciocínio de abordagem) do propósito da análise do conceito. E, no enunciado (02), há uma compreensão racionalista (raciocínio de abordagem). Na compreensão pragmática, os conceitos são relativos (perspectivas, opiniões e teorias). Para a compreensão racionalista não ocorre o mesmo. Ainda pode-se ter a compreensão de que “conceitos são inatos ou enraizados nas experiências do indivíduo” e essa compreensão pode advir do cognitivismo em Psicologia, teoria lingüística, empirismo, idealismo e outros. (HJØRLAND, 2008).

Logo, é possível sistematizar procedimentos, mas é preciso também estabelecer a teoria que fundamenta a análise dos dados observados, porque tais dados representam, na análise, a resposta ao problema proposto, a saber, *quais as características do documento a ser consideradas na descrição do seu assunto*?

Evidenciadas tais características do documento, qual o critério ou teoria fundamentadora se deve adotar por incluir ou excluir os caracteres do documento no

entorno do sistema de informação? Na prática, poderá prevalecer o senso comum fundamentado ou aquilo que Hjørland (1992) classifica como “concepção ingênua de assunto” em que é óbvio o que são assuntos (*o que se vê*) como, por exemplo, o livro ‘anatomia bucal’ que tem o assunto no título. Portanto, em tal concepção, o assunto é propriedade fixa no título do livro.

Assim, na escolha das propriedades (forma e conteúdo) de um livro que são inseridas ou não na descrição do assunto é preciso, antes, conhecer tais propriedades caracterizadoras do documento por meio de procedimentos descritivos e da teoria que apóia a concepção de escolhas de tais características.

Tal compreensão apóia-se na afirmação de Hjørland (1992) de que a descrição de assunto de um documento é uma “expressão dos potenciais epistemológicos do documento”, na intelecção de quem realiza a análise de assunto.

A partir de uma teoria ou modelo de abordagem, definem-se os propósitos da análise do documento para identificar conceitos. Pode-se, ainda, definir propósitos específicos, além da padronização textual. No entanto, faz-se premente que os propósitos originais estejam claros, bem como o propósito atribuído diante da descrição objetiva dos seus dados.

Da explicitação dos procedimentos, faz-se a inferência de relevância das cacterísticas do livro, a fim de se conseguir caminhar para a proposição do seu assunto, porque o livro é um “discurso fixado pela escrita” (RICOUEUR apud FONSECA, 2007, p.31).

Tessier (1966), após passar em revista os elementos da Diplomática geral, amplia os elementos com a clara intenção de fazer deles um método depreendido e suscetível de ser aplicado em distintos contextos.

A Diplomática trabalha com a concepção de conteúdo enquanto representação do texto ou idéias expressas de modo escrito em um suporte, cuja evidência física possibilita estabelecer fórmulas convencionadas de comunicação (linguagem). De documento convencionou-se a idéia expressa em tal suporte, que carrega uma informação de potencial informativo de direitos, deveres ou conhecimento socializado**.**

4.5 Por que fazer?

> Por ser aplicado a distintos tipos de documentos, o método diplomático é conveniente ao bibliotecário que trabalha com documentos em diferentes suportes e nos mais diversificados centros de informações. Essas tipologias documentárias devem passar por tratamento temático com objetivo de priorizar suas informações principais, proporcionando, assim, acesso mais rápido à informação desejada pelo usuário e, conseqüentemente, abrindo campos de trabalho para bibliotecários nos centros de informações que armazenam diferentes tipologias documentárias. (FAGUNDES, 2001, p.70).

Com as argumentações fundamentadas nas ações de ensino-pesquisa em Ciência da Informação (Brasil), voltadas para a interdisciplinaridade, articulam-se conteúdos das disciplinas que fizeram uso da Diplomática para tratar a informação com o objetivo de recuperação do documento, por meio de um conjunto sistematizado de atividades teórico-práticas desenvolvidas no processo de organização da informação.

A abordagem teórica e a aplicabilidade funcional do objeto de análise focalizado no estudo da Diplomática, conforme se propõe, possibilitará (compreende-se), a construção de referências teórico-metodológicas por meio da intersecção dos procedimentos de análise que incorporam sistemas de avaliação teórico-científicos ao domínio da Biblioteconomia.

Enquanto Duranti (1996) e Bellotto (2005) resgatam a metodologia da análise diplomática no âmbito da Arquivística, Guimarães (1994;1998) procura resgatá-la nos no contexto da Biblioteconomia.

Na Biblioteconomia, em razão da busca de estratégias para reconhecimento da estrutura documental, Guimarães e orientandos utilizam o conjunto de procedimentos diplomáticos em outras realidades distintas do seu domínio original. Aplicou-se a técnica de análise em estruturas documentais como, por exemplo, rótulo de shampoo (STRAIOTO, 1997), atas de reunião (SOARES, 1997), plantas de arquitetura (TAMBORRA, 1999), receitas culinárias (BUENO, 1998), autenticidade de documento eletrônico e a eficácia probatória (NASCIMENTO, 2002); documentos administrativos policiais (REGO, 2002), pulverizadores automotrizes (REIS, 2002), proteção dos direitos autorais na internet (SOLA, 2002), crime de pornografia infantil na internet (FURLANETO NETO, 2003), documentos técnicos: manuais de impressoras (SILVA, 2006).

A sistematização e abrangência do processo de AD não podem ignorar a descrição da natureza, conteúdo (linguagem e teor documental) e estrutura (material e formal) do documento, como elementos validativos da sua função informacional.

A interação teórica do analista da informação com outras disciplinas que explicam os cuidados a serem tomados, conforme menciona Foskett (1980), é oportuna também para explicitar a comunicação que se dá pela apreensão do significado dos elementos estruturais, quando um conjunto de caracteres é estruturado e assimilado pelo receptor, que poderá ajustar o conjunto conforme os objetivos da análise.

A dificuldade é certamente realizar o pretendido sem perder a especificidade dos conceitos e conhecimentos de cada disciplina em análise. Preocupar-se em entender como se devem interpretar os elementos perante casos concretos é refletir acerca de como dar uma resposta prática aos problemas de compreensão do conteúdo do livro.

Nesse sentido, propõem-se questionamentos para representar as categorias metodológicas procedimentais no âmbito da AD, organizadas em estruturas lógicas que permitem delinear o procedimento de análise proposto.

A preocupação metodológica é um desejo de análise que se estabelece com a discussão teórica ao indagar criticamente as maneiras de se fazer ciência em determinado domínio, como algo instrumental do próprio domínio, caso contrário não tem propriamente utilidade prática.

Questionamento	**Categorias**	**Técnica diplomática na intersecção do estágio 01 do processo AD**
O que fazer?	O meio prático proposto	Conhecer o(s) fundamento(s) que dá(ao) padrão à estrutura do documento
Como fazer?	Procedimento e instrumentos	Criar as grades da forma e do conteúdo do documento com uso dos caracteres diplomáticos
É possível fazer?	Possibilidade de aplicabilidade	Definir, escolher a concepção teórica que fundamenta a AD para identificação de conceitos. Exemplo: "teoria de assunto realista/materialista" de Hjørland (1992).
Por que fazer?	Contribuição/melhorias/ necessidade	Ensino: - articulação de conteúdo curriculares; - desenvolvimento de competências e habilidades no esquadrinhamento do documento para análise com fins de recuperação.

Quadro 10: Questionamentos: procedimentos diplomáticos na AD.
Fonte: Autora

O questionamento expõe o que *fazer* e os instrumentos para se realizar esse fazer e, se tais instrumentos são adequados ao fazer proposto. Em função de todos

os passos a serem realizados também é preciso analisar as condições estabelecidas para realizar o procedimento.

Entende-se tratar de uma operação metodológica para observar os procedimentos das aplicações da análise de conteúdo, descrevê-las e apresentar uma explicação acerca das mesmas, visto que na análise de um fato expõe-se como ele acontece.

Da técnica diplomática visualizam-se passos que auxiliam no processo da AD em Biblioteconomia ao explicitar para o analista um plano de questionamento prévio com intuito de correlacionar a análise acerca do procedimento com a análise realizada por meio desta operação.

5 CONCLUSÃO

As propostas de superação do paradigma da descrição física para localização do documento são instigadas, basicamente, pelo fenômeno da explosão informacional, registrada pelos analistas como o marco propulsor para um maior investimento econômico e científico no campo, com o intuito de melhorar a abrangência das técnicas documentais (disseminação) e sua precisão informativa (efetiva recuperação da informação).

Portanto, instiga-se, em um primeiro momento, a busca por meios que possam recuperar a informação contida nos documentos (livros, artigos e outros impressos ou eletrônicos), ultrapassando a preocupação, ainda que necessária, de tratar o documento exclusivamente para ser localizado e recuperado em um determinado acervo.

Conseqüentemente, dessa abordagem tem-se a percepção dos interesses voltados para a AD. Nesse sentido, há distintos posicionamentos quanto à atividade documental voltada para o tratamento da informação, isto é, para alguns interessa a informação em detrimento do documento, que é considerado enquanto seu suporte; outros compreendem o tratamento do documento enquanto continente da informação. Ainda que o objetivo precípuo da análise esteja voltado para o seu conteúdo, a forma a estruturar e a atribuição de sentido a esse conteúdo também deve ser considerada, por ser o meio convencionado socialmente, que possibilita atribuir ao documento o sentido de documento pelas características que o definem.

Como resultado permanece o antigo suporte (que possibilita o registro da informação), mas com enfoque analítico do conteúdo informacional de natureza atual.

A análise do documento também reflete o conhecimento da forma, por ser elemento informativo potencial a ser considerado na *leitura do documento,* como parte resolutiva do uso do conceito cartesiano atribuído à palavra *análise*, ou seja, de decompor as partes de um todo, no caso, o documento. Compreende-se que esse pressuposto é subjacente (ou reflete) à concepção de abordagem informacional do documento, ao ultrapassar o processo voltado somente para o armazenamento do documento e se buscar a informação e sua base, cujo

entendimento é atualizado por Garcia Gutierrez (1984), Buckland (1991) e Fondin (2003).

Do desenlace teórico concebeu-se tal compreensão a partir da denominada *idade adolescente* da RI, que marca a redescoberta da informação que deve ser registrada no entorno do domínio em estudo, no qual a AD delineia seu espaço de disciplina atual.

A construção do pensamento acerca da AD, assumida em primeiro plano, evidencia a concepção integradora que se tem de tal processo ao situá-lo na função analítica da estrutura e do conteúdo, no entorno da organização da informação.

Em virtude dessa compreensão priorizou-se o olhar que trata a necessidade da informação documental, em um conjunto de etapas ordenadas e resgatadas a partir da função precípua dos serviços e dos produtos no âmbito da Biblioteconomia; etapas essas revisitadas e atualizadas pelas novas posturas teórico-metodológicas da área, por correntes teóricas originárias dessa nova postura documental para a organização e representação da informação.

O quadro teórico utilizado para fundamentar a atividade da AD expõe a complexidade do estudo, diante do contexto da necessidade sócio-informacional e do desejo identificado na área por uma estratégia de sistematização dos procedimentos em tal etapa.

Essa sistematização envolve o *fazer* analítico na área para explicitar, especificamente, o percurso realizado pelo analista, que vai do *documento ao texto*, isto é, da forma ao conteúdo informativo, com o objetivo de identificar conceitos que possam ser traduzidos em ‘expressões’ representativas de assunto (tais como descritores) do documento, dentro de um espaço informacional institucionalmente delimitado.

Nos meandros desse *fazer analítico* sobressaiu a preocupação de sistematizar etapas, de modo estratégico, visto que cada etapa corresponde a ações — que se presumem na teoria, ordenadamente dispostas — no processo da AD. O conjunto dessas etapas representa o caminho a ser trilhado para alcançar o objetivo de disseminar e recuperar o teor informacional do documento.

Presume-se o ordenamento de tais etapas porque, na prática, observou-se de forma empírica que etapas como a catalogação, classificação e indexação ocorrem, na maioria das vezes, simultaneamente e o primeiro passo,

necessariamente, passa pela análise do documento em que a indexação faz a ponte informativa entre a catalogação e a classificação.

A descrição do assunto do documento, por meio da identificação de conceitos considerados essenciais para tal descrição, é o objeto do trabalho analítico do profissional da informação e representa, institucionalmente, a principal unidade de informação registrada.

Para essa identificação de conceitos há que se propor uma *sistematização*. Esta corresponde, em síntese, a uma contribuição para a análise da forma que abriga o conteúdo do documento, quando a análise tem como objetivo registrar o assunto do documento em determinado sistema de informação.

Tal premissa considerou as concepções teóricas que determinam a descrição de assunto, conforme o objetivo do analista, que poderá se voltar para o conteúdo documental e/ou para as necessidades informacionais dos usuários de determinado sistema.

Neste estudo reconheceu-se, enquanto hipótese, a utilidade, para a área, da explicitação dos meios de abordagem do documento por meio do procedimento diplomático — considerando a clássica definição do documento enquanto suporte da informação.

Tem-se esse reconhecimento através da exposição do processo da AD e da compreensão que se estabeleceu acerca das etapas (identificação, seleção, extração e tradução de conceitos) e do objetivo de cada etapa.

Em virtude da análise do documento físico e de sua descrição, com o intuito de expor seu potencial informativo, compreende-se que a abordagem se dá da forma para o conteúdo, ou seja, do documento apresentado pela forma ao seu conteúdo, que representa o ‘texto escrito e impresso’ e ‘informação’. A utilidade está em explicitar, e não somente reconhecer, o vínculo entre o texto e a materialidade que o suporta.

Como resultado, o analista transforma o conhecido, mas subjetivo, acerca da estrutura documental — e “esporadicamente utilizado” (FUJITA, 2005) — em objetivação estratégica de análise do documento a partir *do documento*. A *objetivação* no conceito de *análise* é conseqüência da *forma* documental que organiza e delimita um conjunto de elementos com um determinado sentido.

Do procedimento criado à época de Mabillon (1681) e aperfeiçoado pelos teóricos do campo diplomático ressalta-se a primazia secular do método e da teoria

que estabelece critérios para tratar o documento. Do método visualiza-se o conjunto de etapas coordenadas e adaptáveis a documentos contemporâneos por causa da natureza analítico-descritiva dos elementos que se ligam ao padrão da forma e conteúdo reconhecido por documento.

Ao fazer interagirem a concepção da *forma* diplomática e a objetivação que se busca no agir do analista (ao fazer análise), compreendeu-se que também há — nesse processo de demonstração — uma preocupação com a construção do conhecimento científico acerca da informação a ser explicitada.

O método da Diplomática, centrado em torno do trabalho de Mabillon e com base fundamentada na característica definidora do conceito de análise, levou à compreensão dos meios descritivos estruturais do documento, como ponto de apoio auxiliar da operação realizada pelo analista da informação. A contribuição está em demonstrar o caminho, metodicamente trilhado, pelo qual a forma e o conteúdo do documento (livro impresso) foram criados, ao ser utilizado para realizar a identificação de conceitos.

Menciona-se como ‘ponto de apoio’ por compreender que os critérios utilizados para analisar o continente e alcançar o conteúdo, correlacionam a teoria de abordagem e o método. O foco do olhar muda, conseqüentemente, o método de abordagem. Logo, a concepção teórica que orienta o analista há que considerar o método e seus procedimentos condizentemente, porque teorias do conhecimento propõem diretrizes para a ação.

Sendo assim, o conhecimento da estrutura documental — por meio das orientações de concepções teóricas — requer a aplicabilidade de teorias e procedimentos de análise que privilegiam a explicitação das propriedades da forma e do conteúdo do documento como contribuição ao processo de conhecimento.

Os critérios da técnica diplomática, na medida em que buscam explicitar os aspectos da descrição analítica, tornam-na um procedimento sistematizado auxiliar, como proposição estratégica para a identificação de conceitos, ao examinar o documento por meio da sua construção estrutural.

Logo, o pressuposto teórico da *instrumentalidade diplomática,* trabalhado no Programa de pesquisa em Ciência da Informação da Unesp, caracteriza-se como um meio de natureza metodológica no entorno da área de modulação da AD e, com essa, cria uma interseção de propósitos procedimentais especializados, isto é, atua na análise da informação decompondo as partes que estruturam o documento.

Para tanto, utiliza-se a dimensão da materialidade da informação, que permite o acesso ao texto por meio da abordagem do seu contexto de produção de dimensão material e do seu conteúdo temático.

Compreende-se que esta dimensão, ao considerar os fundamentos da proposição do procedimento diplomático (sistema social de instituição, causa da criação, pessoas que guiam o ato da documentação, elementos relevantes da relação da forma com o texto, manifestações de elementos em distintas formas, função da localização e identificação dos elementos estruturais, orientação teórica do analista), possa oferecer subsídios para responder se com o uso de tal procedimento, a natureza precípua da informação é observada e preservada. Como também expor se o contexto de criação da informação é considerado pelo método escolhido e se há pressupostos teóricos que sustentam tal método de análise documental.

A análise do modelo da norma ISO 5963/1985 e do modelo semiótico de Mai (1997) aponta para a necessidade de constantes questionamentos acerca das orientações e das propostas de modelos que possam dar suporte estratégico aos profissionais da informação na AD. Mai (1997) e Fujita (2003) sustentam a superficialidade das orientações prescritas pela ISO, de orientações vagas, visto tratar-se de aplicação de natureza prático-profissional.

Destarte, compreende-se que a intersecção do procedimento da análise diplomática com o primeiro estágio do procedimento da AD favorece a exposição dos enunciados que levam a identificar conceitos do documento.

Ademais, descaracteriza, diante da premissa de sistematização do conhecimento científico, a abordagem ingênua ou de senso comum do analista que, diante de um formato de evidência física, identifica conceitos para representar seu assunto por meio de pistas aparentes identificadas como uma ou algumas das propriedades que se vêem em um documento. Por exemplo: a linguagem, as pessoas envolvidas com o ato da escrita do documento, a organização do teor dada pelo autor (títulos dos capítulos) e a apresentação do teor do documento pelo autor e convidado(s) (introdução e prefácio).

A forma do próprio documento, objeto da AD e da Diplomática, revela seu domínio constitutivo e, uma vez estabelecida a orientação teórica ou raciocínio de abordagem teórico que dá sustentação aos critérios de inclusão e exclusão de conceitos considerados, o analista terá um quadro sistematizado das propriedades

do documento e dos critérios de identificação de conceitos e esse será um instrumento potencial sistematizado e explicativo do seu *fazer* análise na AD.

Por isso, compreende-se que há a necessidade de o analista reconhecer e assumir a orientação teórica que permeia sua análise e de ter claro que isso alterará o seu resultado.

Compreende-se que essa orientação funciona como sustentação para a decisão quanto à seleção de conceito(s) e, portanto, é indicativa de critério objetivo que influencia na identificação antes da seleção. Essa influência é considerada como sendo o propósito do sistema de informação que se deve considerar como vínculo significativo entre o sistema e o usuário desse sistema.

Quanto à apresentação dos elementos que constituem o documento, deve-se lembrar que nem todos os conceitos irão interessar para a função de recuperação da informação a cumprir em determinado sistema de informação.

Logo, ao expor todas as informações necessárias que vinculam a forma e o conteúdo, entende-se que se diminui o risco da subjetividade do analista diante da explicitação da estrutura documental e, sendo assim, tais informações, em termos de precisão, auxiliam a identificar não só o conteúdo temático, como também explicar seu contexto de produção para uso.

Ao expor os procedimentos técnico-diplomáticos como meio para sistematizar a análise de identificação de conceitos em Biblioteconomia revelou-se a natureza metodológica do processo da AD para a descrição de assunto de um documento livro.

Compreende-se que essa perspectiva de análise corresponde à dinâmica prática da metodologia da pesquisa e, portanto, também contribui para articular conteúdos e procedimentos que guiam a formação do profissional da informação, especificamente, na habilidade do fazer AD.

Essa descrição estabelece a necessidade de conhecer a conexão entre a forma e o conteúdo das informações que definem um documento, por meio do explicitar dos seus caracteres constitutivos.

O quadro teórico explorado, qual seja, do tratamento documental para a recuperação da informação, revela, também, uma compreensão de *natureza metodológica* que assegura a explicitação de procedimentos do agir da AD, que faz uso de distintos procedimentos para identificar, selecionar, extrair e transformar conceitos de documento em assunto.

Assim, foi possível potencializar o modo de representar o documento no campo da Ciência da Informação ao ponderar a informação documental e, conseqüentemente, seu direcionamento para acesso do usuário,

Por isso, entende-se que os estudos aplicados na Biblioteconomia, que exploram as regras de funcionamento que delineiam o pensamento da Diplomática e a gênese da sua crítica documental, proporcionam, ao profissional da informação, não só uma visão descritiva da forma escrita de representação do texto impresso, como, também, a do contexto de criação, função e uso do documento (assumindo as premissas de Guimarães, de 1998).

São esses aspectos que auxiliam na construção interna de referenciais teóricos por meio do cotejo teórico com referenciais externos, no âmbito do tratamento da informação.

A Diplomática expõe uma via potencial de procedimento para tratamento documental no domínio da Ciência da Informação, contribuindo, portanto, para com o desenvolvimento de padrões na efetiva atuação profissional, diante dos problemas surgidos entre a produção e o uso da informação registrada.

O processo descritivo-explicativo potencializa — ou aponta para — a construção de referenciais teórico-metodológicos no âmbito do tratamento temático no domínio da Ciência da Informação, ainda que não se observe uma contrapartida inversa da CI para a Diplomática, porque não há uma relação efetivamente interdisciplinar entre elas, visto que, na prática, os discursos das suas respectivas comunidades, diante das atividades desenvolvidas, não atribuem avanços na disciplina Diplomática como conseqüência da inter-relação com o domínio da CI.

Há, entretanto, expectativas de contribuição com os avanços dos estudos da Diplomática especial, quando na aplicabilidade na análise dos documentos contemporâneos, como é o caso dos livros em biblioteca, tal como abordado.

Se um dos fundamentos da informação registrada é a construção do conhecimento, então é possível pressupor que a informação autêntica e verídica (objeto da crítica diplomática clássica) não é pressuposto de eficácia probatória apenas para o Direito (NASCIMENTO, 2002), mas também para as áreas de conhecimento que trabalham com informação documental.

Logo, a atribuição de autenticidade, objetivo precípuo da Diplomática, é base relevante para qualquer informação registrada, posto que tal atributo possibilita não

só provar fatos e atos, como também gerar novo conhecimento com mais confiabilidade e mais respaldo nos seus respectivos domínios de conhecimento.

Assim, a análise e o entendimento de autenticidade, cunhado pelo sistema jurídico, não é um termo que impõe *limites* ao tipo de documento considerado para aplicar a técnica de análise diplomática. Uma forma subscrita interessa não somente ao Direito ou à Diplomática. Está relacionada, principalmente, ao fato de o documento *ser* o que ele diz *ser*, envolvendo, nesse processo, todo um *método de articulação* e *decodificação documental*, de forma a explicitar todos os elementos necessários.

Portanto, na *autenticidade diplomática* também há a integridade, a capacidade probatória, a autoridade e a validade funcional, que são atributos potenciais requeridos para considerar a *informação* no domínio da Ciência da Informação. A *integridade* e a *capacidade probatória* são atributos do documento ditados pelos fundamentos da análise diplomática; a *autoridade* e *validade funcional* são *agregadas pelo analista* ao documento, de *acordo com os interesses* ou finalidade do pesquisador no tratamento da informação.

Sendo assim, a análise documental, com o uso de procedimentos diplomáticos — o que corresponde a toda uma forma de pensar o objeto *documento* — é um meio auxiliar que torna possível explicitar procedimentos de análise no *fazer* da Biblioteconomia, ao *agregar* os *objetivos do procedimento* diante do conteúdo informacional analisado e os *objetivos da função* (sócio-originária e/ou não) a ser desempenhada pelo documento, de acordo com a área de atuação do acervo e os objetivos de conhecimento teórico do analista, a ser construído a partir desta interação.

Dessa premissa tem-se que os aportes teóricos e metodológicos da Diplomática devem ser considerados como procedimentos de natureza técnica na Biblioteconomia por se tratar de uma intersecção daquela nos propósitos de análise da área em estudo. Extraem-se, do domínio originário de interpretação científica da Diplomática, elementos e idéias que são inseridos no processo de AD, de acordo com os propósitos de atuação de cada área.

A intersecção de procedimentos torna possível observar elementos e funções do documento de modo a dar maior credibilidade ao estudo do seu conteúdo; credibilidade essa almejada pelo homem, ao longo da História, quando do registro de seus conhecimentos.

Voltando-se mais nitidamente para a Análise Documental, na Biblioteconomia, são utilizados critérios para a análise do documento, na identificação de conceitos que tornam a aplicabilidade proposta viável a espécies documentais diversificadas. O procedimento possibilita lançar clareza na compreensão das partes do documento pela técnica diplomática e fornece um meio auxiliar de se representar o conteúdo documental.

Tem-se, então, a Diplomática para AD diante de um contexto de análise fundamentado em concepções teóricas resgatadas a partir de estudos tradicionais desenvolvidos pelas Escolas européias, e estudos contemporâneos aplicados, principalmente, de intelecções das teorias clássicas de Duranti (1996-2001), e, ainda, de reflexões e experimentações levadas a efeito por Guimarães (1994-2008), ainda que em interfaces distintas de aplicabilidade.

Como a analogia tem a vantagem de fazer com que se grave melhor o método cunhado, assim, o documento é como as paredes de uma casa, ora se pinta de um jeito, ora se pinta de outro modo. No processo de conhecimento do documento — que leva ao tradicional e à inovação — são atribuídas ao documento camadas de tintas. Tais camadas acumulam-se, assim como se acumulam os atributos que determinam o uso do documento e tais camadas são retiradas, assim como se dá com os atributos do documento, conforme a necessidade e a demanda. Em síntese, com a análise auxiliada pela técnica diplomática toma-se consciência das estruturas documentais e ao expô-las, a forma reflete a natureza do conteúdo.

Esclarece-se, como conclusão, que esta tese não defende um *paralelo* entre as disciplinas Diplomática e CI. Por ora, ela visualiza possibilidades para a aplicação e expansão dos procedimentos de análise da Diplomática geral no entorno CI.

Do encadeamento teórico dado, é possível lançar pressupostos para análises futuras, como a contribuição do método diplomático para o tratamento da informação.

Quanto ao domínio da Diplomática, se serão ou não considerados contribuição os aportes da CI., como expansão da parte especial e conseqüente enriquecimento dos seus atributos de documentos, compreende-se ser este um questionamento a ser submetido à apreciação da comunidade científica na época atual, ao considerar o seu paradigma de desenvolvimento científico a partir do momento em que os pólos metodológicos da pesquisa forem estabelecidos.

Nesse sentido, acredita-se que o conhecimento, por parte do diplomatista, de normas de descrição documental tais como o AACR (Anglo-American Cataloguing Rules) e da ISAD (International Standard Archival Description), pode sinalizar para uma importante contribuição da CI à Diplomática.

Ao mencionar a construção de referenciais teóricos internos mediados por tal procedimento, deve-se considerar também que eles se dão no âmbito da Organização da Informação.

Sendo assim, esses referenciais terão que considerar e expor os fundamentos da área e do processo de tratamento por ela utilizado. Dessa consideração tem-se a compreensão necessária para a inserção dos elementos diplomáticos.

A abordagem que se presume na organização da informação para a recuperação (entre os fundamentos e os procedimentos) é de concepção hermenêutica. Portanto, será preciso também estabelecer os pressupostos da abordagem e em que medida eles colaboram com a construção de tais referencias teóricos no domínio em estudo.

A aplicação do procedimento reflete a *cartografia* do objeto informacional. Com relação às concepções teóricas a serem utilizadas torna-se necessário observar em que medida a divergência dos fundamentos do procedimento e da concepção teórica do analista pode causar obstáculos ao processo da recuperação da informação.

A concepção de documento com base em sua materialidade (BUCKLAND, 1991) é base do procedimento em estudo. Outras concepções acerca do objeto da análise poderão ser questionadas e comparadas com o procedimento proposto no contexto da AD, visto que a busca por meios estratégicos é uma característica dos estudos do domínio diante da complexidade sócio-informacional que circunda seu objeto de estudo. Potenciais usos do documento exigem diversidade de procedimentos e abordagens para ponderar sua identificação, função e uso em domínios específicos.

REFERÊNCIAS

ACCART, Jean-Philippe; RÉTHY, Marie-Pierre. **Indexation**. 2003. In: GLOSSAIRE DOCUMENTAIRE DE BASE. Disponível em: <http://www.icmcb-bordeaux.cnrs.fr/ulysse/glossaire.html>. Acesso em: 10 jul. 2008.

AMARAL, Sylvio do. **Falsidade documental**. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

ANÁLISE. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.p.51-54

ANDRADE, José Aluysio Reis de. Vida e obra. In: OS PENSADORES. **Bacon**. Tradução e notas: José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Nova Cultura, 1997. p.5-21.

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. A ciência. In: _____. **Temas de filsofia**. São Paulo: Moderna, 1992. cap. 7, p.89-101.

ARNS, Paulo Evaristo. **A técnica do livro segundo São Jerônimo**. Tradução Cleone Augusto Rodrigues. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12676**: Métodos para análise de documentos - determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 2003. 2p

AXLINE, Virginia Mae. **Dibs em busca de si mesmo**. 21.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1997.

BARITÉ, Mario. Organización del conocimiento: um nuevo marco teórico-conceptual en Biblioteconologia y Documentación. In: CARRARA, Kester (Org.). **Educação, Universidade e Pesquisa**. Marília: Unesp, 2001. p.35-60.

BARKER, Ronald E.; ESCARPIT, Robert. **A fome de ler**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

BARRETO, Aldo Albuquerque. **Uma quase história da Ciência da Informação**. Disponível em: <http://aldoibct.bighost.com.br/Umaquasehistória.pdf>. Acesso em 28 nov. 2008.

BAUTIER, Robert-Henri. La Commission internationale de diplomatique. **Biblioteca da École des Chartes**, v.129, n. 2, p. 421-425, 1971. Disponível em: < http://www.persee.fr/web/guest/home/>. Acesso em 27 jul. 2006.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo.** São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Temas introdutórios. In:_____. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.21-124.

BERWANGER, A. R.; LEAL, J. E. F. **Noções de Paleografia e de Diplomática.** 3.ed. Santa Maria, RS: UFSM, 2008.

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis. Positivismo jurídico: o normativismo de Hans Kelsen. In:_____. **Curso de filosofia do direito**. 6. ed. rev. aum. São Paulo: Atlas, 2008. p.369-383.

BLANQUET, Marie-France. **Méthodologie de l'analyse documentaire**: l'analyse documentaire. Oct. 2004. Disponível em: <http://savoirscdi.cndp.fr/metier/prepconcours/Blanquetresume/blanquet.htm>. Acesso em: 19 set. 2008.

BOTOMÉ, Silvio Paulo. Ciência, universidade e sociedade ou informações, domesticação e ativismo rotineiro**? Chronos**, Caxias do Sul, v. 27, n. 1-2, p. 7-24, jan./dez. 1994.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. Necessidades. In:_____. **Dicionário crítico de sociologia**. Tradução: Maria Letícia Guedes Alcoforado. São Paulo: Ática, 1993, p.387-393.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. Normas. In:_____. **Dicionário crítico de sociologia**. Tradução: Maria Letícia Guedes Alcoforado. São Paulo: Ática, 1993, p.394-400.

BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. Organização. In:_____. **Dicionário crítico de sociologia**. Tradução: Maria Letícia Guedes Alcoforado. São Paulo: Ática, 1993, p.408-414.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**: os pólos da prática metodológica. Prefácio de Jean Ladrière. Tradução de Ruth Joffily. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BUCKLAND, Michel. Information as thing. **Journal of American Society of Information Science**. v.42, n.5, 1991. p.351-360. Disponível em: <http://www.sims.berkeley.edu/~buckland/thing.html>. Acesso em: 10 ago. 2005.

BUCKLAND, Michel. What is a document? **Journal of American Society for Information Science**, v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997.

BUENO, Regina Moretti. **Receitas culinárias como fonte da informação**: elementos para seu tratamento temático. 1998. 49f. Trabalho de Conclusão de Curso. (graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 1998.

BUNGE, Mario. **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980. (Coleção o Homem e a Ciência, v.11).

CAMPO, Maria Luiza Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Metodologia de elaboração de tesauro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.11 n.3, p. 348-359, set./dez. 2006.

CARRAHER, David W. **Senso crítico**: do dia-a-dia às ciências humanas. 3.ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

CARUCCI, Paola. Genesis del documento: redaccion, clasificacion y valor juridico. In: CARUCCI, Paola et al. **Documento y archivo de gestión**: diplomática de ahora mismo. Carmona: S&C ediciones, 1994. p.49-78.

CHAÍN NAVARRO, Célia. Desarrollo histórico de la RI. In:_____.**Técnicas y métodos de recuperación de información**. Murcia: DM, 2004. p.17-31.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução de Mary del Priore. Brasília, DF:UNB, 1994.

CHAUMIER, Jacques. **As técnicas documentais**. Tradução de Jorge de Sampaio. [S.l]: Publicações Europa-América, 1971. (Coleção Saber).

CHAUMIER, Jacques. **Des techniques documentaires aux technologies de l'information, du documentaliste au knowledge manager** : quelques réflexions. 2004. Disponível em: <http://www.les-infostrateges.com>. Acesso em: 18 jan. 2009.

CHACON, Vamireh. Introdução: sociologia e liberalismo em Dahrendorf. In: DAHRENDORF, Ralf. **Homo sociologicus**. Tradução de Manfredo Berger. Rio de Janeiro: GB, 1969. p.9-33.

CINTRA, Anna Maria Marques. Estratégias de leitura em documentação. In: SMIT, Johanna W. (Coord.). **Análise documentária**: a análise da síntese. Brasília, DF: IBICT, 1989. p.29-37.

CLAUSÓ GARCIA, Adelina. Análisis documental: el análisis formal. **Revista General de Información y Documentación,** v. 3, n.1, p.11-19, 1993.

CLAUSÓ GARCIA, Adelina. Fundamentos científicos del análisis documental. **Revista General de Información y Documentación**, v.4, n.1, p.79-88, 1994.

COUTURE DE TROISMONTS, R. **Manual de técnicas en documentación**. Buenos Aires: Marymar, 1975.

CUNHA, Isabel M.R. Ferín. Análise documentária. In: SMIT, Johanna W. (Coord.). **Análise documentária**: a análise da síntese. Brasília, DF: IBICT, 1989. p. 39-62.

CUNHA, Isabel M.R. Ferín. Análise documentária. In:_____. **Do mito à análise documentária**. São Paulo: Edusp, 1990. p.59-77.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008. p.299.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.101-107, 1978.

DANUELLO, Jane Coelho. **Produção científica docente em tratamento temático da informação no Brasi**l: uma abordagem métrica como subsídio para a análise do domínio. 2007. 122f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

DANUELLO, Jane Coelho; NASCIMENTO, Lúcia M. Barbosa; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A Organização do Conhecimento como processo nuclear da Ciência da Informação: um olhar a partir do tratamento temático da informação. In: EDIBCIC - Encuentro de Educadores e Investigadores en Bibliotecologia, Achivologia, Ciencias de la Información y de la Documentación de Iberoamérica y el Caribe, 7, 2006, Marília. **Actas….** Marília: Unesp, 2006.

DESCARTES, René. **Discurso do método.** Tradução de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção Os Pensadores).

DIAS, Eduardo Wense. O específico da Ciência da Informação. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora Universitária, 2002. p. 87-100.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto**: teoria e prática. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

DIPLOMÁTICA. In: DICIONÁRIO de Terminologia Arquivística. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

DURANTI, Luciana. **Concepto of record** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <luma@fundanet.br> em 3 maio 2001.

DURANTI, Luciana. **Diplomática**: usos nuevos para uma antigua ciencia. Traducción Manuel Vázquez. Córdoba, 1996.

DURANTI, Luciana. **La diplomatica dei documenti ellettronici**. Sistema Bibliotecario dell'Università Ca' Foscari di Venezia, 2003. Disponível em: http://www.biblio.unive.it/sba/novita/030527Duranti.asp. Acesso em: 21 jun. 2005.

EUCLIDES, Maria Luzinete. **Representação das necessidades de informação na organização da informação**: uma análise de modelos teóricos de busca. Marília, 2007. 111f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

FAGUNDES, Silvana Aparecida. **Leitura em análise documentária de artigos de jornais**. 2001. 261f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2001.

FAYET-SCRIBE, Sylvie. **La maitrise de l'information**: naissance de la documentation (XIXe-XXe si ècle). Synopsis d'um ouvrage em cours. 1999. Disponível em: <http://www.ccr.jussieu.fr/urfist/f-scribe.htm>. Acesso em: 30 de jul. 2005.

FEBVRE, Lucien; MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. Tradução de Fulvia M. L. Moretto e Guacira Marcondes Machado. São Paulo: Unesp, 1992.

FERNÁNDEZ FUENTES, Belén. La voz Bibliografía en la Enciclopedia Universal ilustrada hispanoamericana de la editorial Espasa**. Anales de Documentacion**, n.10, p.71-92, 2007.Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2340411>. Acesso em: 22 out. 2008.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Doutrina da irretroatividade das leis: direito adquirido, ato jurídico perfeito, coisa julgada. In:_____. **Introdução ao estudo do Direito**: técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 1994. p.249-254.

FERNEDA, Edberto. **Recuperação da informação**: análise sobre a contribuição da Ciência da Computação para a Ciência da Informação. 2003. 147f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

FONDIN, Hubert. La science de l'information ou le poids de l'histoire. **Revue Les Enjeux de l'information et de la communication**, 24 Mars 2006. Disponível em: < http://w3.u-grenoble3.fr/les_enjeux/2005/Fondin/fondin.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2008.

FONSECA, Edson Nery da. **Introdução à Biblioteconomia**. 2. ed. Brasília,DF: Briquet de Lemos, 2007.

FOSKETT, A. C. Características de um sistema de recuperação de informações. In: **A abordagem temática da informação**. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono, 1973. cap.3, p.10-22.

FROHMANN, Bernad. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (Org.); MARTELETO, Regina Maria (Org.); LARA, Marilda Lopes Ginez de (Org.). **Dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008. p.13-36.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003a.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. **A leitura documentária do indexador**: aspectos cognitivos e lingüísticos influentes na formação do leitor profissional. 2003. 321f. Tese (Livre-Docência em Análise Documentária e Linguagens Documentárias Alfabéticas). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003b.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. **Leitura em análise documentária**. Marília: Unesp; CNPq, 2005. Relatório Parcial de Pesquisa II.

FURLANETO NETO, Mário. **Pornografia infantil na Internet**: elementos diplomáticos como subsídio à caracterização do delito. Marília, 2003. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2003.

GALENDE DÍAZ, Juan Carlos; GARCÍA RUIPÉREZ, Mariano. El concepto de documento desde una perspectiva interdisciplinar: de la Diplomática a la archivística. **Revista general de Información y Documentación**, v. 13, n. 2, p.7-35, 2003. Disponível em: <http://revistas.sim.ucm.es:2004/byd/11321873/articulos/RGID0303220007A.PDF> Acesso em: 05 out. 2005.

GALLIANO, A. Guilherme. **O método científico**: teoria e prática. São Paulo: Mosaico, 1979.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. Construção de conceitos no campo da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 27, n. 1, p. 46-52, jan./abr. 1998.

GARCIA GUTIERREZ, Antonio Luis. **Lingüística documental**: aplicación a la documentación de la comunicación social. Barcelona: Mitre, 1984. (Colección dirigida por Roberto Coll-Vinent).

GARDIN, Jean-Claude. Document analysis and linguistic theory. **Journal of Documentation**, v.29, n.2, p.137-168, Jun. 1973.

GARDIN, Jean-Claude. L'<<Analyse>>. In: GARDIN, J.C.; GROLIER, F. L. **L'organisation de la documentation scientifique**. Paris: Gauthier-Villars, 1966. cap. 1.

GARRIDO ARILLA, Maria Rosa. Considerações metodológicas sobre el Análisis Documental. **Revista General de Información y Documentación**, v. 2, n.2, p.105-120, 1993.

GARRIDO ARILLA, Maria Rosa. Reflexiones sobre la problemática y estado del análisis documental. **Documentación de las Ciências de la Información**, n.17, p.67-76, 1994.

GOMES, Hagar Espanha (Coord.). **Manual de elaboração de tesauros monolíngues**. Brasília-DF: Programa Nacional de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior, 1990.

GRANGER, Gilles-Gaston. **A ciência e as ciências**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Unesp, 1994.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **Análise documentária em jurisprudência**; subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros. 1994. 250f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1994.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. In: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação.** Brasília, DF: Thesaurus, 2003. p. 100-117.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. O caráter instrumental da Diplomática para o tratamento temático de documentos na área jurídica. **Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências**, Marília, v.7, n.1/2, p.97-106, 1998.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Ciência da Informação, arquivologia e biblioteconomia: em busca do necessário diálogo entre o universo teórico e os fazeres profissionais. In: _____; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes Fujita (Org.). **Ensino e pesquisa em Biblioteconomia no Brasil**: a emergência de um novo olhar. Marília: Cultura Acadêmica, 2008b. p.33-43.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. A dimensão teórica do tratamento temático da informação e suas interlocuções com o universo científico da International Society for Knowledge Organization (ISKO). **Revista Ibero-americana de Ciência da Informação,** v.1 n.1 jan./abr. 2008a. Disponível em: <http://164.41.105.3/portalnesp/ojs-2.1.1/index.php/rici/article/view/515/533>. Acesso em: 12 out. 2008.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MIRANDA, F.; SANTOS, I.S. **Ensino de tratamento temático da informação nos cursos de Biblioteconomia do Mercosul**: análise e perspectivas de um core curriculum à luz dos avanços teóricos da área de organização do conhecimento. Marília, 2001. (Relatório de pesquisa apresentado ao CNPq).

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MORAES, João Batista Ernesto; GUARIDO, M. D.M. . Análisis documental de contenido de textos narrativos: bases epistemológicas y perspectivas metodológicas. In: Francisco Javier García Marco (Ed.). **Avances y perspectivas en sistemas de información y documentación en entorno digital**. Zaragoza: Prensas Universitarias de Zaragoza, 2007. p. 93-100.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do Nascimento; MORAES, João Batista Ernesto. A diplomática como perspectiva metodológica para o tratamento de conteúdo de documentos técnicos. In: VALENTIM, M.L.P. (Org**). Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação**. Sao Paulo: Polis, 2005. p.135-160.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; RABELLO, Rodrigo. A contribuição metodológica da Diplomática para análise documental de conteúdo em arquivos e bibliotecas. In: RICHTER, Eneida Izabel Schirmer; ARAUJO, João Cândido Graça. **Paleografia e Diplomática no curso de Arquivologia – UFSM**. Santa Maria, RS: FACOS, 2007.p.137-157.

GUSDORF, Georges. Prefácio. In: JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

GUYOTJEANNIN, Olivier.The expansion of Diplomatics as a Discipline. **American Archivist**, v. 59 , p.414-421, Fall 1996.

GUYOTJEANNIN, Olivier; PYCKE, Jacques; TOCK, Benït-Michel. Introduction generale. In:_____. **Diplomatique médiévale**. Turnhout: BREPOLS, 1993. chapitre 1.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. Tradução de Antonio Correia. Coimbra: Armênio Amado, 1973.

HJØRLAND, Birger. **Concept in Knowledge Organization (KO).** Mar. 2008. Disponível em: <http://www.db.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/concept_in_knowledge_organizatio.htm>. Acesso em: 19 set., 2008.

HJØRLAND, Birger. The concept of 'subject' in Information Science. **Journal of Documentation**, v.48, n.2, p.172-200, June 1992.

HJØRLAND, Birger. **Domain analysis**. 2 abr. 2007. Disponível em: <http://www.db.dk/bh/Core%20Concepts%20in%20LIS/articles%20a-z/Domain%20analysis.htm> Acesso em: 20 nov. 2008.

HJØRLAND, Birger. Domain analysis in information science: eleven approaches - traditional as well as innovative. **Journal of Documentation**, v.58, n.4, p.422-462, 2002. Disponível em: <http://www.db.dk/binaries/domain%20analysis.pdf>. Acesso em: 10 set. 2008.

HJØRLAND, Birger. Empiricism, rationalism and positivism in library and information science. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, p.130-155, 2005. Disponível em: <http:// www.emeraldinsight.com/0022-0418.htm>. Acesso em 10 out. 2007.

HJØRLAND, Birger. **Indexing theory**. Mar. 2007. Disponível em: <http://www.db.dk/bh/lifeboat_ko/CONCEPTS/indexing_theory.htm>. Acesso em: 19 set. 2008.

HUNNEX, Milton. **Filósofos e correntes filosóficas em gráficos e diagramas:** conheça melhor os filósofos e as correntes filosóficas por meio de gráficos e diagramas cronológicos e temáticos. Tradução Alderi S. de Matos. São Paulo: Ed. Vida, 2003.

INGWERSEN, P. Conceptions of Information Science. In.: VAKKARI, P. CRONIN, B. (Ed.). **Conceptions of Library and Information Science**: historical, empirical and theoretical perspectives. London: Taylor Graham, 1992. p.299-312. (Tradução livre de Michely Jabala M. Vogel).

IZQUIERDO ALONSO, Mónica. Nuevos enfoques en el estúdio del tratamiento documental de contenido desde los presupuestos de las ciencias del lenguaje. **Scire**, v.6, n.1, p.143-163, En./Jun., 2000.

IZQUIERDO ALONSO, Mónica. Nuevos retos em el análisis documental de contenido: la gestión de la forma documental del contenido. **Scire**, v.10, n.1, p.31-50, En./Jun. 2004.

IZQUIERDO ALONSO, Mónica. Procesamiento pragmático para el tratamiento documental de contenido. **Documentación de las Ciências de la Información**, n.26, p.181-198, 2003.

JAPIASSÚ, Hilton. Circunstância do nascimento. In:_____. **Como nasceu a ciência moderna**: e as razões da filosofia. Rio de Janeiro: Imago, 2007. p.35-114.

JAPIASSÚ, Hilton. Domínio do interdisciplinar. In:_____. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976. p.38-112.

JAPIASSÚ, Hilton. O estatuto epistemológico das ciências humanas. In:_____. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981. p.93-125.

JAPIASSÚ, Hilton. **Para ler Bachelard**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4.ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

JULIUS KASPAR VON FICKER. Lexikon Westfälischer Autorinnen und Autoren 1750 bis 1950.Disponível em: <http://www.lwl.org/literaturkommission/alex/index.php?id=00000003>. Acesso em 20. dez. 2008.

KOBASHI, Nair Yumiko. **A elaboração de informações documentárias**: em busca de uma metodologia. 1994. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

KOBASHI, Nair Yumiko. Análise documentária: considerações sobre um modelo lógico-semântico. In: CUNHA, Isabel Maria Ribeiro Ferin (Coord.). **Análise documentária**: considerações teóricas e experimentações. São Paulo: FEBAB, 1989. p.45-57.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Lingüística textual e PCNS de língua portuguesa.** Disponível em: <http://www.unb.br/abralin/index.php?id=4&destaque=4>. Acesso em: 12 jun. 2005.

LADRIÈRE, Jean. Prefácio. In: BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**: os pólos da prática metodológica. Tradução de Ruth Joffily. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991. p.9-22.

LAGO, Ivann Carlos. Objetividade sem neutralidade? As possibilidades da objetividade científica nas epistemologias de Popper e Bachelard. **AGATHOS** Revista Científica da ASSEVIM, n.3, dez. 2007. *Disponível em:* <www.assevim.edu.br/agathos/3edicao/ivann.pdf>. Acesso em: 22 out. 2008.

LANGLOIS, Charles-Victor. Manual de Diplomática, por Arthur Giry. **Biblioteca da École des Chartes**, v. 55, n.1, p. 661-669, 1894. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/guest/home/>. Acesso em 27 jul. 2006.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. O Unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 6, dez. 2001. Disponível em: http://www.dgz.org.br/dez01/Art_03.htm. Acesso em: 10 nov. 2005.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 21. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LARRAÑAGA, Pablo. Sobre la teoría del derecho de Robert Alexy. **Isonomía**: Revista de Teoría y Filosofía del Derecho, n.1, Oct. 1994. Disponível em: <http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01338308644248274088802/p0000015.htm>. Acesso em: 10 jan. 2009.

LESK, Michael. **The seven ages of information retrieval**. IFLA Core Programme on Universal Dataflow and Telecommunications (UDT), Mar. 1996. Disponível em: < http://www.ifla.org/VI/5/op/index.htm>. Acesso em: 10 out. 2008.

MABILLON, Jean. **De re diplomatica libri sex**.. Paris: Carlos Robustel, 1681. (Microfilme: obra rara localizada na Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro). (2.ed. ab ipso auctore recognita, emendata et aucta em 1709: Disponível em: <http://141.20.85.26/mabillon/index.html>. Acesso em: 18 jan. 2009.

MACNEIL, Heather. Contemporary archival diplomatics as a method of inquiry: lessons learned from two research projects. **Archival Science**, v. 4, p.199–232, 2004. Disponível em: <www.springerlink.com/index/X23811082481051V.pdf>. Acesso em: 22 out. 2005.

MAI, Jens-Erik. Analysis in indexing: document and domain centered approaches. **Information Processing and Management**, v.41, n.3, p.599-611, 2005. Disponível em: <http://www.elsevier.com/locate/infoproman>. Acesso em: 15 dez. 2008.

MAI, Jens-Erik. The concept of subject: on problems in indexing. In: **Knowledge Organization for Information Retrieval**. Proceedings of the 6th International Study Conference on Classification Research, 6, p.60-67, 1997. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/jemai/Papers/1997_TheConceptOfSubjectOnProblemsInIndexing.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2008.

MARÍN MARTINEZ, Tomás. **Paleografía e Diplomática**. 5.ed. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2008. v.1-2.

MARTINS, José Santos. **Projetos de pesquisa**: estratégia de ensino e aprendizagem em sala de aula. Campinas,SP: Armazém do Ipê, 2005.

MAZZOLENI, Jole. Storia della Diplomatica. In:_____.**Paleografia e diplomatica e scienze ausiliarie**. Napoli: Libreria scientifica Editrice, 1970. cap.1.

MIKHAILOV, Alexander Ivanovich; GILIAREVSKIJ, Rudzhero Sergeevich. **An Introductory Course on Informatics/Documentation**. 1970. In: ERIC Education Resources Information Center. Disponível em: <http://eric.ed.gov/ERICWebPortal/contentdelivery/servlet/ERICServlet?accno=ED045169>. Acesso em 12: nov. 2008.

MORAES, João Batista Ernesto. Análise documental de crônicas: reflexões sobre uma trajetória de interlocução entre literatura, lingüística e ciência da informação. In:GUIMARÃES, José Augusto Chaves (Org.); FUJITA, Mariângela Spotti Lopes Fujita (Org.). **Ensino e pesquisa em Biblioteconomia no Brasil**: a emergência de um novo olhar. Marília: Cultura Acadêmica, 2008. p.129-144.

MOREIRO GONZALEZ, José Antonio. Evolución histórica del acceso y control a la información documental. In:_____. **Conceptos introductorios al estudio de la información documental**. Salvador: EDUFBA/Fondo Editorial de la Pontifícia Universidad Católica del Peru, 2005. p.129-212.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. Complexidade: os desafios do método. In:_____. **A inteligência da complexidade**. Tradução de Nurimar Maria Falci. 2.ed. São Paulo:Peirópolis, 2000. p.90-137.

NECESSIDADE. In: ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.p.707-708.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do. **A dimensão diplomática do documento jurídico digital**. 2002. 179f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2002.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Documento jurídico digital: a ótica da diplomática. In: PASSOS, E. (Org.). **Informação jurídica**: teoria e prática. Brasília, DF: Thesaurus, 2004. p.33-78.
NOVO DICIONÁRIO Eletrônico Aurélio versão 5.11. 3.ed. São Paulo: Positivo Informática, 2004.

NUÑEZ CONTRERAS, Luis. Concepto de documento. In: ____. **Archivística**: estudios básicos. Sevila: s. ed. 1981. p.25-44.

OLIVEIRA, Marlene de. **A investigação científica na Ciência da Informação**: análise da pesquisa financiada pelo CNPq. Brasília, DF, 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Departamento de Ciência da Informação e Documentação, UnB, 1998.

OLIVEIRA NETO, José. **Dicionário jurídico**: terminologia jurídica e latim forense. 3. ed. Leme, SP: EDIJUR, 2008.

ORTEGA Y GASSET, José. **Missão do bibliotecário**. Tradução e posfácio de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

ORTEGA,Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n.5, out. 2004. Disponível em:< http://www.dgz.org.br/out04/Art_03.htm>. Acesso em: 30 jul. 2007.

OTLET, Paul. O fundamenta. In:_____. **Traité de documentation**: le livre sur le livre. Bruxelles: Mundaneum Palais Mondial, 1934.

PAIS, José Machad. Nas rotas do quotidiano. In:_____. **Vida cotidiana**: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003. p.25-34.

PESSANHA, José Américo Motta (Consultoria). **Vida e obra**. In: DESCARTES. São Paulo: Nova Cultural, 1999. p.5-28. (Coleção Os Pensadores).

PETRUCCI, Armando. Diplomatica veccia e nuova**. Studi Medievali**, v.4, n.2, 1963. Disponível em < http://dobc.unipv.it/scrineum/biblioteca/petrucci.html> Acesso em: 10 out.. 2005.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova área. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação:** gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Ed. Universitária, 2002. p.61-86.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Traçados e limites da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília-DF, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/531/483>. Acesso em: 20 ago. 2008.

PINTO MOLINA, María. **Análisis documental**: fundamentos y procedimientos. 2. ed. rev. aum. Madrid: EUDEMA, 1993.

PINTO MOLINA, Maria. Introducción al análisis documental y sus niveles: el análisis de contenido. **Boletín de la ANABAD**, tomo 39, n.2, p.323-341, 1989. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=798857>. Acesso em: 10 out. 2008.

PIQUERAS GARCÍA, Maria Belén. Concepto, método, técnicas y fuentes de la Diplomatica. In: RIESCO TERRERO. **Introducción a la paleografía y la diplomática general**. Madrid: Ed. Sintesis, 1999, p. 191-205.

RABIKAUSKAS, S. J. Paulius. **Diplomatica general**. Tradutor P. Manuel Anguiano Villegas, o. Carm. Roma:[S.e], [2000]. Título original: Diplomatica generalis. 5.ed. enmendada y aumentada. Roma, Editrice Pontificia Università Gregoriana, 1998. (Traducción libre del original en latín para uso privado).

RANGANATHAN, Shiyali Ramamrita. **The Five Laws of Library Science**. Delhi, India: Vikas Publishing House, 1931. Disponível em: <http://dlist.sir.arizona.edu/2002/>. Acesso em: 20 nov. 2008.

REIMÃO, Sandra. Estudos sobre a produção editorial e história dos livros no Brasil: algumas observações. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1, 2004, Rio de Janeiro. **Textos.**.. Rio de Janeiro: UFF, 2004. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/sandrareimao.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2009.

REGO, Laura Maria do. **Caracterização e análise diplomática de documentos administrativos policiais**: uma experiência com ofícios da Delegacia de Polícia de Marília (década de 50). 2002. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

REIS, Gustavo Costa. **A dimensão diplomática do conteúdo informacional de documentos técnicos**: uma análise de manuais de instruções de pulverizadores automotrizes. 2002. 89f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

RENDÓN ROJAS, Miguel Angel. La ciência de la información em el contexto de las ciências sociales y humanas. Ontologia, epistemologia, metodologia e interdisciplina. **DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação**, v.9, n. 4 ago. 2008. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago08/Art_06.htm>. Acesso em: 31 out. 2008.

RIBEIRO, Fernanda. **O ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista.** Biblioteca digital. Publicações docentes. Faculdade de Letras, Universidade do Porto. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1244.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2007.

RIESCO TERRERO, Angel. La Paleografía y Diplomática en el marco de los estudios de Documentación. In: CONGRESO UNIVERSITARIO DE CIENCIEAS DE LA DOCUMENTACIÓN. TEORÍA, HISTORIA Y METODOLOGIA DE LAS CIENCIAS DE LA CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN (1975-2000), 1, 2000, Madrid. **Actas**... Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2000. p.129-152.

ROBREDO, Jaime. **Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação**. Brasília, DF: Thesaurus, 2003.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. 2008. 258f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ROMÁN BLANCO, Ricardo. **Técnica de pesquisa científica**. São Paulo: Cupolo, 1978. Tomo I.

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. Ayer y hoy de la Diplomática, ciencia de la autenticidad de los documentos. In: CARUCCI, Paola et al. **Documento y archivo de gestión**: diplomática de ahora mismo. Carmona: S&C ediciones, 1994. p.12-48.

RUIZ ASENCIO, José Manuel. Los orígenes de la Diplomática y la Paleografía como ciencias: Mabillon y el Nouveau Traité. In: JORNADAS DE LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE CIENCIAS Y TÉCNICAS HISTORIOGRÁFICAS: DIPLOMÁTICA ANTIGUA. DIPLOMÁTICA MODERNA, 3., 2005, Murcia. **Actas**…. Murcia: Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas, 2005. p.15-34. (Publicação eletrônica: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2007). Disponível em: <http://descargas.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/01715741982364028560035/024705.pdf>. Acesso em: 3 jul. 2007.

RUIZ PÉREZ, Rafael. **El análisis documental**: bases terminológicas, conceptualización y estructura operativa. Granada: Universidad de Granada, 1992.

SÁIZ NOEDA, Belén. La dimensión pragmática de la lingüística del texto. **ELUA** - Estudios de Lingüística, n. 11, p. 303-324, 1996-1997. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10045/6360>. Acesso em: 15 dez. 2008.

SÁNCHEZ PRIETO, Ana Belén. Aportación de la Paleografía y la Diplomática a las Ciencias de la Documentación, la Filología y la Archivística. In: CONGRESO UNIVERSITARIO DE CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN. TEORÍA, HISTORIA Y METODOLOGIA DE LAS CIENCIAS DE LA CIENCIAS DE LA DOCUMENTACIÓN (1975-2000), 1, 2000, Madrid. **Actas**... Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2000. p.813-822.

SANTOS, Boaventura de Souza Santos. Metodologia e hermenêutica II. In:_____. **Introduçao a uma ciência pós-moderna**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000. p.71-119.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 12. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2001.

SANZ FUENTES, Maria Josefa. Diplomática actual: cuestiones de método. In: JORNADAS DE LA SOCIEDAD ESPAÑOLA DE CIENCIAS Y TÉCNICAS HISTORIOGRÁFICAS: Diplomática antigua. Diplomática moderna, 3. **Actas**… Murcia, 20-21 de junio, 2005. p.35-44.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.1, n.1, p.41-62, 1996.

SARACEVIC, Tefko. Information Science. **Journal of the American Society for Information Science**, v.50, n.12, p.1051-1063, 1999.

SARACEVIC, Tefko. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n.1 , 1995. Disponível em:<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/530/482>. Acesso em: 10 ago. 2007.

SARDE, Carla Letícia Pereira. Análise **diplomática de bulas de medicamentos**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 2003.

SCHIAPARELLI, Luigi. Diplomatica e storia. In: Annuario del R. Istituto di Studi Superiori, Pratici e di Perfezionamento in Firenze», Firenze 1909, p. 3-31; rist. in Note di Diplomatica (1896-1934), a cura di Alessandro Pratesi, Torino, Bottega d'Erasmo, 1972, pp. 95-125. **Scrineum.** Disponível em: <http://scrineum.unipv.it/biblioteca/biblioteca-schiaparelli.html>. Acesso em: 10 ago. 2007.

SEDGWICK, W. T.; TYLER, H. W. **História da ciência**. Tradução Leonel Vallandro. Rio de Janeiro: Globo, 1950.

SHERA, Jesse. Epistemologia Social, Semântica Geral e Biblioteconomia. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p. 9-12, 1977.

SIDOU, J.M.O . (org.). Dicionário jurídico da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. 3.ed. Rio de Janeiro : Forense, 1995.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. Noções fundamentais. In:_____. **Das <<ciências>> documentais à ciência da informação**: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002. p.17-44.

SILVA, Ricardo César. A **dimensão diplomática de documentos técnicos**: o caso dos manuais de instruções/usuários de impressoras jato de tinta. 2006. 62f. Marília. Trabalho de conclusão (bacharelado em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. 2006.

SMIT, Johanna W. Introdução. In: _____(Coord**.). Análise documentária**: a análise da síntese. 2.ed. Brasília-DF: IBICT, 1989. p.7-12.

SMIT, Johanna W. O professional da informação e a sua relação com as áreas de Biblioteconomia/Documentação, Arquivologia e Museologia. In: VALENTIM, Marta Pomin (Org.). **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. p.119-134.

SMIT, Johanna W. ; BARRETO, Aldo de Albuquerque. Ciência da informação: base conceitual para a formação profissional. In: VALENTIM, Marta Lígia (org.) **Formação do profissional da informação.** São Paulo: Polis, 2002. p. 9-23.

SMIT, Johanna W. ; GUIMARAES, José Augusto Chaves. Análise documentária. In: Johanna W. Smit; Yêdda Dias Lima. (Org.). **Organização de Arquivos**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros / USP, v. 3, p. 62-77, 1999.

SOARES, Solange Dal'Evedove. **Organização de atas departamentais**: elementos para sua condensação documentária. 1997. 114f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1997.

SOLA, José Eduardo Martins. **A proteção dos direitos autorais a partir da realidade Internet**: a perspectiva brasileira. 2002. 172f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

STAATSBIBLIOTHEK ZU BERLIN. **Digitalisierungsprojekt Jean Mabillon - De re diplomatica libri sex.** 2007. Disponível em: <http://141.20.85.26/mabillon/index.html>. Acesso em: 10 jan. 2009.

STRAIOTO, Ana Cláudia. **Análise documentária de embalagens de shampoo**: uma alternativade uso do método diplomático para o profissional da informação. 1997. 113f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1997

TAMBORRA, Flávia S. **Elementos para análise da estrutura diplomática em plantas baixas de arquitetura**: um estudo do caso. 1999. 31f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 1999.

TARAPANOFF, Kira; ARAÚJO JÚNIOR, Rogério Henrique de; CORMIER, Patrícia Marie Jeanne. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. **Ciência da Informação**, Brasília-DF, v. 29, n. 3, p. 91-100, set./dez. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/viewPDFInterstitial/231/206>. Acesso em: 20 jul. 2008.

TENNIS, Joseph T. Two Axes of Domains for Domain Analysis. **Knowledge Organization**, v 30, n.3/4, p.191-195, 2003. Disponível em: <http://faculty.washington.edu/jtennis/publications.htm>. Acesso em: 20 nov. 2008.

TESSIER, Georges. **La diplomatique**. 3.ed. Paris: Universitaires de France, 1966. (Coleção que Sais-Je? Le point des connaissances actuelles, n.536).

TESSIER, Georges. Leçon d'ouverture du cours de diplomatique à l'École des chartes (8 décembre 1930). Bibliothèque de l'École des chartes, v.91, n.1,p. 241-263, 1930. **PERSÉE - Portail de revues scientifiques en sciences humaines et sociales**. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/guest/home/>. Acesso em 27 jul. 2006.

THEODOR VON SICKEL. Encyclopædia Britannica Online. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/542860/Theodor-von-Sickel>. Acesso em: 31 jul. 2008.

TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves Guimarães. O papel teórico de Luciana Duranti na Diplomática contemporânea: elementos para uma reflexão sobre a organização da informação. In: CONGRESO DE ARCHIVOLOGÍA DEL MERCOSUR, 7. 2007. Disponível em:<www.asocarchi.cl/DOCS/100.PDF>. Acesso em: 20 set.. 2008.

TURNER, Janet. Experimenting with new tolls; special diplomátics and the study of authority in the United Church of Canada. **Archivaria**, v.30, p.91-103, Summer, 1990.

VALENTIM, Marta Lígia Pomin. A atuação e perspectivas profissionais do profissional da informação. In: VALENTIM, Marta Pomin (org.). **Profissionais da informação**: formação, perfil e atuação profissional. São Paulo: Polis, 2000. p.135-152.

VAN DIJK, Teaun A. Superestructuras. In:_____. **La ciencia del texto:** un enfoque interdisciplinario. Barcelona: Paidós, 1992. p.141-173.

WALLER, Suzanne. L'analyse documentaire: definition et pratiques. In:_____. **L'analyse documentaire:** une approche méthodologique**.** Paris : ADBS, 1999. p.14-30.

ZANDONADE, Tarcísio. **As implicações da epistemologia social para uma teoria da recuperação da informação**. 2003. 189f. Tese (Doutorado em Ciência da informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

ZINS, Chaim. Mapa do conhecimento da Ciência da Informação: implicações para o futuro da área. **Brazilian Journal of Information Science - BJIS**, v.1, n.1, p.3-32, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://www.bjis.unesp.br/>. Acesso em: 10 nov. 2008.

ZINS, Chaim. Redefinindo a Ciência da Informação: da "Ciência da Informação" para a "Ciência do Conhecimento". **Journal of Documentation**, v. 62, n.4, p.447-461, 2006. (Tradução e revisão: Maria Jose Vicentini Jorente e Elizabeth Roxana Mass Araya).